

UNIRILA: Salud, integración lingüística, educacional y cultural



Vol. 3

Ruberval Franco Maciel

Simone Mamede

Arlinda Cantero Dorsa

Beatriz Guerci de Siufi

Mario Gustavo Leiva Enrique

(Orgs.)

VEZ VOZ

UNIRILA: Salud, integración lingüística, educacional y cultural



Vol. 3

**Ruberval Franco Maciel
Simone Mamede
Arlinda Cantero Dorsa
Beatriz Guerci de Siufi
Mario Gustavo Leiva Enrique
(Orgs.)**

VEZ VOZ

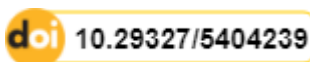


VEZE VOZ EDITORA
CNPJ 32.055.369/0001-98

Conselho Editorial

Profa. Dra. Adir Casaro Nascimento – UCDB
Prof. Dr. Alberto Ferreira Donatti – UNB
Profa. Dra. Célia Beatriz Piatti – UFMS
Profa. Dra. Cláudia Alvarez – FCG
Prof. Dr. Ertly Cardoso Teixeira – UFV
Prof. Sr. Joel Saraiva Ferreira – UFMS
Prof. Dr. José Bonifácio Alves da Silva – Educação - PM Navegantes SC
Profa. Dra. Karla Rejane de Andrade Porto – FACSUL
Profa. Dra. Maria Isabel Alonso Alves – UFAM
Profa. Dra. Maria Ivone da Silva – FECRA

ISBN 978.65.86376-60-9



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Jeanine Lopes de Oliveira – CRB-1/2513

U58 UNIRLA: salud, integración lingüística, educacional, cultural [recurso eletrônico]. – volume 3 / Organizadores Ruberval Maciel ... [et. al.]. 1.ed. -- Campo Grande, MS: Vezevoz, 2024.
3v.; 5,61MB.

DOI: 10.29327/5404239
ISBN: 978-65-86376-60-9

1. Educação. 2. Desenvolvimento Local. 3. Turismo. 4. Linguística.
I. Título. II. Mamede, Simone. III. Dorsa, Arlinda Cantero. IV. Siufi, Beatriz Guerci de. V. Enrique, Mario Gustavo Leiva.

CDD 23.ed. 370

Rúberval Maciel
Simone Mamede
Arlinda Cantero Dorsa
Beatriz Guerci de Siufi
Mario Gustavo Leiva Enrique
(Orgs.)

**UNIRILA:
SALUD, INTEGRACIÓN
LINGÜÍSTICA, EDUCACIONAL,
CULTURAL**

Volume 3



C A P E S



Campo Grande MS



2024



Editora VEZ E VOZ
Rua 14 de julho, 4721 – 4 -706
Telefone 67 99627 0800
79010-470 – Campo Grande MS – Brasil
www.editoravezevoz.com

Editado no Brasil – Abril de 2024

Capa: Arte: Simone Batista Mamede. Fotos: Simone Mamede,
Camila Mamede e Arlinda Dorsa
Diagramação: VEZEVOZ
Imagens: dos autores

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

RESUMEN

UNIRILA: SALUD, INTEGRACIÓN LINGÜÍSTICA, EDUCACIONAL, CULTURAL

APRESENTAÇÃO.....08

ENTRE LO LOCAL Y LO GLOBAL: MIRADAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE LA SALUD EN LA REGIÓN

Jerez Omar (UNJu - Argentina)

Guzmán, Vilma (UNJu - Argentina).....09

MAGNITUDE OF TUBERCULOSIS ON THE BIOCEANIC ROUTE: AN EPIDEMIOLOGICAL DESCRIPTION

João Pedro Arantes da Cunha (UEMS - Brasil)

Ana Maria Campos Marques (UEMS - Brasil)

Ruberval Franco Maciel (UEMS/CNPq - Brasil).....25

“HUMAN CAR”: UMA ESTRATÉGIA MULTIMODAL DE LETRAMENTO EM SAÚDE COM CAMINHONEIROS NA ROTA BIOCEÂNICA

Ruberval Franco Maciel (UEMS/CNPq - Brasil)

Luciano Arnaldo Mian Covolan (UEMS - Brasil)

Luíza de Carvalho Galvão (UEMS - Brasil).....39

CAMINHONEIROS DA ROTA DE INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA: PREVALÊNCIA DO TABAGISMO E SUA CORRELAÇÃO COM FATORES LABORAIS

Armando Tomaz Theodorovitz (UEMS - Brasil)

Ruberval Franco Maciel (UEMS/CNPq - Brasil)

Marcelo Loureiro Lau Filho (UEMS - Brasil).....57

ACUIDADE VISUAL EM CAMINHONEIROS INTEGRANTES DA ROTA BIOCEÂNICA EM CAMPO GRANDE (MS)

Flávio Junior Ferraz Cabral (UEMS - Brasil)

Ruberval Franco Maciel (UEMS/CNPq - Brasil)

Tânia Gisela Biberg-Salum (UEMS - Brasil).....73

**ANÁLISE DO RISCO CARDIOVASCULAR DOS
CAMINHONEIROS QUE TRAFEGAM POR CIDADES QUE
COMPÕEM A ROTA BIOCEÂNICA EM
MATO GROSSO DO SUL**

Tays Oliveira Silva (UEMS - Brasil)

Alessandra Aparecida Vieira Machado (UEMS – Brasil)

Luis Henrique Alves Gratão (UEMS – Brasil).....90

**ESTUDO DA PERCEÇÃO E COMPREENSÃO DOS
CAMINHONEIROS COM SOBREPESO OU OBESIDADE
QUE TRABALHAM NA ROTA BIOCEÂNICA SOBRE AS
DOENÇAS CAUSADAS PELA OBESIDADE**

Hiago Anderson Menezes Veríssimo (UEMS - Brasil)

Ruberval Franco Maciel (UEMS/CNPq - Brasil)

Kamila Keiko Matida (UEMS - Brasil).....100

**CONVERSAS INFORMATIVAS SOBRE A QUALIDADE DE
SONO DOS CAMINHONEIROS DA ROTA BIOCEÂNICA:
VIÉS DA MULTIMODALIDADE**

Luíza de Carvalho Galvão (UEMS - Brasil)

Adélia Maria Evangelista Azevedo (UEMS - Brasil).....112

**BRASIL, PARAGUAI, ARGENTINA E CHILE: ROTA
BIOCEÂNICA E AS RELAÇÕES CULTURAIS NO
TERRITÓRIO VIVIDO**

Edilene Maria Oliveira (IFMS - Brasil)

Maria Augusta Castilho (UCDB - Brasil)

Magali Luzio Ferreira (UCDB - Brasil).....124

**LA RED UNIVERSITARIA DE LA RUTA DE INTEGRACIÓN
LATINOAMERICANA (UNIRILA) Y EL CORREDOR
BIOCEÁNICO: RELACIONES CULTURALES ENTRE PORTO
MURTINHO/BRASIL Y CARMELO PERALTA/PARAGUAY**

Hanae Caroline Q. Shiota (UCDB - Brasil)

Mariana de Barros C. Akamine (UCDB - Brasil)

Alessandra Chaia (UCDB - Brasil)

Érika Santos Silva (UCDB - Brasil).....152

UNA REGIÓN POCO CONOCIDA: LA HISTORIA PREHISPÁNICA DE LOS VALLES ORIENTALES DE LA PROVINCIA DE JUJUY	
Maria Gabriela Ortiz (UNJu - Argentina).....	170
PROBLEMATIZAR LA REGIÓN LITERARIA DEL NOA. LAS ORALITURAS COMO CARTOGRAFÍA CRÍTICA EN JUJUY	
Maria Alejandra Nallim (UNJu - Argentina).....	189
APORTES PARA LA CONSTRUCCIÓN DE ITINERARIOS EDUCATIVOS BINACIONALES - ALFABETIZACIÓN DE ADULTOS – TRAYECTO POTOSÍ-JUJUY	
María Beatriz Quintana (UNJu - Argentina).....	204
RITMOS QUE CONECTAN: LA ARTICULACIÓN DANCÍSTICA DE BRASIL EN EL NOROESTE ARGENTINO	
Grit Kirstin Koeltzsch (UNJu - Argentina).....	223
LOS PUEBLOS ORIGINARIOS DE JUJUY, ARGENTINA	
Marcela Fernández (UNJu - Argentina).....	243
HISTÓRIA E EDUCAÇÃO EM PORTO MURTINHO (1890-1930): DADOS PRELIMINARES AO PROGRAMA ROTA BIOCEÂNICA (UNIRILA)	
Carla Villamaina Centeno (UEMS - Brasil)	
Leticia Lechner da Silva (UEMS - Brasil)	
Mérlin Costa Tenório (UEMS - Brasil).....	264
REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS UTILIZADOS NA ZONA DE CONTATO PORTO MURTINHO - CARMELO PERALTA	
Sandro Omar de Oliveira Santos (UEMS/UNEMAT - Brasil)	
Ruberval Franco Maciel (UEMS/CNPq - Brasil).....	280
DIVULGAÇÃO DA ROTA BIOCEÂNICA POR MEIO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	
Katia Juliane Lopes de Oliveira (UEMS - Brasil)	
Nataniel dos Santos Gomes (UEMS - Brasil).....	312
AUTORES	319

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de texto representa uma ação inovadora internacional fruto de tratativas governamentais a partir da assinatura da carta de Assunção pelos governos da Argentina, Brasil, Chile e Paraguai ao se pensar na trílice hélice: setores Governamental, Empresarial e Universitária como instância de trabalho para se planejar a implantação do Corredor Bioceânico.

A partir de então, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS teve o papel de fazer as articulações entre as universidades dos quatro países na II Expedição da RILA, com apoio do Setlog, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e do Itamaraty, em 2017.

No mesmo ano, houve o I Seminário da UNIRILA em Campo Grande-MS e desde sua criação, por meio do Convênio estabelecido entre as universidades dos quatro países, a Rede Universitária da Rota de Integração da América Latina (UNIRILA) tem objetivado promover a interação entre as universidades dos países que a compõem, fomentando o desenvolvimento colaborativo nos campos acadêmico, científico, tecnológico e cultural. Este esforço recíproco colaborativo, faz com que a UNIRILA, por meio de seus pesquisadores, venha desde 2016, promovendo ações em prol da implantação do Corredor Bioceânico, seja por meio de publicações científicas, palestras, oficinas, assim como da presença efetiva nos fóruns oficiais realizados na Argentina, Brasil, Chile e Paraguai.

A obra demonstra a expansão da investigação acadêmica sobre temas relacionados à implantação do Corredor Bioceânico com participação de 36 pesquisadores da Argentina e do Brasil. Atende, assim, à ampliação temática proposta na Agenda de trabalho para 2023/2024, na reunião virtual da mesa de universidade em novembro de 2022, em Antofagasta, a partir de temas prioritários: Logística e transporte; comércio e cadeias de valor globais; aspectos legais; turismo; desenvolvimento local; integração linguística, cultural, acadêmica e de bem-estar; ensino superior; gestão da inovação; recursos naturais e migrações.

Os nossos agradecimentos a todos os pesquisadores que estão conosco nesta jornada e aos colegas da organização que colaboraram para a concretização desta obra.

Excelente leitura a todos!

Os organizadores

ENTRE LO LOCAL Y LO GLOBAL: MIRADAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE LA SALUD EN LA REGIÓN

*Omar Jere
Vilma Guzmán*

1. PRESENTACIÓN

La dinámica del mundo globalizado en las primeras décadas del siglo XXI, y el impacto que tiene en las sociedades que constituyen los distintos territorios, especialmente en esta parte del planeta, han llevado a los estados y organismos supranacionales a definir distintas acciones en su funcionamiento y ordenamiento. Los adelantos de la tecnología, han impactado en los distintos campos que conforman la realidad. Los desarrollos tecnológicos han cambiado el mundo, aceleraron el ritmo de las relaciones y acortaron las distancias. Sin embargo, los movimientos del mercado, las mercancías y los flujos de movilidad transnacional de gran parte de las personas en América del Sur, y especialmente en los territorios de frontera, al menos en el territorio del norte de Argentina, parecieran corresponder a dinámicas de centurias pasadas.

La provincia de Jujuy, está ubicada al norte de Argentina, en un contexto de tierra de frontera (Heyman, 1994). La ubicación y las condiciones sociohistóricas y socioproductivas del territorio provincial, tuvieron y tienen un alto impacto en su composición sociopoblacional. Jujuy presenta una población estimada, según datos provisorios del censo de 2022, obtenido de fuentes periodísticas, de 786.000 habitantes¹. Desde el punto geográfico presenta una variedad de ecoregiones que van desde un poco más de los 5000 metros hasta aproximadamente 500 metros sobre el nivel del mar; dividida en tres grandes ecoregiones: 1) la Puna y Altos Andes, 2) Monte de Sierra y Bolsones y, 3) las Yungas o selvas de montaña (Brown et al. 2005).

En un trabajo reciente (Jerez y Guzmán, 2022), señalamos que con la creación de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales en la Universitaria de Jujuy (en adelante UNJu), en 1985, se incrementaron las líneas de investigación focalizados en los procesos socioculturales en

¹<https://www.eltribuno.com/jujuy/nota/2022-5-22-1-0-0-jujuy-podria-tener-cerca-de-786-mil-habitantes#:~:text=Censo%202022,Jujuy%20podr%C3%ADa%20tener%20cerca%20de%20786%20mil%20habitantes,inform%C3%B3%20Indec%20para%20el%20pa%C3%ADs.>

la frontera entre Argentina y Bolivia. Esos estudios pioneros, en algunos casos dieron origen, en otros siguieron el debate de otras líneas precursoras en la academia argentina y de la región, respecto a los flujos migratorios transfronterizos y las nacionalidades en los espacios de frontera como un importante organizador de las relaciones productivas y de las relaciones interculturales. Algunos de esos trabajos analizaron especialmente la construcción de significados en relación con la imagen del migrante extranjero, tales como los vinculados al racismo (Bohe et al, 1992; Karasik, 1991).

Otros, estudiaron los procesos de urbanización y la construcción de periferias urbanas pluriétnicas, colocando el énfasis en los procesos migratorios, especialmente bolivianos (García Moritán, 1997; García Moritán y Echenique, 1991; Jerez, 1999; Jerez y Rabey, 1998; Mealla, 1995; Rabey et al, 1994, entre otros). En Jujuy, pese a compartir pasos fronterizos con Bolivia y Chile, el imaginario de frontera y la vinculación con éste último país, es muy bajo (Karasik, 2013) Caso contrario sucede con Bolivia, con quienes el flujo transfronterizo es de gran dinamismo, reflejado en la profusa producción bibliográfica.

En ese contexto, la UNJu, se ha constituido, desde su creación en un importante centro de construcción y coproducción de conocimiento científico, en torno a entender las dinámicas filosóficas, sociohistóricas, socioculturas, económicas y productivas, tanto locales como de la región. En este capítulo nos referiremos, en general, al papel que ha tenido y tiene la UNJu como universidad nacional, popular, pública y democrática, constituyéndose como un espacio de construcción y reflexión de saberes, tanto académicos como populares, y en particular, a la producción que se viene realizando en el campo de la salud desde una perspectiva social en la región.

I Lo global, lo local y el conocimiento popular

A fines del siglo XX, Bayardo y Lacarrieu (1997) señalaron un horizonte de interpretaciones de distintos científicos sociales sobre el fenómeno de la globalización, a través de variadas adjetivaciones a las que los investigadores refieren para explicar la globalización como problemática de la vida social contemporánea: modernidad-mundo (Chesnaux, 1995), transnacionalización (Hannerz, 1998), mundialización (Ortiz, 1994), economía-mundo, sistema mundial (Wallerstein, 1976), macdonalización (Sonntag y Arenas, 1996) entre otros.

En 2002, en el marco de un estudio sobre las migraciones transfronterizas y relaciones identitarias en contextos de frontera (Jerez, 2002), referíamos, que no hace falta decir que el proceso de

globalización no es un hecho reciente. Eric Wolf (1989) y Peter Worsley (1978) entre otros, expresaron la existencia de la globalización mucho más atrás del debate contemporáneo. Por un lado, Worsley nos señala que *“...objetivamente el mundo siempre ha sido uno, mucho antes de que las relaciones sociales de amplitud mundial se establecieran, mucho antes de que los españoles anclaran en América o los ingleses en la India. Incluso los cazadores y recolectores más primitivos nunca han estado aislados. La civilización ha atravesado de una sociedad a otra, ha cambiado y se ha añadido o perdido... Pero el contacto era de cuentas en un hilo, aunque... sin hilo alguno”* (Citado en Lacarrieu y Bayardo, 1997:13, el resaltado es nuestro). Por otro lado, Wolf (1989), nos hablaba de la globalización desde antes de la conquista de América.

Desde la caída del muro de Berlín, se instaló en el mundo académico -y en el no académico también- un discurso que sostiene el triunfo del modelo económico capitalista, por sobre un modelo socialista. Un triunfo que indica la expansión de occidente sobre el resto del mundo, aunque ya no como colonia sino a través del dominio y control de los mercados. En aquel trabajo de 2002, no fue la intención ahondar sobre las causas y efectos del resultado del tan mentado debate capitalismo vs. socialismo, sino más bien centrar la mirada en entender cómo estas posiciones triunfalistas dieron lugar a sostener la universalización de una cultura por sobre el resto. Este éxito fue más visible en la constitución de los megamercados o bloques regionales: CE, NAFTA, ALCA, Pacto Andino, MERCOSUR (Jerez, 2002). Este esquema, ha conducido al surgimiento de regiones supranacionales, las cuales buscan constituirse en nuevos polos de poder económico y político (Rosas Mantecón, 1992). A la vez se está produciendo una regresión del papel del Estado, que se está transformando en un ente regulador. Aunque ello exista más en el plano de la normativa, que en la práctica.

Como lo indica Renato Ortiz (1996), existe una historia de este movimiento totalizante. Tiene sus raíces en la expansión del capitalismo en los siglos XV-XVIII, en el advenimiento de las sociedades industriales, en la modernidad del siglo XIX. En el final del siglo XX se cristalizan un conjunto de fenómenos económicos, políticos, culturales, que trascienden las naciones y los pueblos. Son fenómenos que nos permiten hablar de la globalización de las sociedades y la mundialización de la cultura.

El mundo es visto como el cruce de las diversas intenciones transnacionales que inciden en las colonias o los países periféricos. El mundo estaría formado por un conjunto de civilizaciones que “inter” actúan entre sí. En este caso, la civilización occidental, una entre tantas

otras, tiene un papel destacado al imponer sus patrones de dominación junto a otros núcleos civilizatorios. Hay una cierta dilución de las fronteras que hace que las especificidades nacionales y culturales sean, de manera diferenciada, atravesadas por la modernidad-mundo. Así, hay sólo un tipo de economía mundial, el capitalismo, y un único sistema técnico. Sin embargo, es difícil sustentar el mismo argumento respecto de los universos culturales y a las relaciones interpersonales en los flujos transnacionales entre los países. Por ese motivo, Ortiz (1996) prefiere la utilización del concepto “globalización” para referirse a la economía y la tecnología. Mientras que se refiere al término “mundialización” para el dominio específico de la cultura. En este sentido, para Ortiz la mundialización se realiza en dos niveles; primero, es la expresión del proceso de globalización de las sociedades, que se arraigan en un tipo determinado de organización social, la modernidad es su base material. Segundo, es una “concepción del mundo”, un “universo simbólico”, que necesariamente debe convivir con otras formas de comprensión. En este último nivel, si bien refiere a cuestiones vinculadas a expresiones referidas al campo de las expresiones artísticas, como expresiones de la cultura, entendemos que el conocimiento cultural, para dar cuenta de diversas cuestiones, entre las que encontramos la salud, como y las formas de afrontarlas, son parte de ese mundo, de ese campo relacionado a lo cultural, como conocimiento popular.

Mario Rabey expresó, que la mayor parte de las personas de los sectores populares dependen de sus propios recursos cognoscitivos no sólo para satisfacer sus necesidades básicas sino para desempeñarse como productores y como trabajadores en el mercado. Las personas despliegan un conjunto de recursos cognoscitivos para explicar su propia sociedad y cultura, así como su ambiente sociocultural y natural. En ese sentido, se supone que el cuidado de la salud es un asunto que corresponde exclusivamente a los médicos. Sin embargo, una gran parte de los seres humanos continúa satisfaciendo sus necesidades más básicas sin el conocimiento generado por los especialistas, aplicando diseños y técnicas tradicionales y utilizando recursos locales (Rabey, 1990).

En la segunda mitad del siglo pasado, Bannerman (1979: 230, citado en Rabey 1990) calculó que dos tercios de la población de los países en desarrollo sigue dependiendo de sus sistemas médicos indígenas para el cuidado de la salud, incluso en situaciones donde se dispone de un sistema de salud "occidental".

Los procesos de transformación económica y globalización cultural desde fines del siglo XX, hasta la actualidad, han llevado a algunas líneas de investigación desde diversas disciplinas sociales a preguntarse quiénes son los propios y quiénes son los extraños en los escenarios sociales. En este escenario, se formulan interrogantes como ¿qué sucede cuando una “ciudad multiétnica”² y de frontera como Jujuy se ve impregnada por elementos de la globalización (medios masivos de comunicación, dinero virtual, mercancías de consumo masivo, etc)? Este nuevo orden mundial, trajo aparejado transformaciones que han sido conceptualizadas como globalización, basado en una vertiginosa aceleración de los procesos tecnológicos, especialmente la comunicación (Sonntag y Arenas, 1996), entre otros. ¿Esto tiene como consecuencia un pretendido modo de vida global?

En ese marco de dominio transnacional y hegemonía económica, nos surgen distintos interrogantes respecto a una multiplicidad de tópicos como la educación, las relaciones laborales, la religión, los componentes cosmovisionales, la salud. Así, en función del tema que nos interesa analizar en este capítulo, nos preguntamos ¿es posible pensar la salud en contextos transnacionales? ¿Qué papel le cabe a la salud en las lógicas del mercado y colonización del saber hegemónico tanto en su concepción como en su práctica, en los ámbitos locales?

Y, desde este lugar ¿qué papel juegan las Universidades, ubicadas en territorios alejados de las grandes metrópolis, en la liminaridad del estado nacional? ¿Qué tipo de conocimientos se producen en estas *universidades ubicadas en la periferia* y el impacto que tienen los conocimientos producidos desde ellas, en la región a través de su participación en la definición de las políticas públicas³ locales y nacionales en salud?

² En este trabajo se entiende por ciudad multiétnica, a un espacio de coexistencia de grupos de autoadscripción a diferentes pueblos que adscriben a distintas etnias. Sus habitantes son poseedores de un conjunto de atributos materiales y simbólicos, que puestos de manifiesto permiten identificar la relación vincular a una cultura determinada. Básicamente esta detentación y/o manifestación, está articulada a procesos de identificación étnica. La aceptación y manifestación de un atributo cultural, no está disociado de la participación de/en otras prácticas culturales. La confluencia cultural, lejos de ser un conflicto, es el punto de partida. La copresencia de diversidad sociocultural, entre lo que se destaca lo étnico, es un elemento que permite reflexionar sobre su cotidianidad y proyección en el mundo.

³ Las políticas públicas se pueden entender como un proceso que se inicia cuando un gobierno o una autoridad pública detecta la existencia de un problema y efectúa las acciones para eliminarlo o mejorarlo y termina con la evaluación de los resultados que han tenido las acciones emprendidas para eliminar, mitigar o variar ese problema

2. LA UNIVERSIDAD Y LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO CIENTÍFICO EN SALUD

Los abordajes antropológicos sobre la salud, permiten tener una perspectiva que involucra aspectos socioculturales de las personas, como sus historias, la valoración del cuerpo, del tiempo (pasado, presente y futuro), su identidad social, sexual, étnica. En síntesis, su sentido de pertenencia individual y colectiva de lo local en relación a lo global y viceversa. En ese sentido es importante diferenciar, primero, lo que se entiende por local y global en términos socioantropológicos, y segundo la definición del conocimiento local, como conocimiento cultural, con la distinción del sentido de los saberes, de y para. Finalmente, es necesario esclarecer desde qué lugar se define el concepto de salud.

Desde una perspectiva conservadora, la salud y su atención, ha sido tradicionalmente abordada desde enfoques científicos biomédicos, que Eduardo Menéndez refiere como sistema médico hegemónico (Menéndez, 1988). En los últimos años, se han incorporado saberes y prácticas vinculadas a la ancestralidad y englobadas en la denominación de medicina intercultural, con la emergencia de nuevos actores locales. En la convergencia de otras vertientes, se conforman también, enfoques como salud social y salud colectiva. En palabras de Alcántara Moreno, “la salud es un fenómeno que trasciende el campo exclusivamente médico, por lo que requiere de la intervención de otras disciplinas, como las ciencias sociales, para establecer análisis, síntesis y diagnósticos más acertados y con mayor utilidad explicativa” (Alcántara Moreno, 2008:100).

La salud, como concepto polisémico, se unifica desde los consensos de la comunidad científica en organismos internacionales como la OMS y la OPS. Desde el pronunciamiento de la Primera Conferencia Internacional sobre promoción de la salud, la salud se problematiza en sus definiciones negativas que la diferenciaban de la

(Ministerio de Salud, Presidencia de la Nación Argentina. Módulo N°5. Políticas de Salud. Disponible en: https://bancos.salud.gob.ar/sites/default/files/2018-10/0000001030cnt-modulo_5_politicas-salud.pdf). Según Jaime et al (2013) las políticas públicas implican, o son la resultante de conflictos entre actores sociales, económicos y políticos que se manifiestan al interior del sistema político. Según esta concepción las políticas públicas tienen una matriz societal, puesto que estas “respuestas” que brinda el sistema político a esas demandas (preferencias) conflictivas entre sí son el reflejo de las luchas de poder que al interior del sistema político entablan estos actores a partir de la asimétrica posición que estos poseen y la desigual distribución de recursos que pueden movilizar para ver realizadas o satisfechas sus propias preferencias.

enfermedad. Expresando una redefinición de su sentido, de pensarla como objetivo a “fuente de riqueza de la vida cotidiana” (Carta de Ottawa,1986). De este hito, seguramente, podrían identificarse una extensa lista de otros conceptos y usos sobre la salud y su promoción (Colomer, Álvarez y Dardet, 2006; OMS, 2005; Restrepo y Málaga, 2001; UNESCO, 1997), tanto de estos organismos, como de pensadores/as que acompañan los discursos oficiales o, conforman parte de la resistencia académica que construyen visiones alternativas sobre la producción y construcción de saberes en salud.

Pensar hoy la salud desde el conocimiento local, exige construir una mirada que se implique en el territorio transfronterizo y las relaciones socioculturales transfronterizas. Ubicarnos en la línea de trabajo que pretendemos construir en este escrito, nos convoca a resignificar la salud -y su abordaje- desde una perspectiva, que en palabras de Souza Santos, se definiría como la “descolonización del saber” (Souza Santos, 2009). Contrariamente con el propósito de desacreditar la ciencia, se expresa la necesidad de un diálogo de saberes, en la respuesta al “para qué” de la construcción del conocimiento y el impacto de este conocimiento en la realidad. Convoca tanto a la Universidad como a los actores locales, a trabajar para construir conocimiento para la transformación social, no para sino con y desde los colectivos sociales. Recuperando las voces y saberes de los históricamente “ausentes”.

Si la pretensión es realzar el lugar de voces silenciadas o experiencias vitales muchas veces anuladas en las formulaciones de estrategias sociosanitarias, la salud, además de las dimensiones destacadas en sus heterogéneas formulaciones conceptuales, involucra fuertemente el componente subjetivo de cómo se simboliza e interpreta esa realidad. Sostenemos entonces, que la salud debe ser entendida como un complejo que involucra los aspectos emocionales y fundamentalmente subjetivos, en vinculación con el entramado cultural y contextual. Es decir, la percepción holística de la persona en tanto sujeto, perceptor y vivenciador de esas variables (económicas, ambientales, políticas, sociales, tanto materiales como simbólicas) que pueden definir los modos y estilos de vida -individuales y colectivos- en salud.

Lo que se vislumbra como horizonte, es el trabajar desde los espacios donde se producen y generan conocimientos; la construcción de conocimientos y saberes no solo desde el campo de lo científico, sino desde los saberes que incluyan a los conocimientos y saberes populares y ancestrales sobre salud, en el mismo rango de equidad y

reconocimiento de salud que tiene desde el campo de lo científico, desde el campo de las ciencias médicas. La Universidad, como institución social, permeada por los procesos sociales y de salud, se posiciona desde esta lógica como productora no sólo de conocimientos científicos, sino de un abanico de saberes respecto a la salud. De espacios, tiempos, posibilidades de trabajar desde y para la salud de la población.

Esta perspectiva, no significa no tener en cuenta el impacto de lo global en los espacios locales, y por ende en las personas que transitan y viven su cotidianidad en esos espacios. Es en este punto de claridad conceptual, que se propulsa la generación de prácticas inclusivas, que atiendan precisamente, a la heterogeneidad de expresiones materiales y simbólicas en salud. La noción de inclusión involucra un sentido de respeto sobre lo diverso, en la conformación del campo de acción de las personas. Estos campos están constituidos esencialmente por su cultura, y la forma en que la expresan a partir de las relaciones con los otros y, de los espacios contextuales, en donde se producen esos puntos y espacios de encuentro; toda vez que se reconstruyen y recombinan en la interacción.

Pensar la Universidad como productora de conocimiento en la región conlleva el debate urgente sobre la construcción de la salud desde las Ciencias Sociales. Y en el diálogo de saberes, el reconocimiento y legitimación de la ancestralidad y lo popular.

3. LA CONFIGURACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN SALUD: APORTES PARA EL DISEÑO, GESTIÓN Y EVALUACIÓN DE PROPUESTAS EN EL MARCO DEL CORREDOR BIOCEÁNICO

En los espacios de frontera, las dinámicas y flujos transnacionales de personas, se dan al menos dos tipos de dinámicas. Una que podríamos denominar *integración de hecho* y la otra *integración formal*. La integración de hecho, refiere al flujo de relaciones entre los habitantes del espacio de frontera, a través de un flujo casi natural, que realmente se da de manera espontánea. El habitante de la frontera, el que vive en las tierras altas⁴, como por ejemplo Susques y La

⁴ Tierras altas es una denominación de las humanidades y ciencias sociales en los estudios americanistas recientes que refiere al espacio andino como constitución cultural de las “altas” culturas andinas. Que connota en Jujuy y el Noroeste Argentino el desarrollo agrícola y ganadero y la institución estatal. Tal como puede reconocerse en la forma cultural del culto andino en las tierras altas a la divinidad de la tierra o Pachamama. En relación a esta configuración espacial y cultural civilizatoria. En: Cruz, Enrique N. (2021)

Quiaca ó los que viven en las tierras bajas⁵ como Aguas Blancas y Salvador Mazza no construyen al otro como otro diferente, sino como alguien cercano, por elementos identitarios comunes por encontrarse en territorio de frontera.

Viven el territorio, en la total magnitud de su heterogeneidad, como siempre lo hicieron, como lo fue ancestralmente y como lo resignifican en la actualidad, en un constante flujo de ir y venir de un lado para otro, según el pulso de los intereses coyunturales; más allá de las consecuencias que puedan tener las medidas preventivas respecto a las enfermedades o las medidas de control respecto a la economía. Los virus no conocen de límites transnacionales, de fronteras formales, de puentes internacionales.

Estos colectivos, comparten realidades y problemáticas – sociales, ambientales-. A medida que las acciones preventivas, de cuidado y atención a la salud, sean abordadas en conjunto, serán mucho más efectivas en su abordaje y en la búsqueda de resultados positivos para la población en su conjunto.

Eso es una cuestión de hecho. Luego existe el plano de lo formal, que tiene que ver con las normativas, leyes y prescripciones. Estos son procesos de lenta formulación y aplicación, mientras que lo *de hecho* es dinámico, lo *formal* a veces, que tiene gran impacto a partir de las definiciones en políticas que propendan a la búsqueda de soluciones, llevan más tiempo. Los tiempos de las personas que viven en la frontera, son tiempos diferentes a los tiempos de los sectores que definen la normativa de la política. Esto último, en gran parte es debido a la búsqueda de consensos políticos entre los sectores locales, nacionales e internacionales y a la elaboración de los tecnicismos normativos y a los protocolos de acción, que incluyan los intereses de los sectores involucrados.

Partiendo de estas apreciaciones ¿cuál es el lugar de la Universidad en la definición de políticas públicas? ¿Cuánto del conocimiento sobre salud que se genera en ámbitos académicos, se emplea como insumo para la generación de políticas sobre salud? Un estudio realizado por el comunicador social, escritor y militante por los derechos humanos Reynaldo Castro (2009), concluyó que los/as

⁵ Tierras bajas es una denominación de las humanidades y ciencias sociales en los estudios americanistas recientes, que refiere en el ámbito regional de la Provincia de Jujuy al espacio histórico denominado como “Chaco”. Una denominación cultural con registros prehispánicos, inca, colonial y moderno. Al respecto de la constitución de la denominación para el espacio regional del Tucumán y Jujuy (Cruz, E.N, e/p).

investigadores/as de la UNJu expresaron que sus producciones ni ellos/as habrían sido consultados/as desde los sectores políticos partidarios o agentes gubernamentales (locales, provinciales o nacionales) al momento de la definición o diseño de políticas públicas, en distintas órbitas de gestión.

En el panorama actual, se evidencia en este sentido, la desarticulación entre las políticas gubernamentales y el conocimiento científico de la Universidad. ¿Es la Universidad quien desarrolla investigaciones o acciones extensionistas con escaso impacto social? ¿cierra su saber entre los límites de sus aulas y unidades de trabajo? o ¿es una deuda de los equipos de gestión, diseño y evaluación de políticas, planes y programas de salud, que desoyen los conocimientos científicos, sobre los cuales sostener sus políticas públicas?

La Universidad es el lugar desde donde se puede pensar la complejidad sociocultural, socioeconómica y ambiental. Es el espacio propiciatorio para el encuentro de los saberes que provienen del campo de las ciencias y del campo de lo popular. Al menos, eso se ve reflejado no tan solo en la densidad de investigaciones que se radican y financian desde la UNJu, sino fundamentalmente en la diversidad de campos disciplinares y escenarios en donde se ejecutan.

En los últimos años, el campo de la investigación, ha trascendido su protagonismo, para que las acciones de allí emanadas, sean fruto de aplicación para el desarrollo de iniciativas en el campo de la extensión universitaria. Así, en un rol protagónico, la Universidad Nacional de Jujuy, desarrolla de manera sostenida y continua los fundamentos de su constitución, que son la formación/docencia, investigación y extensión. En ese marco, en los últimos años, la UNJu ha participado, sobre todo en distintos de foros, nodos y nexos que nuclearon a Universidades de la región, en la gestación de actividades de gestión interinstitucional del saber y del conocimiento académico y local (SICOR SUR, CRISCO, Cátedra Araucaria, etc.).

De ahí, la importancia de la construcción de nexos, espacios y foros como los de UNIRILA, que trabajan en la construcción de espacios articuladores de conocimientos que buscan pensar el territorio como un todo complejo, que excede el campo de lo local y lo nacional, y piensa el territorio como un espacio sociocultural, socioeconómico, sociopolíticos, eco ambiental integrado e inclusivo. Aquí cobra fuerza el trabajar en propuestas de investigación entre Universidades de la región, en articulación con los gobiernos locales y nacionales, para tener respuestas más holísticas y menos fragmentadas a los problemas emergentes en el territorio del corredor bioceánico.

De lo expresado en las líneas precedentes, se contemplan como ejes de importancia, a considerar en el proceso de planificación, ejecución y valoración de políticas, programas o proyectos vinculados a la salud en la región.

- Ampliar, en la comprensión de los procesos en salud individual y colectiva, los significados atribuidos y percepciones en torno a la salud y vida cotidiana, salud y cultura, salud y enfermedad.
- Fomentar la construcción de aportes y producción de conocimientos desde las Universidades de la región, orientadas al territorio - entendiendo al territorio, según la concepción abordada en este trabajo-.
- Reconocer la complejidad en el abordaje de la salud de la población. Siguiendo el viejo adagio de que la política y la economía son muy importantes como para dejarlas sólo en manos de políticos y economistas; la salud presenta una trama de alta complejidad, para sólo ser pensada desde el ámbito de la medicina. De manera tal que su reflexión debe ser abordada desde la riqueza de una mirada holística, y no restringirse sólo a un análisis biomédico, dejando de lado otras dimensiones de análisis, como la que se propone desde el campo de lo social y desde el saber popular.
- Convocar, en la delimitación y proyecciones de las políticas en salud, la inter y transdisciplinariedad, en donde la Antropología es central por sus orígenes, para la formación y el reconocimiento del otro como producto de conocimiento y parte del todo. Un otro, como forma de expresión de la cultura, como forma de vida.
- Apuntar a la integralidad de las prácticas académicas de la Universidad, en donde sus funciones de docencia, investigación y extensión, convergen desde la responsabilidad social, en aportes reales y significativos para la comunidad.
- Alentar la participación social y a la ruptura de la falsa dicotomía entre lo académico y lo no académico. Esto, con la pretensión de que la comunidad local, reoriente su rol de destinatarios a protagonistas del cambio. Afianzándose como ámbitos de construcción de aprendizajes, de investigación y pensamiento.

Por último, pensar la salud desde ese lugar, requiere un punteo sobre los emergentes del corredor, como problemas de conocimiento, como problemas científicos que compartimos referidos a la salud: enfermedades regionales salud sexual, prevención de enfermedades,

dengue, chicungunia, sika, entre otras, que, particularmente, compartimos con Paraguay, Bolivia, Brasil y Chile. Ante cualquier iniciativa de prevención de enfermedades o promoción de la salud en zonas de frontera, en su análisis e intervención, no debiera circunscribirse a una preocupación regional, por el contrario, a la heterogeneidad de países que conforman el territorio. Pensar acciones colectivas transnacionales, dado que los determinantes de la salud⁶, son condicionantes que exceden las fronteras, y requieren por ello, el trabajo sobre miradas transnacionales en la búsqueda de respuestas.

4. REFLEXIONES FINALES

La publicación de este trabajo, en un libro que señala, a la vez que recupera la heterogeneidad de abordajes sobre la complejidad de las realidades de la región y de los territorios, muestra el anclaje, la presencia de la UNJu en el territorio.

En lo que respecta particularmente a la presente contribución, es importante resaltar la importancia de abonar espacios de construcción de conocimientos científicos en donde intervengan las diversas disciplinas que constituyen las carreras formativas de la UNJu, desde donde se propicien diálogos que tomen como base de sustentación esos conocimientos. Así el conocimiento científico, se nutre también de la heterogeneidad de conocimientos y saberes populares, muchos de ellos de gran anclaje en la ancestralidad, sobre todo los que tienen su base de sustentación en los pueblos originarios.

El tema de la salud, no es algo menor. Las dinámicas de los flujos transnacionales van a ser cada vez más acentuados. Al acentuarse esos flujos transnacionales, se acentúan a la par, los flujos de información, la circulación de enfermedades, pero sobre todo va a circular la percepción y los imaginarios de salud de distintos lugares, es decir tanto de los lugares locales, de los espacios propios, como de los lugares y espacios extraños.

La Universidad Nacional de Jujuy, se ha transformado en un importante centro de producción de conocimiento científico respecto a las formas de percepción de la salud y la enfermedad en la región. Desde ese lugar, el presente artículo, es una contribución a pensar la salud, y

⁶ Los determinantes sociales se desarrollan específicamente en el área de la salud en referencia al derecho de acceso a la salud entendida, como la posibilidad de contar con los medios para acceder a los sistemas de salud y al goce de buena salud en condiciones de igualdad a todos los habitantes. Hablar de determinantes sociales es referir a las circunstancias que funcionan como condicionantes u obstáculos para el acceso a la salud (Rosas Villarubia, 2021).

los conocimientos y saberes que se generan en torno a ella. Esto, en el contexto de impacto que seguramente generará la dinámica del corredor, que ya existe, pero que se consolida a través de la recreación de este corredor bioceánico que se desarrolla sobre canales y líneas de comunicación ya preexistentes. En muchos casos mejorándolos, en otros, reconstruyéndose.

REFERENCIAS

- ALCÁNTARA MORENO, G. La definición de salud de la Organización Mundial de la Salud y la interdisciplinariedad. *Sapiens. Revista Universitaria de Investigación*, 9(1) 2008.
- BANNERMAN, R. H. Traditional medicine in health services. In *SIMPOSIO INTERNAZIONALE SULLA MEDICINA INDIGENA E POPOLARE DELL'AMERICA LATINA*: 229-233. Roma, 1979: Instituto Italo Latino Americano. Bayardo, R. y Lacarrieu, M. (compiladores) *Globalización e Identidad Cultural*. Ediciones CICCUS. Argentina, 1997
- BOHE, D.; JEREZ, V.; MEALLA, A.; ORTIZ, G y J. RODRIGUEZ. Los discursos sociales en Jujuy. Discurso del racismo. *Cuadernos 4*: 133-136. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNJu, 1992
- BROWN, A.; MARTINEZ ORTIZ, U.; ACERBI, M.; CORCUERA, J. (Eds) (2005). *La Situación Ambiental Argentina*, Fundación vida silvestre, Argentina, 2005.
- CASTRO, R. *Científicos de Jujuy* (producción, introducción y notas: Reynaldo Castro). San Salvador de Jujuy, EdiUnju, 160 págs, 2009
- CHAPELA MENDOZA, M. "Promoción de la salud. Un instrumento del poder y una alternativa emancipatoria", 2007.
- CHESNAUX, J. *Modernidade-Mundo*. Vozes, Petrópolis, 1995
- COLOMER R. C., ÁLVAREZ & DARDET D. C., *Promoción de la salud y cambio social*. 1ra Ed. Elsevier-Masson. 2006
- CRUZ, E.N. Historia y memoria autoetnográfica acerca de la divinidad y el culto andino de la tierra en el Noroeste Argentino, *Revista Interdisciplinar de Literatura e Ecocrítica (RILE)*, N° 1, volumen 6, jan.- fev. 2021, pp. 54-74. Disponible en: <http://aslebrasil.com/journal/index.php/aslebr/article/view/129/92>
- CRUZ, E.N., *The Chaco de Jujuy: An Indigenous Borderland in Sixteenth- and Seventeenth-Century Colonial Tucumán*, en *The Indigenous*

Borderlands of the Americas, editado por Joaquín Rivaya-Martínez (Norman: University of Oklahoma Press, en preparación, 2023).

FLACSO. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (2011). *Determinantes Sociales de la Salud*. Disponible en: http://salud.ciee.flacso.org.ar/files/flacso/Man_Flacso/Modulo_1Parte2_Flacso_2011.pdf

GARCÍA MORITÁN, M. (1997) *Campo Verde*. Un proyecto urbano basado en la auto-organización. Tesis de Licenciatura en Antropología. FHyCS. UNJu.

GARCÍA MORITÁN, M. Y ECHENIQUE, M. (1991) Lógica de la localización de los pobres urbanos en Jujuy. *Cuadernos 2*: 9-11. FHyCS, UNJu.

HANNERZ, Ulf. *Conexiones Transnacionales*. Cátedra. Madrid. 1998, 1992

HEYMAN, J. Mcc. (1994). The Mexico-United States Border in Anthropology: A Critique and Reformulation. *Journal of Political Ecology*, 1: 43-65, 1994

<https://www.eltribuno.com/jujuy/nota/2022-5-22-1-0-0-jujuy-podria-tener-cerca-de-786-mil-habitantes#:~:text=Censo%202022-,Jujuy%20podr%C3%ADa%20tener%20cerca%20de%20786%20mil%20habitantes,inform%C3%B3%20Indec%20para%20el%20pa%C3%AAs>. Acceso em 22 mayo 2022

JAIME, F.; DUFOUR, G.; MARTÍN, A.; AMAYA, P. *Introducción al análisis de políticas públicas*. Disponible en: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/icsya-unaj/20171114040327/pdf_1260.pdf, 2013.

JEREZ, O. y GUZMÁN, V. Juventud y sexualidad en contextos de frontera: un estudio en instituciones educativas de nivel medio de la ciudad de La Quiaca. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, Ediciones complutense. REDC, 49(1), 95-104, 2022.

JEREZ, O. y RABEY, M. La construcción del espacio en la periferia urbana: El caso de San Pedro de Jujuy. En: *Cuadernos de Antropología Social*. UBA, Buenos Aires, 1998.

JEREZ, O. *De Evacuados a asentados: una etnografía de la periferia urbana*. Ed. UNJu, 1999.

KARASIK, G.A. La mecanización en la industria azucarera jujeña: El discurso de los agentes sociales. *Cuadernos*, 2: 13-15, 1991. FHyCS, UNJu. Karasik, G.A. (coord.) *Migraciones Internacionales*. Reflexiones y

estudios sobre la movilidad territorial contemporánea. Buenos Aires: CICCUS, 2013.

KARASIK, G.A. *Franja fronteriza y frontera nacional: Susques y la formación de la frontera septentrional argentino-chilena*. En: Benedetti, A. compilador, Puna de Atacama. Sociedad, economía y frontera, Alción, Córdoba, 2002.

MEALLA, A.M. *Construcción del espacio urbano en Perico*. Tesis de Licenciatura en Antropología. FHyCS, UNJu, 1995

MENÉNDEZ E. L. *Modelo Médico Hegemónico y Atención Primaria*. Segundas Jornadas de Atención Primaria de la Salud. 1988 30 de abril al 7 de mayo. Buenos Aires. Pág. 451- 464, 1998.

Ministerio de Salud, Presidencia de la Nación Argentina. *Modulo N°5. Políticas de Salud*. Disponible en:
https://bancos.salud.gob.ar/sites/default/files/2018-10/0000001030cnt-modulo_5_politicas-salud.pdf

Organización Mundial de la Salud [OMS] *Carta de Ottawa para la promoción de la salud*. Disponible en la página de internet:
<http://www.paho.org/Spanish/AD/SDE/HS/OttawaCharterSp.pdf>. 1986

Organización Mundial de la Salud [OMS] *Carta de Bangkok para la promoción de la salud en un mundo globalizado*. Disponible en:
www.who.int/healthpromotion/conferences/6gchp/BCHP_es.pdf. 2005

Organización Mundial de la Salud [OMS] *Determinantes sociales de la salud*. Recuperado de: http://www.who.int/social_determinants/es/. 2018

Organización Panamericana de la Salud *Promover la salud en la escuela. ¿Cómo construir una escuela promotora de salud?*. Buenos Aires. OPS/ARG/. 18: 31. 2018.

Organización Panamericana de la Salud [OPS] *Declaración de Alma-Ata. Conferencia Internacional sobre Atención Primaria de Salud, Alma-Ata, URSS, 6-12 de septiembre de 1978*. Disponible en:
www.paho.org/spanish/dd/pin/almaata25.htm

ORTIZ, R. *Mundializacao e Cultura*. Sao Pablo, Editora Brasiliense, 1994.

ORTIZ, R. *Otro territorio*. Ensayos sobre el mundo contemporáneo. Universidad Nacional de Quilmes. Bs.As.,1996.

- RABEY, M. Conocimiento Popular y Desarrollo. En: Medio Ambiente y Urbanización, 31. *IIED*. Buenos Aires, 1990.
- RABEY, M. Y JEREZ, O. La sustentabilidad está en la gente. En: JEREZ, O. y RABEY, M. (Comp.). *Procesos de urbanización en Argentina: una mirada antropológica*. Ed. UNJu, 2000.
- RABEY, M.; ABDALA, C.; NARASKEVICIUS, M. y GARCÍA MORITÁN, M. Hacer una historia no es como dicen los libros: Luchas por el significado en torno a la construcción de la historia en Campo Verde. *Cuadernos 4*, FHyCS, UNJu, 1994
- RESTREPO H. E. & MÁLAGA H. *Promoción de la salud: cómo construir vida saludable*. Ed. Pan American Health Org, 2001.
- ROSAS MANTECÓN, Ana. Globalización cultural y antropología. En: *Alteridades 3* (5). México, 1992.
- ROSAS VILLARRUBIA, I. *El acceso a la justicia y su relación con el determinante estructural de la pobreza*. Su impacto actual en la localidad de Berón de Astrada, provincia de Corrientes. [Tesis de Maestría], Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales: Universidad Nacional de Jujuy, 2021.
- SONNTAG, H. Y ARENAS, N. Lo global, lo local, lo híbrido. Aproximaciones a una discusión que comienza. En: CROVI DRUETTA, D. (coord.), *Cultura Política. Información y comunicación de masas*. Asociación Latinoamericana de Sociología, México, 1996.
- UNESCO, *Promoción y Educación para la Salud*. Disponible en: www.unesco.org/education/uie/confintea/pdf/6b_span.pdf. 1996
- WALLERSTEIN, I. The modern world system. New York, *Academic Press*, 1976.
- WOLF, E. *Europa y la gente sin historia*. México. F.C.E., 1989
- WORSLEY, P. *El Tercer Mundo*. Siglo XXII, México, 1978.

MAGNITUDE OF TUBERCULOSIS ON THE BIOCEANIC ROUTE: AN EPIDEMIOLOGICAL DESCRIPTION¹

*João Pedro Arantes da Cunha
Ana Maria Campos Marques
Ruberval Franco Maciel*

1. INTRODUCTION

The Bioceanic Road Corridor, also called Latin American Integration Route (RILA) or Bioceanic Route, is a road corridor with a length of 2,396 kilometers, which intends to connect the Atlantic Ocean to the ports of Antofagasta and Iquique, in Chile, passing through Paraguay and Argentina, comprising four countries: Brazil, Paraguay, Argentina and Chile. Its objective is the construction of state cooperation and integration of the South American continent, initially known as Regional Infrastructure Integration, composing a corridor or an integration route with the flow of production from these countries through the Pacific Ocean, thus minimizing operating costs, financial, enabling integration of the continent and also reducing the route to Asia, which leads to a reduction in time for production to arrive (Asato *et al.*, 2019; Ferreira; Castilho; Oliveira, 2019).

The Route has been a topic of discussion in Brazil and, specifically in Mato Grosso do Sul, since the mid-2000s. However, it was only in 2017 that the theme matured and, more specifically in this office, the emphasis returned to the potential of effectiveness of the same to the state. Its operation is initially driven by a bias towards the activity of logistics and transport as an alternative to transporting grains and promoting a more accelerated distribution of production and, secondly, by tourism. With its completion, the vector of the Corridor is to connect Mato Grosso do Sul, on the border of Porto Murtinho with the Republic of Paraguay, from a new binational bridge, passing through Paraguay and Argentina until reaching Chile. Its construction will increase the Mato Grosso do Sul economy, in relation to logistics companies and in the strengthening of new tourist potentials (Asato, *et al.*, 2019; Ferreira; Castilho; Oliveira, 2019).

¹ Artigo publicado na Revista Interações v. 22, n. 4, out./dez. 2021 - Dossiê II: Desafios da Integração na Rota Bioceânica (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile)

Many studies claim that there is potential for economic growth with the construction of the Route, however, they indicate the possibility of social problems such as sexual exploitation, urban violence, basic sanitation and lack of access to goods and services, a panorama that can be intensified in the absence of public policies that accompany the process (Asato, *et al.*, 2019; Ferreira; Castilho; Oliveira, 2019).

Located in the Brazilian Central-West Region, Mato Grosso do Sul borders Paraguay and Bolivia, covering a total length of 1.578 km, along which 12 municipalities are located, including Porto Murtinho, Ponta Porã and Mundo Novo. According to the 2010 Demographic Census, the state had 2.449.024 inhabitants, 12.5% of whom lived in the border municipalities and 87.5% in the other interior municipalities and capital (Marques *et al.*, 2014).

The intense flow of people and movement of people along the Bioceanic Route contributes to a greater circulation of pathogens such as *Mycobacterium tuberculosis*, the causative agent of tuberculosis, which is among the most prevalent infectious diseases worldwide. According to the World Health Organization [WHO] (2011), one third of the world population is infected with *Mycobacterium tuberculosis*, and the annual number of incidences is estimated at about 8.8 million per year (Oliveira *et al.*, 2014). In this scenario, approximately one third of sick individuals have a positive bacilloscopy, characterizing active tuberculosis and, therefore, they can be transmitters of the disease.

Regarding advances in diagnosis and treatment, tuberculosis remains one of the main health problems globally and one of the most important causes of death in underdeveloped and developing countries. In Brazil, the disease follows the global pattern of decline, although in some population segments its concentration levels exceed the national average, especially in the homeless, indigenous, black and prison population, as well as in those with Human Immunodeficiency Virus (HIV) and other associated diseases/diseases, such as smoking and alcoholism (MARQUES *Et al.*, 2014). In addition, Brazil is one of the 22 countries that concentrate 80% of the global burden of the disease, with an algorithm of 4.500 deaths per year (BRASIL, 2020).

Although Brazil has experienced a certain reduction in the incidence of the disease over the past few years, the problem is still far from being eliminated. In 2015, more than 63 thousand new cases of tuberculosis were diagnosed, among which 6.800 in people living with HIV (Brasil, 2016).

The disease is transmitted from the expulsion of bacilli through the respiratory route and among the factors that contribute to the transmission, urban settlements, poor sanitary conditions, poor access to health services and associated comorbidities such as alcoholism, diabetes mellitus, smoking stand out, the use of illicit psychoactive substances and, mainly, HIV co-infection (Oliveira *et al.*, 2014). Faced with this statement, populations with low socioeconomic conditions are those with greater risk/vulnerability to contract the disease.

In accordance with the clinical and epidemiological data on tuberculosis in the world driven by the epidemic of people living with HIV at the time, the WHO declared tuberculosis a world emergency in 1993. In 2003, the Ministry of Health established the disease as one of the five diseases control priorities in the country, inserting it in projects and action plans, in addition to gathering information and activities in the National Tuberculosis Control Program (PNCT). Among the main objectives of the PNCT are the establishment of the goal of curing 85% of the sick and having an incidence below 25.6 cases per 100.000 population by 2015, which has not been met so far, in addition to reducing the dropout rate treatment and avoid the emergence of resistant bacilli, thus enabling the effective control of the disease (Brasil, 2003; Gaspar *et al.*, 2016).

Therefore, it is possible to conclude that the diagnosis and treatment success rates remain stagnant, characterizing the inefficiency of the health system acting in the clinical course of the disease. Therefore, it becomes more viable to encourage the development and adaptation of new proposals that aim to alleviate this problem in the country, eradicating the transmission of the disease and reducing the delay in its diagnosis. This context points to the primordality of constant surveillance of epidemiological indicators, whose monitoring allows assessing the results of actions and the magnitude of the problem in a given location, proposing health plans and policies that can impact on the reduction of incidence rates, prevalence and mortality (Silva *et al.*, 2017).

In 2017, 1148 new cases of Tuberculosis (TB) were registered in the state of Mato Grosso do Sul (MS). Interspersed with this numbered, we sought to relate this incidence by the municipalities in the state that are part of the RILA, to obtain concrete data regarding the situation of these populations in the field of health, based on the epidemiological bulletin of Mato Grosso do Sul.

In this context, this research project intends to evaluate the epidemiological situation of the interior municipalities of Mato Grosso

do Sul inserted in the context of the Route, so that it is possible to analyze the descriptors and the health situation of their population, as well as the related sociocultural aspects, which can interfere directly and indirectly with the socioeconomic objectives of the expanding Corridor.

Therefore, considering the environmental, social, economic, demographic and cultural particularities that contribute to the diversity of diseases and their behavior in each region, as well as the lack of recent analysis of the data provided by the Notifiable Diseases Information System (SINAN) , this research aims to describe the magnitude of tuberculosis in the period 2015-2020 in six Brazilian municipalities in Mato Grosso do Sul located on the Route's expansion line, bordering the border with Paraguay, estimating the incidence of tuberculosis and its diseases and associated health problems reported in the health services of the municipalities in the state of Mato Grosso do Sul that are part of the Bioceanic Route.

As the Route is an important geographic-economic resource with great translocation, movement and transit of people, it is hypothesized the increase in the incidence of TB in these municipalities that make up this large route for the movement of people, goods and products of international commercial value. For this reason, this study aimed to estimate the incidence of TB and the main comorbidities and health problems in the five municipalities in the state that are part of the Bioceanic Corridor.

2. METHODS

The research was carried out through a retrospective, quantitative and cross-sectional, descriptive and documentary approach, based on secondary data, as it analyzed the epidemiological and sociodemographic profile of patients diagnosed with tuberculosis and associated diseases in health services of the municipalities analyzed and notified in the National System of Notifiable Diseases (SINAN). The sample consisted of all cases of tuberculosis diagnosed, notified and registered in the SINAN database in the municipalities of Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque, Porto Murtinho, Sidrolândia and Campo Grande, in the state of Mato Grosso do Sul, in the period from January 2015 to December 2020. The database was provided by the State Health Department of Mato Grosso do Sul, headquartered in Campo Grande, MS (SES/CG-MS), as standardized by the Ministry of Health.

The analyzed variables contained in the SINAN database included sociodemographic and epidemiological data, such as gender,

age, ethnicity, education, occupation/profession, reporting health unit, origin of cases, type of entry (new case, abandonment, recurrence and others), forms of TB (pulmonary and extrapulmonary), diseases and associated diseases, such as diabetes, hypertension, smoking, HIV, alcoholism and use of psychoactive substances, tests performed for diagnosis.

For data analysis, Bioestat 5.0 and Excel 2016 were used. The population data needed to calculate the indicators were obtained through the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), using the 2010 census and inter-census projections for the other years of the time series. Cases with altered diagnosis, transfers, duplicate notifications and patients not residing in the respective municipalities were excluded from the research. To calculate the incidence coefficient, the total number of cases/100.000 inhabitants and the IBGE population base were used. Project approved by the Research Ethics Committee (CEP) and National Research Ethics Commission (CONEP), n. 4.728.030/May 2021. STROBRE checklist was used for observational and cross-sectional studies in epidemiology to assess the merits of the research.

3. RESULTS

Between 2015 and 2020 there were 261 notifications as follows in the municipalities covered by the survey: 18 patients (6.89%) from Guia Lopes da Laguna, 119 from Jardim (45.59%), 16 from Nioaque (6, 13%), from Porto Murinho 23 cases (8.81%), from Sidrolândia there were 46 (17.62%), from Campo Grande there were 39 cases (14.94%), all of whom were residents of the other 5 municipalities already mentioned: 1 from Guia Lopes da Laguna, 6 from Jardim, 10 from Nioaque, 5 from Porto Murinho and 17 from Sidrolândia. Considering the city of origin, 19 cases came from Lopes da Laguna guide (7.27%), 125 cases from Jardim (47.89%), 26 from Nioaque (9.96%), 28 from Porto Murinho (10, 72%), 63 from Sidrolândia (24.13%).

In the chronological comparison of TB cases, 34 occurred in 2015 (14.52%), 45 in 2016 (19.23%), 38 in 2017 (16.23%), 52 in 2018 (22.22%), 49 in 2019 (20.94%), 43 in 2020 (18.37%). New cases corresponded to 210 of the total notifications, 1 case was notified after death, 17 were relapses, 18 relapses after treatment dropout, and 17 transfers.

Of this population, 30 were deprived of liberty (11.49%) and 5 (1.91%) were homeless. A total of 222 (85.05%) lived in an urban area, 36 (13.79%) in a rural area and only 1 in a peri-urban area.

The distribution by sex/gender, 175 (67.05%) were male and 86 (32.95%) were female. Taking into account the age at diagnosis, between 0 and 19 years, 7 cases (2.68%) were reported, between 10 and 19 years, 12 cases (4.59%), between 20 and 29 years, 50 cases (19.15%), between 30 and 39 years, 68 cases (26.05%), between 40 and 49 years, 44 cases (16.85%), between 50 and 59 years, 46 cases (17.62%), and over 60 years, totaled 35 cases (13.4%). According to the declared ethnicity, 149 were brown (57%), 77 white (29.5%), 16 black (6.13%), 16 indigenous (6.13%), 1 yellow (0.38%) and 2 ignored (0.76%).

Table 1 – Distribution of all tuberculosis cases reported to Sinan in the municipalities of the Bioceanic Route from 2015 to 2020 according to gender and age group

Sex and age	N	%
Total of cases	264	100%
Sex:		
Female	86	32,95%
Male	175	67,05%
Group age		
0-19 years old	7	2,68%
10-19 years old	12	4,59%
20-29 years old	50	19,15%
30-39 years old	68	26,05%
40-49 years old	44	16,85%
50-59 years old	46	17,62%
Over 60 years	35	13,4%

Source: The authors, 2021.

Regarding the education of the individuals studied, 36 had completed the 1st to 4th grade of elementary school (13.79%), 9 had the 4th grade of complete elementary school (3.44%), 41 had the 5th the incomplete 8th grade of elementary school (15.7%), 18 had completed elementary school (6.89%), 25 had completed high school (9.57%) and

17 had not completed high school (6.51%) , 5 had completed higher education (1.91%) and 3 had incomplete higher education (1.14%), 14 were illiterate (5.36%), 70 were ignored (26.81%), 18 were blank (6.88%) and in 5 the question does not apply (1.91%).

Of this population, 136 patients (52.1%) were bacilliferous and 90 patients (34.84%) had previous comorbidities. Of the comorbidities, 23 patients had already been diagnosed with HIV, 8 were ignored and the remainder, 230, did not have the disease. At the time of the consultation, the serology for HIV was performed, in this, 28 were positive (10.7%), 22 were not performed (8.42%), 1 was ignored (0.38%), 209 were negative (80.07%) and 1 in progress (0.38%). Regarding alcoholism, 50 patients (19.15%) had this habit, 12 were ignored (4.51%) and the rest did not have the same. About smoking, 47 patients smoked (18%), 13 were ignored (4.98%) and the rest did not. 14 patients were diabetic (5.36%), 11 were ignored (4.21%) and the rest did not have the disease. 19 patients used illicit drugs (7.27%), 230 did not use them (88.12%) and the rest were ignored. Of the 22 patients with pleural TB, 12 had comorbidities (54.54%), the main one being HIV, with 8 cases (66.66%).

Table 2 – Distribution of reported cases of tuberculosis in the municipalities of the Bioceanic Route from 2015 to 2020 according to the comorbidities studied

Comorbidities	N	%
Previous comorbidities:		
HIV	23	8,7%
Alcoholism	50	19,15%
Smoking	47	17,80%
Diabetes	14	5,30%
Illicit drug use	19	7,19%
HIV serologies at the diagnosis of		
Tuberculosis:	28	10,7%
Positive	209	80,07%
Negative	22	8,3%
Not realized		

Sputum sputum smear microscopy was performed at the time of diagnosis in 210 cases (80.45%), considering the patients with the bacillus, with the form of pulmonary tuberculosis. Of these, 135 were positive (62.28%), 75 negative (35.71%). Regarding sputum culture, it was performed in 156 cases (59.77%), 81 were positive (51.92%) and 64 were negative (41.02%), while the remainder was in progress at the time of notification.

Chest radiography was performed in 211 cases (77.1%). Of the chest X-rays performed, 184 were suspicious (87.2%), 12 were normal (5.68%), 7 were compatible with another pathology (3.31%), and 50 were not performed (19.15%). 241 patients were diagnosed with the pulmonary form (92.33%), pulmonary form associated with the extrapulmonary form were 7 (2.66%), extrapulmonary only 15 (5.74%) and 1 unknown (0.38%).

Regarding the form of closure of the disease, 139 were cured (53.25%), 5 in primary abandonment (1.91%), 35 in abandonment (13.4%), 12 with a change of diagnosis (4.59%), 2 with schema change (0.76%), 5 in death from other causes (1.91%), 8 in death from TB (3%), 34 in transfer (13%) and 21 without registration (8, 04%).

Table 3 – Form of closure of tuberculosis cases diagnosed on the Bioceanic Route from 2015 to 2020

Closing form	N	%
Healing	139	53,25%
Abandonment	35	13,4%
Primary abandonment	5	1,91%
Diagnostic change	12	4,59%
Change of scheme	2	0,76%
Death from tuberculosis	8	3%
Death from other causes	5	1,91%
Transfer	34	13%
Not registered	21	8,04%

Source: The authors, 2021.

4. DISCUSSION

Regarding the analyzed municipalities that are part of the Bioceanic Route, Jardim was the main one (45.59% of the cases in the study), which characterized a rate of 79.4 cases/100 thousand inhabitants in the average of six years. This increased number can be explained by the fact that the city has a service-based economy. The least affected city in the corridor was Guia Lopes da Laguna, with an average of 32.23 cases/100.000 inhabitants, as it is a city with low population density and an economy based on agriculture and public services (IBGE, 2020).

Comparing with the levels throughout the national territory, in the year 2018 there were 72.788 new cases of tuberculosis with a rate of 34.8 cases/100 thousand inhabitants. While in the state of Mato Grosso do Sul, also in 2018 there were 1061 cases, with a rate of 38.7/100 thousand inhabitants. Thus, the rate in the municipality of Jardim is significantly higher than in the rest of the country and a place to target public policies to combat TB, especially with the construction of the Bioceanic Corridor and the consequent greater movement of people.

Based on the IBGE estimate, comparing the year 2018, the rate of cities evaluated on the bioceanic route was 41.2 cases/100,000 inhabitants, which represented an increase of 6.45% compared to the value of 38.7/100 thousand inhabitants evaluated as an average in the entire state of Mato Grosso do Sul.

Therefore, these municipalities do not have a favorable epidemiological situation in relation to tuberculosis and the construction of the Bioceanic Corridor may be an aggravating factor for an increase in these numbers, due to the large translocation and transit of people that naturally generate an increase in the circulation of causative pathogens of several diseases, including tuberculosis. Therefore, it is necessary that this region receive special attention from the health authorities, seeking to control the circulation of bacilli in these places with great potential for the flow of people and goods.

The number of cases per year shows a trend of stabilizing numbers, even in the face of public policies aimed at combating tuberculosis at the national level, such as the National Tuberculosis Control Program (PNCT) (Gaspar *et al.*, 2016).

In the characteristics of the population studied, young age was a protective factor, given that only 7.27% of cases were in children aged 0-19 years, which can be explained by the competent immunity in this age group. The highest rates were in individuals between 20-29 and

between 30-39 years old, which is in agreement with several studies that have already been carried out, which also showed a trend towards a greater number of cases in individuals in this age group, with a tendency to fall after that age, since they are more exposed to paid work and because of their social life habits (Cecílio *et al.*, 2018).

Furthermore, males had a rate of 2.03 cases for each case in women, which is in accordance with WHO estimates, which varies in a rate between 1.5:1 and 2.1:1, a fact which can be explained by the riskier social behavior of this group and the neglect of their own health (Freitas *et al.*, 2016).

In the studied population, alcoholism was the most prevalent condition with 19.15% of the studied group, which corroborates the studies already produced, this association between alcohol and tuberculosis can be explained by the strong link between substance abuse as a predictor abandonment, irregular use of medications, increased risk of illicit drug use, social determinants such as homelessness and malnutrition. This combines a higher risk of infection with a lower immunological and nutritional capacity to protect against the disease (Couto *et al.*, 2014).

Soon after, smoking was present in 18% of patients, being considered the condition most associated with tuberculosis in several studies, since tobacco combustion and the consequent inhalation of smoke promote ciliary dysfunction and consequent decrease in the immune response with reduction of phagocytic activity of macrophages and reduction or not of CD4 count (Novonty *et al.*, 2017).

The prevalence of diabetes mellitus (DM) found in the study was 5.30%, which contradicts the average association of this condition with tuberculosis according to most authors, which is usually around 15%, a fact that may be explained by underdiagnosis of diabetes, especially in inner cities, in addition to possible failures in filling out the database or poorly collected clinical history (Pereira *et al.*, 2016)

Co-infection with HIV occurred in 11.98% of the cases carried out in the study, while the prevalence of HIV in the general population is around 0.4%, which is in line with the estimate that a person with HIV has 28 times more likely to contract TB than a person who does not have HIV, making HIV a major risk factor for developing TB (Brasil, 2020).

In this study, only 13.96% lived in rural areas while 84.06% in urban areas, the result found is in accordance with the epidemiological profile of tuberculosis in Brazil, since uncontrolled urbanization and the consequent formation of population clusters were determining factors

for the increase in tuberculosis cases in the world (Brasil, 2019). On the other hand, residents of rural areas live with precarious access to health, a factor that contributes to the still expressive numbers in this population group.

Regarding the forms of tuberculosis found, 8.63% of the individuals had extrapulmonary forms and 91.64% had pulmonary forms. According to the world health organization, 90% of existing patients are pulmonary, a result close to what was found in this study (Giroti *et al.*, 2010).

In addition, it was possible to observe a strong relationship between the presence of comorbidities with extrapulmonary tuberculosis, as in this group 57.14% of them had some adjacent condition, compared to 36.79% in the group with pulmonary TB. HIV was the condition most associated with extrapulmonary tuberculosis (38.09% of cases), while it was present in only 7.69% of cases of pulmonary TB, which proves the strong relationship of extrapulmonary forms with immunodeficiency due to HIV (Gomes, 2013).

In the laboratory confirmation of tuberculosis, of the patients evaluated for sputum smear microscopy, 52.3% of them had positive sputum smear microscopy, a number similar to the 53.6% found throughout Brazil in 2018 and the percentage of 48.2% evaluated in the state of Mato Grosso do Sul in the same period (Brasil, 2020).

With regard to culture, this number is even lower, since it was performed in only 58.21% of cases and of the total number of patients, only 32.03% had a positive culture. These numbers demonstrate the challenges faced in health in Brazil, the difficulty of laboratories in carrying out a significant number of exams, in view of the precariousness of services, difficulty in acquiring supplies, transport and establishment of logistics between laboratories and health units (Brasil, 2019).

According to the goals established by the world health organization and agreed by the Brazilian authorities, 85% of the estimated cases of tuberculosis must be cured and in this study the percentage of cure was 72.16% (discarding cases of change of diagnostics, transfer and schema switching).

In addition, it is recommended that the average rates of treatment dropout be lower than 5% and the study rate was 17.09%, which demonstrates an inefficiency of public policies, professionals working in the area and awareness of the affected population following treatment (Brasil, 2019).

5. CONCLUSION

The construction of the Bioceanic Corridor may be an aggravating factor for the increased incidence of TB. These municipalities do not have a favorable epidemiological situation or physical structure in relation to the disease, with low rates of early diagnosis in the cities of origin, as a high percentage of cases are referred from the capital. Therefore, it is necessary that this region receive special attention from the health authorities, seeking to control the circulation of bacilli in these places with great potential for the flow of people and goods.

The low cure rate and high dropout rate, which are directly related to each other, provide a greater number of contacts, the cost of treatment and allows the emergence of drug resistance, which creates an even greater difficulty in the treatment and a greater expenditure of funds by the population and the State in combating this disease.

The predominant incidence of alcoholism, smoking and HIV/AIDS is supported in the literature and dialogues with risk factors for illness and treatment failure, whether due to diseases, negligence, higher incidence in males, and points to the need for health services implement their actions for prevention, diagnosis and adequate treatment of these risk factors and comorbidities, not only when diagnosing, but prior to becoming ill with TB, in addition to the need to restructure the set of actions articulated in the health network that aim to implement the early diagnosis of tuberculosis in primary health care units in the cities of origin, actions that are essential to obtain a reduction in the incidence of the disease.

REFERENCES

ASATO, Thiago Andrade; CONSTANTINO, Michel; DORSA, Arlinda Cantero; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Rota de Integração Latino-Americana (RILA) para o desenvolvimento turístico. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. especial, p. 45-56, 2019.

BRASIL. Ministry of Health. *Boletim Epidemiológico: Tuberculose*. Secretariat of health surveillance. Ministry of Health. Special number. March, 2020.

BRASIL. Ministry of Health. Secretariat of health surveillance. Department of epidemiological surveillance. *Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2019.

BRASIL. *Ministry of Health*. Secretariat of health surveillance. Perspectivas brasileiras para o fim da tuberculose como problema de saúde pública. Brasília: Ministry of Health. Epidemiological bulletin, v. 47, n. 13, p. 1-15, 2016.

BRASIL. *Ministry of Health*. Secretariat of health surveillance. Department of epidemiological surveillance. *Programa Nacional de Controle da Tuberculose*. Brasília, DF: Ministry of Health; 2003.

CECÍLIO, Hellen Pollyana Mantelo; SANTOS, Aliny de Lima; MARCON, Sonia Silva; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira; MATHIAS, Thais Aidar de Freitas; ROSSI, Robson Marcelo. Tendência da mortalidade por tuberculose no estado do Paraná, Brasil – 1998 a 2012. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, [s.p.], 2018.

COUTO, Davi Sarmento; CARVALHO, Rafael Nicolau; AZEVEDO, Elisângela Braga, MORAES, Marina Nascimento; PINHEIRO, Patrícia Geórgia Oliveira Diniz; FAUSTINO, Elaine Braga. Fatores determinantes para o abandono do tratamento da tuberculose: representações dos usuários de um hospital público. *Saúde em Debate*, [s.l.], v. 38, n. 102, p. 572-81, 2014.

FERREIRA, Magali Luzio; CASTILHO, Maria Augusta; OLIVEIRA, Edilene Maria. Brasil, Paraguai, Argentina e Chile / Rota Bioceânica: relações culturais no território vivido. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. special, p. 69-89, 2019.

FREITAS, Wiviane; MATOS, Maria Torres, SANTOS, Crícia Cristina, SILVA, Monique Mesquita; ROCHA, Gabriela Amim. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes portadores de tuberculose atendidos em uma unidade municipal de saúde de Belém, Pará, Brasil. *Magazine Pan-Amazonica de Saúde*, Ananindeua, PR, v. 7, n. 2, p. 45-50, 2016.

GASPAR, Renato Simões; NUNES, Natália; NUNES, Marina; RODRIGUES, Vandilson Pinheiro. Análise temporal dos casos notificados de tuberculose e de coinfeção tuberculose-HIV na população brasileira no período entre 2002 e 2012. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, Brasília, v. 42, n. 6, p. 416-22, 2016.

GIROTI, Suellen Karina de Oliveira; BELEI, Renata Aparecida; MORENO, Fernanda Novaes; SALOMÃO, Fernando. Perfil dos pacientes com tuberculose e os fatores associados ao abandono do tratamento. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 271-7, 2010.

GOMES, Teresa. *Tuberculose extrapulmonar: uma abordagem epidemiológica e molecular*. 2013. Dissertation (Master's Degree in

Infectious Diseases) – Federal University of Espírito Santo, Vitória, ES, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Available at: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campogrande/panorama>. Access on: 20 June 2021.

MARQUES, Marli; RUFFINO-NETTO, Antônio; MARQUES, Ana Maria Campos; ANDRADE, Sônia Maria Oliveira; SILVA, Baldomero Antônio Kato; PONTES, Elenir Rose Jardim Cury. Magnitude da tuberculose pulmonar na população fronteiriça de Mato Grosso do Sul (Brasil), Paraguai e Bolívia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 12, p. 2631-42, 2014.

NOTIFIABLE DISEASES INFORMATION SYSTEM (SINAN). Secretaria Estadual de Saúde. *Portal SINAN*, Campo Grande, MS, 2020.

NOVONTY, Thomas; HENDRICKSON, Erick; SOARES, Elizabeth C. C.; SERENO, Andrea B.; KIENE, Susan M. HIV/AIDS, tuberculose e tabagismo no Brasil: uma sindemia que exige intervenções integradas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, 2017.

OLIVEIRA, Marina Gribel; DELOGO, Karina Neves; OLIVEIRA, Hedi Marinho de Melo Gomes; RUFFINO-NETTO, Antonio; KRITSKI, Afranio Lineu; OLIVEIRA, Martha Maria. Anemia em pacientes internados com tuberculose pulmonar. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, Brasília, v. 40, n. 4, p. 403-10, 2014.

PEREIRA, Susan Martins Pereira; ARAÚJO, Gleide Santos de; SANTOS, Carlos Antônio de Souza Teles; OLIVEIRA, Maeli Gomes de; BARRETO, Maurício Lima. Associação entre diabetes e tuberculose: estudo caso controle. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, n. 82, 2016.

SILVA, Gabriela Drummond Marques; BARTHOLOMAY, Patrícia; CRUZ, Oswaldo Gonçalves; GARCIA, Leila Posenato. Evaluation of data quality, timeliness and acceptability of the tuberculosis surveillance system in Brazil's micro-regions. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3307-19, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global tuberculosis control*. Geneva: World Health Organization, 2011. Available at: http://www.who.int/tb/publications/global_report/2011/gtbr11_full.pdf. Access on: 20 June 2021

“HUMAN CAR”: UMA ESTRATÉGIA MULTIMODAL DE LETRAMENTO EM SAÚDE COM CAMINHONEIROS NA ROTA BIOCEÂNICA

*Ruberval Franco Maciel
Luíza de Carvalho Galvão
Luciano Arnaldo Mian Covolan*

1. INTRODUÇÃO

A expressão “health literacy” (traduzida para o português como letramento em saúde) é utilizada na língua inglesa para indicar o grau em que os indivíduos são capazes de obter, processar e compreender informações e serviços básicos de saúde necessários para tomar decisões apropriadas, envolvendo a habilidade de usar e interpretar textos, documentos e números efetivamente. O letramento em saúde é apontado como fator importante para a promoção e melhora da saúde e quando inadequado está associado a maior risco de hospitalização, menor utilização de serviços preventivos, atraso no diagnóstico, menor conhecimento sobre saúde, maiores custos e maior risco de mortalidade.

Sabe-se que o letramento em saúde é um tipo de poder crítico para a autodeterminação. Pesquisas internacionais indicam que as habilidades de letramento estão associadas à uma participação mais ativa no âmbito da promoção de saúde, de modo a corroborar comportamentos preventivos de doenças crônicas, o que diminui o número de hospitalizações e/ou reinternações após a alta inicial (Rudd; Rosenfeld; Simonds, 2012).

2. REALIDADE DAS DOENÇAS CRÔNICAS: FOCO NA HIPERTENSÃO

No contexto das doenças crônicas, o trabalho atual dará enfoque à hipertensão arterial sistêmica (HAS) uma vez que ela é uma das principais patologias em ascensão no contexto mundial. A hipertensão arterial sistêmica (HAS) constitui um fator de risco para as doenças cardiovasculares, que são a principal causa de morte no Brasil (Cavagioni et al., 2009). Já são mais de 38 milhões de brasileiros, com 18 anos ou mais, diagnosticados com a doença, conforme aponta a Pesquisa Nacional de Saúde, de 2019.

Em 2018, houve 1.829.779 internações associadas à hipertensão arterial, ao diabetes e à obesidade no SUS. Isso corresponde a aproximadamente 16% do total de internações hospitalares no SUS no

período, resultando em um custo total de R\$ 3,84 bilhões. Somente a HAS foi responsável por 59% desse valor, despendendo mais de R\$ 2 bilhões por ano (Nilson; Andrade; Brito, 2020).

Embora haja uma tendência global de crescimento da incidência da HAS, essa ascensão não ocorre de forma uniforme entre as economias. O aumento da sua prevalência reflete diferentes aspectos da condição de vida da população. O envelhecimento populacional, somado à adoção de estilos de vida não saudáveis, com a priorização de alimentos ultra processados, consumo de álcool, tabagismo e falta de atividades físicas, têm contribuído para esta elevação (Julião; Souza; Guimarães, 2021).

3. CONTEXTO DA HAS NA COMUNIDADE DE CAMINHONEIROS

Além da alimentação e dos hábitos de vida supracitados, o estresse também pode representar um risco para o desenvolvimento da hipertensão arterial, pois está relacionado ao aumento de adrenalina, noradrenalina e cortisol, hormônios desencadeados na resposta fisiológica ao estresse (Cavagioni; Pierin, 2010). A rotina de trabalho de um motorista de caminhão pode ser propícia para o aumento do estresse devido a necessidade de suportar horas de direção, as pressões do trabalho e afastamento do convívio social (Correia; Bianchi, 2019).

Segundo a Confederação Nacional de Transporte, no Brasil (2019), registrou-se que, dentro do perfil dos motoristas de veículos de carga, a média de idade foi estimada em 45 anos e constatou-se que mais de 99% eram do sexo masculino. Com relação à escolaridade, mais de 65% não possuem ensino médio completo, sendo que destes pelo menos 60% possuíam no máximo o ensino fundamental. Quanto à renda, cerca de 68% apresentavam um salário inferior a 5 salários mínimos e apresentavam uma média de 2,5 dependentes.

Tendo em vista as condições de baixa renda e escolaridade, associados a uma rotina de trabalho estressante, pode-se inferir que os caminhoneiros se enquadram como um grupo vulnerável no que tange a esta esfera da educação em saúde. Consequentemente, eles enfrentam dificuldades tanto em diagnosticar, quanto em prevenir e tratar doenças crônicas, como por exemplo, a HAS (Alessi; Alves, 2015). Prova disso é de que, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte, em 2019, 56% dos caminhoneiros que fazem uso de medicação controlada alega tratar a HAS, porém apenas 18% de todos os caminhoneiros procuraram os serviços de saúde para se prevenir de tal patologia.

Assim, é importante reconhecer, a nível mundial, que a própria sociedade é geradora e perpetuadora do baixo letramento, criando um

sistema de saúde discriminatório e no qual as disparidades no contexto da saúde são amplamente determinadas pela má distribuição de forças sociais e ambientais, como baixa renda e poucos anos de estudos, o que pode ser resolvido, pelo menos em parte, pelo aprimoramento do letramento em saúde (Paasche-Orlow; Schillinger; Weiss; Bickmore; Cabral; Chang; Bailey; Dewalt; Fernandez; Fransen, 2018).

Percebendo a interface entre a falta de letramento em saúde e o baixo nível de compreensão da população caminhoneira acerca da hipertensão arterial sistêmica (HAS), o presente trabalho voltou o olhar a tal problemática. Pesquisas já realizadas pelo projeto UEMS na Rota têm indicado que os caminhoneiros, sem o conhecimento necessário para entender as orientações dadas pelos médicos, não fazem o tratamento adequado para sua doença, o que a longo prazo podem acarretar complicações sistêmicas que podem levar à morte (PEREIRA e MACIEL, 2021). Com isso, buscou-se realizar intervenções de promoção do autocuidado acerca da hipertensão em caminhoneiros da Rota Bioceânica, por intermédio do “Teach Back” e da linguagem multimodal.

4. METODOLOGIA

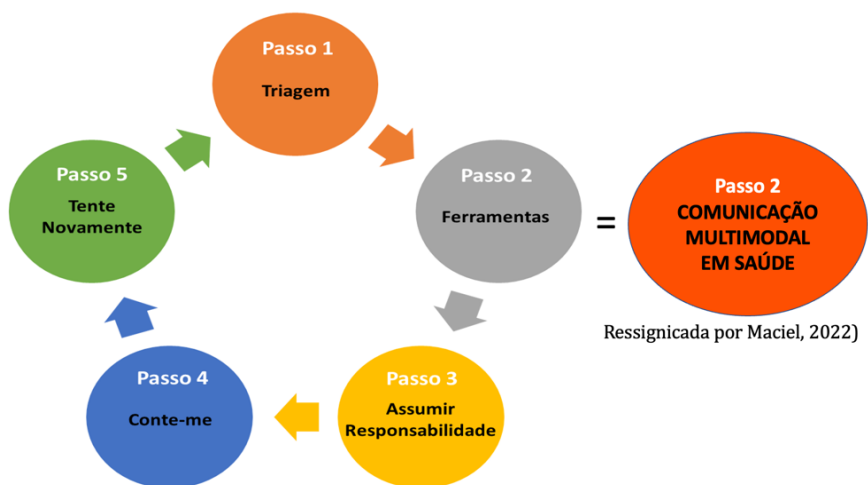
Este estudo descritivo de abordagem qualitativa teve como cenário o posto de combustíveis “Posto Katia Locatelli”, local que compõe a Rota de Integração Latino-Americana/Rota Bioceânica, onde se encontra a maior concentração de parada de caminhões, localizado nas proximidades da cidade de Campo Grande – MS.

Definiu-se como critério de inclusão para os caminhoneiros: ser motorista de caminhão há mais de 5 anos e ter idade superior a 40 anos e inferior a 60 anos, que possui HAS. E, como critério de exclusão: não possuir HAS.

Durante a seleção dos participantes, realizou-se uma triagem a partir da aferição dos seus valores pressóricos. Para melhor aproximação e sensibilização durante a promoção de saúde, utilizou-se objetos do dia a dia do caminhoneiro, como partes de um motor de automóvel para ilustrar os conceitos trabalhados. Além disso, aplicou-se a técnica “Teach Back”, que consiste em pedir ao indivíduo que repita, ao fim da conversa, as orientações fornecidas para ele, com suas próprias palavras e de forma não envergonhada, de modo a testar a qualidade da forma em que a informação foi transmitida. Ela ocorre em cinco etapas: Triagem (“Triage”), Ferramentas (“Tools”), Assumindo responsabilidade (“Take Responsibility”), Conte-me (“Tell Me”) e Tente novamente (“Try Again”).

O uso dessa técnica parece ter efeitos positivos sobre o conhecimento específico da doença, bem como na adesão a tratamentos, além de aumentar compreensão das informações e reduzir risco de internações, sendo, assim, um importante mecanismo de promoção do letramento em saúde (Anderson, K.M.; Leister, S.; Rego, R. D., 2020). O esquema abaixo representa os passos do *Teach Back* que foram trabalhados durante a discussão.

Figura 1: Passo a passo do Teach back



Fonte: Resignificada a partir de Anderson, Leister e Rego (2020) em Tomas e Maciel (no prelo)

O estudo contou com a participação de um caminhoneiro, G.J.S., de 58 anos, que não fazia uso regular de medicação para HAS, apesar de seus altos níveis pressóricos. Utilizou-se peças de um motor de carro durante a ação, de forma a estimular a participação ativa do mesmo, proporcionando uma experiência sensorial na criação de sentido e significado.

Reitera-se que o trabalho seguiu as normas da Resolução nº 466/2012, foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, tendo como protocolo CAEE da Plataforma Brasil: 57267422.4.0000.8030. A permissão para ter acesso aos dados colhidos na entrevista, para gravar a interação, assim como o consentimento para publicar os resultados anonimamente, foi concedida por meio da assinatura, por ambas as partes, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

5. “TEACH BACK” E O MULTILETRAMENTO EM SAÚDE

Durante o diálogo, trabalhou-se um conceito relacionado à hipertensão por vez, com o intuito de não sobrecarregar o caminhoneiro e evitar que ele se sinta pressionado pelo volume de conteúdo. Logo, a nível didático, elencou-se, de acordo com a cronologia da discussão, os termos que foram trabalhados, a fim de facilitar a compreensão da riqueza do uso das ferramentas multimodais no letramento em saúde.

Para isso, elencou-se, separadamente, como foi feita a compreensão dos conceitos dos seguintes assuntos: artérias e HAS; fisiopatologia da HAS; educação alimentar; aterosclerose e fatores genéticos; e AVC e IAM. Para isso, para cada conceito foram trabalhados os 5 passos do “Teach Back”, conforme o esquema a seguir:

Figura 2: Conceito de Artérias e de Hipertensão Arterial Sistêmica



Fonte: Dos autores

Quanto ao conceito de HAS, o caminhoneiro demonstra já ter ouvido falar, referindo-se a doença como “problema no coração”. Porém, ao ser questionado sobre o conceito de artérias, este não soube responder, sendo esse o foco inicial da conversa (Passo 1: *Triage*).

Para realizar uma analogia palpável ao universo do caminhoneiro (Passo2: Tools – o uso de ferramentas multimodais), utilizou-se a analogia “Human Car”, que corresponde a um filtro de óleo, uma mangueira e um radiador de automóvel, da seguinte forma:

Estudante: Agora eu peço que o senhor associe que o filtro de óleo é uma bomba de óleo, que dentro das mangueiras passa óleo e que o radiador também recebe tal líquido. Sendo assim, imagine que a bomba de óleo é o coração, que bombeia o óleo, este que corresponde ao sangue no corpo e que o radiador, que corresponde ao corpo, também recebe o “óleo” que sai do coração. Vamos chamar esse nosso esquema de “Carro Humano”.

Nessa ocasião, o aluno pressiona com os dedos a mangueira do sistema para ilustrar uma artéria, dando enfoque à propriedade da elasticidade, que é intrínseca tanto ao sistema funcionante no automóvel, quanto ao corpo humano, e continua a explicação:

Estudante: Assim como no automóvel, no corpo existem as “mangueiras” que vão conduzir o sangue que sai do coração e vai para o resto do corpo, o que chamamos de “artérias”. Dessa forma, o aumento da pressão dentro dessas mangueiras a longo prazo irá causar danos às suas paredes, podendo ressecá-las e até rachá-las.

Nesse momento, o sr. G.J.S., de maneira voluntária, se pronuncia dizendo:

Sr. G.J.S.: No carro, quando o motor “batendo mais forte” e as mangueiras estão ressecadas, elas irão, em algum momento, estourar ou ficar pingando.

Assim, o estudante confirma o que foi dito pelo sr. G.J.S. e retoma ao início da discussão, pedindo, sem caráter de teste, que ele relembre os passos importantes discutidos até esse ponto (Passo 3 e 4: *Take responsibility* e *Tell me*). Após essa interação, pode-se perceber que além

de demonstrar compreensão dos termos passados, o sr. G.J.S. se mostra interessado em saber mais sobre o assunto.

Figura 3: Interação do sr. G.J.S. durante a explicação do conceito de “artérias”.



Fonte: Dos Autores

5.1 A FISIOPATOLOGIA DA HAS E O PAPEL DOS ALIMENTOS

O estudante pergunta se o sr. G.J.S. saberia dizer o porquê de a pressão subir no corpo humano e ele refere não saber dizer. (Passo 1: *Triage*). Nesse momento, o acadêmico coloca à mesa um maço de cigarro e alguns alimentos encontrados rotineiramente nas conveniências de postos de combustíveis, os quais predispõe o aumento da pressão. Foram utilizados pacotes de batata palha, mortadela, miojo, lasanha congelada, caldo de frango em tablete, caldo de carne em tablete, sal temperado e sal refinado de cozinha. Feito isso, iniciou-se a explicação de um novo conceito, o da fisiopatologia da HAS:

Estudante: Alimentos que possuem excesso de sal em sua composição, como os apresentados aqui, causam um aumento da pressão. Isso porque ao aumentar a quantidade de sal no sangue, eles “puxam água”, aumentando a quantidade de líquido dentro da “mangueira”, exigindo mais força do coração para bombear esse excesso. Podemos relacionar esse mecanismo ao “Carro Humano” se imaginarmos que a bomba de óleo irá trabalhar mais para deslocar esse excesso de óleo no motor.

Nesse momento, o sr. G.J.S. relata que seu alimento preferido estava sobre a mesa, no caso o próprio sal refinado de cozinha, em que este relata:

Sr. G.J.S.: Ah! Meu alimento preferido está aqui, é o sal. Eu gosto tanto que até coloco na mão um pouquinho de vez em quando e como puro mesmo.

Durante a explicação sobre o sal nos alimentos, foi solicitado que o sr. G.J.S. ordenasse tais alimentos de acordo com a frequência que ele os consumia. Naqueles apontados como os de consumo rotineiro, deu-se enfoque à porcentagem de sódio presente, como um pacote de lasanha, que contém, sozinha, cerca de 100% da cota diária de sal.

Naquele momento, o estudante retoma ao início da discussão, pedindo, sem caráter de teste, que o sr. G.J.S. relembre os passos importantes discutidos até esse ponto (Passo 3 e 4: *Take responsibility e Tell me*). Então, ele conclui:

Sr. G.J.S.: Temos que ficar atentos à quantidade de sal dos alimentos, porque quando eu como um pacote de lasanha tenho sempre um acompanhamento salgado, então provavelmente eu ando consumindo acima da minha cota diária!

5.2 OS FATORES GENÉTICOS E O PAPEL DA ATEROSCLEROSE

Nessa hora, frisa-se a importância de outros fatores, que não só o sal, como desencadeador da HAS. Assim, o caminhoneiro é questionado se saberia explicar o que é aterosclerose – placas de ateroma (diz-se “placa de gordura” ao sr. G.J.S.) – e/ou se conhecia algum fator genético relacionado à HAS. Este diz não conhecer tais assuntos (Passo 1: *Triage*). Inicia-se, então, a explicação de tais assuntos:

Estudante: Então sr. G.J.S., a HAS também está associada a alguns fatores genéticos, então se alguns dos seus pais tem HAS, pode ser que você tenha uma predisposição genética à doença. Tais fatores não são suficientes para determinar o seu surgimento, mas somados a uma vida sedentária, a uma má alimentação e ao tabagismo, podem aumentar a chances de desenvolvê-la.

O G.J.S. confirma estar compreendendo o que foi dito, o que nos permite avançar para mais um conceito. O estudante, então, segue a explicação de como uma placa aterosclerótica se comporta em uma artéria:

Estudante: Quando temos a presença daqueles fatores modificáveis, como a má alimentação, o sedentarismo e o tabagismo, somados aos genéticos, as paredes das artérias ficam enfraquecidas. Com o aumento da pressão, como é o caso da HAS, nós vamos ter o que chamamos de aterosclerose, caracterizada por repetidas lesões nas paredes das artérias. Com o tempo, esses “machucadinhos” nas artérias irão sofrer um depósito de gordura, formando as placas de gordura. Essas placas de gordura podem se acumular e dificultar a passagem do fluxo sanguíneo, desencadeando consequências graves pro corpo.

Durante essa interação, utilizou-se de vaselina para elucidar o papel de uma placa aterosclerótica em uma artéria, representada por uma câmara de bicicleta, associando que o acúmulo de tal produto no motor levaria a predisposição a um óleo de motor ruim, assim como a gordura para o fluxo sanguíneo (Passo 2: Tools/Ferramentas multimodais). Nessa hora, o sr. G.J.S. demonstra ter apreciado o método do aluno e ter entendido o que havia sido explicado.

Nesse momento, o estudante retoma ao início da discussão, pedindo, sem caráter de teste, que o sr. G.J.S. relembre os passos importantes discutidos até esse ponto (Passo 3 e 4: *Take responsibility e Tell me*). Então, ele estende o braço para pegar os objetos utilizados durante a explicação e segue dizendo:

Sr. G.J.S.: Eu entendi que a gente consome os alimentos e nunca “repara” o quanto de sódio tem em sua composição ou se a quantidade máxima diária já foi alcançada. Além disso, o consumo de bebidas, alimentos ruins e tabaco pioram o quadro por “ressecar” as artérias, o que vai favorecer sua obstrução. Além disso, tem o fator genético e como minha mãe e minha irmã são hipertensas, isso aumenta minhas chances de ter HAS.

Figura 4: Interação do sr. G.J.S. durante a explicação de Aterosclerose.



Fonte: Dos autores

5.3 INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO E ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL

Nessa hora, o sr. G.J.S é questionado se já ouviu falar dos termos “derrame” e “infarto” e responde que já ouviu falar, mas que não saberia explicar o que é. (Passo 1: *Triage*). A seguir, o mesmo relata que sua avó morreu de “AVC”. Inicia-se, então, a explicação dos novos conceitos:

Estudante: O sr. lembra daquela placa de gordura que a gente tinha conversado? Então, a placa de gordura que obstrui a passagem de sangue nas artérias pode acometer vários locais do corpo humano. Quando esse “entupimento” do vaso sanguíneo ocorre nos vasos que irrigam o coração, é chamado de Infarto Agudo do Miocárdio, conhecido popularmente como “infarto”. Já quando a obstrução se localiza no cérebro, chamamos de “Acidente Vascular Cerebral”, que é popularmente conhecido como “derrame”.

Nesse momento, o estudante retoma ao início da discussão, pedindo, sem caráter de teste, que o sr. G.J.S. relembre os passos importantes discutidos até esse ponto (Passo 3 e 4: *Take responsibility e Tell me*). O sr. G.J.S. retoma:

Sr. G.J.S.: Então, o acúmulo de gordura no sangue pode favorecer a obstrução das artérias, que podem com o tempo

não aguentar e “estourar”, formando um “derrame” se for no cérebro, ou um “infarto”, se for no coração.

Ao fim, questiona-se quais seriam os fatores comportamentais do seu dia a dia que estariam relacionados a uma maior predisposição ao desenvolvimento da HAS, ao seu ver. Ele responde que não faz atividade física regularmente e que isso é sabidamente prejudicial à sua saúde. Ao ser questionado sobre tabagismo, o sr. G.J.S. afirma – por meio do aceno com a cabeça-, que é fumante crônico. O estudante reforça o quanto esta prática é prejudicial e que há tratamento disponível no SUS para quem quer parar de fumar.

6. DISCUSSÃO

Em geral, os estudos no campo do letramento em saúde, sobretudo no contexto médico, evidenciam que a comunicação se pauta no uso linguagem complexa e distante da realidade da população em geral. Para corroborar essa afirmação, a pesquisa de Tongue et al (2005) revelou que 75% dos médicos cirurgiões apontavam que eram bem compreendidos pelos seus pacientes. No entanto, apenas 21% dos pacientes relataram que a compreensão tenha sido satisfatória sobre os tópicos trabalhados em consulta. Esse desencontro frente ao atendimento médico pode ser pautado, muitas vezes, pelo uso de termos técnicos, além de explicações complexas e com muitas informações difíceis do paciente recordar (Talevski; Shee; Rasmussen; Kemp; Beauchamp, 2020).

Essa realidade aponta que é preciso redefinir o constructo que fundamental cientificamente a comunicação médico-paciente para além de modelos binários como verbal-não verbal, linguagem clara, transmitir conteúdos, ruído de comunicação, entre outras visões redutoras de se considerar a comunicação. Como alternativa, os estudos de comunicação em saúde podem se beneficiar de perspectivas contemporâneas dos estudos linguísticos e linguística aplicada, sobretudo, das contribuições das teorias pós-estruturalistas. Nesse sentido, defendemos que os sentidos atribuídos no processo de comunicação são sempre situados. Para Maciel e Barbosa (2018), a comunicação médico-paciente dever ser compreendidas como **formas sócio-historicamente definidas de produção de sentidos**. Nessa lógica, a natureza **situada** das práticas de linguagens advém, ainda, do reconhecimento de que os sentidos **não são preestabelecidos ou estáticos**, mas **são construídos de forma dinâmica nas relações**

sociais (Barbosa e Maciel, 2019, Maciel e Pereira, 2020, Rocha e Maciel, 2019).

Diferentemente de um modelo estruturalista/linear/unilateral de comunicação com sentidos/conceitos estáticos, buscou-se, neste trabalho, promover um processo dialógico entre acadêmico de medicina e caminhoneiros, remetendo-se às relações interpessoais, ou seja, às trocas estabelecidas durante o encontro de dois universos distintos com suas particularidades, pessoais e profissional. Em outras palavras, tanto o acadêmico de medicina, quanto o caminhoneiro são dotados de experiências próprias e de processos de letramento em saúde deferentes e em níveis de complexidade o que, tradicionalmente, poderia promover um hiato entre os conceitos e seus efeitos na compreensão. No entanto, a atividade de *teach back* explorou essas individualidades, possibilitando a criação de um vínculo interpessoal, acolhendo o caminhoneiro de maneira integral e humanizada, entendendo a medicina como uma ciência que enxerga não só as necessidades físicas, mas também os vieses que permeiam o contexto em que o interlocutor está inserido, entendendo a formação de vínculo como fator estruturante e de consolidação desse processo (Silveira e Ribeiro, 2005).

Para reduzir as assimetrias de letramento em saúde, ao longo do *teach back*, o acadêmico pautou-se nos estudos da multimodalidade (originária da semiótica social) para ampliar as formas de construção de sentidos nas etapas desenvolvidas na ação com o caminhoneiro. A semiótica social, trabalhada pioneiramente por Hodge e Kress (1988), surgiu de uma crítica à semiótica tradicional, que promovia e perpetuava formas padronizadas e convencionais de comunicação. Ela não só rompeu com os paradigmas dos modelos pré-existentes, mas também possibilitou a discussão e a revisão dos processos de produção de sentido na construção social. Quando Hodge e Kress (1988) publicaram seu livro “Social Semiotics”, eles começaram a estudar a semiótica sob a perspectiva da sociologia, ou seja, como um fenômeno social em suas origens, funções, seus contextos e efeitos (Gualberto; Santos, 2019).

Neste trabalho, a semiótica social e a multimodalidade foram ressignificadas na prática médica. A partir da compreensão do contexto histórico-social que envolve o caminhoneiro, o acadêmico foi capaz de utilizar a seu favor alegorias do universo do interlocutor para se fazer entendido. Isso pode ser ilustrado neste capítulo quando o acadêmico expande o seu repertório comunicacional ao utilizar outras modalidades de construção de sentidos. O acadêmico utiliza de sua criatividade ao

utilizar objetos e palavras do cotidiano do caminhoneiro para ilustrar as nuances que permeiam as doenças que o acometem. Isso foi feito por meio do uso de palavras como “problemas no coração” e “placas de gordura” para representar, respectivamente, cardiopatias e aterosclerose. Além disso, para ilustrar os principais conceitos trabalhados acerca da sua doença, utilizou-se um filtro de óleo, uma mangueira de um radiador de automóvel, objetos muito comuns no dia a dia de um caminhoneiro, o que facilitou a compreensão e a memorização do conteúdo abordado. O uso dessas ferramentas pode ser atrelado a uma melhor adesão ao tratamento e às orientações médicas, já que um maior entendimento sobre a (sua) doença, está intimamente ligado a maiores taxas de adesão à conduta proposta pelo profissional da saúde. É importante ressaltar que não se trata de lançar mão de vários recursos em diferentes modalidades como mera ilustração do conceito, mas o uso estratégico de diferentes modalidades e do efeito de sentido de tal escolha na produção de letramento em saúde acerca da HAS com o caminhoneiro.

Vale destacar, ainda, que a multimodalidade no contexto médico ocorre não somente no processo de interação médico paciente em si, mas também se aplica às relações espaciais. Para que as instituições de saúde atendam às expectativas dos usuários, Rudd e Anderson (2006) chamam atenção para o fato de que sinalizações multimodais físicas são necessárias nos serviços de saúde (secundários e terciários), envolvendo materiais impressos, sinais e postagens, formulários de histórico médico, cores no espaço etc. Além disso, a comunicação do paciente com os próprios profissionais no espaço de saúde é de importância crítica para o letramento em saúde e para a resolução de problemas.

Uma pesquisa conduzida por Talevski et al. (2020), acerca do uso do *Teach Back*, revelou que tal estratégia foi capaz de aprimorar os níveis de conhecimento dos pacientes de uma unidade de emergência em relação ao diagnóstico e as orientações pós-alta, assim como contribuiu para a memorização e promoção do senso crítico frente às informações fornecidas. Da mesma forma, o uso do *Teach Back* com os caminhoneiros se mostrou muito significativa. Isso pode ser evidenciado nas respostas do sr. G.J.S., como o exemplo a seguir em que ele traz, em suas próprias palavras, o que havia compreendido após a explicação dos termos “Infarto Agudo do Miocárdio” e “Acidente Vascular Cerebral”, tratados como “derrame” e “infarto”, respectivamente:

Sr. G.J.S.: Então, o acúmulo de gordura no sangue pode favorecer a obstrução das artérias, que podem com o tempo não aguentar e “entupir”, formando um “derrame” se for no cérebro, ou um “infarto”, se for no coração.

Conclui-se, portanto, que há uma lacuna muito bem estabelecida na comunicação entre profissionais da saúde e seus pacientes, em que a falta de estratégias na abordagem da construção do conhecimento dificulta o entendimento e, conseqüentemente, a adesão à conduta do profissional, perpetuando o cenário de uma doença crônica. Um estudo qualitativo vai ao encontro de tal cenário ao revelar que 77% dos médicos entrevistados acreditavam que seus pacientes estavam cientes de seu diagnóstico, embora apenas 57% dos pacientes pudessem se lembrar disso corretamente (OLSON, 2010). Apesar de ainda ter muitos horizontes a serem explorados, a ferramenta “Teach Back” conseguiu evidenciar o seu valor, uma vez que no presente estudo, um potencial paciente, ao final da conversa, foi capaz de demonstrar ter retido o conhecimento necessário para ter senso crítico sobre sua doença e os vieses que a permeiam, podendo ser considerado instruído efetivamente para manejar sua condição.

7. CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que o uso das ferramentas multimodais pôde ampliar o conhecimento do participante acerca de sua doença crônica. Isso porque as peças de motor foram capazes de acessar o repertório do entrevistado, usando-o para realizar analogias cruciais à compreensão dos termos técnicos apresentados. Percebeu-se que o motorista se sentiu parte da construção do conhecimento, tendo como consequência mais aproximação entre o acadêmico e caminhoneiro, o que na prática médica pode ser atrelado a um fortalecimento da relação médico-paciente.

Pode-se afirmar que o “Human Car” é apenas uma demonstração do valor do uso das ferramentas multimodais para o letramento em saúde. Isso porque com uma melhor relação médico-paciente, haveria uma maior conscientização a respeito da importância dos hábitos de vida, bem como da prevenção da HAS. A adoção de políticas públicas para a saúde da população de transportes de carga seria respaldada e se executadas, teriam uma melhor adesão da população caminhoneira, principalmente aqueles que trafegam pela Rota Bioceânica.

Outrossim, podemos inferir que o uso das ferramentas multimodais pôde ampliar o conhecimento do participante acerca de

sua doença crônica e quais as possíveis complicações decorrentes da má adesão ao tratamento. Isso foi possível porque as peças de motor foram capazes de acessar o repertório do entrevistado, usando-o para realizar analogias cruciais à compreensão dos termos técnicos apresentados. Percebeu-se que o entrevistado se sentiu parte da construção do conhecimento, tendo como consequência uma maior aproximação entre entrevistador e entrevistado, o que na prática médica pode ser atrelado a um fortalecimento da relação médico-paciente.

Por fim, conclui-se que a técnica do “Teach Back” utilizando exemplo cotidianos, no contexto da saúde, é apenas uma demonstração das inúmeras possibilidades da utilização da linguagem multimodal para o letramento em saúde. Isso porque com uma melhor relação médico-paciente, é possível gerar uma relação de vínculo, havendo maior conscientização a respeito da importância dos hábitos de vida, do tratamento medicamentoso e da prevenção da HAS. A adoção de políticas públicas para a saúde da população de transportes de carga seria respaldada e se executadas, teriam uma melhor adesão do segmento dos caminhoneiros, principalmente aqueles que trafegam pela Rota Bioceânica.

REFERÊNCIAS

ALESSI, A.; ALVES, M. K. Hábitos de vida e condições de saúde dos caminhoneiros do Brasil: uma revisão da literatura. *Ciências e Saúde*. 2015.

ANDERSON, K.M.; LEISTER, S.; REGO, R. D. The 5Ts for Teach Back: An Operational Definition for Teach-Back Training. **HLRP: Health Literacy Research and Practice**. Vol. 4, No. 2, 2020.

BARBOSA, D. A.; MACIEL, R. F. Clampeando o cordão: a maternidade como um espaço multissemiótico de (des)construção de sentidos. **Letras & Letras** (UFU), v. 35, p. 28-52, 2019.

CAVAGIONI, L. C. et al. Agravos à saúde, hipertensão arterial e predisposição ao estresse em motoristas de caminhão. **Rev. Esc. Enferm.** USP. 2009.

CAVAGIONI, L. C.; PIERIN, A. M. G. Hipertensão arterial e obesidade em motoristas profissionais de transporte de cargas. *Acta Paulista de Enfermagem*. 2010;23(4):455-60.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. Pesquisa CNT: Perfil dos caminhoneiros 2019. Disponível em:
<http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20de%20Perfil%20dos%20Caminhoneiros/cnt-perfil-caminhoneiros-2019.pdf>. Acesso em: 09/12/2021

CORREIA, T. M.; BIANCHI, A. Stress em caminhoneiros e comportamento no trânsito. *Psicologia, Saúde & Doenças*. 2019, 20 (1), 242-255.

GUALBERTO, C. L.; SANTOS, Z. B. dos. Multimodalidade no contexto brasileiro: um estado de arte. *Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S.L.], v. 35, n. 2, p. 1-30, 23 mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-460x2019350205>. Acesso em: 21 jun. 2023.

JULIÃO, N. A.; SOUZA, A.; GUIMARÃES, R. R. de M. Tendências na prevalência de hipertensão arterial sistêmica e na utilização de serviços de saúde no Brasil ao longo de uma década (2008-2019). *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 26, n. 9, p. 4007-4019, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232021269.08092021>.

MACIEL, R.F.; BARBOASA, VL. 'Mas professora, imagem não é texto?: as implicações dos multiletramentos nas aulas de língua portuguesa. *Revista de Letras Norte@mentos*, v. 11, p. 115-228, 2018

MACIEL, R.F.; PEREIRA, F. G. As dinâmicas das linguagens para além das fronteiras linguísticas e semióticas: diálogos entre multimodalidade e translanguagem em contextos médicos. In: Nataniel Gomes, Ruberval Franco Maciel, Vanderlis Legramante Barbosa. (Org.). *Olhares sobre os textos: verbal e não verbal*. 1ed.Rio de Janeiro: UERJ, 2020, v. 1, p. 31-58
MICHAEL K. PAASCHE-ORLOW, MD, MA, MPH, et al. Letramento e Poder em Saúde. *Pesquisa e Prática em Alfabetização em Saúde*. Vol. 2, nº 3, 2018. Disponível em:
<https://journals.healio.com/doi/pdf/10.3928/24748307-20180629-01>

NILSON E.A.F.; ANDRADE R.C.S.; BRITO, D.A.; OLIVEIRA ML. Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. *Rev Panam Salud Publica*. 2020; 44:e32. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.32>

OLSON, Douglas P. Communication Discrepancies Between Physicians and Hospitalized Patients. *Archives Of Internal Medicine*, [S.L.], v. 170, n. 15, p. 1302, 9 ago. 2010. American Medical Association (AMA). <http://dx.doi.org/10.1001/archinternmed.2010.239>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PEREIRA, F.G; MACIEL, R.F. Letramento em saúde e rota bioceânica: uma análise sobre conceitos de diabetes e hipertensão com motoristas de caminhão. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n_MLgd-Eaqo&list=PLMkXsVcq_ewnXWiWkPPnFn3jEzYQHmlFr. Acesso em: 10/12/2021

ROOTMAN, I. et al. The development and validation of measures of “health literacy” in different populations. Vancouver/ Victoria: University of British Columbia/ University of Victoria; 2006. Acesso em: 21 jun. 2023.

RUDD R.E.; ANDERSON J.E. The health literacy environment of hospitals and health centers. Partners for action: making your healthcare facility literacy-friendly. [s.l.]: The National Center for the Study of Adult Learning and Literacy, 2006. Acesso em: 21 jun. 2023.

RUDD, R. E.; ROSENFELD, L.; SIMONDS, Vanessa W. Health Literacy: a new area of research with links to communication. *Atlantic Journal of Communication*, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 16-30, 25 jan. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/15456870.2012.637025>.

SILVEIRA, L. M. Cruz da; RIBEIRO, V. M. B. Grupo de adesão ao tratamento: espaço de. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, [S.L.], v. 9, n. 16, p. 91-104, fev. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-32832005000100008>. Acesso em: 21 jun. 2023.

TALEVSKI, J.; SHEE, A. W.; RASMUSSEN, B.; KEMP, G.; BEAUCHAMP, A. Teach-back: a systematic review of implementation and impacts. *Public Library of Science* (PLoS One), [S.L.], v.15, n.4, p.1-18, 14 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0231350>. Acesso em: 21 jun. 2023.

TONGUE, J. R.; EPPS, H. R.; FORESE, L. L. Communication Skills for Patient-Centered Care. *The Journal of Bone and Joint Surgery-American Volume*, [S.L.], v. 87, n. 3, p. 652-658, mar. 2005. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). <http://dx.doi.org/10.2106/00004623-200503000-00027>. Acesso em: 21 jun. 2023

CAMINHONEIROS DA ROTA DE INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA: PREVALÊNCIA DO TABAGISMO E SUA CORRELAÇÃO COM FATORES LABORAIS

*Armando Tomaz Theodorovitz
Ruberval Franco Maciel
Marcelo Loureiro Lau Filho*

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por finalidade evidenciar a relação do tabagismo e as funções laborais dos caminhoneiros inseridos na Rota de Integração Latino-Americana (RILA) em Campo Grande – MS.

O tabagismo, responsável por 8 milhões de mortes por ano (OMS, 2019), é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma das maiores ameaças à saúde pública existentes. O Ministério da Saúde classifica o uso do tabaco como uma epidemia causada pela dependência a nicotina, sendo essa condição listada na 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID-10) como um transtorno mental e de comportamento devido ao uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2020).

Além disso, pode-se pontuar os diversos distúrbios nos quais o tabagismo promove seu impacto. O uso do tabaco tem responsabilidade por parte de 90% dos tumores pulmonares, 75% das bronquites crônicas e 25% das doenças isquêmicas do coração (FILHO, 2010). Não somente, o tabagismo tem intrínseca relação com diversos cânceres como leucemia mieloide aguda, câncer de esôfago, câncer de laringe, câncer na cavidade oral, câncer de faringe, câncer de estômago, câncer de cólon e reto, câncer de traqueia e câncer de brônquios e pulmão (BRASIL, 2021).

Dessa maneira, torna-se importante entender a partir de quais meios o uso do tabaco e seus derivados ocorre. Não somente o cigarro propriamente dito, mas também o charuto, cachimbo, cigarro de palha, tabaco para narguilé, fumo-de-rolô e cigarros eletrônicos são meios pelos quais o tabagismo se perpetua. Em todos esses casos, a nicotina é a

substância base que causa a dependência química no organismo humano.

É notável, no entanto, que a distribuição da prevalência do tabagismo ocorre de maneira desigual entre diferentes populações. Os caminhoneiros, por exemplo, são uma população na qual o tabaco é uma substância amplamente difundida (RUAS, 2010). Comprova-se isso com a estimativa de que 36% dos profissionais caminhoneiros fazem uso do tabaco (RUAS, 2010), enquanto na população brasileira a estimativa de 2019 é de que 9,8% da população adulta faça o consumo de tal substância (BRASIL, 2020), existindo, assim, uma grande discrepância. Essa maior tendência ao consumo de cigarros, assim também como bebidas alcoólicas, bebidas cafeinadas, anfetaminas e outros psicoestimulantes (SOUZA, 2008), conecta-se a características laborais marcantes pelas quais os caminhoneiros são submetidos, a exemplo: jornadas de trabalho extensas, longos períodos em trânsito rodoviário e exposição a acidentes automobilísticos (KNAUTH, 2012).

Além dessas características citadas, existem outros fatores laborais que podem ter relação com essa condição de vulnerabilidade do profissional caminhoneiro. A Agência Nacional de Transporte Terrestres aponta que 800 mil caminhoneiros são cadastrados como transportadores no Brasil, sendo que cerca de 67% seriam autônomos. Essa situação acaba por refletir nas condições de suporte recebidas pelo profissional, o qual não recebe os benefícios tidos por um indivíduo contratado dentro de uma empresa, como seguros de saúde e 13º salário (PONTAROLO, 2019; TEDESCO, 2011).

Acrescenta-se, tendo em vista o panorama abordado, a questão regional envolvida em Campo Grande – MS, cidade pertencente a Rota de Integração Latino Americana (RILA), na qual o fluxo de caminhoneiros torna-se de maior intensidade pelo fato de a cidade ser um corredor de transporte rodoviário internacional. Assim, a implementação da Rota Bioceânica, tendo o propósito de interligar os portos ao norte do Chile a Argentina, Paraguai e ao Brasil, demonstra capacidade de promover um maior desenvolvimento das regiões envolvidas, envolvendo questões econômicas e sociais a curto e longo prazo, haja vista o aumento do fluxo de serviços, mercadorias e pessoas na região (CAMILO-PEREIRA, 2020).

A partir do exposto, considerando-se a condição laboral vulnerável dos profissionais caminhoneiros e a forte exposição desses indivíduos a fatores que levam ao aumento do tabagismo, o presente estudo objetiva analisar a prevalência do tabagismo nessa população, além de correlacionar o grau de dependência ao tabaco com as

condições de trabalhos dos caminhoneiros que atuam na Rota de Integração Latino Americana.

2. METODOLOGIA

Esse estudo transversal foi desenvolvido a partir do deslocamento quinzenal do pesquisador até o Autoposto Kátia Locatelli, localizado na rodovia BR-163 em Campo Grande - MS, ponto de descanso dos caminhoneiros que circulam na RILA. Neste local, o pesquisador permaneceu por períodos de 6 horas para realizar a coleta de dados, que ocorreu entre março 2023 a abril de 2023. Foram selecionados aleatoriamente todos os caminhoneiros presentes no local que trabalhavam na Rota Bioceânica e eram maiores de 18 anos, objetivando um total mínimo de N=30. A participação dos caminhoneiros ocorreu mediante a exposição do projeto e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Para a avaliação do grau de dependência nicotínica, foi utilizado o Questionário de Tolerância de Fagerström (QTF) (Anexo 2), instrumento que demonstrou bom grau de confiabilidade para essa avaliação (HALTY, 2002). Esse questionário constitui-se por 6 perguntas de múltipla alternativa acerca do hábito de uso do tabaco. Cada alternativa das perguntas corresponde a uma pontuação, o somatório dos pontos gera uma classificação do grau de dependência: muito baixo (0 a 2 pontos), baixo (3 a 4 pontos), médio (5 pontos), elevado (6 a 7 pontos) ou muito elevado (8 a 10 pontos).

Além disso, foram coletados dados sobre as características laborais do profissional caminhoneiro, como: carga horária diária e semanal média de trabalho, existência ou não de vínculo empregatício, renda salarial, período médio que o caminhoneiro permanece distante de sua residência e tempo de férias durante o ano. A coleta dessas informações foi utilizada para cruzamento de dados e entendimento se há ou não correlação entre os maiores graus de dependência nicotínica com condições de trabalho de maior insalubridade.

Com a apresentação do projeto e a assinatura do TCLE, todos os participantes foram submetidos ao questionário sobre as características laborais e aqueles que eram tabagistas foram submetidos ao Questionário de Tolerância de Fagerström. O projeto teve aprovação ética do CESH-UEMS para seu desenvolvimento, sob o protocolo de número CAEE 60495822.2.0000.8030. Para analisar os dados dos caminhoneiros da Rota de Integração Latino-Americana (n=30) foram aplicados métodos estatísticos descritivos e inferenciais. As variáveis qualitativas serão apresentadas por distribuição de frequências absolutas e relativas. Na parte inferencial foram aplicados os seguintes

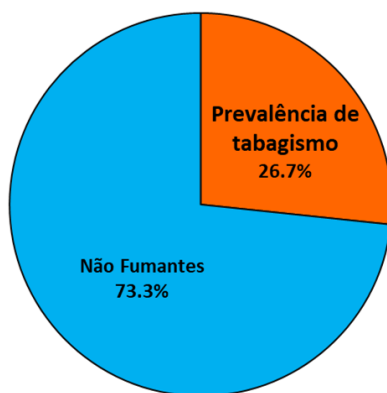
métodos: para avaliar a distribuição das variáveis qualitativas entre os grupos Fumantes (n=8) e Não Fumantes (n=32) foram aplicados os testes Qui-quadrado de independência e Teste Exato de Fisher, conforme recomenda Ayres et al (2007). Foi previamente fixado erro alfa em 5% para rejeição de hipótese nula e o processamento estatístico foi realizado nos programas BioEstat versão 5.3 e STATA release 17.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as visitas de coletas de dados ocorridas entre março e abril de 2023, foram convidados a participar do estudo todos os caminhoneiros que transitavam pela RILA e faziam sua parada no Posto Kátia Locatelli, situado na BR-163, próximo a Campo Grande – MS. Ao todo, 43 candidatos preenchiam os critérios de inclusão do estudo. Desses, 13 optaram por não participar, resultando em uma amostra final de n = 30 participantes. É relevante mencionar que todos os 30 participantes (100%) eram do sexo masculino.

O presente estudo analisou os 30 participantes, sendo divididos em dois grupos: Fumantes (n=8) e Não fumantes (n=22). No geral (amostra completa com n=30) a prevalência de tabagismo foi 26,6% (8 em 30 são fumantes), conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Prevalência de fumantes na amostra de n=30 caminhoneiros.



Fonte: Dos autores

A partir da análise dos dados, obtivemos os seguintes resultados:

Idade (faixa etária). A comparação entre os grupos Fumantes(n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com Idade (faixa etária) resultou em p-valor = 0.7282 (não significativa) portanto, aceita-se a hipótese nula, não existe real diferença entre os grupos.

Escolaridade. A comparação entre os grupos Fumantes(n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com Escolaridade resultou em p-valor = 0.2932 (não significativa) portanto, aceita-se a hipótese nula proporções iguais entre os grupos.

Estado Civil. A comparação entre os grupos Fumantes(n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com Estado Civil resultou em p-valor = **0.0422*** (estatisticamente significativa) portanto, rejeita-se a hipótese nula, visto que no grupo Fumante (Casado =37.5%) e Não Fumantes com (Casado =77.3%).

Vínculo empregatício. A associação entre os grupos Fumantes(n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com Vínculo empregatício resultou em p-valor = 0.1987 (não significativa) portanto, aceita-se a hipótese nula, não existe real diferença entre os grupos.

Horas de trabalho diário. A comparação entre os grupos Fumantes (n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com Horas de trabalho diário resultou em p-valor = 0.1250 (não significativa) portanto, aceita-se a hipótese nula, não existe real diferença entre os grupos.

Horas de trabalho semanal. A comparação entre os grupos Fumantes(n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com Horas de trabalho semanal resultou em p-valor = 0.9999 (não significativa) portanto, aceita-se a hipótese nula, não existe real diferença entre os grupos.

Renda Mensal. A comparação entre os grupos Fumantes(n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com resultou em p-valor = **0.0297*** (estatisticamente significativa) portanto, rejeita-se a hipótese nula, visto que os Fumantes 75% têm renda é igual ou maior que 7 salários mínimos e entre os Não Fumantes predomina a renda entre 3 e 5 sm (50%).

Tempo distante de sua residência. A comparação entre os grupos Fumantes(n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com Tempo distante de sua residência resultou em p-valor = **0.0175*** (estatisticamente significativa) portanto, rejeita-se a hipótese nula, visto que o grupo Fumante com tempo \geq 30 dias (75.0%) e Não Fumantes com (tempo \geq 30 dias 18.2%).

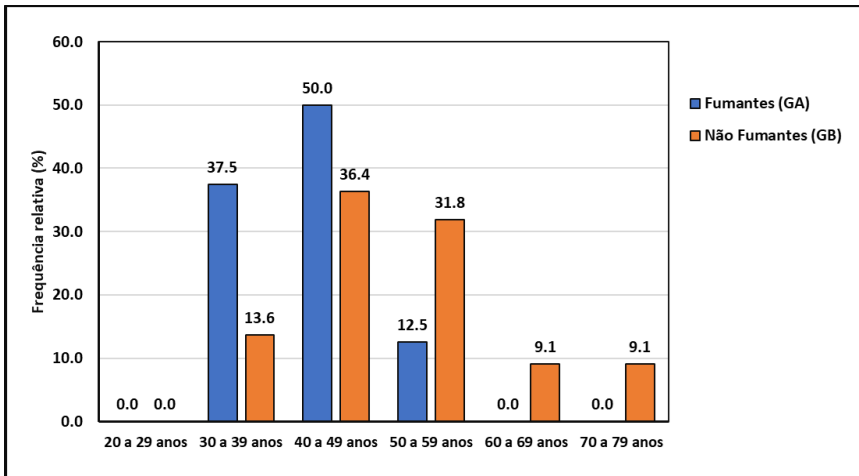
Tempo de férias durante o ano. A comparação entre os grupos Fumantes(n=8) e Não fumantes(n=22) de acordo com Tempo de férias durante o ano resultou em p-valor = 0.1873 (não significativa) portanto, aceita-se a hipótese nula, não existe real diferença entre os grupos

Tabela 1: característica dos participantes n=30 Caminhoneiros da Rota de Integração Latino Americana: prevalência do tabagismo e sua correlação com fatores laborais, divididos em dois grupos Fumantes (n=8) e Não Fumantes (n=22), UEMS/CNPq, Mato Grosso do Sul, ano 2022.

	GA (Fumantes)		GB (Outros)		Geral		p-valor
	n=8	%	n=22	%	n=30	%	
Idade (faixa etária)							0.7282
20 a 29 anos	0	0.0	0	0.0	0	0.0	
30 a 39 anos	3	37.5	3	13.6	6	20.0	
40 a 49 anos	4	50.0	8	36.4	12	40.0	
50 a 59 anos	1	12.5	7	31.8	8	26.7	
60 a 69 anos	0	0.0	2	9.1	2	6.7	
70 a 79 anos	0	0.0	2	9.1	2	6.7	
Escolaridade							0.2932
Ensino fundamental incompleto	0	0.0	4	18.2	4	13.3	
Ensino fundamental completo	3	37.5	6	27.3	9	30.0	
Ensino médio incompleto	0	0.0	3	13.6	3	10.0	
Ensino médio completo	4	50.0	8	36.4	12	40.0	
Ensino superior incompleto	0	0.0	1	4.5	1	3.3	
Superior completo	1	12.5	0	0.0	1	3.3	
Estado Civil							0.0422*
Solteiro	3	37.5	4	18.2	7	23.3	
Casado	3	37.5	17	77.3	20	66.7	
Divorciado	2	25.0	0	0.0	2	6.7	
Viúvo	0	0.0	1	4.5	1	3.3	
Vínculo empregatício							0.1987
Sim	7	87.5	12	54.5	19	63.3	
Não	1	12.5	10	45.5	11	36.7	
Horas de trabalho diário							0.1250
< 12 horas	2	25.0	13	59.1	15	50.0	
≥ 12 horas	6	75.0	9	40.9	15	50.0	
Horas de trabalho semanal							0.9999
< 60 horas	2	25.0	6	27.3	8	26.7	
≥ 60 horas	6	75.0	16	72.7	22	73.3	
Renda Mensal							0.0297*
1 a 3 salários mín.	1	12.5	3	13.6	4	13.3	
3 a 5 salários mín.	1	12.5	11	50.0	12	40.0	
5 a 7 salários mín.	3	37.5	7	31.8	10	33.3	
7 a 10 salários mín.	3	37.5	0	0.0	3	10.0	
> 10 salários mín.	0	0.0	1	4.5	1	3.3	
Tempo distante de sua residência							0.0175*
0 a 6 dias	1	12.5	0	0.0	1	3.3	
≥ 7 a 14 dias	1	12.5	11	50.0	12	40.0	
≥ 15 a 29 dias	0	0.0	7	31.8	7	23.3	
≥ 30 dias	6	75.0	4	18.2	10	33.3	
Tempo de férias durante o ano							0.1873
0 a 6 dias	1	12.5	10	45.5	11	36.7	
≥ 7 a 14 dias	0	0.0	0	0.0	0	0.0	
≥ 15 a 29 dias	2	25.0	7	31.8	9	30.0	
≥ 30 dias	5	62.5	5	22.7	10	33.3	

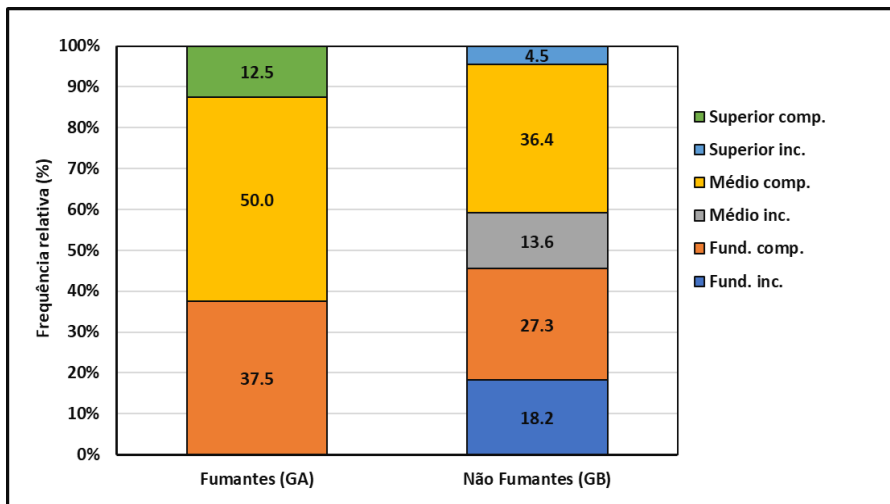
*teste de exato de Fisher.

Gráfico 2: Distribuição da **faixa etária**, comparando os grupos (Fumantes / Não Fumantes) nas proporções de cada categoria.



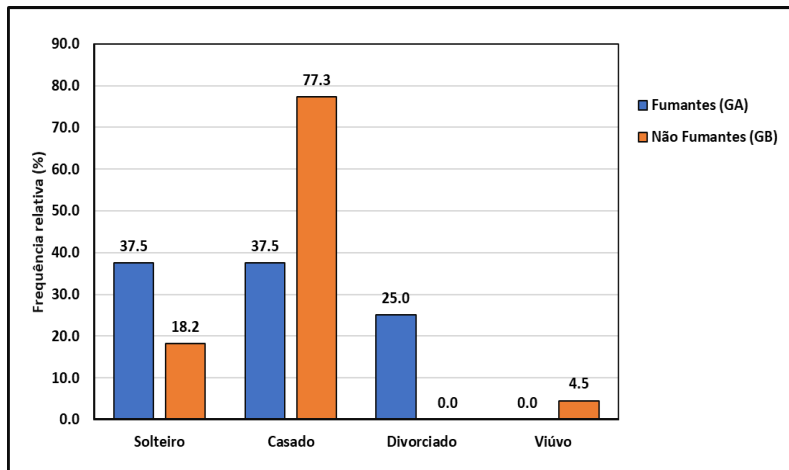
Fonte: Dos autores

Gráfico 3: Distribuição da Escolaridade em cada grupo (Fumantes / Não Fumantes).



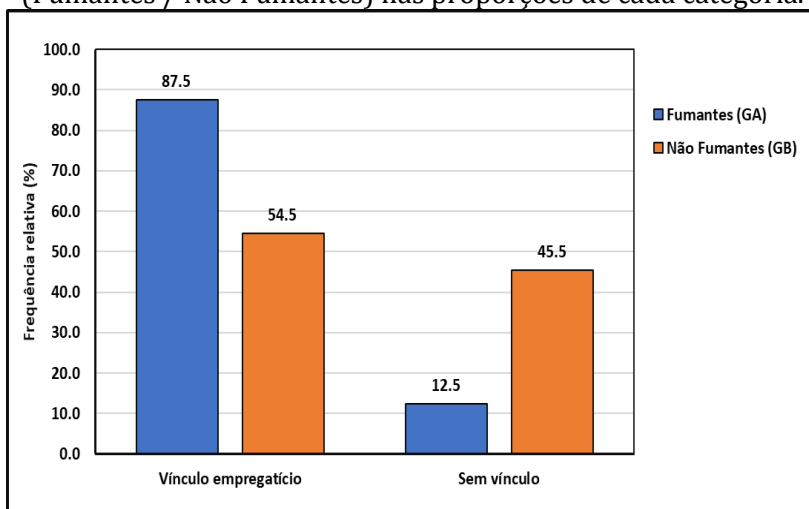
Fonte: Dos autores

Gráfico 4: Distribuição do Estado Civil, comparando os grupos (Fumantes / Não Fumantes) nas proporções de cada categoria



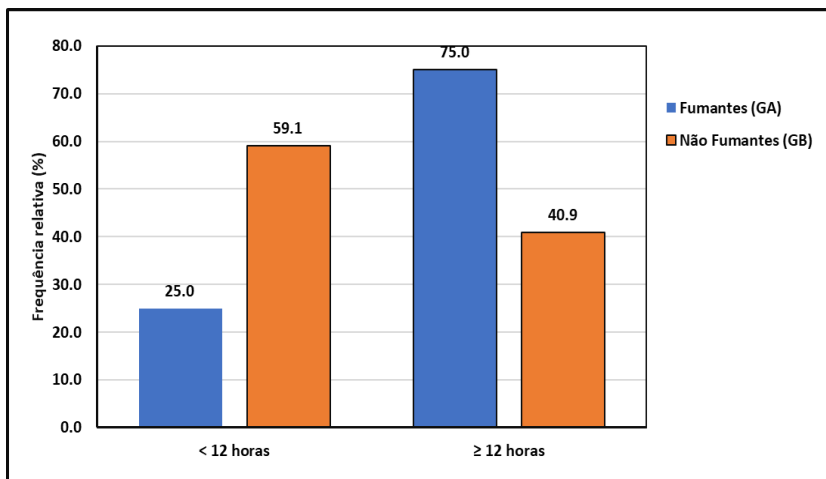
Fonte: Dos autores

Gráfico 5: Distribuição da Vínculo empregatício, comparando os grupos (Fumantes / Não Fumantes) nas proporções de cada categoria.



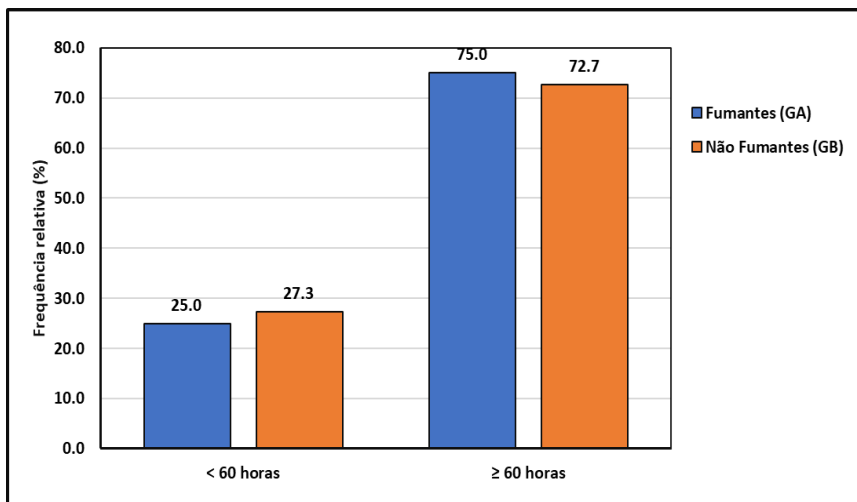
Fonte: Dos autores

Gráfico 6: Distribuição da Horas de trabalho diário, comparando os grupos (Fumantes / Não Fumantes) nas proporções de cada categoria.



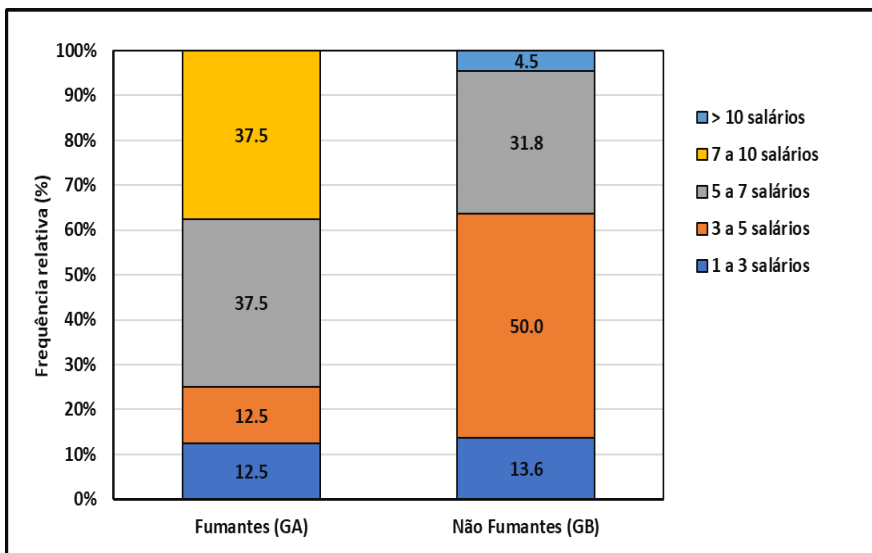
Fonte: Dos autores

Gráfico 7: Distribuição da Horas de trabalho semanal, comparando os grupos (Fumantes / Não Fumantes) nas proporções de cada categoria.



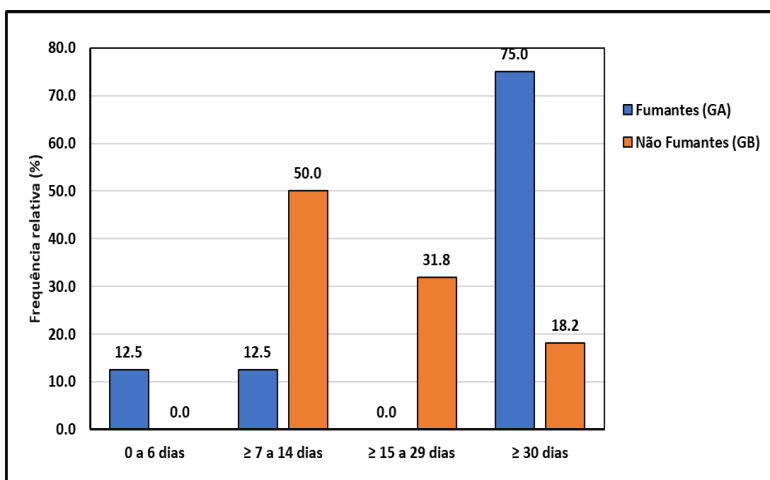
Fonte: Dos autores

Gráfico 8: Distribuição da Renda Mensal em cada grupo (Fumantes / Não Fumantes).



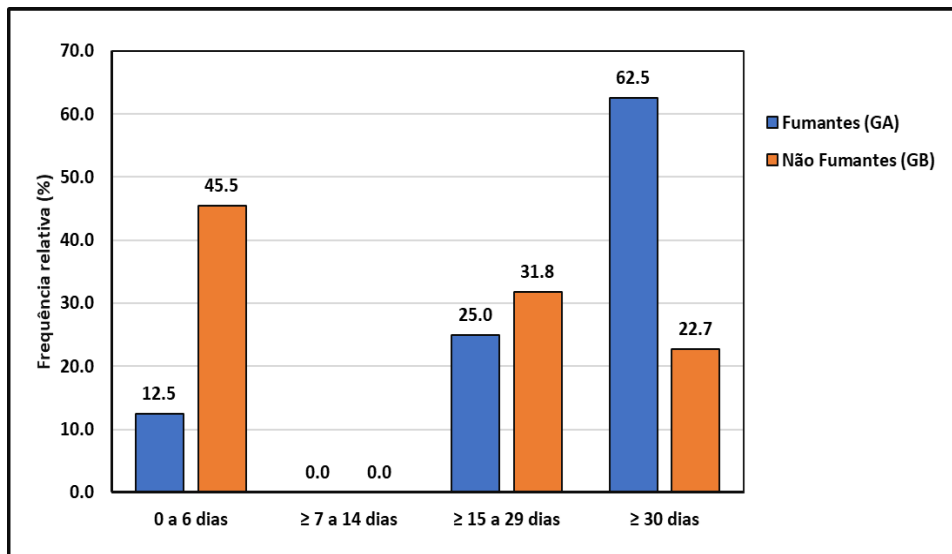
Fonte: Dos autores

Gráfico 9: Distribuição da Tempo distante de sua residência, comparando os grupos (Fumantes / Não Fumantes) nas proporções de cada categoria



Fonte: Dos autores

Gráfico 10: Distribuição da Tempo de férias durante o ano, comparando os grupos (Fumantes / Não Fumantes) nas proporções de cada categoria.



Fonte: Dos autores

Uma limitação que deve ser apontada neste estudo é o tamanho da amostra obtida ($n = 30$). Nesse sentido, dadas as restrições do espaço amostral e suas subdivisões, obteve-se subamostra ainda menor. Apesar disso, os resultados encontrados mostram que o tabagismo é um fenômeno complexo, influenciado por uma combinação de fatores, tanto individuais quanto sociais. Iniciando pelas características demográficas, a análise não revelou diferenças significativas em relação à idade e escolaridade entre os grupos de fumantes e não fumantes. Isso sugere que o tabagismo possa não estar diretamente ligado à faixa etária nem ao nível educacional dos indivíduos estudados. O resultado referente à análise do tabagismo e da faixa etária corrobora com estudos anteriores que mostraram que o hábito de fumar possui relação complexa com a idade (BERTO, 2010), alguns estudos demonstram a tendência de alguns fumantes considerarem parar de fumar à medida que envelhecem, principalmente devido aos riscos crescentes para a saúde, como doenças cardíacas, câncer e doenças respiratórias (PEIXOTO, 2007), dado esse que se reflete na população do presente estudo. Por outro lado, quanto a

análise da relação com o nível educacional, outros estudos demonstraram maiores frequências de tabagismo em populações com baixa escolaridade (PEIXOTO, 2008). Em continuidade, a análise apresentou uma diferença estatisticamente significativa em relação ao estado civil dos participantes. O grupo de não fumantes apresentou uma proporção maior de pessoas casadas em comparação com o grupo de fumantes. Essa descoberta pode ser indicativa de que pessoas solteiras possam ter maior dificuldade de abandonar o tabagismo, talvez devido a fatores sociais, como a ausência de alguém que demonstre preocupação com a saúde do indivíduo e que ofereça suporte aos efeitos da abstinência (DANTAS, et al., 2021).

A análise também revelou a ausência de diferenças significativas em relação ao vínculo empregatício e às horas de trabalho diário e semanal entre os grupos de fumantes e não fumantes. Diferente de outros estudos, isso sugere que o hábito de fumar não está diretamente associado ao status de emprego ou à quantidade de horas trabalhadas. Entretanto, é relevante notar que o ambiente de trabalho pode desempenhar um papel importante na adoção ou cessação do tabagismo, mesmo que não tenha sido evidenciado neste estudo. Outras pesquisas envolvendo populações maiores demonstraram justamente o contrário, ou seja, uma tendência maior do indivíduo ser tabagista quando não possui vínculo empregatício (GIATTI; BARRETO 2011) e quando é submetido à maiores cargas horárias de trabalho (BARROS *et al.*, 2011). No âmbito socioeconômico, a renda mensal foi uma variável que mostrou uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos de fumantes e não fumantes. O grupo de fumantes apresentou uma proporção maior de pessoas com renda igual ou superior a 7 salários mínimos, enquanto o grupo de não fumantes tinha mais indivíduos com renda entre 3 e 5 salários mínimos. Essa diferença estatística, no entanto, deve-se provavelmente devido à pequena amostra populacional do estudo, haja vista que grandes pesquisas evidenciaram uma relação inversamente proporcional entre renda e consumo de tabaco e derivados (BAZOTTI *et al.*, 2016).

Outra variável socioeconômica que se mostrou significativa foi o tempo distante de casa. O grupo de fumantes apresentou uma proporção maior de pessoas que ficam afastadas de casa por mais de 30 dias em comparação com o grupo de não fumantes. Essa associação pode indicar que o tabagismo está relacionado a fatores de estilo de vida ou atividades realizadas fora do ambiente residencial, podendo influenciar o acesso e exposição ao tabaco. Quanto ao tempo de férias durante o ano, não foram encontradas diferenças significativas em relação ao

entre os grupos de fumantes e não fumantes. Isso sugere que o hábito de fumar possa não estar associado a períodos específicos de descanso, mas sim a fatores contínuos e persistentes em relação ao comportamento tabágico. Infelizmente, não foram encontrados dados na literatura que pudessem corroborar ou não com esses últimos achados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os resultados do projeto destacam a complexidade do tabagismo e sua interação com múltiplas variáveis. Embora a amostra de 30 participantes seja limitada, este estudo revela nuances na relação entre tabagismo e diversos fatores. As características demográficas, como idade e escolaridade, não mostraram associações significativas com o tabagismo. O estado civil demonstrou diferenças, com uma proporção maior de casados entre não fumantes, indicando o possível papel do suporte social na cessação do tabagismo. O vínculo empregatício e carga horária não parecem influenciar diretamente o tabagismo, contrastando com alguns estudos. A renda mensal exibiu diferenças, mas devido ao tamanho reduzido da amostra, esses resultados devem ser interpretados com cautela. A relação entre tempo distante de casa e tabagismo sugere que fatores de estilo de vida fora do ambiente residencial podem afetar o comportamento tabágico. Curiosamente, o tabagismo não parece associado a períodos específicos de férias. Apesar das limitações, este estudo ressalta que o tabagismo é influenciado por uma interação complexa de fatores individuais e sociais.

Diante dos dados apresentados e das discussões realizadas, torna-se evidente a importância de conduzir futuras pesquisas junto a essa população, a fim de aprofundar o entendimento dos determinantes e fatores de risco à saúde que a afetam. Essas investigações contribuiriam para estabelecer um embasamento literário sólido, servindo como base científica essencial para a formulação de políticas de saúde específicas e direcionadas às vulnerabilidades identificadas. A necessidade de conscientização sobre os perigos do tabagismo também se destaca como um elemento fundamental a ser abordado por essas futuras intervenções. Em última análise, a realização de estudos mais aprofundados permitirá a implementação de medidas mais eficazes, visando à promoção da saúde e à prevenção do tabagismo nessa população de caminhoneiros.

REFERÊNCIAS

- AYRES, M., AYRES Jr, M., AYRES, D. L., SANTOS, A. A. S. *Bioestat 5.3 aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas*. Belém: IDSM, 2007.364p.
- BARROS, Aluísio J. D. *et al.* Tabagismo no Brasil: desigualdades regionais e prevalência segundo características ocupacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 16, n. 9, p. 3707-3716, set. 2011. FapUNIFESP (SciELO).
- BAZOTTI, Angelita *et al.* Tabagismo e pobreza no Brasil: uma análise do perfil da população tabagista a partir da pof 2008-2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 1, p. 45-52, jan. 2016. FapUNIFESP (SciELO).
- BERTO, S. J. P. *et al.* *Tabagismo associado a outros fatores comportamentais de risco de doenças e agravos crônicos não transmissíveis*. Cad de saúde pública, Rio de Janeiro, 26 (8), p. 1573-1582, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/jrFHmXfx7YtF74YykskQ5Nh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020*. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Brasília, 2020.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Programa Nacional de Controle do Tabagismo*. Instituto Nacional do Câncer. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/programa-nacional-de-controle-do-tabagismo>>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- CAMILO-PEREIRA, A. *et al.* *Circulação, desenvolvimento econômico e ordenamento territorial: elementos teóricos para análises de pesquisas sobre a Rota de Integração Latino Americana*. Confins. Revue francobrésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia. Mato Grosso do Sul, 2021
- DANTAS, D. R. G. *et al.* Cessação do tabagismo como resultado de uma abordagem inovadora de tratamento em campina grande - PB. *Revista Saúde & Ciência online*.v. 10, n. 2, p. 23-44, 2021.
- FILHO, V. W. *et al.* *Tabagismo e câncer no Brasil: evidências e perspectivas*. São Paulo, 2010.

GIATTI, Luana; BARRETO, Sandhi Maria. Tabagismo, situação no mercado de trabalho e gênero: análise da PNAD 2008. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 6, p. 1132-1142, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO).

HALTY, L. S. et al. *Análise da utilização do Questionário de Tolerância de Fagerström (QTF) como instrumento de medida da dependência nicotínica*. Rio Grande, 2002.

KNAUTH, D. R. et al. *Manter-se acordado: a vulnerabilidade dos caminhoneiros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2012.

OMS, Organização Mundial da Saúde. *Folha informativa – Tabaco*.

Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5641:folha-informativa-tabaco&Itemid=1097>. Acesso em: 13 mar. 2021.

OMS, Organização Mundial da Saúde. *MPOWER: Um plano de medidas para reverter a epidemia de tabagismo*. Organização Pan-Americana de Saúde. Genebra, 2008.

PEIXOTO, M.R.G. et al. *Monitoramento por entrevistas telefônicas de fatores de risco para doenças crônicas: experiência de Goiânia, Goiás, Brasil*. *Cad Saúde Pública* 2008; 24:1323-33.

PEIXOTO, S.V.; FIRMO, J.O.A.; LIMA-COSTA, M.F.. *Fatores associados ao índice de cessação do hábito de fumar em duas diferentes populações adultas (Projetos Bambuí e Belo Horizonte)*. *Cad Saúde Pública* 2007; 23:1319-28.

PONTAROLO, M. C. C. et al. *Caracterização da atuação de caminhoneiros autônomos no município de Tabuleiro do Norte/CE*. Ponta Grossa, 2019.

RUAS, A. et al. *Detecção dos fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares dos profissionais caminhoneiros: prevenção, reflexão e conhecimento*. *Revista Perspectiva*, Erechim, v. 34, n. 125, p. 147-158, mar. 2010. Disponível em:

https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/125_82.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

SOUZA, J. C.; et al. *Sono, qualidade de vida e acidentes em caminhoneiros brasileiros e portugueses*. Maringá, 2008.

StataCorp. 2021. *Stata Statistical Software: Release 17*. College Station, TX: StataCorp LLC.

TEDESCO, G. M. I. et al. Mercado de transporte rodoviário de cargas no Brasil. *Revista ANTT*. v. 3. n. 2. Brasília, 2011.

ACUIDADE VISUAL EM CAMINHONEIROS INTEGRANTES DA ROTA BIOCEÂNICA EM CAMPO GRANDE (MS)

*Flávio Junior Ferraz Cabral
Ruberval Franco Maciel
Tânia Gisela Biberg-Salum
Marcelo Loureiro Lau Filho*

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo visa abordar pontos importantes acerca da acuidade visual dos caminhoneiros inseridos na rota bioceânica. Acidentes de trânsito (AT) representam importante problema de saúde pública. O Brasil ocupa a quinta posição entre os países com maior número de mortes por AT, com mais de 150 mil vítimas, incluindo óbitos e feridos graves (BACCHIERI et al, 2018). Nesse contexto, aplica-se a importância deste projeto para melhorar a autopercepção e letramento em saúde dos motoristas do Corredor Bioceânico

A Rota Bioceânica interliga o Oceano Atlântico ao Pacífico no cone sul da América do Sul, sendo um projeto que faz a integração territorial de vários países. No contexto do trânsito, a avaliação oftalmológica dos caminhoneiros da rota é de suma importância para identificação de distúrbios da acomodação (presbiopia) e distúrbios de refração óptica, também chamados de ametropias (GUYTON; HALL, 2017).

O projeto para estabelecer um Corredor Rodoviário Bioceânico começou a ser discutido por volta do ano 2000, durante uma reunião da cúpula de presidentes da América do Sul. O objetivo era promover a cooperação entre os estados e integrar o continente sul-americano. (ASATO, 2021)

Segundo a Resolução 425/2012 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN (BRASIL, 2012), para estar apto a conduzir veículos automotores nas categorias C, D e E, é exigido acuidade visual de 20/30 no melhor olho e 20/40 no outro olho, com visão binocular de 20/25, além de que devem ser capazes de reconhecer as luzes semafóricas (verde, vermelho e amarelo) em posições padronizadas,

sendo exigido ao candidato possuir visão em baixa luminosidade. Esses valores podem ser obtidos com ou sem correção óptica, devendo, neste último caso, constar na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) obrigatório o uso de “lentes corretivas”.

É possível dizer que a aplicação de questionário sobre questões prévias de saúde ocular, realização do teste de Snellen, atendimento oftalmológico básico e atividades de educação em saúde são ações essenciais na detecção de problemas de visão, como observado durante a realização do projeto. Isso é de extrema importância dada a relevância de uma visão saudável para uma direção motorizada adequada (DUARTE et al., 2002 apud SCHERER et al, 2018).

A “tabela de Snellen” é composta de uma série de fileiras, progressivamente menores, de letras aleatórias, usada para se testar a visão para longe. Cada fileira é designada por um número correspondente à distância, em pés ou metros, a partir do qual um olho normal pode ler todas as letras da fileira (RIORDAN-EVA, 2011). Por convenção, a visão para longe pode ser medida a uma distância de 6 m. Para fins de diagnóstico, a acuidade para longe é o padrão para comparação e é sempre testada separadamente para cada olho.

A acuidade é classificada como um conjunto de dois números (p. ex., “20/40”). O primeiro número representa a distância de teste, em pés, entre a tabela e o paciente, e o segundo número representa a menor fileira de letras que o olho do paciente pode ler a partir da distância de teste. A visão normal é de 20/20; a visão 20/60 indica que o olho do paciente consegue ler, a partir de uma distância de 20 pés, apenas as letras grandes o suficiente para um olho normal ler a partir de 60 pés/18m (RIORDAN-EVA, 2011).

Estudos apontam, que dos acidentes nas rodovias, os veículos com transporte de carga são responsáveis por 25% dos acidentes, e que 15% destes causam óbito e 7% levam a caso de invalidez permanente (RIBEIRO et al, 2017). Diante deste cenário, os acidentes automobilísticos apresentam posição de destaque no aumento da mortalidade por causas externas, e o aumento dos casos de acidentes de tráfego, grande parte provocadas por motoristas profissionais, é um fator de grande relevância para a criação deste trabalho. Portanto, este projeto de extensão buscou relevância ao promover, na população alvo, o conhecimento e acompanhamento de sua saúde ocular.

O projeto voltou-se ao uso de metodologias ativas, já que estas despertam a autonomia e a criticidade, por meio da estimulação da curiosidade e da aplicação de conhecimentos prévios e contextualizados, assim como foi observado ao longo da ação. Nesse sentido, o acadêmico

teve a oportunidade de conhecer, de perto, o dia a dia dos caminhoneiros, e também observou que aqueles que são contratados de empresas são obrigados a fazer, pelo menos, 1 consulta oftalmológica por ano. Entretanto, aqueles que possuem caminhão próprio e prestam serviço, muitas vezes negligenciam, ainda que involuntariamente, a consulta com o oftalmologista.

2. MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caráter qualiquantitativo, envolvendo a população de caminhoneiros da Rota Bioceânica, no Posto de combustível Katia Locatelli, BR -163, 41, um ponto de encontro de caminhoneiros que trafegam pela Rota Bioceânica. A metodologia foi dividida em três etapas: Capacitação do Universitário, Confecção do material utilizado no projeto, Aplicação de Metodologias Ativas e Exame de Triagem

A primeira etapa ocorreu a capacitação do universitário pela Prof. Tânia G. Biberg-Salum, oftalmologista, docente do Curso de Medicina da UEMS e orientadora do projeto, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Essa capacitação foi relacionada com a utilização da Tabela de Snellen, ideias de criação para os questionários e esclarecimento de dúvidas relativas às doenças oculares. Ademais, nessa fase inicial, o acadêmico entrou em contato com os postos de combustíveis elegíveis para a organização logística da atividade e, assim, dar início a prática do projeto.

A segunda etapa, foi realizada a criação do questionário (sociodemográfico [1] e de autopercepção da saúde ocular [2]) e providenciada a tabela de Snellen. O primeiro questionário foi desenvolvido na plataforma Google Forms. Este, teve enfoque nas seguintes informações: nome, Idade, sexo, estado civil, cidade onde mora, escolaridade, como o caminhoneiro classifica sua condição socioeconômica, faixa salarial, e meio em que este realiza atendimento médico. O segundo questionário foi desenvolvido na mesma plataforma Google Forms. Teve enfoque nas seguintes perguntas: Como você acha que está sua saúde global?; Como você acha que está sua visão sem óculos?; Como você acha que está sua visão com óculos?; Você tem se preocupado com sua visão?; Data da última consulta oftalmológica; Você tem sentido alguma alteração que pode estar relacionada com a visão? Se sim, quais sintomas? (dor de cabeça, manchas na visão, vermelhidão dos olhos, coceira, ardência, lacrimejamento, catarata, sensibilidade a luz, olhos secos). Também foi realizada a impressão de um prontuário do paciente [Figura 1], que na parte inicial continha a apresentação da ação

e, logo em seguida, os espaços a serem preenchidos pelo acadêmico examinador: nome do paciente, idade, resultado da triagem da acuidade visual utilizando o teste de Snellen com e sem correção, se o paciente necessita de encaminhamento e abaixo o espaço para escrita do encaminhamento. Ademais, foi realizado a impressão da tabela de Snellen [Figura 2] para não letrados, seguindo o tamanho preconizado pelo Instituto Brasileiro de Oftalmologia (IBOL) de 28cm X 56cm.

Figura 1: Prontuário utilizado para anotação do teste de Snellen.

Prontuário:

- Essa ação tem o propósito de realizar a triagem da acuidade visual dos caminhoneiros da Rota Biocênica, realizada pelo aluno (Flávio Junior Ferraz Cabral, Acadêmico de Medicina da UEMS do 4º Ano + Colaboradores). Trata-se da aplicação de questionário Socio-Demográfico e Autopercepção da saúde ocular no primeiro momento. No segundo momento, é realizado o Teste de Snellen para medir a acuidade visual dos caminhoneiros junto a um vídeo sobre a importância da saúde ocular para estes.
- Abaixo, segue as informações obtidas por meio da aplicação do Teste de Snellen.

Nome do Paciente: _____

Idade: _____

Resultado da triagem da acuidade visual utilizando o Teste de Snellen:

Sem Correção:

- Olho direito:
- Olho esquerdo:

Com Correção:

- Olho Direito:
- Olho Esquerdo:

Paciente precisa ser encaminhado ?

SIM

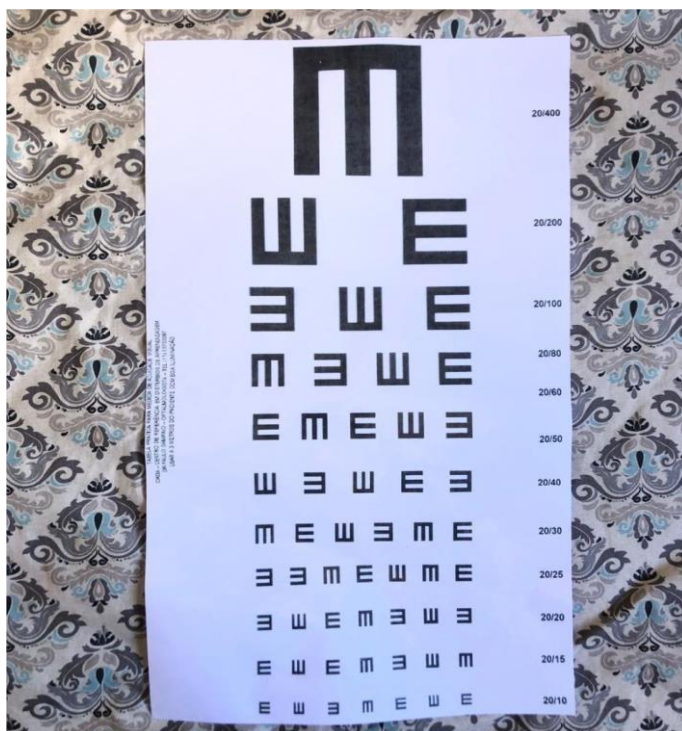
NÃO

Encaminhamento: _____

Prontuário: 1

Fonte: Dos autores (2023).

Figura 2: Tabela de Snellen para não letrados, seguindo o tamanho preconizado pelo Instituto Brasileiro de Oftalmologia (IBOL).



Fonte: Dos autores (2023).

A terceira etapa, o acadêmico realizou a ação no posto Katia Locatelli em Campo Grande-MS, abordando os caminhoneiros para realização da atividade de educação em saúde, utilizando-se de estratégias alinhadas com as metodologias ativas. Para isso utilizou-se, como apoio, material confeccionado para este fim e os questionários. Na abordagem o acadêmico, inicialmente, estimulou a participação ativa dos caminhoneiros por meio de perguntas básicas sobre acuidade visual e doenças relacionadas. Em seguida, foi feita a aplicação dos questionários e coleta de dados sobre o paciente e, logo em seguida, realizada a aplicação do teste de Snellen. No local, a escala de Snellen foi posicionada em local iluminado, na altura dos olhos. A seguir, o caminhoneiro examinado se posicionava a 6 metros da Escala e, assim, começava a aplicação efetiva do teste de acuidade visual. O teste tem início com o acadêmico orientando o caminhoneiro a indicar a direção

do “E” apontado e realiza um treino inicial com ambos os olhos abertos. Em seguida, se faz a aplicação unilateral do teste (priorizando o lado direito aberto primeiro e tampando o olho esquerdo) sem correção (caso o paciente use óculos) e em seguida com correção. Logo após, o examinador pergunta até qual linha do teste ele consegue enxergar e ler. Caso o participante não consiga ler, no mínimo, até a linha 0,7, existe uma probabilidade dessa saúde ocular estar comprometida e necessitando de cuidados. Depois da aplicação do teste de Snellen, o acadêmico realizava as anotações devidas no prontuário do paciente [anexo 3] e, caso houvesse necessidade, fazia o encaminhamento para a Unidade Básica de Saúde para seguimento para o oftalmologista. Ademais, foi realizada uma roda de conversa com os participantes para retirada de dúvidas e esclarecimento sobre doenças oftalmológicas e não relacionadas com a saúde visual (ex: HAS e DM2) que os participantes tinham dúvida

Figura 3: Aplicação da escala de Snellen nos caminhoneiros da Rota Bioceânica



Fonte: Dos autores (2023).

Figura 4: Aplicação da escala de Snellen nos caminhoneiros da Rota Bioceânica



Fonte: Dos autores (2023).

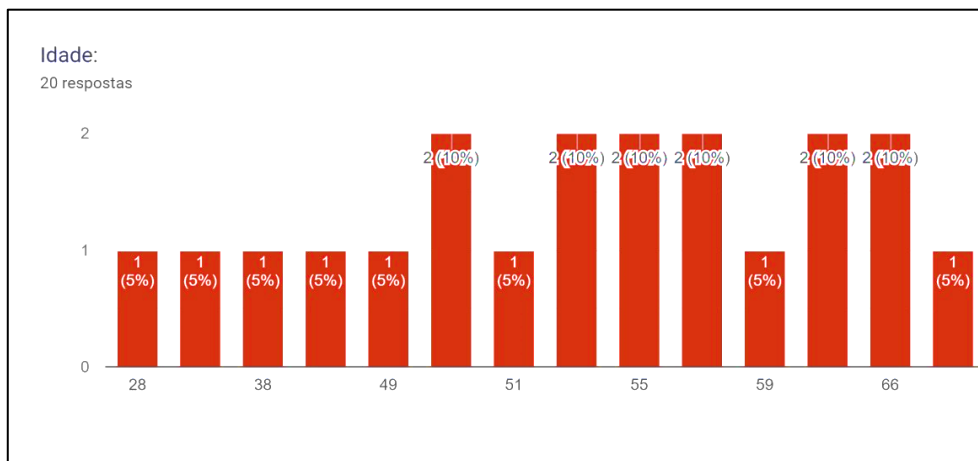
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acerca dos dados quantitativos, na triagem da acuidade visual do teste de Snellen, foi possível concluir-se os seguintes dados (total de 20 participantes):

- 9 participantes não conseguiram atingir a linha 20/30 sem correção, sendo que, destes, 7 conseguiram atingir a linha 20/30 com correção (ou seja, com uso dos óculos)
- 18 participantes conseguiram atingir, sem correção ou com correção, a linha 20/30;
- 2 participantes não atingiram a linha 20/30, mesmo com correção (sem correção atingiu a linha 20/80; a seguir, com a correção, atingiu a linha 20/40 (o acadêmico fez o encaminhamento para Unidade de Saúde os 2 casos)
- 35% dos participantes usavam óculos e 65% não usavam

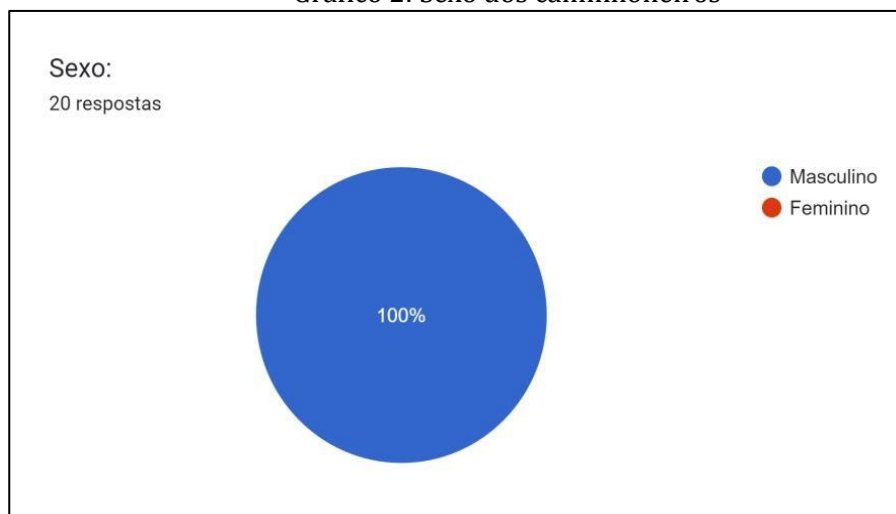
3.1 Resultados Gráficos do Questionário Sociodemográfico: (%feita pela plataforma Google Forms)

Gráfico 1: Idade dos caminhoneiros



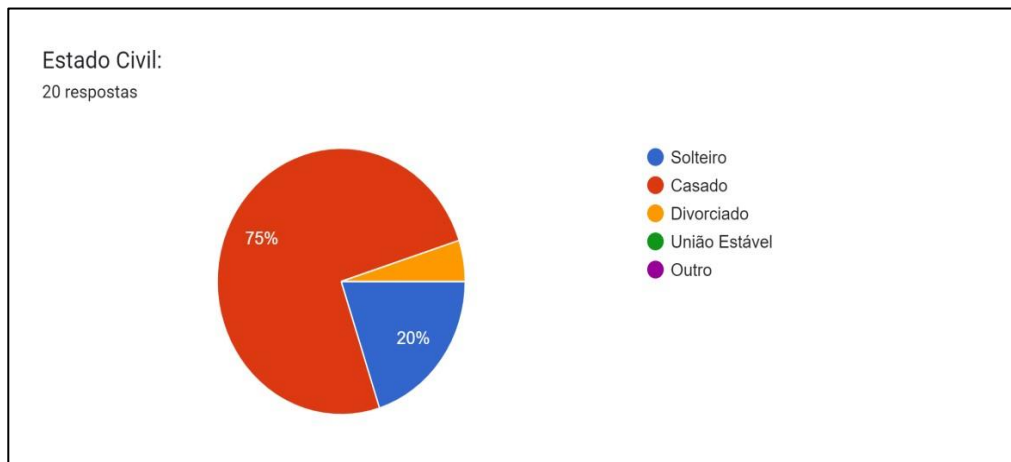
Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 2: Sexo dos caminhoneiros



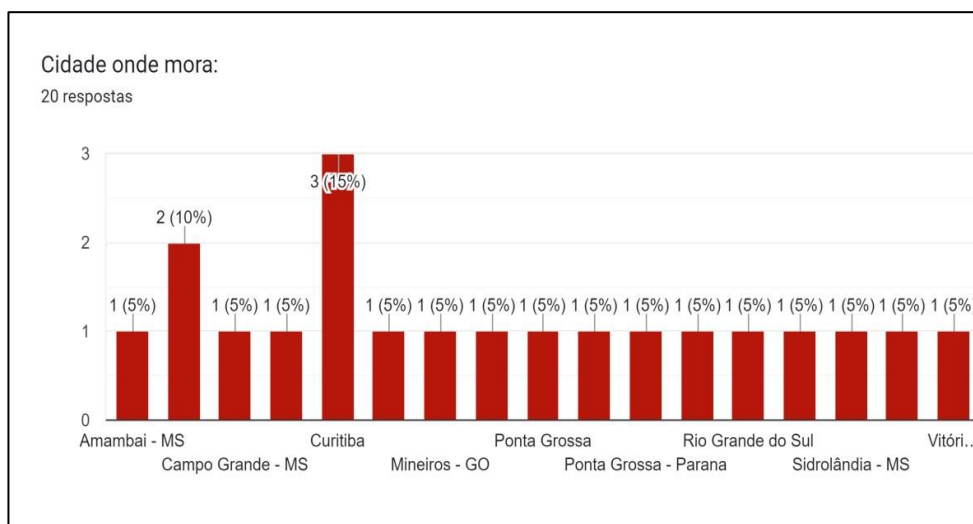
Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 3: Estado Civil dos caminhoneiros



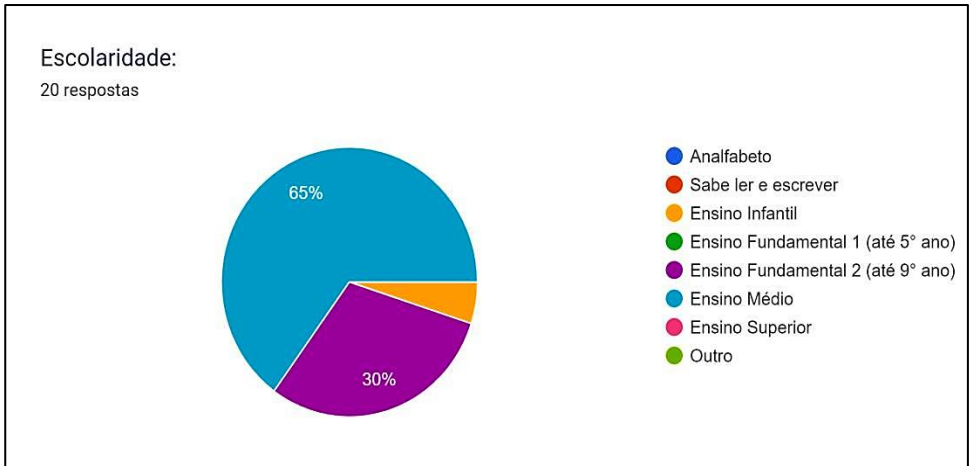
Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 4: Cidade onde residem os caminhoneiros



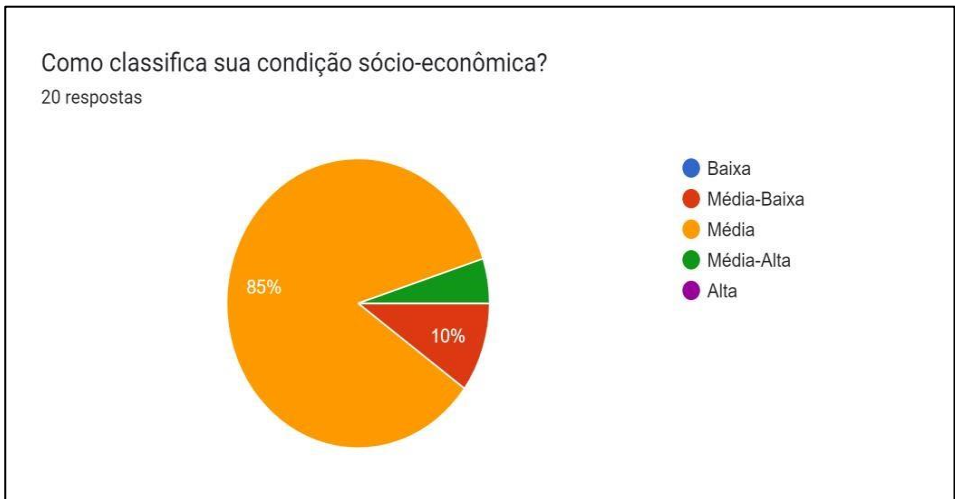
Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 5: Escolaridade dos caminhoneiros



Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 6: Escolaridade dos caminhoneiros



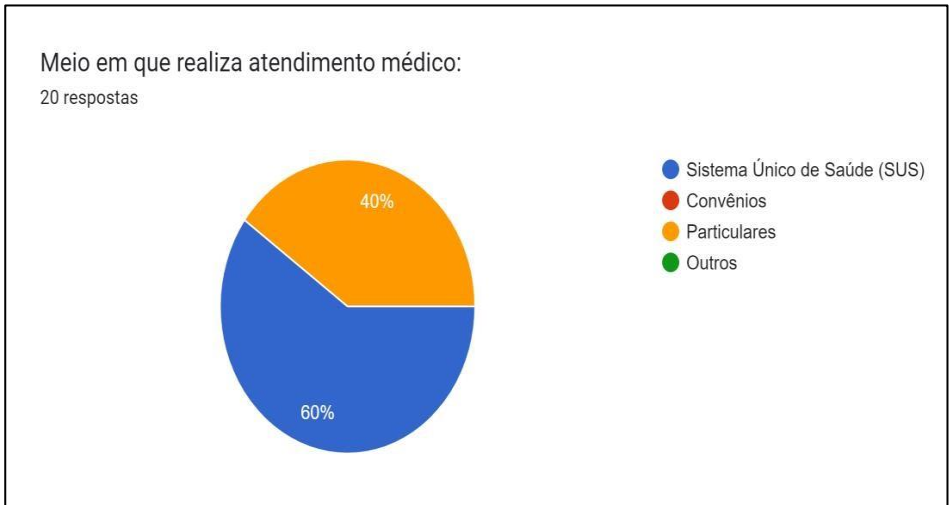
Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 7: Média salarial dos caminhoneiros



Fonte: Google Forms (2023).

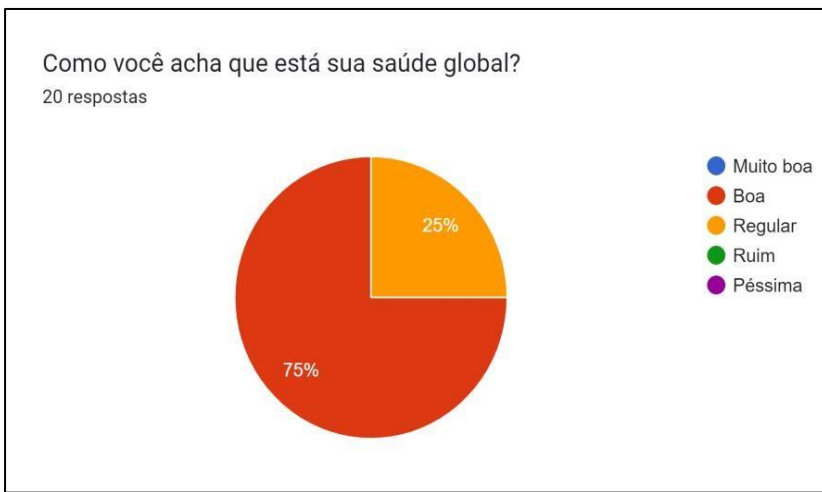
Gráfico 8: Meios que os caminhoneiros utilizam atendimento médico:



Fonte: Google Forms (2023).

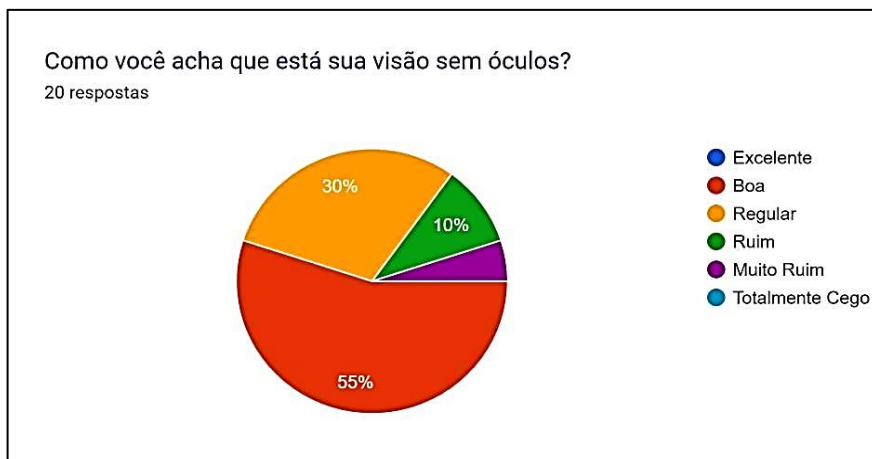
3.2 Resultados Gráficos do Questionário de Autopercepção da Saúde Ocular: (%feita pela plataforma Google Forms)

Gráfico 9: Opinião dos caminhoneiros sobre sua saúde global:



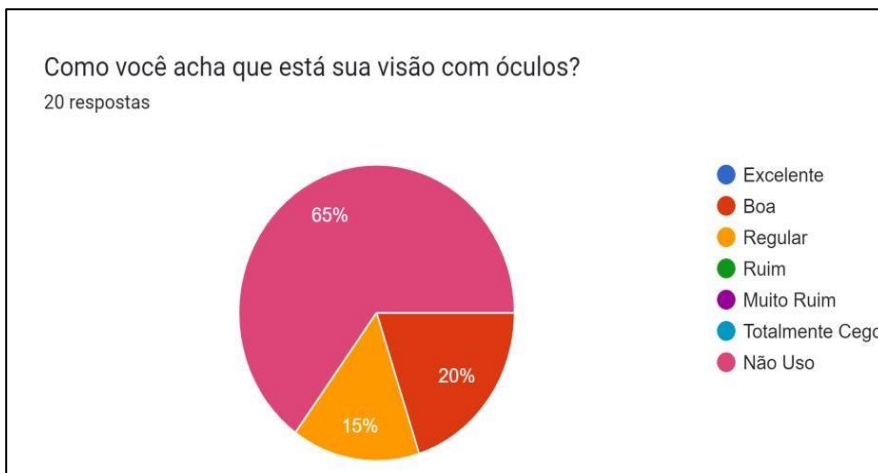
Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 10: Opinião dos caminhoneiros sobre sua visão sem óculos:



Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 11: Opinião dos caminhoneiros sobre sua visão com óculos:



Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 12: Opinião dos caminhoneiros sobre sua preocupação com sua visão:

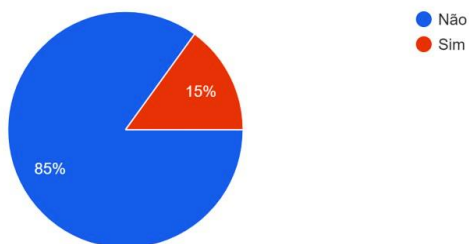


Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 13: Alterações atuais da visão:

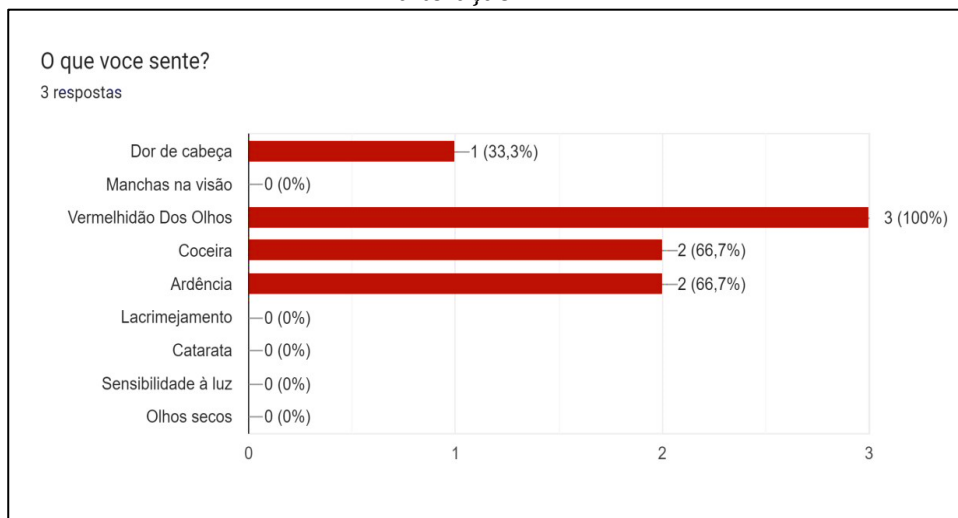
Voce tem sentido alguma alteração que pode esta relacionado com a visão ? (exemplo: Dor de cabeça, Vermelhidão nos olhos..)

20 respostas



Fonte: Google Forms (2023).

Gráfico 14: Sintomas dos caminhoneiros que sentiam alguma alteração:



Fonte: Google Forms (2023).

3.3 Acerca dos Resultados Qualitativos:

Quanto acadêmico:

Expandiu conhecimentos a respeito de doenças oculares frequentes (identificação de características particulares, sintomas, tratamentos). Aprimorou o compartilhamento de conhecimentos científicos junto a população alvo, considerando seus aspectos socioeconômicos, culturais e individuais (sexo, idade e vivência). Como também, a apreensão de experiências, particularidades e conhecimentos provenientes da população alvo. Expandiu os conhecimentos prévios e de dinâmica da equipe multidisciplinar de saúde, no manejo de casos de pacientes com visão ocular prejudicada (prevenção, diagnóstico, acompanhamento e tratamento), considerando-se os papéis desempenhados por cada profissional da saúde.

Quanto à população alvo (caminhoneiros):

Expansão do conhecimento a respeito das doenças oculares (identificação de características particulares, sintomas, tratamentos), estimulando: o autocuidado, a identificação de sintomas, o tratamento precoce. Fortalecimento do vínculo entre a população e aos profissionais da saúde. Realização de acompanhamento e análise da acuidade visual, fomentando uma redução dos casos de acidentes na região associados a esta causa e, conseqüentemente, mitigando gastos públicos vinculados a esses acidentes no trânsito.

Quanto à universidade e à comunidade científica:

Aumento do vínculo entre a UEMS e a comunidade local, proporcionando trocas verticais e horizontais. Maior visibilidade do Curso de Medicina e da universidade UEMS, como atores sociais na promoção da saúde pública por meio da educação. Proporcionou-se desenvolvimento de material ilustrativo e educativo para realização de atividade de educação em saúde.

4. CONCLUSÃO

Concluiu-se que: O teste de Snellen é um método muito efetivo para testar a acuidade visual dos caminhoneiros. Sendo o rastreamento de caminhoneiros com acuidade visual comprometida é de suma importância para segurança do trânsito e melhor qualidade de vida destes.

Dessa forma, houve uma boa aceitação e curiosidade da população alvo a respeito do assunto, destacando-se a faixa etária de

idosos. Houve melhora na promoção do autocuidado e da saúde ocular. Houve o aprimoramento e aplicação dos conhecimentos do acadêmico. Melhor integração entre meio acadêmico, serviços de saúde e comunidade.

Dessa forma, o projeto atuou intensificando o vínculo entre a comunidade e o sistema de saúde. Também proporcionou inúmeras experiências e oportunidades de aprendizado multidisciplinar ao acadêmico, possibilitando aprofundamento teórico e prático no manejo de pacientes com acuidade visual comprometida; compreensão da dinâmica e atuação de diversos setores de saúde responsáveis pelo tratamento ocular; o uso de habilidades de comunicação, liderança e gestão e, por fim, também foi possível concluir a necessidade da continuidade e da expansão de projetos voltados para a população de caminhoneiros, garantindo, assim, um trânsito seguro e uma qualidade de vida melhor para estes.

REFERÊNCIAS

ASATO, T. A. **A rota bioceânica como campo de possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1037521-tese-thiago-andrade-asato.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BACCHIERI, G.; BARROS, A. J. D. **Acidentes de trânsito no Brasil de 2018: muitas mudanças e poucos resultados,** Rev Saúde Pública, 2018;

BRANDÃO, E. O. & OLIVEIRA, N. M. et al. **Acuidade visual de motoristas de veículos pesados numa rodovia de grande circulação -** Problemática e sugestões. Arq. Bras. Oftal. 58(2), abril/1995.

BRASIL. **Conselho Nacional de Trânsito. Resolução nº 425/2012,** de 27/11/2012. Dispõe sobre a avaliação oftalmológica. Anexo 2.

GUYTON, A.C.; HALL J. E. **Tratado de Fisiologia Médica.** Editora Elsevier. 13ª ed., 2017.

MARQUES, S. R. L.; ESCARCE, A. G.; LEMOS, S. M. A. **Health literacy and self-rated health in adults primary care patients**. CODAS, v. 30, n. 2, 2018.

RIORDAN-EVA, P.; WHITCHER, J. P. **Oftalmologia geral de Vaughan & Asbury**. 17.ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 463 p. ISBN 9788563308061(2011)

SCHERER, R. et al. **Prevalência de alterações visuais entre caminhoneiros no Estado do Pará no ano de 2018**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 21, p. e593, 20 mar. 2019

ANÁLISE DO RISCO CARDIOVASCULAR DOS CAMINHONEIROS QUE TRAFEGAM POR CIDADES QUE COMPÕEM A ROTA BIOCEÂNICA EM MATO GROSSO DO SUL

*Tays Oliveira Silva
Alessandra Aparecida Vieira Machado
Luís Henrique Alves Gratão*

1. INTRODUÇÃO

Esse capítulo visa apresentar o resultado de um trabalho de pesquisa que buscou avaliar o risco cardiovascular em caminhoneiros que trafegam pela rota bioceânica, nas cidades de Campo Grande e Jardim-MS, com a finalidade de rastrear possíveis fatores de riscos e fornecer orientações em relação à necessidade de assistências cardiovascular e endócrina para prevenir as doenças que afetam o coração e o sistema circulatório. Como objetivos específicos, buscou-se realizar levantamento situacional sobre aspectos sociodemográficos dos caminhoneiros, caracterizar a saúde dos condutores de veículos pesados e perigosos por meio de exame físico para aferir: o índice de massa corporal (IMC), circunferência da cintura (CC), a ocorrência de pressão arterial elevada (PAE), glicemia capilar descompensada, LDL, HDL e triglicérides alterados, aplicar o escore de Framingham para a avaliação do risco cardiovascular de modo adequado, Identificar casos de risco cardiovascular e promover orientações sobre medidas preventivas gerais de saúde cardiovascular e obesidade (dieta, consumo de sal, consumo de álcool, atividade física).

2. RESULTADOS ALCANÇADOS:

Foram avaliados 96 caminhoneiros que trafegam na Rodovia BR-163, Campo Grande – MS. Com a média de idade de $53,1 \pm 10,8$, 98, 96% do sexo masculino. Em relação a escolaridade, predomina o relato do ensino fundamental incompleto 36,5%. A maioria dos caminhoneiros moram no estado do Paraná (27,08%) e são profissionais autônomos (51,04%), realizando como a rota mais comum a intermunicipal (5,20%), dirigindo em média 11.916 ± 3.236 horas por dia e em média 5.5 ± 1.450 dias da semana. Quando questionados sobre a renda, possuem uma média de $5.347,5 \pm 2.882$. Na tabela 1 abaixo, estão

descritas as características sócio demográficas e do trabalho dos caminhoneiros.

Tabela 1- Características sócio demográficas e do trabalho dos caminhoneiros atendidos nas ações em saúde na cidade de Campo Grande - MS (n= 96).

Variáveis	Média ± DP	N	%
Idade	53,1 ± 10,8	-	-
Sexo			
Masculino	-	95	98,95%
Feminino	-	1	1,04%
Cor (auto-declarada)			
Branco	-	57	59,4%
Preto/pardo	-	39	40,6%
Escolaridade			
Fundamental incompleto	-	35	36,5%
Fundamental completo	-	24	25%
Ensino médio incompleto	-	13	13,5%
Ensino médio completo	-	22	22,9%
Superior Completo	-	1	1%
Superior incompleto	-	1	1%
Estado onde mora		26	27,08%
Paraná		19	19,79%
São Paulo		19	19,79%
Mato Grosso		15	16,63%
Rio Grande do Sul		7	7,29%
Mato Grosso do Sul		5	5,21%
Santa Catarina		4	4,17%
Minas Gerais		1	1,04%
Rio de Janeiro			
Tipo de emprego			
Autônomo		49	51,04%
Empregado de frota		47	48,95%
Nº de pessoas que reside	2.48 ± 1,428		
Renda individual (R\$)	5.347,5 ± 2.882		
Renda familiar (R\$)	7.052 ± 4.149		
Informações relacionadas ao trabalho			
Variáveis	Média ± DP	N	%
Rota mais comum			
Intermunicipal		5	5,20%
Interestadual		89	92,70%
Internacional		2	2,08%
Horas diária de direção	11.916 ± 3.236		
Dias da semana em trabalho	5.5 ± 1.450		
Tempo na profissão (anos)	25.829 ± 12.714		

Na Tabela 2 pode-se verificar, que 68% dos caminhoneiros frequentam o SUS e 21,9% dispõem de um plano de saúde privado. Sendo que 69,80% relatam não possuem problema cardiovascular e 64,58% não fazem uso de medicação contínua. Quanto ao histórico de doenças cardiovasculares 66,66% apresentam na família. Em relação ao estilo de vida foi observado que 17,70% são tabagistas e 63,54% faz a ingestão de álcool. Já a atividade física predomina o sedentarismo em 76,04%, o que reflete no IMC com 34,40% caminhoneiros com sobrepeso e 33,30% com obesidade grau II.

Tabela 2: Caracterização de aspectos relacionado ao histórico de saúde dos caminhoneiros atendidos nas ações em saúde na cidade de Campo Grande (n= 96).

Variáveis	N	%	Variáveis	N	%
Tipo de convênio					
SUS	66	68%	Tabagismo		
Plano de saúde privado	21	21,90%	Sim	17	17,70%
Particular	7	7,30%	Não	79	82,30%
Problema cardiovascular			Atividade física regular		
Sim	29	30,20%	Sim	23	23,95%
Não	67	69,80%	Não	73	76,04%
Uso de medicação contínua			Ingestão de álcool		
Sim	34	35,41%	Sim	61	63,54%
Não	62	64,58%	Não	35	36,45%
História familiar de doenças cardiovasculares			Classificação IMC		
Sim	64	66,66%	Adequado	13	13,50%
Não	32	33,33%	Sobrepeso	33	34,40%
Mal estar no volante com necessidade de interromper a viagem			Obesidade grau I	32	33,30%
Sim	29	30,20%	Obesidade grau II	13	13,50%
Não	67	69,79%	Obesidade grau III	5	5,20%

Dentre os dados do risco cardiovascular dos caminhoneiros, obtemos a média da glicemia capilar de 114mg/dL de média, e o colesterol total com média 211,9, dentro do valor de referência; já acima tivemos o LDL com a média de 134,4 e os triglicerídeos com a média 203mg/dL. E abaixo do valor de referência temos o HDL com média de 38mg/dL entre os caminhoneiros entrevistados.

Tabela 3: Perfil do risco cardiovascular dos caminhoneiros atendidos nas ações em saúde na cidade de Campo Grande (n= 96).

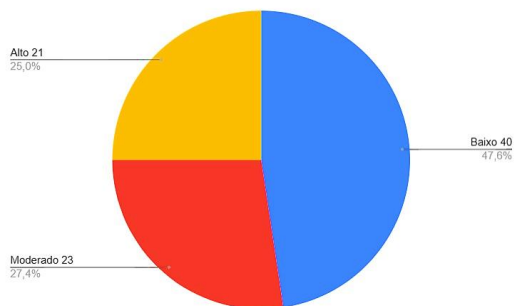
Variável	Valores de referência (limítrofe) ¹	Média	Desvio padrão
Glicemia capilar (PP)²		114	± 59,7
LDL	101 a 129 mg/dL	134,4	± 40,9
HDL	40 a 50 mg/dL	38	± 17,5
Col. Total	até 215 mg/dL	211,9	± 44,2
Triglicerídeos	20 a a150 mg/dL	203	±78,8
Escore Framingham		23,5	± 17,4

¹ Valores de referência com base na diretriz Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 2019

² PP = Pós pradial

O risco cardiovascular dos caminhoneiros atendidos, predomina o risco alto, com 47,6% dessa população com a chance de ter algum evento cardiovascular em 10 anos apresentado na figura 1.

Figura 1- Risco cardiovascular dos caminhoneiros atendidos nas ações de saúde realizadas em Campo Grande (n=97).



3. DISCUSSÃO

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte no mundo e altamente prevalentes no Brasil, sendo a causa de mais de 308.000 mortes por ano. Desse modo, a prevenção de eventos cardiovasculares fatais e não-fatais ocupa, atualmente, um lugar primordial na atividade dos cuidados de saúde primários. Estima-se que aproximadamente 23,6 milhões de pessoas podem morrer de doença cardiovascular em 2030 (Gorayeb et al, 2015; Gouveia et al, 2018).

Entre os motoristas de caminhão, a adoção de estilos de vida pouco saudáveis como sedentarismo, inadequados hábitos alimentares, sobrepeso, uso de álcool e tabaco, entre outros, acarreta elevado risco para desenvolvimento de doenças cardiovasculares, que pode levar a prejuízos à saúde (Soares et al, 2014). Segundo o Ministério da Saúde (2009), estudos demonstram que os homens são mais vulneráveis às doenças, em especial às enfermidades mais graves e crônicas. Percebeu-se, durante a pesquisa, o predomínio da população masculina entre os caminhoneiros, com idade média de 53,1 anos, resultado com diferente predomínio da idade foi identificado em outro estudo com caminhoneiros que trafegam na cidade de Teresina, que possui uma média de 44 anos (Araújo, 2015).

Assim, observa-se que ainda é uma atividade executada majoritariamente pelo sexo masculino, razão pela qual é necessário que sejam implementadas intervenções, mediante estratégias educativas para a promoção e a prevenção da saúde do homem, que não dispõem de tempo para ter acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS), pois sua profissão exige extensa jornada de trabalho diário. A reduzida presença dos usuários do sexo masculino nos serviços de atenção básica vem sendo bastante discutida em estudos recentes (Araújo, 2015).

Entre vários aspectos socioeconômicos, a escolaridade tem sido apontada como relevante determinante da situação de saúde de um indivíduo. A baixa escolaridade está presente em diversos estudos realizados com motoristas de caminhão. Masson e Monteiro (2010), mostraram em seu estudo média inferior a 8 anos de estudo em 64,8% dos caminhoneiros. Também, foi observado com os entrevistados que a maioria dos caminhoneiros possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 36,5%. Sugerindo que o nível de escolaridade pode impactar diretamente sobre os hábitos de saúde do indivíduo.

Já a média de horas diárias trabalhadas observamos 11,9 horas, diferente do estudo de Pereira et al (2014) que os caminhoneiros trabalhavam de 12 a 16 horas por dia, relatam que essa carga horária leva ao consumo de medicamentos estimulantes e dos conhecidos

“rebites”, muito comum entre a categoria e facilmente encontrados nos postos e lanchonetes de beira de estrada, os quais servem para manter a pessoa acordada.

Um estudo mostrou que 20% dos motoristas de caminhão estudados apresentaram pressão arterial com valores compatíveis com hipertensão arterial, mas desconheciam ser hipertensos e dentre aqueles que referiram fazer uso de anti-hipertensivos, a grande maioria não estava com a pressão arterial controlada (Cavagioni et al, 2009). No presente estudo, 30,2% relatam possuir problema cardiovascular e 35,41% fazem uso de medicação.

No Brasil, tais fatores de risco têm sido utilizados na identificação de indivíduos com risco aumentado para eventos cardiovasculares totais, assim dizendo, o acidente vascular encefálico, insuficiência cardíaca, bem como os indicadores dos prováveis benefícios do efeito de modificações do estilo de vida e do tratamento farmacológico. Tal identificação na atenção primária ocorre por meio da utilização de escores, dentre eles o Escore de Framingham, atualmente recomendado pelo Ministério da Saúde, o mais utilizado (Ribeiro et al, 2017; Santana et al, 2015). O escore de risco de Framingham é calculado considerando-se as variáveis contínuas de idade, sexo, colesterol total, HDL, pressão arterial sistólica e diastólica, tabagismo e diabetes, conforme estabelecido na literatura (Alessia; Alves, 2015).

Em relação aos aspectos de saúde e estilo de vida, o estudo por Masson e Monteiro, (2010) foi observado que 21% dos motoristas eram tabagistas; Guedes et al (2010) mostraram o uso de tabaco por 23,7% dos entrevistados, enquanto que os dados de Coser et al., (2009) encontraram uma prevalência de 20% de fumantes no grupo de caminhoneiros estudados, enquanto no estudo presente 17,7% relatam ser fumantes. O uso do tabaco é um fator de risco evitável para o desenvolvimento da hipertensão arterial e suas complicações, pois a nicotina promove a vasoconstrição, aumentando, conseqüentemente, a pressão arterial. Interromper o uso do cigarro é extremamente importante para evitar essa patologia, assim como valorizar a realização de atividades físicas e a reeducação alimentar (Guedes, et al, 2010).

No estudo de Domingos et al., (2010) observaram sobrepeso em 44,6% dos caminhoneiros, obesidade em 27,2% e apenas 28,2% dos motoristas com índices de massa corporal (IMC) considerados adequados. No entanto, se forem somados apenas os indivíduos que estão acima do peso, chega-se a 71,8% da amostra, que representa a maioria. O mesmo foi encontrado por Lago (2009), estado nutricional da maioria dos motoristas de caminhão estudados, obtido através do

cálculo do IMC, foi classificado em sobrepeso (35,7%) e obesidade (50,0%), ou seja, 85,7% estão acima do peso considerado normal. A média de peso apresentada pelos motoristas estudados o sobrepeso foi de 34,40%, sendo o predomínio da amostra, em segundo temos a obesidade grau I com 33,3% e apresentando como peso dentro do adequado pelo IMC apenas 13,5 % da amostra.

No caso dos testes, a incidência de hiperglicemia (possível diabetes) foi observada em 42,8% dos indivíduos entrevistados por Lago, (2009), o que contradiz com o estudo em questão, que tivemos como média a glicemia capilar de 114mg/dL pós-prandial, dentro dos parâmetros da normalidade. Já as dislipidemias, Coser et al (2009), em seu estudo, mostrou por meio da análise do perfil lipídico da população estudada que 45% dos indivíduos apresentaram valores de colesterol total aumentados e 42% possuem elevação da lipoproteína de baixa densidade (Low Density Lipoprotein - LDL). Além disso, 29% dos participantes do estudo demonstram níveis elevados de triglicerídeos. O presente estudo demonstra um colesterol total com média 211,9, dentro do valor de referência; diferente do estudo acima; mas um LDL com a média de 134,4 e os triglicerídeos com a média 203mg/dL, valores elevados do nível de referência. Sabe-se que a classificação de dislipidemias revelou o predomínio de hipertrigliceridemia isolada, que pode ser explicado pelos hábitos alimentares inadequados e a falta de atividade física por parte dos caminhoneiros (Alessia; Alves, 2015).

Assim, a utilização do escore de risco de Framingham, é importante no norteammento da prevenção primária da doença cardiovascular, tendo em vista a multiplicidade de fatores de risco cardiovasculares que possam estar presentes em um paciente e em toda sua complexidade individual (Alessia; Alves, 2015). Dentre os caminhoneiros observamos que 47,6% enquadra-se dentro do risco alto de apresentar um evento cardiovascular em 10 anos, de acordo com o escore.

Neste contexto, o condutor de caminhão é parte de uma categoria profissional de grande importância, visto que são os agentes do sistema de transporte de cargas, que dinamizam a economia do país, garantindo o funcionamento do mercado e da vida social. Entretanto, é comum manterem uma longa jornada de trabalho diária para cumprir suas metas, o que pode comprometer o seu cuidado à saúde, porque estão expostos a condições inadequadas de trabalho, alimentação irregular, violência, acidentes, insegurança e também fatores como distância da família, má qualidade das estradas (Alessia; Alves, 2015).

Estima-se que, no Brasil, nove em cada dez acidentes têm como causa principal o comportamento do condutor. Quando o condutor tem boa saúde física e psicológica dirigem com mais atenção e cuidado, o que melhora a segurança das nossas estradas. Com a análise dos dados de saúde dos caminhoneiros, surge uma importante ferramenta para identificar importantes informações sobre a relação entre saúde e trabalho, bem como criar medidas preventivas, visando à qualidade de vida do caminhoneiro que poderá resultar na redução de acidentes, estabelecendo a necessidade de políticas públicas de prevenção de doenças e promoção da saúde para condutores de cargas pesadas e perigosas, fornecendo indicadores que sirvam de suporte ao planejamento, administração e avaliação das ações. Além disso, que essa extensão crie perspectivas para criação de medidas como avaliação do risco cardiovascular por profissionais de saúde em lugares que consiga adesão da população de caminhoneiros (Alessia; Alves, 2015; Ribeiro et al, 2017).

Assim, o monitoramento da prevalência dos fatores de risco para doenças, principalmente os de natureza comportamental (dieta, sedentarismo, dependência química - de tabaco, álcool e outras drogas), é uma das ações mais importantes para a classe dos caminhoneiros; com as evidências observadas, podem se implementar ações preventivas de maior poder custo efetivo.

4. CONCLUSÃO

Com base nos dados coletados sobre a saúde cardiovascular dos caminhoneiros que trafegam na Rota Bioceânica, na Rodovia BR-163, Campo Grande – MS, é evidente que esses indivíduos possuem desafios significativos relacionados à saúde no contexto apresentado. A prevalência de fatores de risco, como o sedentarismo, hábitos alimentares inadequados, tabagismo e consumo de álcool, concomitante a uma carga de trabalho extenuante e pouco tempo disponível para realizar consultas médicas de rotina, urge intervenções voltadas para a promoção de saúde desses indivíduos.

Somado a isso, os dados relevam uma alta incidência da hipertensão arterial sobreposta a dislipidemias, que podem agravar as doenças cardiovasculares. Não obstante, a falta de acesso adequado aos serviços de saúde afeta principalmente caminhoneiros do sexo masculino, que evitam idas aos serviços médicos, necessitante de estratégias educativas de prevenção direcionadas a essa população, considerando em conjunto suas condições socioeconômicas e de trabalho. Tais medidas preventivas pode não apenas melhorar a

qualidade de vida dos caminhoneiros, mas também contribuir para a segurança nas estradas, reduzindo os acidentes relacionados a condições precárias de saúde.

Portanto, as pesquisas com foco na Rota Bioceânica voltado para a saúde dos caminhoneiros são importantes pois têm o potencial de gerar impacto social e levar informações acerca de como evitar o risco ou complicações cardiovasculares. Assim sendo, essas contribuições poderão mudar o modo que os caminhoneiros entendem sua condição de saúde e seus desdobramentos. Este tipo de pesquisa busca, ainda promover a conscientização dos caminhoneiros no intuito de incentivar a melhoria na qualidade de vida, prevenção de doenças e promoção de uma cultura de cuidado com a saúde dos caminhoneiros.

REFERÊNCIAS

- ALESSIA, Angélica et al. Hábitos de vida e condições de saúde dos caminhoneiros do Brasil: uma revisão da literatura. *Ciência e Saúde*, São Valentim do Sul, v.8, n.3, p. 129-136, set/dez de 2015.
- ARAÚJO, Telma Maria Evangelista; et al. Prevalência da hipertensão arterial sistólica entre caminhoneiros que trafegam pela cidade de Teresina. *Sanare*, Sobral, v.14, n.01, p.38-45, jan./jun. – 2015.
- BRASIL. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem*. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009.
- CAVAGIONI, Luciane Cesira; et al. Agravos à saúde, hipertensão arterial e predisposição ao estresse em motoristas de caminhão. *Revista da Escola de Enfermagem de USP*, São Paulo, v. 43, n. spe2, p. 1267-1271, Dec. 2009.
- COSER J, Fontoura S, Fontoura T, Rizzi C. Triagem dos perfis lipídico e glicídico em caminhoneiros que trafegam no centro unificado de fronteira, entre Brasil e Argentina. *RBAC*, v.41, n.3, p.223-8, 2009.
- DOMINGOS, Josélia Benedita Carneiro. Consumo de álcool, sobrepeso e obesidade entre caminhoneiros. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 377-382, jul/set. 2010.
- GORAYEB, Ricardo; et al. Efeitos de Intervenção Cognitivo-Comportamental sobre Fatores de Risco Psicológico em Cardiopatas. *Revista Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, 31 (3), Jul-Set 2015.

GOUVEIA, Maria; et al. Importância da validação dos modelos de risco cardiovascular nos cuidados de saúde primários. *Revista Portuguesa De Medicina Geral E Familiar*, Lisboa, v.34, n. 3, p. 101-3, Maio de 2018.

GUEDES HM, Brum KA, Costa PA, Almeida MEF. Fatores de risco para o desenvolvimento de hipertensão arterial entre motoristas caminhoneiros. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v.15, n.4, p.652-8, outubro/dezembro de 2010.

LAGO M. *Perfil lipídico e fatores de risco cardiovasculares em motoristas de caminhão da região norte do estado do Rio Grande do Sul* [Monografia]. Carazinho: Universidade Luterana do Brasil; 2009.

MASSON, Valéria Aparecida; et al. Estilo de vida, aspectos de saúde e trabalho de motoristas de caminhão. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 2010; v.36, n.4, p.533-40, agosto de 2010.

PEREIRA, Francisco Gilberto Fernandes; et al. Relação entre processo de trabalho e saúde de caminhoneiros. *Revista Brasileira de Promoção a Saúde*, Fortaleza, v.27, n. 4, p. 462-469, out/dez de 2014.

RIBEIRO Carmem Lúcia Santos; et al. Caracterização da saúde dos condutores de veículos pesados e perigosos que trafegam em rodovia federal no estado de Sergipe. *Ciências Biológicas e de Saúde*, Aracaju, v.4, n. 2, p. 35-52, outubro de 2017.

SANTANA, Jaqueline de Oliveira; et al. Atividade física e escore de risco de Framingham entre idosos: Projeto Bambuí. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.31, n.10, p.2235-2240, outubro de 2015.

SOARES, Thays Soliman; et al. Hábitos Alimentares, Atividade Física e Escore de Risco Global de Framingham na Síndrome Metabólica. *Revista Brasileira de Cardiologia*, Porto Alegre, v.102, n.4, abril de 2014.

ESTUDO DA PERCEPÇÃO E COMPREENSÃO DOS CAMINHONEIROS COM SOBREPESO OU OBESIDADE QUE TRABALHAM NA ROTA BIOCEÂNICA SOBRE AS DOENÇAS CAUSADAS PELA OBESIDADE

Hiago Anderson Menezes Veríssimo

Ruberval Franco Maciel

Kamila Keiko Matida

Marcelo Loureiro Lau Filho

1. INTRODUÇÃO

O capítulo em questão traz uma abordagem da percepção dos caminhoneiros inseridos na rota bioceânica sobre a obesidade e o sobrepeso. Após a greve geral dos caminhoneiros no Brasil em 2018, constatou-se algo que já era evidente no cotidiano da população, a dependência brasileira do transporte rodoviário. Entre as principais economias mundiais, o Brasil é o país que tem maior concentração rodoviária, onde cerca de 58% do transporte de cargas é realizado por este meio (SILVA; ASSUMPÇÃO; NEVES, 2013). De acordo com a Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul- FIEMS, durante a greve, 80% das indústrias sul-mato-grossenses pararam, levando à falta de combustível, racionamento de alimentos, entre outros produtos (NERIS; GURGEL, 2018). Dessa forma, não há dúvidas de que a economia brasileira sofreu o impacto que decorrente dessa manifestação.

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) possui uma posição estratégica, tanto para a projeção na América do Sul (fronteiriço à Bolívia e ao Paraguai) quanto para o acesso à Bacia do Prata e ao litoral Pacífico, por meio das hidrovias Paraguai-Paraná e do Prata, e pela proximidade de pontos de passagem pelas cordilheiras (BARROS, et al., 2020). Fato este que favoreceu a criação do Corredor Bioceânico partindo do MS até o Pacífico. Essa nova rota pretende, de acordo com Fialho (2021), aumentar a participação do comércio regional de Mato Grosso do Sul, diversificando a oferta de bens e serviços. Dessa forma, nota-se que, com a abertura desse Corredor, espera-se um importante favorecimento do comércio de exportação de matéria-prima e importação, afetando, assim, o cotidiano dos caminhoneiros. Atualmente, a ligação brasileira ao Paraguai é feita majoritariamente por

meio terrestre, o que aumenta ainda mais a dependência do transporte rodoviário de cargas.

A possibilidade de abertura de um Corredor Rodoviário Bioceânico teve início em meados do ano 2000, a partir da reunião da cúpula de presidentes da América do Sul, tendo como objetivo a construção de uma cooperação estatal e de integração do continente sulamericano. (ASATO, 2021).

Desta forma, constata-se que os caminhoneiros fazem parte de uma grande equipe que movimenta a economia do estado, mas, também, do mundo. Da matéria prima até o produto final, praticamente tudo passa por um caminhão (SILVA & PAZ, 2021). Entretanto, o aumento na constatação de morbidades entre trabalhadores da classe vem ganhando destaque em estudos, as quais estão diretamente relacionadas às condições de trabalho a que estão submetidos, como jornadas de trabalho extensas, hábitos alimentares não saudáveis, pouco tempo de descanso, trabalho no período noturno e a exigência no cumprimento de prazos e entregas. As principais morbidades que esses profissionais adquirem estão relacionadas à hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes mellitus (DM) e a obesidade (RODRIGUES et al., 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), desde o ano de 2008, já aborda a obesidade na saúde pública como um problema de ordem psicológica que define-se por ser uma doença crônica que promove aumento do acúmulo de gordura corporal acarretando uma série de fatores agravantes secundários. Proposto pela OMS, dentre os critérios usados para diagnosticar o estado nutricional de um indivíduo está o índice de massa corporal- IMC (Tabela 1), resultante da divisão da massa corporal (em quilogramas- kg) pela estatura (em metros ao quadrado- m²).

Tabela 1. Classificação do estado antropométrico de acordo com o IMC.

IMC (kg/m ²)	Classificação
< 18,5 kg/m ²	Magro ou baixo peso
Entre 18,6 e 24,9 kg/m ²	Peso normal ou eutrófico
Entre 25 e 29,9 kg/m ²	Sobrepeso
Entre 30 e 34,9 kg/m ²	Obesidade grau I
Entre 35 e 39,9 kg/m ²	Obesidade grau II
≥40,0 kg/m ²	Obesidade grau III

Fonte: Organização Mundial da Saúde (2000)

Em um estudo realizado pela Universidade Federal do Acre - UFAC sobre a prevalência da obesidade nas regiões brasileiras, observou-se que Campo Grande (MS) foi a segunda capital com maior índice de pessoas obesas, com prevalência de 23,4% em 2017 (MALVEIRA et al., 2021).

O estudo de Domingos et al. (2010) aponta que a prevalência da obesidade sofre efeitos de algumas variáveis, como área geográfica, sexo, idade, história familiar e, sobretudo, estilo de vida (dieta consumida e atividades físicas). Correlacionando isso à rotina de um caminhoneiro, vale ressaltar que, devido às condições de trabalho, essa população, de forma geral, não possui horários vagos para a prática de exercícios físicos regulares e sua alimentação é realizada em restaurantes, que, na sua maior parte, ofertam alimentos de alto valor calórico e baixo valor nutritivo. O caminhoneiro sofre com o ritmo intenso de sua jornada de trabalho diária que lhe é imposta, tal circunstância propicia maior desgaste físico-mental e emocional-afetivo que afetam sua saúde, causando inúmeros distúrbios para o organismo e, conseqüentemente, afetando sua qualidade de vida (SILVA & PAZ, 2021). Assim, a associação de uma alimentação inadequada com o sedentarismo deixa-os mais expostos à obesidade e suas conseqüências (SILVA & PAZ, 2021 *apud* GIROTTO et al., 2020), sendo uma população com risco cardiovascular aumentado, haja vista que, de acordo com Cavagioni et al. (2010), o excesso de peso e a obesidade destacam-se como agravantes patológicos de doenças cardiovasculares, sendo que a hipertensão arterial (HA) é cerca de seis vezes maior em obesos quando comparados a não obesos.

Além de aumentar o risco da HA, o sobrepeso e a obesidade incrementam o risco cardiovascular por meio de efeitos nos lipídios, fibrilação atrial, insuficiência cardíaca, acidente vascular cerebral, resistência à insulina e outros processos cardiometabólicos, assim como promovem maior mortalidade por todas as causas (CUNHA, 2023 *apud* AFSHIN, 2017, p. 13-27).

Visto isso, pelo fato de o Corredor Bioceânico ser um projeto recente de integração do comércio, há poucos estudos envolvendo a população que trabalha nessa rota. Assim, o presente trabalho tem como objetivo estudar a percepção dos motoristas profissionais de transporte que trabalham neste Corredor quanto às doenças causadas pela obesidade, com a proposta de avaliar a compreensão dos pesquisados

quanto à temática, assim, utilizou-se como ferramenta o método “*teach back*”, também conhecido por “*show me*”. Em sua essência, este é um método de confirmação de comunicação usado pelos profissionais de saúde para confirmar se um paciente entende o que está sendo explicado a eles. O método pressupõe que se um paciente entende, ele é capaz de “devolver” as informações com precisão.

2. MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caráter qualiquantitativo, envolvendo a população de caminhoneiros da Rota Bioceânica, no período de janeiro a maio de 2023, no Posto de combustível Katia Locatelli, BR -163, 41, um ponto de encontro de caminhoneiros que trafegam pela Rota Bioceânica. Possui caráter analítico-observacional com a utilização de dados primários. A coleta foi realizada por meio de entrevistas individuais em forma de questionário, conduzidas pelo pesquisador, e logo após, foi utilizada a ferramenta *Teach Back*, que é um instrumento capaz de verificar a compreensão solicitando ao participante que declare em suas próprias palavras o que eles precisam saber ou fazer sobre sua saúde depois de ter sido explicado a temática.

O *Teach-back* uma técnica de comunicação que pode ajudar os pacientes a lembrar e entender as informações importantes relativamente ao seu diagnóstico ou tratamento. A técnica de “reensinar” ou “ensinar de volta” envolve um pedido. O profissional de saúde deve pedir ao paciente que lembre, explique ou demonstre qual a informação importante que reteve após as informações discutidas durante a consulta (FONSECA, 2021, p. 84).

Os critérios de inclusão para participar da pesquisa foram motoristas que trafegam na Rota Bioceânica que estejam com sobrepeso (IMC entre 25 e 29,9) ou obesidade (IMC maior que 30), que tenham concordado previamente em participar da pesquisa (anonimamente) e assinado o TCLE. O IMC dos participantes foi calculado através da fórmula $IMC = \frac{Peso}{Altura^2}$, onde o pesquisador responsável fez a triagem, por meio do uso de balança e fita métrica, para obtenção dos dados. Vale ressaltar que a amostra utilizada não levou em conta critérios probabilísticos, pois o tamanho da amostra foi ditado pelo número de motoristas de caminhão disponíveis na hora e local em que foram colhidos os dados da pesquisa.

A análise de dados foi orientada pela técnica de análise de conteúdo temática, que possibilita explorar diversos assuntos e verificar hipóteses pré-definidas, constituída em duas etapas operacionais. Na primeira, a fase exploratória, iniciada pela busca de uma melhor compreensão do contexto de inserção dos participantes, culminando na coleta de dados por meio de entrevistas individuais, conduzidas pelo pesquisador responsável. Na segunda etapa, realizou-se a interpretação, compreendendo duas fases: a ordenação, onde os dados foram transcritos, relidos e organizados; e a classificação, com agrupamento dos dados, através da leitura horizontal e exaustiva dos registros, seguida da leitura transversal, permitindo uma análise mais aprofundada e crítica do material.

Os dados categóricos são apresentados em frequência absoluta (n) e relativa (%).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

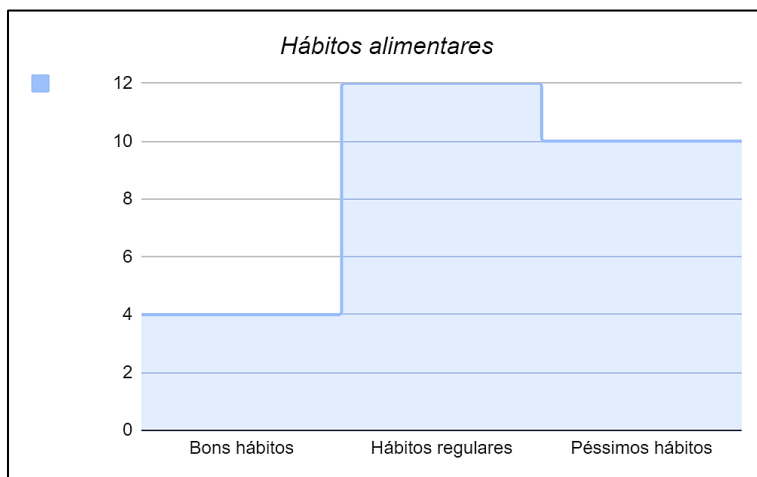
Durante a realização deste estudo, foram abordados 32 caminhoneiros, sendo que apenas 26 aceitaram participar da pesquisa corretamente. O cálculo do IMC individual foi realizado da seguinte forma: a altura foi tomada utilizando-se de fita métrica simples, fixada a parede, e o peso foi aferido com balança digital. Todos os participantes da pesquisa eram do sexo masculino, com idade entre 30 - 50 anos. Após o procedimento de tomada de medidas, prosseguiu-se para o cálculo do IMC.

No momento da pesquisa, 9 participantes (34,61%) tinham IMC entre 25 e 30 (sobrepeso), 15 participantes (57,69%) tinham IMC superior a 30 e inferior a 35 (obesidade grau I), e 2 participantes (7,69%) tiveram IMC superior a 35 (obesidade grau II). Além disso, é importante destacar que 46,15% (n = 12) dos participantes relataram ter hábitos alimentares regulares e 30,77% (n = 8) dizem praticar algum tipo de atividade física.

O padrão alimentar é visto como um fator importante que influencia a saúde dessa população de forma direta (BATISTA, A. M. F. et al, 2021). O trabalho de Penteado et al (2008) mostrou que 33,25% dos entrevistados afirmaram ter uma dieta gordurosa sempre e 51,75%, às vezes. Um estudo de Silva et al (2016) concluiu que há um desequilíbrio nos hábitos alimentares dos caminhoneiros, onde há baixo consumo de frutas, verduras, legumes, peixes, leite e derivados associado a um alto consumo de carne vermelha, pães, açúcar simples, refrigerante e suco artificial, o que vai de encontro com os resultados obtidos no presente estudo (Gráfico 1), em que apenas 4 (15,38%) entrevistados relataram a

ingestão de uma dieta balanceada. Esses resultados também podem justificar o risco elevado de caminhoneiros desenvolverem doenças crônicas não transmissíveis, sobretudo, obesidade e suas doenças relacionadas.

Gráfico 01: Percepção dos entrevistados sobre hábitos alimentares



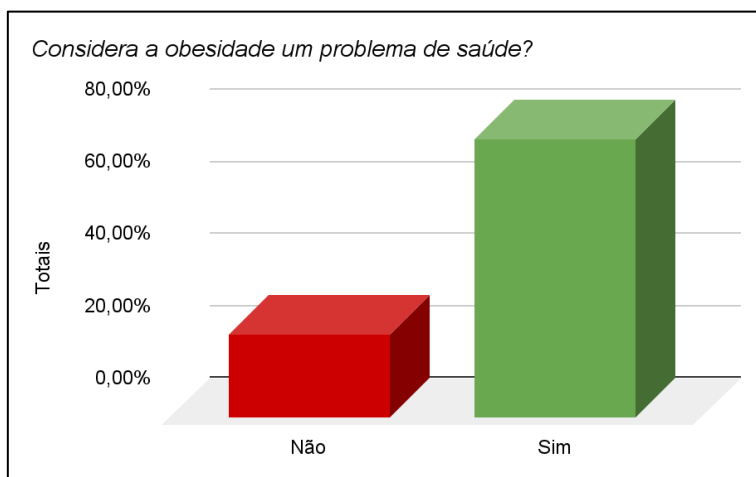
Fonte: Dos autores (2024).

Um estudo realizado por Batista (2017) evidenciou que 50% dos participantes alegaram falta de tempo ou acomodação pessoal como causa da falta de cuidados com a saúde. Em consonância, no presente estudo, 23 dos participantes (88,46%) relatam que a falta de rotina de trabalho seria o maior impedimento para a adoção de hábitos de vida mais saudáveis, 2 participantes (7,69%) referem que o cansaço que os acompanha após um longo dia seria a maior desmotivação para a prática de exercícios físicos e, por fim, 1 participante (3,85%) relata não ter tempo para a prática de exercícios físicos e cuidados com a saúde. Este resultado se assemelha a conclusão obtida por Rocha et al (2015), quando os caminhoneiros afirmaram que, devido à rotina exaustiva de trabalho, muitos não têm o hábito de exercitar-se, somado ao fato de que o pouco tempo em casa também coopera de forma negativa a pratica exercícios físicos regularmente.

Entre os entrevistados, 76,92% (n = 20) consideram a obesidade como sendo um problema de saúde, enquanto que 23,08% (n = 6), não (Gráfico 2). A autopercepção da saúde aponta que as pessoas mais idosas, referem que a interpretação de estar doente relaciona-se mais

fortemente com a presença de incapacidades do que ser portador de doenças crônicas (BORGES et al ,2014), dessa forma, percebe-se que o fato de os caminhoneiros ainda se encontram em atividade laboral pode justificar uma compreensão mais positiva da saúde sobre si mesmos.

Gráfico 2. Percepção sobre obesidade como problema de saúde entre os entrevistados

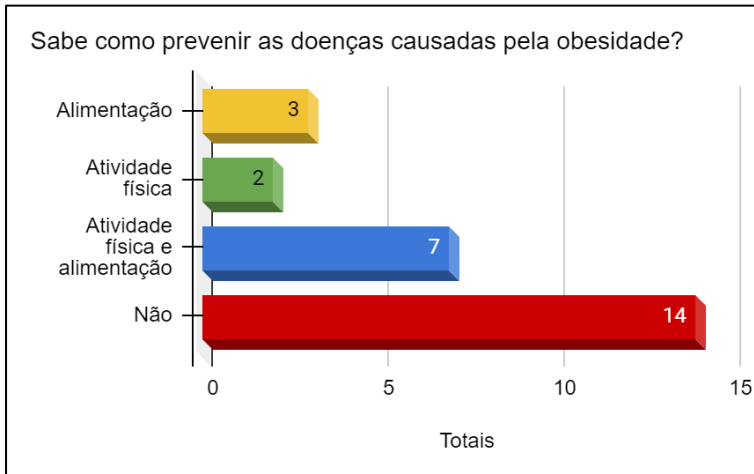


Fonte: Dos autores (2024).

Quanto ao que diz respeito à percepção prévia sobre as doenças causadas pela obesidade, inicialmente, 38,46% (n = 10) dos entrevistados afirmaram não saber quais poderiam ser desencadeadas, enquanto que 61,53% (n = 16) citaram pelo menos uma enfermidade. Dentre essas, as mais frequentemente citadas foram: infarto agudo do miocárdio, acidente vascular encefálico, diabetes mellitus e hipertensão arterial, nesta ordem.

Quando foram questionados com relação ao que seria necessário para a prevenção das doenças causadas pela obesidade, e a enfermidade em si, notou-se que 46,15% (n = 12) dos participantes da pesquisa mencionaram saber alguma forma de prevenção, como, alimentação equilibrada e a prática de exercícios físicos (Gráfico 3). Vale ressaltar que, embora 84,62% dos entrevistados considerem a caminhada uma atividade física viável, quase 70% se consideram sedentários e com hábitos de vida pouco saudáveis devido a falta de tempo, e exigências do próprio trabalho.

Gráfico 3. Percepção sobre as doenças causadas pela obesidade



Dos autores (2024).

Após a aplicação do questionário inicial, os entrevistados foram submetidos a algumas explicações, utilizando-se linguagem simples e de fácil entendimento, a respeito dos cuidados que devem ser tomados em relação à saúde e formas de prevenção das doenças causadas pela obesidade, foram citadas e discutidas, também, quais as principais patologias atreladas a esta doença.

Como forma de verificação da compreensão do que foi letrado, os pesquisadores solicitaram aos participantes que declararem em suas palavras o que entenderam acerca do conteúdo explicado, da seguinte forma: “Tenho notado que muitas pessoas não consideram a obesidade como problema de saúde, e por isso tem dificuldade de lembrar-se das principais enfermidades associadas à obesidade e sobrepeso, bem como, sua forma de prevenção. Você poderia citar algumas patologias relacionadas à obesidade e como preveni-las?”.

Verificou-se, ao final, que todos os participantes citaram pelo menos uma moléstia relacionada a obesidade e sobrepeso, e que as mais listadas foram infarto agudo do miocárdio (presente em 18 das 26 respostas), diabetes mellitus (presente em 16 das 26 respostas), acidente vascular encefálico (presente em 15 das 26 respostas), hipertensão arterial (presente em 17 das 26 respostas), síndrome metabólica (presente em 02 das 26 respostas) e apneia do sono (presente em 1 das 26 respostas). No que diz respeito às formas de

prevenção, 15,38% disseram que a obesidade poderia ser prevenida com o aumento da prática de exercícios físicos, 30,77% falaram que uma alimentação mais saudável seria crucial neste processo, e ainda, 53,85% afirmaram que a prática de exercícios físicos, associada a melhora na alimentação são os pilares para garantir o controle do peso e manutenção da saúde.

4. CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos por meio da presente pesquisa, verifica-se a prevalência elevada do quadro de obesidade grau I entre os caminhoneiros que trafegam na rota bioceânica. Ademais, observa-se, inicialmente, uma percepção razoável quanto a obesidade como um problema de saúde e suas formas de prevenção, embora haja uma falta de instrução quanto às enfermidades que podem estar, ou não, atreladas a obesidade. Após a conversa e posterior explicação sobre formas de cultivar hábitos de vida mais saudáveis, bem como, quais os fatores de risco associados à obesidade e como preveni-los, constatou-se uma elevação significativa na percepção do autocuidado, bem como nos perigos oferecidos pela obesidade.

Conclui-se, portanto, que medidas de letramento em saúde, com objetivo de conscientizar, são de extrema importância para a melhora da percepção das comorbidades que podem ser trazidas pelo quadro de sobrepeso e obesidade. Além disso, como evidenciado através deste estudo, grande parte dos profissionais que trabalham na rota bioceânica estão cientes da necessidade de prevenção e adoção de cuidados com a saúde, porém encontra-se em uma situação onde a falta de tempo, o cansaço e a própria rotina de trabalho exaustivo impedem os caminhoneiros de adotar medidas preventivas. Torna-se, então, necessária a adoção de políticas públicas que favoreçam esta mudança de cenário, reduzindo o número de trabalhadores com vínculos empregatícios irregulares nessa categoria, bem como, concedendo benefícios que aumentem a qualidade de vida dos caminhoneiros.

REFERÊNCIAS

ASATO, T. A. *A rota bioceânica como campo de possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md->

dissertacoes/1037521-tese-thiago-andrade-asato.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

BARROS, P. S. et al. *Corredor Bioceânico de Mato Grosso do Sul ao Pacífico: Produção e comércio na rota de integração sul-americana*. Campo Grande: UEMS: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. 186 p.

BATISTA, A. M. F. et al. Condições de trabalho de caminhoneiros: percepções sobre a saúde e autocuidado. *Physis*, v. 31, n. 2, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/YjNkzd86JMPztSv5NbzgNbn/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BATISTA, A. N. F. *Percepção sobre os determinantes em saúde em caminhoneiros do estado de Sergipe: um estudo quali-quantitativo*. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, 2017.

BORGES, A. M. et al. Autopercepção de saúde em idosos residentes em um município do interior do Rio Grande do Sul. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 79-86, Mar. 2014 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/zLwV8P4ppTrwx67Lz6D7GtM/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CAVAGIONI, L. C; PIERIN, A. M. G. Hipertensão arterial e Obesidade em motoristas profissionais de transporte de cargas. *Acta Paul Enferm.*, v. 23, n. 4, p. 455-460, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/RRBvmzkSsqpWyCN3WwNXWVb/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CUNHA, C. L. P. Obesity-Induced Hypertension. *Arq Bras Cardiol (Online)*, 120(7), jul. 2023. doi: 10.36660/abc.20230391. PMID: 37585897; PMCID: PMC10421596. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10421596/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DOMINGOS, J. B. C. et al. Consumo de álcool, sobrepeso e obesidade entre caminhoneiros. *Revista de Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, jul./set. 2010, v. 18, n. 3, p. 377-382. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002132131>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FIALHO, P. C. S. C. Rota bioceânica: integração econômica, produtiva e logística. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, v. 5, n.1, 28 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/14202>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FONSECA, M. As Competências dos profissionais de saúde ao serviço do envelhecimento saudável: O uso da técnica Teach-back como promotor de literacia em saúde. *JIM — Jornal de Investigação Médica*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 077–093, 2021. DOI: 10.29073/jim.v2i2.422. Disponível em: <https://revistas.ponteditora.org/index.php/jim/article/view/422>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MALVEIRA, A. da S.; DOS SANTOS, R. D.; MESQUITA, J. L. da S.; RODRIGUES, E. L.; GUEDINE, C. R. de C. Prevalência de obesidade nas regiões Brasileiras / Prevalence of obesity in Brazilian regions. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 4164–4173, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-016. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25557>. Acesso em: 10 mar. 2024.

NERIS, G.; GURGEL A. Fiems diz que percentual de indústrias paradas já é de 80%. *DiárioX*, Campo Grande, 24 maio 2018. Disponível em: <https://www.diariox.com.br/economia/fiems-diz-que-percentual-de-industrias-paradas-ja-e-de-80/11358/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Obesity: preventing and managing the global epidemic*. Report of a WHO consultation on obesity. Geneva: WHO, 2000.

PENTEADO, R. Z.; GONÇALVES, C. G. O.; COSTA, D. D.; MARQUES, J. M. Trabalho e Saúde em Motoristas de Caminhão no Interior de São Paulo. *Saúde Soc*, São Paulo, v.17, n.4, p.35-45, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/8fy3z6Qc4M6HrgQ4cyNZTMS/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ROCHA, E. M.; SIQUEIRA, M. F. C.; SANTOS, B. L. N.; SILVA M. H. P. Prevalência de obesidade e sedentarismo em caminhoneiros. Interdisciplinar: *Revista Eletrônica da UNIVAR*, v. 1, n. 13, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322527245_Prevalencia_de_

obesidade_e_sedentarismo_em_caminhoneiros. Acesso em: 10 mar. 2024.

RODRIGUES, L. F. S.; AVELAR, G. G.; TOLEDO, J. O.; CAMARGOS, E. F.; NÓBREGA, O. T. Perfil de sono, variáveis clínicas e jornada de trabalho de caminhoneiros idosos e de meia-idade em rodovias. *Geriatr Gerontol Aging (Online)*, 12(2): 96-101, abr.-jun. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-914968>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, J. B. da; COSTA, F. K. L.; GUEDES, L. K. O.; QUINTÃO, D. F. Perfil nutricional de um grupo de caminhoneiros brasileiros. *REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS, [S. l.]*, v. 7, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/280>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, L. A.; PAZ, F. A. N. Fatores que podem influenciar na promoção da saúde do caminhoneiro: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22151>. Acesso em: 10 Mar. 2022.

SILVA, M. S.; ASSUMPCÃO, L. O. T.; NEVEZ, R. L. R. Avaliação da qualidade de vida e saúde de caminhoneiros de Gurupí-TO. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, Tocantins, ano 11, n. 35, jan/mar 2013.

CONVERSAS INFORMATIVAS SOBRE A QUALIDADE DE SONO DOS CAMINHONEIROS DA ROTA BIOCEÂNICA: VIÉS DA MULTIMODALIDADE

*Luíza de Carvalho Galvão
Adélia Maria Evangelista Azevedo*

1. INTRODUÇÃO

Os distúrbios relacionados ao sono se apresentam, em menor frequência, nos trabalhadores que conseguem dormir durante a noite e trabalhar durante o dia. Porém, esse funcionamento tem dificuldade de ser mantido nos casos em que a jornada laboral é invertida em relação ao padrão biológico, ou seja, aquela que “troca o dia pela noite” – como é o caso da maioria dos caminhoneiros. Tal comportamento pode refletir negativamente na saúde física e psicológica, além de aumentar os riscos de acidentes e diminuir a produtividade em que os caminhoneiros se encontram (Queiroz, Sardinha e Lemos, 2019). Sabe-se que o sono é um fenômeno vital, durante o qual se “desligam” ou atenuam-se mecanismos e sistemas orgânicos, com vistas à prevenção da exaustão, e são executados processos de recuperação e compensação de gastos energéticos e bioquímicos, ocorridos no período de atividade. (Carone *et al*, 2020).

Além disso, o sono exerce um importante papel na restauração de energia, na concentração, na consolidação da memória e nos processos que envolvem a aprendizagem. Alterações fisiológicas e comportamentais acontecem no período de dormir, interferindo diretamente nos processos cognitivos e de aprendizagem. O sono é um processo fisiológico natural, reversível e que acontece de maneira cíclica, composto de duas fases: o sono REM que é caracterizado pelo movimento rápido dos olhos e o sono NREM que se caracteriza pela ausência de movimentos oculares rápidos. O sono NREM apresenta-se dividido em quatro estágios, organizados de forma crescente, de acordo com a profundidade: estágios I, II, III e IV (Carvalho *et al*, 2013).

Dentro desse contexto, sabe-se que distúrbios do sono podem resultar em repercussões negativas para o ser humano, como déficit cognitivo, alterações no metabolismo e distúrbios psicológicos. A má qualidade do sono e o sono insuficiente são fatores associados a patologias, como obesidade, distúrbios mentais, hipertensão arterial e diabetes. Além disso, uma duração insuficiente de sono em adolescentes

mostra-se como um fator de risco para o desenvolvimento futuro de déficit de atenção e lombalgia. (Carone *et al*, 2020).

A respeito dos caminhoneiros - população alvo nesta proposta -, é válido entendermos os determinantes sociais que os circundam para que possamos compreender melhor os fatores que contribuem para a vulnerabilidade dessa população acerca da baixa qualidade de sono.

Quando se analisa o perfil dos motoristas de veículos de carga, observa-se que a média de idade é de aproximadamente 45 anos e mais de 99% dessa população é do sexo masculino. Já em relação à escolaridade, nota-se que menos de 5% frequentaram o ensino superior e mais de 50% frequentaram apenas o ensino fundamental. Quanto à renda, cerca de 68% apresenta um salário inferior a 5 salários mínimos e possuem uma média de 2,5 dependentes (Brasil, 2019). Acrescenta-se ainda que a rotina de trabalho de um motorista de caminhão pode ser propícia para o aumento do estresse devido a necessidade de suportar horas de direção, as pressões do trabalho e afastamento do convívio social (Correia e Bianchi, 2019).

Além disso, é importante observarmos as circunstâncias socioeconômicas que atingem a população a ser estudada neste projeto. Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional, 27% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são considerados analfabetos funcionais, ou seja, mesmo sabendo ler e escrever, não possuem habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Logo, observou-se que, quando esses indivíduos utilizam os serviços de saúde, estão propensos a apresentar dificuldades adicionais devido ao tipo de leitura exigido nesse ambiente (Maragno *et al*, 2019). Sabe-se, também, que as condições de baixa renda e de pouca escolaridade, que podem acompanhar o analfabetismo funcional, representam dois dos principais fatores associados a um precário letramento em saúde. Com isso, infere-se que os caminhoneiros se enquadram como um grupo vulnerável no que tange a esta esfera da educação em saúde (Marques e Lemos, 2018).

Seguindo essa lógica, pesquisas internacionais indicam que as habilidades de letramento em saúde estão associadas à um aumento da promoção de saúde, da prevenção de doenças, um melhor manejo de doenças crônicas, uma menor probabilidade de hospitalização ou reinternação após a alta inicial e menor morbimortalidade em geral. Acrescenta-se ainda que os resultados desses estudos indicam que as habilidades de letramento mais baixas estão mais frequentemente associadas a problemas de saúde (Rudd, Rosenfeld e Simonds, 2012).

Ademais, pesquisas já realizadas pelo projeto UEMS na Rota (Pereira e Maciel, 2021) têm indicado que os caminhoneiros, sem o conhecimento necessário para entender as orientações dadas pelos médicos, não fazem o tratamento adequado para suas enfermidades. Isso acarreta, a curto prazo, jornadas de trabalho mais exaustivas, e, a longo prazo, complicações sistêmicas que podem levar à morte.

Nesse sentido, torna-se importante compreender o nível de letramento em saúde dessa população específica, uma vez que as consequências de um baixo letramento em saúde incluem um entendimento pobre de conceitos relacionado à saúde, dificuldades de compreender instruções, pior atuação na prevenção ou manejo de doenças e baixa adesão aos tratamentos propostos, impactando em aspectos de saúde geral, como a qualidade do sono.

Dentro das ferramentas do letramento em saúde, a técnica do “Teach Back” é a que se pretende usar em parte das ações interativas com os sujeitos. Essa técnica, utilizada por profissionais de saúde, consiste em pedir ao indivíduo que repita as orientações fornecidas para ele, com suas próprias palavras, de forma não coercitiva e envergonhada, para que se consolide melhor o conhecimento adquirido na ação. Ela ocorre em cinco etapas: Triagem (“Triage”), Ferramentas (“Tools”), Assumindo responsabilidade (“Take Responsibility”), Conte-me (“Tell Me”) e Tente novamente (“Try Again”). Na primeira etapa (“triagem”), decide-se qual será o foco do “Teach Back”, de modo a estabelecer uma temática e se selecionar os conteúdos que serão priorizados nas ações. As “ferramentas” (segunda etapa) dizem respeito aos recursos utilizados para auxiliar a explicação do profissional de saúde de maneira clara, como folhetos ilustrados, desenhos, diagramas, uso do próprio corpo, etc. A terceira etapa (“Assumir a responsabilidade”) consiste no médico reconhecer que forneceu um muitas informações complexas ao entrevistado, reduzindo a vergonha deste em caso de não compreensão, e também se dá por meio da afirmação de que quem está sendo testado se se fez entendido é a entrevistadora e não o entrevistado. A etapa “Conte-me” é aquela em que a entrevistadora convida o indivíduo a informar o que ele entendeu a partir de uma pergunta disparadora específica. Na última etapa, “Tente novamente”, a profissional deve explicar as informações novamente em caso de dúvidas ou informações equivocadas, com uso de novas ferramentas e assumindo a responsabilidade do equívoco, em caso de erro por parte do participante. O uso dessa técnica parece ter efeitos positivos sobre o conhecimento específico da doença, bem como na adesão a conduta indicada, além de aumentar compreensão das informações e reduzir as

consequências negativas de um comportamento nocivo, sendo, assim, um importante mecanismo de promoção do letramento em saúde (Anderson, Leister e Rego, 2020).

O presente trabalho emerge do Programa de Bolsa de Extensão – PIBEX, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC/UEMS, no período de 2022 a 2023. O percurso visou promover momentos de formação educativa sobre a saúde, principalmente, na temática da qualidade do sono e suas disfunções que mais atingem o público alvo de caminhoneiros que transitam nas rodovias de Mato Grosso do Sul, em prol da melhora na qualidade de vida.

2. O VIÉS DA MULTIMODALIDADE APLICADO AO LETRAMENTO ACERCA DA QUALIDADE DO SONO

As ações extensionistas ocorreram presencialmente em dois momentos pontuais. O primeiro no mês de março/2023 e outro no mês de agosto/2023, no posto de combustíveis “Posto Katia Locatelli”, que fica localizado na Rodovia Br 163, nº S/N - Km 460,5 no bairro Zona Rural de Campo Grande - MS, que compõem a Rota de Integração Latino-Americana/Rota Bioceânica. Tal lugar foi selecionado por ser um espaço em que os participantes que transitam nas rodovias brasileiras, integrantes da Rota Bioceânica, se reúnem para dormir e realizar seus hábitos de higiene pessoal. Dessa forma, por não estarem em horário de trabalho, a aproximação a esses profissionais se torna mais fácil e menos inconveniente, o que favorece uma participação mais ativa deles durante a ação. Além disso, o local reúne condições ideais para a realização das abordagens educativas, uma vez que, na área em que se desenvolveu a ação, há uma academia ao ar livre e é um local de passagem que interliga os chuveiros e os caminhões estacionados, sendo um local de grande circulação de condutores profissionais.

O público-alvo atingido foi o de caminhoneiros (as), maiores de 18 anos, que trafegam pela Rota Bioceânica e que estavam presentes no local das ações (março/23 e agosto/23). Os eventos contaram com 11 (onze) participantes no total, em que 10 eram homens e 1 era mulher. As atividades foram desenvolvidas em concomitância a outros projetos nos dias da ação, o que pode estreitar a relação entre a comunidade caminhoneira e a médica.

Para tais conversas foram elaborados materiais lúdicos, na variedade linguística da língua portuguesa com vistas a atender as competências e habilidades de compreensão. As abordagens com os usos da multimodalidade garantiram uma maior equidade no processo educativo.

Assim, três materiais foram desenvolvidos para serem empregados durante a ação. O primeiro deles fez parte de uma “sondagem inicial” acerca da qualidade do sono de cada caminhoneiro baseado no Índice de Qualidade do Sono de Pittsburgh (João, Becker, Jesus e Martins, 2017). Essa etapa se deu pelo emprego de 10 perguntas relacionadas a aspectos do sono, que, quando contabilizadas no final, indicavam o nível da qualidade do sono do caminhoneiro. Essa etapa do processo é importante para entender as demandas do sono do participante abordado.

Já o segundo material utilizado foi um banner (Imagem 1) contendo as principais informações que se deve ter para atingir uma boa higiene do sono de forma consciente. A partir disso, desenvolviam-se as conversas em torno dos conteúdos trazidos no banner, que abordavam quantas horas de sono deve-se dormir, quais os riscos de uma má qualidade de sono e quais as consequências disso para a saúde do caminhoneiro, a curto e a longo prazo.

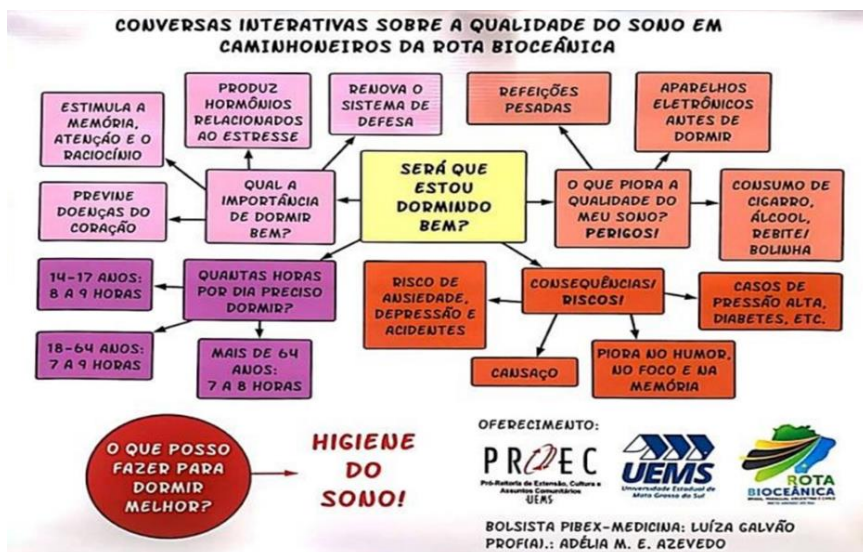


Imagem 1 – Banner produzido para o processo interlocutivos nas abordagens com os caminhoneiros da Rota Bioceânica sobre o tema da Higiene do Sono


Ao final da conversa, iniciava-se a última etapa da ação, em que os condutores eram questionados se sabiam dizer quais medidas podem ser tomadas para se tenha uma melhor qualidade do sono. Por fim, o diálogo se concretizava pela entrega de adesivos (Imagem 2)

contendo dicas de higiene do sono em uma linguagem próxima aos participantes. Buscou-se a todo momento usar das abordagens dos multiletramentos, numa linguagem próxima do universo linguístico e cultural dos caminhoneiros.

DICAS DE HIGIENE DO SONO:

1. PROCURE ESTACIONAR NUM LOCAL SEM MUITA LUZ E COM POUCO BARULHO.
2. EVITE EXERCÍCIOS FÍSICOS INTENSOS DEPOIS DAS 18 H.
3. NÃO FAÇA USO DO REBITE/ BOLINHA, ÁLCOOL E DROGAS.
4. EVITE O USO DE CIGARRO, CAFÉ, TERERÉ, CHIMARRÃO E REFRIGERANTES À NOITE.
5. SÓ FAÇA GRANDES REFEIÇÕES ATÉ 2 HORAS ANTES DE IR PI CAMA.
6. TOME UM BANHO ANTES DE DORMIR E FAÇA ALGO LEVE QUE TE RELAXE, MAS LEMBRE-SE...
7. AO SE DEITAR EVITE DISTRAÇÕES, COMO O USO DO CELULAR, RÁDIO, FILMES DE SACANAGEM, OU VIOLENTOS.

OFERECIMENTO:



BONS SONHOS!

BOLSISTA PIBEX-MED: LUÍZA GALVÃO
PROF(A): ADÉLIA M. E. AZEVEDO

Imagem 2 – Adesivo “Dicas de Higiene do Sono”

Após a entrega e explicação dos adesivos, utilizou-se da técnica do “Teach Back” (Rudd, Rosenfeld e Simonds, 2012) para testar o quanto a comunicação desenvolvida com os caminhoneiros foi capaz de se mostrar efetiva na consolidação dos conteúdos abordados, frisando sempre que quaisquer falhas de compreensão são atribuídas, exclusivamente, à acadêmica executora da ação.

3. RESULTADOS: A MUDANÇA NA VISÃO DOS CAMINHONEIROS

No que tange aos resultados, pode-se afirmar que a conscientização dos caminhoneiros abordados foi alcançada. Isso porque, ao final da conversa, eles foram capazes de demonstrar, principalmente pelo método do “Teach Back”, que os conteúdos trabalhados haviam sido consolidados, em que estes puderam reforçar a importância de uma boa noite de sono e das ações que visam atender essa meta. Isso só foi possível pelo uso de uma linguagem acessível e palpável ao universo caminhoneiro, além de uma abordagem rápida e

sem delongas, ou seja, que não ocuparia muito do tempo livre do caminhoneiro.

Ao longo do desenvolvimento da ação, notou-se uma postura ativa por parte dos caminhoneiros, em que eles se mostravam interessados na temática, interagindo e sanando dúvidas que iam além dos conhecimentos abordados sobre qualidade do sono e seus distúrbios.

A produção de materiais a partir dos multiletramentos (Imagem 1 e 2) sobre a temática e as rodas de conversas estabelecidas entre a bolsista Pibex e os participantes da pesquisa contribuíram para ampliar os processos interlocutivos e afetivos para diálogos possíveis mudanças de comportamentos em prol de uma higiene do sono e do combate aos acidentes na rodovia.

Ao final da ação, os caminhoneiros que participaram se comprometeram a assumir uma postura mais ativa no que tange aos cuidados preventivos relacionados à saúde, principalmente na importância de passar em consultas regulares com um médico generalista e atender às condutas no que tange ao tratamento das doenças de base. Somado a isso, foi possível orientá-los em relação à piora dos sintomas dos distúrbios do sono, deixando claro a necessidade de se procurar um especialista caso apresentasse piora dos sintomas.

Por fim, mas não menos importante, os condutores de caminhão foram capazes de entender as consequências gravíssimas que podem ocorrer consigo e com aqueles que amam caso optem por pegar a estrada depois de uma noite de sono mal dormida. Desse modo, somado à motivação individual, os caminhoneiros se comprometeram a melhorar sua qualidade do sono visando, também, a redução do risco de acidentes nas estradas.

4. DISCUSSÃO DAS ATIVIDADES

Segundo dados divulgados pela Polícia Rodoviária Federal - PRF, o número de mortes nas rodovias federais de Mato Grosso do Sul cresceu cerca de 11% entre o período de janeiro de 2023 a julho do mesmo ano, se comparado com os dados do mesmo período do ano passado. Além disso, o número de acidentes também cresceu. De acordo com o site de notícias do G1, de janeiro a 9 de julho de 2022 foram registrados 840 acidentes, sendo 73 com mortes. Já em 2023, 869 acidentes e 74 com vítimas fatais. Um trecho que levanta alerta é o Rodoanel da BR-262, entre os quilômetros 328 e 368, na região de Campo Grande, em que, segundo o levantamento da PRF, nestes 40

quilômetros as mortes cresceram 37,5%, indo de 16 em 2022, para 22 em 2023 (Câmara, 2023).

Nesse sentido, a ação foi desenvolvida em um local periurbano, que integra a BR-262, onde foi registrado o maior número de acidentes em Mato Grosso do Sul. Com isso, pode-se inferir que os condutores de caminhão que participaram do projeto faziam parte do grupo mais vulnerável a acidentes nas estradas do estado.

Estudos mostram que a maioria dos acidentes de caminhão podem estar ligados a saúde física e mental dos caminhoneiros. A Associação Brasileira de Medicina do Tráfego, a ABRAMET (2019), analisou cerca de 250 mil acidentes que deixaram o saldo de 208.716 feridos e 12.449 mortos. Na avaliação, a ABRAMET (2019) constatou que essas situações denotam quadros ligados diretamente à condição de saúde dos condutores, como déficit de atenção (permanente ou circunstancial), visão comprometida, distúrbios de sono e comprometimento motor ou de raciocínio. Ainda nesse estudo, constatou-se que o sono se enquadra como a terceira maior causa de acidentes de caminhão, sendo permeado por transtorno de Burnout, estresse ou fadiga, dentro outros fatores. Entre os 20.236 acidentes relacionados à privação de sono, ou seja, em que o motorista efetivamente dormiu ao volante, houve registro de 1.788 mortes e 19.450 feridos no período do levantamento (ABRAMET, 2019).

Em situações de sonolência as pessoas desenvolvem estratégias para manter o estado de alerta, como receber ar frio no rosto e/ou lavá-lo com água fria, ingerir café, ouvir música alta e se expor à luz intensa. Essas estratégias, além de inúteis, são especialmente perigosas se utilizadas por motoristas, porque favorecem a perda do controle sobre o sono e a pessoa pode adormecer ao volante. (Müller e Guimarães, 2007) O emprego de tais estratégias foi evidenciado no meio caminhoneiro durante a ação. Isso porque alguns dos entrevistados relataram fazer uso esporádico de drogas, como o (a) Rebite/Bolinha, em momentos de sono intenso ao volante.

Em relação aos processos dialógicos, Jordão (2006) afirma que eles, apesar de serem determinados culturalmente, também são permeados de escolhas feitas pelos sujeitos de acordo com suas preferências, identificações, crenças e sentimentos. Sendo assim, ao longo do processo de elaboração dos materiais, buscou-se explorar elementos da multimodalidade a fim de enriquecer a experiência dialógica desenvolvidas com o caminhoneiro.

O termo “multimodalidade” surgiu em 1920, como um termo técnico no campo da psicologia da percepção, denotando os efeitos que

diferentes percepções sensoriais têm uns sobre outros. Assim, a multimodalidade pode ser entendida como o uso de diferentes fontes comunicativas, tais como: língua, imagem, som e música em textos multimodais e em eventos comunicativos. (Silva, 2016). Nesse sentido, ao utilizar uma linguagem palpável ao universo do interlocutor no emprego das ferramentas multimodais, o processo de letramento em saúde se revelou mais interessante e de fácil compreensão por parte dos condutores participantes. Isso pode ser percebido durante ação quando os caminhoneiros se identificavam com as informações trazidas, principalmente nos adesivos, já que as orientações são específicas do cotidiano laboral do caminhoneiro.

Conclui-se, portanto, que há um processo de adoecimento relacionado ao sono que aumenta o risco de acidentes envolvendo caminhão nas estradas de Mato Grosso do Sul. Frente a essa situação, o uso de substâncias psicoativas, como o Rebite, além de outras medidas imprudentes, como dirigir com sono, acabam por se tornar rotina na vida dessa classe laboral. Com a implementação das ações extensionistas em rodas de conversas sobre a higiene do sono, pôde-se perceber que os caminhoneiros foram capazes de entender a importância do sono, tanto para a saúde física, quanto para a saúde mental deles. Assim, espera-se que esses, munidos das informações abordadas, possam desenvolver um senso crítico frente às medidas de saúde que melhoram a qualidade do sono e, conseqüentemente, aumentam sua segurança no trânsito, com vistas a redução do número de acidentes.

5. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a classe de caminhoneiros é uma das mais vulneráveis aos distúrbios do sono, assim como ao risco de acidentes. A longas horas de trabalho, a necessidade de uma entrega rápida e a falta de locais apropriados para realizar suas atividades básicas do dia a dia são algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos condutores que precisam dormir nas estradas. Como consequência dessa dificuldade, muitos optam pelo uso de estratégias para se manter acordado à noite, como o consumo de drogas ilícitas, por exemplo, o Rebite.

Nesse sentido, durante o diálogo com os caminhoneiros ampliou-se os conhecimentos da área da saúde voltados aos distúrbios do sono. Isso foi possível pelo uso das ferramentas multimodais e de uma linguagem simples e leiga, utilizadas na explicação da quantidade diária de sono necessária, da importância de se dormir bem, dos hábitos que devem ser evitados, dos benefícios de uma noite de sono bem dormida e dos riscos assumidos caso isso não seja feito. Pôde-se afirmar que as

linhas de conhecimento da Linguística, dos Multiletramentos e da área de Saúde são fundamentais para a elaboração de estratégias que atuem diretamente na comunidade. A produção de matérias e abordagens multimodais reduzem os impactos a longo prazo, tanto para a sua saúde individual, com a piora do estresse, da saúde cardiovascular e do sistema imune, quanto para o interesse coletivo, com o aumento do risco de acidentes nas estradas brasileiras.

Com isso, tem-se a perspectiva de que, munidos do senso crítico sobre o assunto, os caminhoneiros possam melhorar sua qualidade de vida por meio da implementação de medidas de higiene do sono, além de reduzir os riscos de acidente. Além disso, espera-se que o trabalho possa incentivar outros projetos acerca da temática da qualidade de sono dos caminhoneiros da Rota Bioceânica, uma vez que só entendendo as nuances que permeiam esse tipo de distúrbio nos condutores de caminhão, será possível implementar políticas públicas voltadas à raiz do problema. Além disso, espera-se que os subsídios, voltados à prevenção e orientação da população caminhoneira, poderão ser aplicados de maneira mais assertiva e apropriada às demandas da classe, reduzindo os gastos do SUS com tal enfermidade e aumentando a qualidade de vida dos caminhoneiros.

REFERÊNCIAS

ABRAMET. *Problemas na saúde do motorista deixaram mais de 200 mil feridos e 12,4 mil mortos, entre 2014 e 2019, no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://abramet.com.br/noticias/saude-no-transito-abramet/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ANDERSON, K.M.; LEISTER, S.; REGO, R. D.. The 5Ts for Teach Back: An Operational Definition for Teach-Back Training. *HLRP: Health Literacy Research and Practice*. Vol. 4, No. 2, 2020.

BRASIL. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. *Anuário CNT do Transporte: estatísticas consolidadas*. 2019. Disponível em: <https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2019/File/MaterialImprensa.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CÂMARA, J.. Mortes em rodovias federais de MS aumentam 11% em 2023: número de acidentes também cresce. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/07/14/mortes-em-rodovias-federais-de-ms->

umentam-11percent-em-2023-numero-de-acidentes-tambem-cresce.ghtml. Acesso em: 11 mar. 2024.

CARONE, C. M. M.; SILVA, B. D. P.; RODRIGUES, L. T.; TAVARES, P. S.; CARPENA, M. X.; SANTOS, I. S.. Fatores associados a distúrbios do sono em estudantes universitários. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 36, n. 3, p. 1-16, 2020. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00074919>.

CARVALHO, T.; SILVA-JUNIOR, I.; SIQUEIRA, P.; ALMEIDA, J.; SOARES, A.; LIMA, A.. Qualidade do Sono e Sonolência Diurna Entre Estudantes Universitários de Diferentes Áreas. *Revista Neurociências*, [S.L.], v. 21, n. 03, p. 383-387, 15 out. 2013. Universidade Federal de Sao Paulo.
<http://dx.doi.org/10.4181/rnc.2013.21.854.5p>

CORREIA, T. M.; BIANCHI, A. Stress em caminhoneiros e comportamento no trânsito. *Psicologia, Saúde & Doenças*. 2019, 20 (1), 242-255.

JOÃO, K. A. D. R.; BECKER, N. B.; JESUS, S. N.; MARTINS, R. I. S.; 2017. Validation of the Portugal version of the Pittsburgh Sleep Quality Index. *Psychiatry Research*, 247, 225–229.

JORDÃO, C. M.. *O ensino de línguas estrangeiras - de código a discurso*. 2006. Dissertação (Mestrado) - *Curso de Letras*, UFPR, Curitiba, 2006. Disponível em:
https://docs.ufpr.br/~marizalmeida/celem2_06/o_ensino_de_lem.pdf.

MARAGNO, C. A. D.; MENGUE, S.S.; MORAES, C.G.; REBELO, M.V.D., GUIMARÃES, A. M. M.; DAL PIZZOL, T.S.. Teste de letramento em saúde em português para adultos. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, [S.L.], v. 22, n. 0, p. 1-12, abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720190025>.

MARQUES, S. R. L.; LEMOS, S. M. A. Letramento em saúde e fatores associados em adultos usuários da atenção primária. *Trabalho Educação e Saúde*, v. 16, n. 2, p. 535–559, 2018.

MATO GROSSO DO SUL, Governo do Estado. *Protocolo volta às aulas nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul*. Mato Grosso do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Protocolo-de-volta-as-aulas-v6.pdf>

MÜLLER, M. R.; GUIMARÃES, S. S.. *Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. Estudos de Psicologia (Campinas)*, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 519-528, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-166x2007000400011>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PEREIRA, F.G; MACIEL, R.F. *Letramento em saúde e rota bioceânica: uma análise sobre conceitos de diabetes e hipertensão com motoristas de caminhão*. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n_MLgd-Eaqo&list=PLMkXsVcq_ewnXWiWkPPnFn3jEzYQHmlFr. Acesso em: 10/12/2021

QUEIROZ, B., SARDINHA, L., & LEMOS, V. (2019, dezembro 11). As Consequências da Restrição de Sono Sobre a Qualidade de Vida de Caminhoneiros. *Diálogos Interdisciplinares*, 8(8), 49-57. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/799>

RUDD, R. E.; ROSENFELD, L.; SIMONDS, V. W.. Health Literacy: a new area of research with links to communication. *Atlantic Journal Of Communication*, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 16-30, 25 jan. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/15456870.2012.637025>.

SILVA, S. R. P. *A produção de vídeos no Estágio Supervisionado em um curso de Matemática a Distância*. In: Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós Graduação em Educação Matemática, XX, 2016, Curitiba. *Anais Curitiba: EBRAPEM*, 2016. p. 1-13. Disponível em: http://www.ebrapem2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/gd6_sandro_silva.pdf.

SILVA V. M.; BRASIL V. V.; MORAES K. L.; MAGALHÃES J. P. R.. Letramento em saúde dos profissionais de um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde. *Rev. Eletr. Enferm. [Internet]*. 2020. 22:62315. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v22.62315>

BRASIL, PARAGUAI, ARGENTINA E CHILE/ROTA BIOCEÂNICA: RELAÇÕES CULTURAIS NO TERRITÓRIO VIVIDO¹

*Edilene Maria Oliveira
Maria Augusta Castilho
Magali Lúzio Ferreira*

1. INTRODUÇÃO

A integração física das Américas faz parte de um projeto antigo dos países que compõem o Mercosul, cuja almejada integração se dará por meio de um Corredor Bioceânico, denominação esta derivada do fato de que o Corredor ligará o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico. O Corredor terá um percurso que cruzará quatro países. No Brasil passará pelas cidades de Campo Grande e Porto Murtinho, no Paraguai pelas cidades de Carmelo Peralta, Mariscal José Félix Estigarribia, Boquerón e Pozo Hondo, na Argentina pelas cidades de Misión La Paz, Tartagal, Jujuy e Salta, até chegar ao Chile, aos portos das cidades de Mejillones e Iquique.

Para os países envolvidos, esta ação se apresenta como uma excelente alternativa para o desenvolvimento de processos mais eficientes em relação à logística e à infraestrutura física sul-americana, fomentando o comércio e melhorando a infraestrutura do Corredor. Conseqüentemente levando o desenvolvimento para as regiões onde irá passar.

Este estudo tem por finalidade apresentar um breve histórico desta iniciativa, utilizando-se como base os acontecimentos a partir do ano 2000, quando efetivamente iniciou-se a ação de integração e cooperação dos países sul-americanos, com o intuito de trabalhar vários Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul. Também apresenta um breve contexto socioeconômico dos países por onde o Corredor Bioceânico passará e, por fim, apresenta os aspectos culturais contemporâneos dos espaços vividos, uma vez que as localidades por onde o Corredor passará têm o legado presente em seu patrimônio histórico cultural.

¹ Artigo publicado em Interações v. especial julho 2019. Dossiê 1 "Desafios da Integração na Rota Bioceânica (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile)

Para a efetivação do estudo a metodologia utilizada está limitada à pesquisa documental e bibliográfica, contemplando o método dedutivo com uma abrangência sistêmica, por meio de uma investigação realizada em artigos, livros, *sites* do governo, sendo grande parte das pesquisas de origem eletrônica, pois há carência de publicações científicas em relação ao tema abordado. Portanto foram utilizados muitos *sites* de notícias, matérias de jornais, revistas e jornais *on-line*.

2. O CORREDOR RODOVIÁRIO BIOCÊNICO

A integração física das Américas, segundo a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana e do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (s.d.[b]), se apresenta como uma necessidade que há muito tempo é discutida, sendo grande a necessidade de se estabelecer processos mais eficientes no que tange à logística e infraestrutura física sul-americana.

De acordo com Cosiplan/IIRSA (s.d.[b]), em agosto de 2000 ocorreu em Brasília a primeira reunião dos Presidentes sul-americanos. Na ocasião iniciou-se uma ação de integração e cooperação para se trabalhar os Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul, os quais sofreram algumas alterações em 2004.

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2010), esses eixos de Integração e Desenvolvimento (Quadro 1) referem-se “[...] às faixas multinacionais de território onde se concentram espaços naturais, assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos de comércio, constituindo-se em referência geoeconômica para o planejamento territorial na América do Sul”.

Quadro 1 - Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul

Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul	
Dezembro/2004	1. Eixo Mercosul-Chile
	2. Eixo Andino
	3. Eixo do Escudo das Guianas
	4. Eixo do Amazonas
	5. Eixo Peru-Brasil-Bolívia
	6. Eixo Interoceânico Central
	7. Eixo de Capricórnio
	8. Eixo do Sul
	9. Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná
	10. Eixo Andino do Sul

Fonte: SILVA (2013, p. 42).

Estavam presentes à reunião em 2000 em Brasília, 12 países da América do Sul, sendo eles Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Guiana, Colômbia, Peru, Equador, Suriname, Venezuela e Uruguai.

Durante a reunião surgiu a iniciativa para a criação da IIRSA, um organismo institucional que coordenasse as ações intergovernamentais, representando esses doze países sul-americanos, no que se referia à construção de uma agenda comum. A finalidade dessa agenda era impulsionar projetos de integração e infraestrutura de transporte, energia e comunicação. Essa iniciativa, durante seus primeiros 10 anos, se constituiu como um fórum importante desses países, tendo como ações

- El desarrollo y aplicación de la Metodología de Planificación Territorial Indicativa que dio como resultado una Cartera consensuada de más de 500 proyectos de infraestructura de transporte, energía y comunicaciones, organizada en nueve Ejes de Integración y Desarrollo (EIDs);
- La conformación de la Agenda de Implementación Consensuada (AIC) 2005-2010 que consiste en un conjunto de 31 proyectos prioritarios con fuerte impacto en la integración física del territorio;
- El desarrollo de proyectos en materia de Procesos Sectoriales de Integración (PSIs);
- El desarrollo y aplicación de nuevas herramientas y metodologías de planeamiento. (COSIPLAN/IIRSA, s.d.[b], p. 1).

De acordo com Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), atual Ministério da Economia, em 2009 foi criado o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura. Na ocasião foi decidida a substituição do comitê de Gestão da IIRSA, por um conselho de ministros. “[...] Com essa medida, os países membros buscaram conferir maior suporte político às atividades desenvolvidas na área de integração da infraestrutura, de forma a assegurar os investimentos necessários para a execução de projetos prioritários” (BRASIL, 2015).

A partir de 2011 a IIRSA foi incorporada à União das Nações Sul-Americanas (Unasul), como fórum técnico para questões de planejamento da integração física regional sul-americana.

Para Cosiplan (s.d.[a], p. 25) “Los trabajos de IIRSA entre 2000 y 2010, y del Cosiplan a partir de 2011, se orientaron a la planificación de

projectos de infraestrutura como un componente clave del desarrollo de su território”.

Ao longo dos anos, segundo Silva (2013), os Eixos Mercosul-Chile e Andino eram os que apresentavam maior destaque. Ainda segundo Silva (2013, p. 42), “[...] esses dois eixos já apresentam dinâmicas de integração concretas que correspondem aos requisitos técnicos. São áreas com grandes taxas populacionais, comércio regional”. O Corredor Bioceânico é um dos projetos de integração física para o desenvolvimento da região sul-americana, contido nos eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul.

Em 21 de dezembro de 2015, ocasião em que foi assinada a Declaração de Assunção, a partir de uma reunião que ocorreu no Paraguai, os presidentes do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile criaram um Grupo de Trabalho (GT), para a realização de estudos técnicos com a pretensão de dar início às atividades de viabilização de um Corredor Rodoviário Bioceânico, ligasse o Brasil, a partir de Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul, aos Portos do Norte do Chile (BNDES, 2010).

De acordo com a matéria do Jornal Topmídia News, de 22 de dezembro de 2017, no dia 21 de dezembro de 2017, houve em Brasília uma reunião de cúpula dos chefes de Estado do Mercosul, na qual os presidentes Michel Temer (Brasil), Mauricio Macri (Argentina), Michelle Bachelet (Chile) e Horácio Cartes (Paraguai) assinaram a “Carta de Brasília”.

No documento os presidentes se comprometem a acelerar as ações para a implementação do Corredor Rodoviário Bioceânico, Corredor este que ligará o Oceano Atlântico ao Pacífico. A matéria ainda menciona que, para os respectivos presidentes, a viabilização do Corredor Rodoviário Bioceânico possibilitará uma integração produtiva para os países envolvidos, com a criação novos fluxos de comércio e investimentos, sendo gerador de desenvolvimento e emprego, além de possibilitar uma maior integração dos territórios em todo o Corredor.

Outro aspecto enfatizado na matéria do Jornal Topmídia News, de 22 de dezembro de 2017, é que o Corredor Rodoviário Bioceânico também beneficiará o setor privado, pois haverá maior estrutura em todo o seu percurso. A matéria também menciona as universidades locais e a sociedade civil como de fundamental importância para que ocorra a implementação do Corredor. No documento assinado pelos países envolvidos identifica-se a questão da constituição de redes entre universidades e redes empresariais.

Para o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, cada país terá um foco dentro do Corredor Rodoviário Bioceânico. Para o Brasil, o Estado de Mato Grosso do Sul o agronegócio se beneficiará com uma saída para o Oceano Pacífico, “[...] permitindo tanto o escoamento da produção quanto a importação direta de insumos a preços mais competitivos” (MATO GROSSO DO SUL, s.d., p. 1). O foco para o Chile será a consolidação de sua plataforma logística e o incremento do comércio entre os países, em especial para as regiões em que o Corredor passará. A Argentina se beneficiará com o fortalecimento do Plano Belgrado, que “[...] prevê investimentos em infraestrutura da ordem de US\$ 15 bilhões, na medida em que cruza as Províncias de Salta e Jujuy” (MATO GROSSO DO SUL, s.d., p. 1). Quanto ao Paraguai o Corredor Rodoviário Bioceânico beneficiará a região do Chaco, local de vegetação semiárida e com densidade populacional baixa, integrando-a ao resto do país.

De acordo com o Jornal O Estado, de 11 de setembro de 2017, a efetivação do Corredor Bioceânico, no Brasil, não beneficiará somente o Estado de Mato Grosso do Sul, mas também Goiás, o oeste do Paraná, o oeste de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais.

Informa o Jornal G1, de 5 de setembro de 2017, que o Corredor irá encurtar em 8.000 km a rota marítima das exportações brasileiras dos citados estados fronteiriços de Mato Grosso do Sul para a Ásia. O Corredor irá também impulsionar a integração das culturas e do turismo nas cidades e nos países no seu entorno.

2.1 Países e cidades beneficiadas com a Rota Rodoviária Bioceânica

2.1.1 Brasil

O Brasil conta com uma população estimada em 202.768.562 espalhados em uma superfície de 8.515.759,090 km² (IBGE, 2012). Segundo Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2017), os principais produtos exportados pelo Brasil são minério de ferro, soja e derivados, celulose, cana de açúcar, carne bovina, café, automóveis e carne de frango, entre outros. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, em 2018, o país que mais comprou do Brasil foi a China, seguido dos Estados Unidos, Argentina, Países baixos (Holanda) e Japão. As principais importações vêm dos países: Estados Unidos, China, Alemanha, Argentina e França (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY [OEC], 2018a, 2018b, 2018c, 2018d).

O Brasil é constituído pela união de 26 Estados, o Distrito Federal e 5.570 municípios. Dentre seus Estados, Mato Grosso do Sul se tornou um local estratégico para a efetivação Corredor Rodoviário

Bioceânico (IBGE, 2012). O Estado se localiza na Região Centro-Oeste e, internamente, faz divisa com o estado de São Paulo, considerado, o mais populoso centro comercial, com maior parque industrial da América Latina, e com os Estados do Paraná, grande produtor de grãos, Minas Gerais, produtor de minérios, de café e de produtos lácteos, Mato Grosso, maior produtor de soja e de milho, e Goiás, com uma produção de grãos bastante diversificada (MATO GROSSO DO SUL, s.d).

Mato Grosso do Sul é o terceiro produtor de alimentos da Região Centro-Oeste e, pela sua localização, é um dos principais acessos ao Mercosul, pois também faz fronteira com a Bolívia e Paraguai. Além de estar interligado por ferrovias, rodovias e hidrovias dos rios Paraná e Paraguai com a Argentina e o Uruguai, “O estado de MS, pela sua localização, tornou-se o principal caminho para a Rota Biocênica, ligando o Atlântico ao Pacífico” (MATO GROSSO DO SUL, 2016).

No lado brasileiro, Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, é mencionada por Luiz Fernando Buainain, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedesc), como um eixo fundamental para a realização do projeto do Corredor Bioceânico, juntamente com Porto Murtinho (CAMPO GRANDE, 2017, p. 1). O município de Porto Murtinho situa-se na região sudoeste do Estado, distante 364 quilômetros de Campo Grande. Conforme o Mapa de Oportunidades de Porto Murtinho (SEBRAE, 2015), o município limita-se, no Estado, com os municípios de Corumbá, Caracol, Jardim, Bonito e Bodoquena e com Carmelo Peralta, no Paraguai, por meio de fronteira molhada do Rio Paraguai.

Em função da fronteira com o Paraguai, de acordo com Mochizuke (2017), Porto Murtinho recebe fortes influências do lado Paraguaio, principalmente em relação à cultura, uma vez que a comunidade paraguaia, quando necessário, atravessa o rio Paraguai em busca de trabalho, assistência médica ou mesmo de moradia.

Para viabilizar o Corredor Rodoviário Bioceânico, será construída uma ponte binacional (foto 1), para a travessia da cidade de Porto Murtinho, MS, Brasil a Carmelo Peralta, no Paraguai, com investimento dos dois países.

Foto 1 - Rio Paraguai – divisa entre Porto Murtinho, Brasil, e Carmelo Peralta, Paraguai



Fonte: Jornal Notícias do MS (09/03/2018).

2.1.2 Paraguai

O Paraguai localiza-se na porção centro-sul da América do Sul e faz fronteiras com o Brasil, Argentina e Bolívia. Em 2011 tinha uma população de 7.356.789. Sua área de 406.752 km², segundo o Portal Brasil Net. Os principais produtos de exportação, segundo a OEC (2018b), são eletricidade, soja, farelo de soja, carne bovina congelada e carne bovina. Seus principais parceiros comerciais são Brasil, Argentina, Rússia, Chile e Itália. E suas principais importações vêm do Brasil, dos Estados Unidos, da China, da Argentina e do Chile. O Paraguai é composto por dezessete departamentos e o distrito capital de Assunção. Conta com 254 municípios, de acordo com a Secretaria Nacional de Tecnologias de *La Información y Comunicación del Paraguay*.

O Corredor Rodoviário Bioceânico passará por três municípios do Paraguai. O primeiro é o de Carmelo Peralta, que pertence ao Departamento de Alto Paraguai, localizado no Chaco Paraguai, e faz divisa com o município de Porto Murtinho, no Brasil. Carmelo Peralta possui cerca de 4 mil habitantes e sua economia é baseada na pecuária e o turismo de pesca. De acordo com o Jornal Fronteira News, de 5 de maio de 2017, Carmelo Peralta “atrai os amantes da pesca esportiva do Brasil”.

O Corredor Rodoviário Bioceânico passará ainda pelo distrito de Mariscal José Félix Estigarribia. Segundo o Jornal ABC Color (2003), este distrito faz parte do Departamento de Boquerón. Além dessas localidades, o Corredor também passará por Pozo Hondo, povoado que faz parte do distrito de Mariscal José Félix Estigarribia, já na fronteira com a Argentina, na região de Misión La Paz.

O Jornal ABC Color menciona em sua matéria de 8 de janeiro de 2012, que Pozo Hondo está localizado a 750 km da capital Assunção, nas margens do rio Pilcomayo, na área de fronteira com Argentina e Bolívia. É habitada por cerca de 50 famílias, das quais 30 são instaladas na área urbana e as demais distribuídas em uma série de estabelecimentos de gado da região.

Em relação à ponte do rio Pilcomayo, entre o Paraguai e a Argentina (Foto 2), o Jornal ABC Color (2013) menciona que esta é usada como um ponto de encontro social entre os habitantes de Pozo Hondo e Misión La Paz. Aos sábados a população lá se encontra para conversar. Tudo parece girar em torno da ponte.

Foto 2 - Ponte que liga Pozo Hondo Paraguai e Misión La Paz na Argentina



2.1.3 Argentina

A Argentina limita-se ao norte com a Bolívia e Paraguai, ao leste com o Oceano Atlântico, a nordeste com o Uruguai e Brasil. Com o Chile seu limite é pela Cordilheira dos Andes. A Argentina possui uma área de 3.761.274 km² e 40.117.096 milhões de habitantes (INSTITUTO IGN, s.d.). Sua capital é Buenos Aires e o país está dividido em 23 províncias e 512 departamentos (INSTITUTO IGN, s.d.).

Seus principais produtos de exportação conforme OEC (2018d) são farelo de soja, milho, óleo de soja, soja e caminhões de entrega. Seus principais compradores são o Brasil, os Estados Unidos, a China, o Vietnã e o Chile. Suas principais importações vêm do Brasil, dos Estados Unidos, da China, da Alemanha e do México.

As cidades de Misión La Paz, Tartagal, Jujuy e Salta fazem parte o futuro trajeto do Corredor Rodoviário Bioceânico. Misión La Paz, na província de Salta, faz fronteira com o povoado de Pozo Hondo no Paraguai, separados pela ponte do rio Pilcomayo. A cidade de Tartagal pertence ao departamento General José de San Martín, província de Salta, a 57 km da Bolívia. Segundo dados do Município de Tartagal (s.d.), a cidade é formada por grande diversidade cultural. Habitam no município sete etnias aborígenes, isto é, os wichís (o weenhayek), os chiriguano, os chanés, os quechuas, os chorotes, os chulupies e os aymaras. Outro elemento importante é a questão da fronteira com a Bolívia, onde há um percentual grande de habitantes originários da Bolívia.

O Corredor Rodoviário Bioceânico também passará pela província de Jujuy, ainda em território Argentino. Para Massarolo (2018, p. 1), Jujuy conserva os costumes dos povos que ali viviam antes da chegada dos conquistadores espanhóis, sendo esta “[...] A marca do que se pode chamar de resistência cultural se encontra no tipo físico dos nativos (mestiços de índios quechuas e calchaquis ou por outras etnias emigradas de países vizinhos)”.

2.1.4 Chile

O Chile tem fronteira com Argentina, Bolívia Peru e Oceano Pacífico, com uma área territorial de 756.950 km² e uma população de 17.067.369 (Portal Brasil, Censo 2012). O Chile é formado por 15 regiões, 54 províncias e 34 comunas (SUB-SECRETARIA DE DESARROLLO REGIONAL Y ADMINISTRATIVO [SUBDERE], s.d.). Seus principais produtos de exportação, de acordo com a OEC (2018a), são minério de cobre, cobre refinado, sulfato de celulose química, filetes de peixe e vinhos. Seus principais compradores são a China, os Estados Unidos, o Japão, a Coreia do Sul e o Brasil. E suas maiores importações vêm dos Estados Unidos, da China, do Brasil, da Alemanha e da Argentina.

No Chile fazem parte do Corredor Bioceânico Mejillones e Iquique. Mijillones é uma das comunas que pertence a província de Antofagasta na Região de Antofagasta e Iquique é uma das comunas da província de Iquique na região de Tarapacá (SUBDERE, s.d.).

Mejillones segundo Senatur (PARAGUAI, s.d.), é um lugar de vida pacífica e extensas praias com águas tranquilas. Em Mejillones existem locais de mamíferos, como lontras de mar, leões marinhos comuns e do Sul, como também é possível observar espécies diversas de golfinhos. A cidade também propicia pesca esportiva e em alto mar. Iquique, de acordo com a Senatur (PARAGUAI, s.d.), é uma cidade de praias extensas. A sua zona franca faz com que receba milhares de visitantes no ano. Além do comércio a cidade também oferece uma cozinha variada, uma mistura de sabores de países vizinhos.

Ambas são zonas portuárias (Fotos 3 e 4) situadas na costa norte do Chile, no Oceano Pacífico. Elas são a última parada para o transporte terrestre de cargas do Corredor Rodoviário Bioceânico.

Foto 3 - Porto de Iquique



Fonte: Transportadora Brasil (27/05/2013).

Foto 4 - Porto de Mejillones



Fonte: Portal Portuário (25/04/2017).

3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NO CORREDOR BIOCEÂNICO

Em relação aos estudos histórico-culturais dos países do cone sul da América do Sul, sendo dois na zona de influência do Oceano Atlântico, isto é, o Brasil e a Argentina, um na zona de influência do Rio Paraguai, isto é, o Paraguai, e um na zona de influência do Oceano Pacífico, ou seja, o Chile, que compõem o conjunto do Corredor Rodoviário Bioceânico, é preciso refletir sobre estes aspectos nesses espaços vividos tendo em vista a preservação do patrimônio histórico-cultural neles existentes.

3.1 Primeiras Rotas Oceânicas de intercâmbio no cone sul: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile

Com a pretensão de iniciar esse processo reflexivo e informativo sobre as primeiras rotas, é importante analisar e situar a presença de seus primeiros habitantes, aspecto fundamental para o traçado cultural

do espaço em discussão que moldou a sua história e engendrou o seu patrimônio.

A data da primeira resolução do nosso país não pode ser especificada. Este fenômeno está ligado à ocupação do continente americano. Há muito tempo atrás, e simultaneamente com o avanço do gelo, a América e a Ásia foram unidas por meio de uma ponte de terra localizada no que hoje chamamos de Estreito de Behring. (VILLALOBOS, 2004, p. 4, tradução das autoras).

Conforme análise do autor citado acima em sua obra “História de Chile”, a ocupação de seu país está ligada à ocupação do continente americano pelo estreito de Behring que liga os oceanos Pacífico e Ártico. A formação do gelo causou um baixo nível de água no Pacífico, facilitando a ligação entre a Ásia e a América. A hipótese mais aceita pelos cientistas é a de que esse foi o caminho feito pelos seres humanos que migraram da Ásia para a América, ao qual hoje de forma genérica foi realizado pelos chamamos indígenas. Esta é a explicação para a existência dos primeiros habitantes na região dos países que compõem o Corredor Bioceânico.

É relevante assinalar que os primeiros povos que adentraram o continente americano, deixaram não só um imenso legado rico sobre a maneira como sobreviveram e sobrevivem, a religiosidade e os aspectos culturais. Para Peregalli (1994) os Incas, por exemplo, se transformaram em focos irradiadores, influenciando os araucanos no Chile e no Brasil e por outro lado os Guarani, povo que habitou o Paraguai e se espalhou também pelo território brasileiro de Mato Grosso do Sul, também absorveram influência de focos irradiadores provenientes do Peru e da Bolívia. Sarissa Araújo (ARQUIVO DE NOTÍCIAS UFJF, 2009) também argumenta que:

O primeiro europeu a reconhecer o território chileno foi o português Fernão de Magalhães, na sua tentativa de circunavegação do planeta sob as ordens de Carlos I, Rei da Espanha. Magalhães descobriu o estreito que liga o Pacífico ao Oceano Atlântico, em 1º de novembro de 1520, data que a historiografia chilena considera como a do descobrimento do território do país. O primeiro explorador de grande parte do território chileno foi o militar espanhol Diego de Almagro, sócio de Francisco Pizarro na conquista do Peru.

Em 1540, Pedro de Valdivia levou a cabo uma segunda expedição, com a qual se iniciou o período da conquista. Finalizada essa etapa, iniciava-se um período que duraria mais de dois séculos, durante os quais se ampliaria e consolidaria a dominação espanhola no território, com resistência dos indígenas mapuches. O Reino do Chile constituía administrativamente uma capitania-geral com capital em Santiago.

Quanto aos territórios da Argentina e do Paraguai, estes foram visitados por Juan Diaz de Sóliz. Em 1516-1517 foi oficializada a conquista do território aos espanhóis. Ao mesmo tempo, por rotas marítimas e fluviais, subordinaram as nações indígenas do cone sul do continente sul-americano. A conquista do Brasil se deu a partir de 1500, com Pedro Álvares Cabral. Diferentemente dos indígenas marcados pela influência dos Incas, os indígenas brasileiros constituíam ainda tribos seminômades que subsistiam da caça, pesca, coleta e agricultura.

Foram os conquistadores que, viajando por vias marítimas e fluviais, passaram a estabelecer contato com os povos indígenas locais. Esse contato produziu o entrelaçamento entre o europeu e o nativo e possibilitou o entrelaçamento das culturas a ponto de construir um legado cultural e patrimonial que atualmente a história está procurando colocar em destaque. Em relação ao passado histórico que está presente nos países que farão parte do Corredor Bioceânico pode-se afirmar que houve,

Neste contexto, a formação de uma identidade [que] pode também se relacionar aos vários fatores distintos e apresentar elementos de análise, que segundo Castells (1996) estabelece a partir de uma identidade legitimadora ou de resistência sob a perspectiva de sociedade civil. Contudo, o autor observa que: “A construção de identidades vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. (SOUZA, 2012, p. 23).

Podem-se identificar, com a implementação do projeto do Corredor, os sinais de desenvolvimento da identidade desses locais. Estes podem ser avaliados com mais ênfase pelo viés geográfico, pelas instituições produtivas e reprodutivas e pelos aparatos de poder. Foram estes os aspectos que engendraram a história comum, a memória

coletiva, as fantasias pessoais e a vivência religiosa, presentes nos locais por onde passará o Corredor Bioceânico.

Dessa forma, as ligações entre a problemática da identidade e o patrimônio histórico cultural resultam as exigências para que possam acontecer a rotatividade, a mobilidade e a certificação do que se quer eleger como herança do passado que molda as formas de representação do presente. Percebe-se com a influência temporal que os símbolos patrimoniais que não desfrutaram de continuidade histórica em certas localidades.

3.2 Patrimônio Histórico Cultural nos caminhos do Corredor Bioceânico

Quanto à origem da palavra patrimônio esta é antiga. Seu percurso e sua aplicabilidade foram ganhando roupagens com o passar do tempo, sem desgaste de sua essência. Funari e Pelegrini (2006) destacam que todo o processo histórico percorrido pelo termo até os dias atuais ainda se encontra em desenvolvimento. Eles assinalam que a palavra patrimônio é de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. O termo ganha, assim, parâmetros de natural, religioso, público, individual, coletivo, material e imaterial, dependendo do contexto ao qual se insere.

O termo também recebe amparo legal, por meio de formas e leis que regem o patrimônio histórico cultural brasileiro e estão presentes na Constituição Federal Brasileira de 1988, nas Leis de Diretrizes e Base da Educação (Lei n. 9.394/1996) e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre outras.

Para Yánez Casal (1999), o patrimônio trabalha com memória, que é sinal da relação humana com o tempo e é no tempo contemporâneo que ela se manifesta. Por isso, Choay (2001) destaca que o culto que se rende atualmente ao patrimônio histórico deve merecer de mais do que uma simples aprovação. O patrimônio precisa ser questionado, por ser um elemento revelador da cultura local.

O mapeamento dos caminhos Corredor Bioceânico, por um prisma histórico patrimonial e cultural, assinala a junção de países fronteiriços com um olhar que vai além de simples contemplação, pois requer uma análise de pertencimento por ser espaço que já mantém redes culturais conectoras. O início proposto para os caminhos do Corredor, como sinaliza o mapa 1, é a cidade de Campo Grande, no Brasil, seguindo por Porto Murtinho, MS; no Paraguai passará por Carmelo Peralta, Mariscal Estigarribia e Pozo Hondo; no território argentino passará pelas localidades de Misión La Paz, Tartagal, Jujuy e

Salta; no território chileno passará por Passo de Jama, até alcançar os portos de Antofagasta, Mejillones e Iquique.

Mapa 1 - Rota Bioceânica



Fonte: Viegas (2017, s.p.).

Em observação ao espaço em pesquisa, o propósito desta não é exaurir estes em todos os seus aspectos históricos patrimoniais culturais, mas apontar objetos relevantes que marcam sua identidade e suas influências de vizinhanças.

3.2.1 Campo Grande e Porto Murtinho

Em Campo Grande, o aspecto cultural (material e imaterial) é caracterizado por pessoas que se estabeleceram na localidade deixando sua herança. Dentre as culturas que merecem destaque estão os indígenas de diversas etnias, os europeus (espanhóis, portugueses e italianos), os sírio-libaneses, os japoneses, os paraguaios e os bolivianos, entre outros. Quanto a Porto Murtinho, MS,

[...] a formação populacional do município de Porto Murtinho tem presente nas suas raízes a contribuição cultural das nações: Kadiwéu, Terena e também dos indígenas paraguaios Ayoréo, além da contribuição dos próprios paraguaios que migraram para a cidade. Assim, todos esses povos indígenas e paraguaios estão muito presentes nas manifestações culturais do povo murtinhense [...] outro aspecto importante, na cultura da

população de Porto Murtinho, é a religiosidade, cuja maior devoção é expressa pelos fiéis a Nossa Senhora de Caacupé. (HEYN, 2003, p. 56).

A população de Porto Murtinho abraçou os nativos e acolheu os vizinhos paraguaios, compondo a base cultural local. Com a cultura paraguaia os murtinhenses têm em comum a devoção a Nossa Senhora de Caacupé. Além disso, os habitantes locais estabeleceram com os paraguaios laços econômicos profundos.

As relações sul-mato-grossenses com o Paraguai não se dão apenas por Porto Murtinho. Estas são feitas por um espaço fronteiriço extenso, que se estende até à Argentina. Podem-se citar, com relação ao Paraguai, sinais comuns como a chipa, a sopa, o tereré e a polca, entre outros. No caso da Argentina, o tango, considerado pela Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (Unesco), patrimônio cultural da humanidade (CAFEMPO, 2015).

Os lugares, ainda que reestruturados em função de estratégias globais, mantêm uma identidade, se assentam em especificidades socioculturais e formam a base das relações de produção e organização do território. (VIEIRA; KNOPP, 2010, p. 10).

Acompanhando as ideias propostas pelos autores, todas as influências globais que o território recebe não interferem em sua identidade, mas percebe-se que o local de fronteira se assenta em especificidades com interações socioculturais, sendo este construído por consecutivas ações heterógenas, endógenas e exógenas. Seu território é marcado pela troca cultural e pela multiculturalidade.

3.2.2 Chaco ou Gran Chaco

O Chaco, ou Gran Chaco (território de caça), é habitado por indígenas de diversas etnias. Trata-se de um território que abrange partes do territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil. No Brasil, o Chaco é conhecido como Pantanal.

Chaco é uma palavra de origem *quechua*, portanto andina, que significa “lugar de caça”, por causa da riqueza da flora e da fauna que possuía nos tempos pré-colombianos. Havia nesta região muitos grupos indígenas e eram quatro as principais famílias linguísticas: o *guaycurú*, com diversos grupos étnicos como os *tobas*, *mocovís*, *abipones*, *pilagás*,

mbayás, caduveos e payaguás. Em segundo lugar os *mataco*, onde se incluíam os *mataguayo*, os *tonocoté*, entre outros. Em terceiro lugar, podemos referir a língua *vilela* que inclui a etnia com o mesmo nome, os *lule* e os *chunupí*. Por fim, encontramos também na região chaqueña indígenas pertencentes à grande família *guarani*. (TEMPO AMERÍND0., 2013).

Quanto às etnias indígenas da região, estas se dedicam à caça e à coleta. No lado do Brasil, os Guaycurú são cavaleiros e os Payaguá são canoieiros. Diante disso pode-se inferir que os habitantes do Chaco apresentam um verdadeiro caleidoscópio cultural.

Os povos indígenas do Chaco eram numerosos. Por causa de sua subsistência como caçadores, coletores e pescadores, as unidades tribais não eram muito maiores do que as famílias ampliadas. No entanto, dentre os diversos dialetos, os antropólogos descreveram algumas importantes associações lingüísticas: o Guaycurú, a Lengua, o Wichí, o Zamuco e o Guarani. (MARTIN; WEBB; MILLER, s.d., p. 1).

São de essencial importância às informações oferecidas pelo *site* acima. A menção de que os povos indígenas do Chaco eram numerosos comprova a destruição do parque humano existente antes da conquista do território pelos europeus. A atividade desses caçadores, coletores e pescadores, ou canoieiros e cavaleiros foi descrita por antropólogos como Pierre Clastres (1934-1977), em seu livro *A sociedade contra o Estado*. Suas línguas principais são o Guarani, o Guaycuru, a Lengua e o Wichí.

3.2.3 Argentina

Sobre a Argentina, pesquisas e matérias divulgadas na mídia apontam para uma diversidade baseada na cultura europeia em que

[...] os povos que hoje habitam a Argentina são bastante variados, são pessoas da Itália, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Basco, e os Irlandeses. Por causa de sua forte migração europeia, isso influenciou o desaparecimento de culturas pré-colombianas, deixando a atual falta de dominantes populações indígenas. [...] pequenas populações de japoneses, chilenos, bolivianos, paraguaios,

uruguaios e também são encontrados espalhados por todo o país. (AMAUTASPANISH, 2015).

Quanto à população negra na Argentina, necessita:

Para entender os esforços realizados pelos militantes afro-argentinos, é necessário considerar dois fatores contextuais que os condicionam e limitam. O primeiro é a existência de “uma narrativa dominante da nação” que, ao invés das vigentes em outros países latino-americanos, não glorifica a mestiçagem, mas a brancura. [...] “narrativa dominante” se caracteriza por apresentar a sociedade argentina como branca, europeia, moderna, racional e católica. Invisibiliza, portanto, as diferentes presenças e contribuições étnicas e raciais e, quando estas aparecem, as situa na distância temporária (no passado) ou geográfica (em áreas remotas, longe da capital, epicentro geográfico da Argentina branca e europeia). A respeito dos afro-argentinos, enfatiza seu adiantado desaparecimento e a irrelevância de suas contribuições à cultura local e se caracteriza, além disso, por uma notável cegueira quanto aos processos de mestiçagem e hibridação cultural. (FRIGERIO; LAMBORGHINI, 2009, p. 156-7).

Frigerio e Lamborghini (2009) afirma que a história afrodescendente na Argentina é sistematicamente negada e, inclusive, menosprezada e ocultada. Os afro-argentinos não vivem em comunidades, mas dispersos por todo o país e nem sempre são cotados como cidadãos argentinos.

Com relação a alguns pontos do patrimônio natural merecem destaque, como demonstram as fotos 5 e 6:

Foto 5 - Quebrada de Humahuaca – Cerr



Fonte: Souza (2011).o de los Siete Colores, Purnamarca

Foto 6 - Um mirante com vista a um cerro com 33 tons (Hornocal, província de Jujuy)



Fonte: Martin (2016).

A exuberância natural da Argentina compõe seu patrimônio natural e exerce o poder de contemplação humana. Assim, as regiões de Quebrada de Humahuaca – Cerro de los Siete Colores e Purnamarca, apresentam uma visão de propriedades que se estabeleceram atrás ou em frente do acidente geográfico, dependendo do foco apreciativo particular, de montanhas coloridas que se misturam à vida humana em meio a paisagem natural.

Observa-se que na província de Jujuy em Hornocal pode-se apreciar o cerro com 33 tons. Ainda em Jujuy, em um passeio por entre as colinas avistam-se as sete cores das montanhas que a cercam, podendo se deparar também com grandes salinas do norte argentino. Em Talampaya, província de La Rioja, depara-se com uma beleza e impetuosidade, com uma encosta vertical e avermelhada. Ainda na província de La Rioja, aprecia-se a quebrada dos condores, uma espécie de pássaro da região. Em Salta, pode-se contemplar a quebrada das conchas.

O conceito de paisagem cultural, [...] congrega os vários aspectos e as várias abordagens correntes no campo da preservação do patrimônio, considerando sua interdisciplinaridade e a necessidade de superação da fragmentação ainda praticada. Partindo-se de uma concepção mais alargada e integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios material e

imaterial, adotar a paisagem como patrimônio pressupõe, ao passo que admite, o constante movimento e as relações intrínsecas e inseparáveis entre conceitos e abordagens da história, da sociologia, da antropologia, da memória, da arte, da cultura, da ecologia e suas correspondências no meio físico, seja na edificação, nos objetos ou nos territórios – urbano, rural ou natural. (FIGUEIREDO, 2013, p. 83-118).

Analisar a paisagem como bem cultural do território argentino permite o contato com os testemunhos do passado, dos turistas e dos moradores e o seu relacionamento com o meio. Além disso permite o contato com as culturas locais, com as práticas, as crenças e as tradições que são mecanismos que servem para identificar e justificar os valores reconhecidos como patrimônio cultural/natural e buscar os meios para a sua preservação.

3.2.4 Chile

Quanto ao Chile, o destino final ou o começo do Corredor Bioceânico, a ele se abre a possibilidade do encontro com o Brasil, o Paraguai e a Argentina com suas características culturais, econômicas e turísticas. O contato se dará também pela culinária e pelas bebidas, pelas músicas e pelas danças folclóricas, pela história e pelas simbologias. Tudo isso faz parte do patrimônio comum e, conseqüentemente, de sua cultura (Fotos 7 e 8).

Foto 7 - Centolla (centóia)- "Caranguejo Gigante"



Fonte: Blog Viagens, sabores, etc., (2016).

Foto 8 - Os Locos (como são chamados no Chile) ou Chanque como são chamados no sul do Peru)



Fonte: Blog Comi por aí (2010).

A alma do lugar está exatamente nos afazeres da população que o habita. Entre as lides diárias estão a maneira de se alimentar e comemorar suas festas. Assim é o norte chileno, reflexo cultural de uma história pautada por povos que ali chegaram e criaram a sua cultura. Entre eles estão indígenas de diversas etnias e os colonizadores.

Em relação à gastronomia, afirma-se que ali sobrevivem características alimentares que não diferem dos parceiros do cone sul sul-americano e muito menos do restante do país. As iguarias marcantes escolhidas para a discussão cultural local estão representadas nos frutos exóticos marítimos, como a *centolla* (centóia), o Caranguejo Gigante, os *locos* e *mexilhões*, expressando seu teor cultural culinário também com o ensopado *Porotos Granados*, a bebida *Pisco Sour*, que se transformou numa marca cultural chilena

A singularidade do folclore chileno se destaca por seus trajes coloridos, que remetem às vestes incaicas e por vezes também às pompas dos colonizadores europeus, principalmente nos vestidos armados com babados exuberantes. Esses adereços são usados para apresentações das danças regionais do trote, do cachimbo e da *cueca nordina*.

Como realidade transcendente, a fronteira é um limite sem limites que aponta para um além. É conceito impregnado de mobilidade, princípio este tão caro à história. Se a fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo

e diferente, possibilidade pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica. (PESAVENTO, 2002, p. 66-7).

As fronteiras culturais precisam ser analisadas a partir da multiculturalidade. Estas não dizem respeito aos limites políticos, mesmo que estes sejam fundamentais para representarem seu ponto de origem. Com o avanço da globalização, em especial no aspecto econômico, que também está conectado com as questões sociais, é importante pensar que não se pode negar a velocidade que a cultura de um território se renova com as necessidades surgidas em âmbito econômico, religioso, cultural e social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os países cone sul do continente sul-americano, isto é, Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, envolvidos no projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico, desde suas origens, desenvolveram contatos de vizinhança, que se conectam não só por elementos culturais comuns, mas também por amplas redes de conexões econômicas.

Culturalmente, o cone sul em estudo, mais especificamente o Brasil, Paraguai e Argentina, é conhecido por seus símbolos comuns, com os hábitos gastronômicos da chipa, da sopa paraguaia, do tereré, do churrasco e do café. Quanto aos aspectos culturais esses se conectam pela dança, pelos ritmos e pelo sentimento religioso. Nisso se destacam a polca paraguaia, o tango e a devoção a Nossa Senhora de Caacupé. O Chile dialoga culturalmente mais com a Argentina e compartilha com ela as apresentações folclóricas, marcadas pelas vestimentas coloridas, herança comum com os povos indígenas que habitaram o local antes da chegada dos espanhóis.

Com a projeção do Corredor Rodoviário Bioceânico é fato o desenvolvimento de um mercado econômico não só para a região, mas por meio de planos que possibilitem atender aos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. O que está posto na argumentação deste artigo é que, na mesma medida que se deslançam as interações econômicas, haverá também o entrecruzamento das questões culturais.

REFERÊNCIAS

- ABC COLOR. *Assunção* – Paraguai, 16/12/2013. Disponível em <http://www.abc.com.py/nacionales/pilcomayo-con-aguas-normales-650583.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- ABC COLOR. *Los Departamentos del Paraguay y sus capitales*, 09/09/2003. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/los-departamentos-del-paraguay-y-sus-capitales-716545.html>. Acesso em: 10 mar.2018.
- AGÊNCIA TRANSPORTA BRASIL. *Transportadores do MS querem utilizar portos do Chile*. 27 maio 2013. Disponível em: <<http://www.transportabrasil.com.br/2013/05/transportadores-doms-querem-utilizar-portos-do-chile/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- AMAUTASPANISH. *Amauta Escola de Espanhol*. 2015. Disponível em: <http://www.amautaspanish.com/portuguese/destinos/aprender-espanhol-na-argentina/argentina-visao/cultura-e-sociedade-195.html>. Acesso em: 1º abr. 2018.
- ARQUIVO DE NOTÍCIAS UFJF. *Professora da Universidade do Chile participa de conferência no ICH*. set. 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/secom/2009/09/14/professora-da-universidade-do-chile-participa-de-conferencia-no-ich/>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (BNDES). *Avaliação dos Corredores Bioceânicos*, 2010. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/Corredor-bioceanico/Corredor-bioceanico-produto-2.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- BRASIL. *Lei n. 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). *Maior tem maior superávit mensal da história*. Brasília, 2017. Disponível: <http://www.mdic.gov.br/index.php/component/content/article?id=2538>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). *Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)*. Brasília-DF, 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/integracao-sul-americana/cosiplan-conselho-sul-americano-de-infraestrutura-e-planejamento>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CAFESEMPO. *Curiosidades sobre o tango*. 2015. Disponível em: <http://cafesempo.com.br/10-curiosidades-sobre-o-tango>. Acesso em: 1º abr. 2018.

CAMPO GRANDE (Cidade). CG Notícias – Agência Municipal de notícias de Campo Grande - Rota Bioceânica. Papel de Campo Grande será fundamental, diz Secretário da SEDESC, 05/09/2017. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/papel-de-campo-grande-sera-fundamental-na-diz-secretario-da-sedesc/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

COMI POR AÍ. *Frutos do mar*, jul. 2010. Disponível em: <https://comiporai.wordpress.com/tag/locos/>. Acesso em: 2 abril 2018.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO (COSIPLAN). *História*. [S.d.]a. Disponível em: <http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=121>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO (COSIPLAN). *IIRSA (2000-2010)*. [S.d.]b. Disponível em: <http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=28>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FIGUEIREDO, V. G. B. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, n. 32, p. 83-118, dez. 2013. ISSN 2359-5361. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/paam/article/view/88124/91004>. Acesso em: 9 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i32p83-118>

FRIGERIO, A.; LAMBORGHINI, E. Criando um movimento negro em um país “Branco”: ativismo político e cultural afro na Argentina. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 39, 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/about/contact>. Acesso em: 12 mar.2018.

FRONTEIRA NEWS. Bela Vista MS. Carmelo Peralta completa dez anos e homenageia os fundadores. Porto Murtinho, 5 maio 2017. Disponível em: <http://fronteranews.com/carmelo-peralta-completa-dez-anos-e-homenageia-os-fundadores/>. Acesso em 17 de mar.2018. [Links]

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HEYN, C. A. Desenvolvimento local endógeno: análise de experiência em Porto Murtinho-MS. Orientador: Vicente Fideles de Ávila. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE). IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km². *Agência IBGE Notícias*, 27 nov. 2012. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km.html>. Acesso em: 16 mar. 2018.

INSTITUTO IGN. Ministério de Defesa Presidência de la Nación. *Cantidad de departamentos o partidos por provincia*. República Argentina, [s.d.] Disponível em: <http://www.ign.gob.ar/NuestrasActividades/Geografia/DatosArgentina/Departamentos>. Acesso em: 17 mar. 2018.

MARTIN, A. S. Argentina sale en busca de los turistas perdidos. *La capital - Mar del Plata*. Viernes, 8 abr. 2016. Disponível em: <http://www.lacapitalmdp.com/argentina-sale-en-busca-de-los-turistas-perdidos/>. Acesso em: 1º abr. 2018.

MARTIN, G. E.; WEBB, K. E.; MILLER, M. D. H. Gran Chaco. *Encyclopædia Britannica*. [S.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Gran-Chaco>. Acesso em: 1º abr. 2018.

MASSAROLO, J. As cores de Jujuy, no norte da Argentina. *Correio Popular*, Campina, SP, 16 jan. 2018. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2018/01/turismo/515495-as-cores-de-jujuy-no-norte-da-argentina.html. Acesso em: 17 mar. 2018.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Economia de MS*. [S.d.]. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/a-economia-de-ms/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Foco em cada região*. In: SEMINÁRIO CORREDOR BIOCEÂNICO RODOVIÁRIO, 2., Campo Grande, MS, 28-29 jul. 2016. Disponível em: <http://www.Corredorbioceanico.ms.gov.br/foco-em-cada-regiao/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MOCHIZUKE, K. C. Influência do atendimento em saúde à estrangeiros em uma cidade fronteiriça Brasileira. *Journal Health NPEPS*, v. 2, n. 1, p. 241-53, 2017. ISSN 2526-1010.

NOTÍCIAS DO MS. Jornal diário online (09/03/2018). Disponível em <https://jnediario.com.br/2018/03/09/camara-dos-deputados-aprova-construcao-da-ponte-internacional-em-porto-murtinho/>. Acesso em: 14 mar. 2018.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). *Complexidade econômica do Chile* (2018a). Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/chl/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). *Complexidade econômica do Paraguai* (2018b). Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/pry/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). *Complexidade econômica do Brasil* (2018c). Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/bra/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). *Complexidade econômica da Argentina* (2018d). Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/arg/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

O ESTADO. Campo Grande, MS, 11 set. 2017. Disponível em: http://www.oe10.com.br/noticia/5973/Rota_bioceanica_esperanaa_de_desenvolvimento. Acesso em: 20 mar. 2018.

PARAGUAI. Ministerio de Economía, Fomento y Turismo. Secretaría Nacional de Turismo (SENATUR), [s.d.]. Disponível em: <http://www.chileestuyo.cl/#>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PEREGALLI, E. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual, 1994.

PESAVENTO, S. J. *Além das fronteiras - fronteiras culturais*. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 35-39, 2002.

PORTAL BRASIL NET. *Principais dados do Chile*. [S.d.]. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/americas_chile.htm. Acesso em: 14 mar. 2018.

PORTAL BRASIL NET. *Principais dados do Paraguai*. [S.d.]. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/americas_paraguai.htm. Acesso em: 14 mar. 2018.

PORTAL PORTUÁRIO. *Ministerio de Economía ratifica a Puerto Mejillones con Sello ProPyme*. Valparaíso, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://portalportuario.cl/ministerio-economia-ratifica-puerto-mejillones-sello-propyme/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE TECNOLOGIAS DE LA INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN DEL PARAGUAY. *Ordenación del Municipios*. [S.d.]. Disponível em: <https://www.municipios.gov.py/municipios>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Mapa de Oportunidades (02/03/2017) - Desenvolvimento Econômico e Territorial de Mato Grosso do Sul: Porto Murtinho – Sudoeste*, 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/PORTO%20MURTINHO.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SILVA, M. C. *Os eixos de integração e desenvolvimento da lirsá: uma análise de regionalização*. Orientadora: Marília Steinberger. 2013. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2013.

SOUZA, R. *Patrimônios da Humanidade na Argentina*. 2011. Disponível em: <http://www.projetolatinoamerica.com.br/patrimonios-da-humanidade-argentina/>. Acesso em: 1º abr. 2018.

SOUZA, A. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 4, n. 4, p. 29-39, 2012.

SUB-SECRETARIA DE DESARROLLO REGIONAL Y ADMINISTRATIVO – (SUBDERE). *Regiones, Provincias Y Comunas de Chile*. [S.d.]. Disponível em: <http://www.subdere.cl/documentacion/regiones-provincias-y-comunas-de-chile>. Acesso em: 20 mar. 2018.

TARTAGAL (Cidade). *Historia de nuestra ciudad*. [S.d.]. Disponível em: <http://www.tartagal.gov.ar/about-city/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

TEMPO AMERÍNDIO. *O grande Chaco*. Jan. 2013. Disponível em: <https://ancientamerindia.wordpress.com/2013/01/13/o-grande-chaco/>. Acesso em: 1º abr. 2018.

TOPMÍDIA NEWS. Campo Grande, MS, 22 dez. 2017. Disponível em: <http://www.topmidianews.com.br/politica/presidentes-de-4-paises->

assinam-pacto-para-apressar-Rota-bioceanica/81930/. Acesso em: 14 mar. 2018.

VIAGENS, SABORES, ETC. *Onde comer Centolla em Santiago no Chile?* Jan. 2016. Disponível em:

<http://viagenssaboresetc.blogspot.com.br/2016/12/onde-comer-centolla-em-santiago-no-chile.html>. Acesso em: 2 abr. 2018.

VIEGAS, A. Rota de integração deve potencializar turismo entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. *G1 MS*, 9 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/rila/noticia/Rota-de-integracao-deve-potencializar-turismo-entre-brasil-paraguai-argentina-e-chile.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2018.

VIEIRA, M. M. F.; VIEIRA, E. F.; KNOPP, G. C. Espaço global: território, cultura e identidade. *Revista Administração em Diálogo – RAD*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-19, 2010.

VILLALOBOS, S. *História de Chile*. Santiago: Editorial Universitaria, 2004.

YÁNEZ CASAL, A. Patrimônio e modernidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS, 4., 29-31 de outubro de 1993, Tondela. *Actas [...]*. Tondela: Câmara Municipal, 1999. p. 57-61.

LA RED UNIVERSITARIA DE LA RUTA DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA (UNIRILA) Y EL CORREDOR BIOCEÁNICO: RELACIONES CULTURALES ENTRE PORTO MURTINHO/BRASIL Y CARMELO PERALTA/PARAGUAY¹

*Hanae Caroline Quintana Shiota
Mariana de Barros Casagrande Akamine
Alessandra Chaia
Érika Santos Silva*

1. INTRODUCCIÓN

El objetivo principal del actual trabajo es presentar las relaciones culturales de los territorios fronterizos e investigar cómo rodea los países vecinos Brasil y Paraguay, puesto que ambos forman parte de las acciones de la Red Universitaria de Integración Latinoamericana (UniRila), con vistas a la implantación del Corredor Bioceánico. Este puede considerarse una palanca para el desarrollo local y la promoción de un gran flujo de personas y de insumos, afectando así la formación y la construcción cultural de las ciudades pertenecientes a los cuatro países por los que pasará: Argentina (AR), Chile (CL), y específicamente Brasil (BR) y Paraguay (PY), siendo las ciudades fronterizas Porto Murtinho (BR) y Carmelo Peralta (PY) los enfoques de esta investigación.

El Corredor Bioceánico puede verse como un espacio físico de paso, mientras que la «ruta» se traduce como un eje de integración humana, social y cultural que va más allá de la idea económica, logística y de transporte que se producirá naturalmente a partir de su implementación.

En este contexto, con la implementación del Corredor Bioceánico prevista de 2022 a 2023, las investigaciones realizadas por la UniRila posibilitan la construcción de un espacio privilegiado de discusión, reflexión y preservación de diversos temas sociales, ambientales, económicos, entre los que destacan la cultura y sus diferentes

¹ Este artigo foi publicado na Revista Interações v. 22, n. 4, out./dez. 2021 - Dossiê II: Desafios da Integração na Rota Bioceânica (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile)

conceptos, así como los medios utilizados para preservar la identidad local y la cultura del pueblo.

Para ello, el actual estudio se vale del método deductivo, con alcance sistémico por medio de la búsqueda bibliográfica y documental, con la intención de profundizar los conocimientos sobre el Corredor Bioceánico, de investigar las prácticas culturales y de identidad brasileñas y paraguayas y, entonces, analizar la fuerte relación que ya existe entre las ciudades fronterizas, así como su mayor acercamiento cultural tras la conclusión de la ruta.

2. EL CORREDOR BIOCEÁNICO: CONTEXTO HISTÓRICO EN LA BÚSQUEDA DE LAS RELACIONES CULTURALES

Hace un poco más de dos décadas, todavía en el gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), junto a los demás gobiernos de países que forman frontera con Brasil, fue lanzada la Iniciativa de la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA), con el objetivo de cooperación estatal e integración del continente sudamericano, para la creación de un corredor que posibilitara la destinación de la producción de dichos países.

El 21 de diciembre de 2015, los gobiernos de Brasil, Argentina, Chile y Paraguay aprobaron la Declaración de Asunción, comprendiendo acciones que posibilitaron la implantación del Corredor Bioceánico conectando la ciudad de Porto Murtinho, en la provincia de Mato Grosso do Sul (MS) a los puertos del norte de Chile.

El Corredor tiene como objetivo conectar el Océano Atlántico al Pacífico, para la destinación de la producción del Puerto de Santos, en la provincia de Sao Paulo (SP), pasando por el territorio de Mato Grosso do Sul, MS, y cruzará el municipio de Campo Grande (MS), hasta la frontera brasileña en la ciudad de Porto Murtinho (MS). Alcanzando, de esta forma, tierras paraguayas en la ciudad de Carmelo Peralta. Ya en territorio internacional cruzará diversas ciudades paraguayas, argentinas y chilenas, hasta los puertos de Antofagasta, Mejillones e Iquique, en Chile.

Con respecto a la nomenclatura de términos utilizados, Campos y Faria (2020) destacan que la Ruta Bioceánica, o Ruta de Integración Latino Americana (RILA), es un corredor vial, el cual hará posible el acortamiento de la distancia para la reducción del tiempo de las exportaciones, bien como de las importaciones brasileñas entre los mercados de Asia, Oceanía y Norteamérica.

El sitio web del Gobierno del Estado de Mato Grosso do Sul (2019) destaca cinco objetivos del corredor bioceánico: la reducción del

tiempo de tránsito y del coste del servicio de transporte, almacenaje e inventario; el estímulo del uso de más de un modal; la generación de un flujo de carga y pasajeros eficiente, en términos de confiabilidad; previsibilidad y seguridad; el estímulo en la formación de sociedades y el desarrollo de proyectos; la integración productiva y la agregación de valor en los países de origen y de destino, bien como en los países de tránsito.

El proyecto en marcha tiene diferentes enfoques, teniendo en cuenta las particularidades de cada región que cruzará. En Brasil, específicamente en el estado de Mato Grosso do Sul, lo más destacado es posibilitar a la agroindustria un nuevo camino de destinación de la producción, así como facilitar la importación de insumos a precios más competitivos, como señala el Gobierno del Estado (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

Cabe mencionar que cada gobierno de los países que forman parte de la Ruta persigue objetivos específicos para sus regiones. El gobierno chileno tiene como objetivo promover el comercio con los países de la región, afirmando al país como una importante plataforma logística. Argentina, por su parte, pretende fortalecer inversiones en infraestructura del orden de los US\$ 15 mil millones, que según el sitio web del Gobierno del Estado de Mato Grosso do Sul (2019), se invertirán a la medida que la ruta cruce las provincias de Salta y Jujuy. Para los paraguayos, el Corredor Bioceánico favorece la infraestructura e integración de la región del «Chaco» con el resto del país.

Asato, Gonçalves y Wilke (2019) subrayan que para Brasil, especialmente en el estado de Mato Grosso do Sul:

El Corredor Bioceánico será una palanca para el desarrollo de la ciudad de Porto Murtinho y de sus alrededores, impulsados por la ubicación estratégica del municipio, que favorecerá el turismo y, en paralelo, por la logística, que, a partir de la construcción de un Puente binacional que conectará la ciudad de Mato Grosso do Sul con Carmelo Peralta, en Paraguay, que se espera esté terminado a mediados de 2022. (ASATO; GONÇALVES; WILKE, 2019, p. 142, traducción libre de los autores).

Para Asato, Gonçalves y Wilke (2019, p. 142, traducción libre de los autores) “[...] los objetivos del Corredor son facilitar el trámite logístico entre los países sudamericanos, y fortalecer el turismo, además de unir a los pueblos del cono sur del continente”.

Los autores aún destacan que las relaciones culturales que implican esta integración van más allá de las preguntas económicas y territoriales, ya que se vuelcan a las relaciones de los ciudadanos de pueblos brasileños y paraguayos y, en este contexto, se relacionan con las cuestiones de identidad, afectividad y al sentimiento de pertenencia.

Estas expresiones brindan un diálogo según Vieira, Vieira y Knopp (2010), con estudios que abordan cuestiones volcadas al territorio cultural y destacan que la sociedad ha sido testigo de diferentes escalas de globalización del mercado, no restringiéndose al espacio económico, sino que también incidiendo en la cultura, sociedad y relaciones políticas.

Para Lima (2013), los temas de memoria e identidad vinculados a la población de diferentes gobiernos municipales, y en particular a la ciudad de Porto Murinho, MS, están relacionados con el fortalecimiento de la autoestima local y el orgullo de su historia, especialmente en lo que corresponde a edificios, testigos de las influencias de la colonización, de las multiculturalidades que sufrieron los territorios fronterizos, bien como los notables ciclos económicos que se dieron en el municipio.

A partir de la visión de Vieira, Vieira y Knopp (2010), y los estudios de Lima (2013) sobre la memoria y la identidad en la frontera Brasil-Paraguay, a través del municipio brasileño de Porto Murinho, es posible afirmar la caracterización de una multiterritorialidad, es decir, múltiples territorios que conviven en un espacio plural en cuanto a cultura, identidad y economía, que se reafirma a través de la construcción del puente Brasil-Paraguay, trayendo profundos reflejos a las comunidades fronterizas.

De tal manera, la comprensión de los conceptos y las relaciones culturales entre Brasil-Paraguay son necesarias, en prominencia de la Ruta de Integración Latinoamericana (RILA).

3. FRONTERAS SIMBÓLICAS: PUERTO CARMELO PERALTA-PY Y PORTO MURTINHO-BR

Dentro de un contexto social y cultural, la noción de frontera se caracteriza como la idea de una Nación, y por lo tanto se desarrollan algunas discusiones sobre sus formas simbólicas. Cuando se piensa en el término “frontera”, rápidamente se imagina una limitación que divide territorio, personas y entornos.

La frontera, entonces, denuncia las tensiones entre dos espacios: el interior y el exterior; el Yo y el Otro. Al mismo tiempo, promueve superposiciones entre sus pares

binarios, lo que resulta en una zona híbrida donde se produce el contacto entre los polos separados, espacios en los que son puestos cara a cara. (SOUZA, 2014, p. 175, traducción libre de los autores).

Souza (2014) compara las fronteras como puentes en los que las poblaciones vecinas desarrollan una “[...] articulación ambulante y ambivalente» en la que ambos comparten un intersticio. La frontera en el plano geográfico es capaz de delimitar el espacio cultural de cada grupo, en cambio no es capaz de impedir que exista, de hecho, una articulación entre las culturas vecinas.

Pesavento (2002) informa sobre las dimensiones simbólicas que limitan la representación de la realidad cultural de cada pueblo, y distingue cómo cada individuo vive su sociedad local, cómo se porta en su grupo y desarrolla su culturalidad.

Todos sabemos que las fronteras, antes de ser hitos físicos o naturales, son sobre todo simbólicas. Son hitos, sí, pero sobre todo, referentes mentales que orientan la percepción de la realidad. En este sentido, son productos de esta capacidad mágica de representar el mundo a través de un paralelo de signos a través del cual los hombres se perciben y se califican a sí mismos, al cuerpo social, al espacio y al propio tiempo. Nos referimos al imaginario, este sistema de representaciones colectivas que da sentido a lo real y que guía los valores y la conducta. De esta manera, las fronteras son, sobre todo, culturales, es decir, son construcciones de sentido, siendo parte del juego social de representaciones que establecen clasificaciones, jerarquías, límites, orientando la mirada y apreciación sobre el mundo. (PESAVENTO, 2002, p. 35, traducción libre de los autores).

La frontera tiene como principal factor de representación de la realidad, y los significados culturales que se establecieron en orden jerárquico, por lo que sus clasificaciones sociales se han orientado hacia la construcción de la identidad. Se le da el nombre de «frontera simbólica» a quienes actúan como mediadores socioculturales entre el Yo y el Otro. Las fronteras son necesarias para distinguir las diferencias culturales, pero sin esa delimitación, la idea sería de un modelo cultural único.

Al pensar en fronteras simbólicas, encontramos una íntima relación con el pensamiento de Anderson Benedict (2008) en su obra *Comunidades imaginadas*, donde reporta la frontera como productora

del sentimiento de pertenencia y a través de la cual uno de los pilares de la identidad se desarrolla. Pues bien, es en la frontera donde el territorio se divide y se unifica imperceptiblemente.

En la concepción moderna, la soberanía del Estado opera de manera integral, definitiva y homogénea sobre cada centímetro cuadrado de un territorio legalmente demarcado. Pero, en la imaginación más antigua, donde las provincias estaban definidas por centros, las fronteras eran porosas e indistintas, y las soberanías imperceptiblemente se desvanecían entre sí. (BENEDICT, 2008, p. 48, traducción libre de los autores).

Pesavento (2002) sostiene que la frontera sirve como puerta de entrada a una cultura diversificada. El sentido de pertenencia desarrollado dentro de la delimitación territorial es lo que genera las conexiones entre pueblos vecinos: entienden que provienen de culturas diferentes, pero al convivir de manera unificada, terminan desarrollando sus propias costumbres, caracterizando un pilar más de su identidad. Así siendo, el umbral de las fronteras simbólicas permite la aceptación y el rechazo simultáneos, que ocurren a todo momento. Como una vía de doble sentido que permite distintas posibilidades de tránsitos, la frontera permite movimientos simultáneos que incluso pueden resultar contradictorios: a veces los sujetos son bienvenidos, a veces son rechazados por los mismos motivos.

[...] incluso en esta dimensión de enfoque fijada por la territorialidad y la geopolítica, el concepto de frontera ya avanza hacia los dominios de esa construcción simbólica de pertenencia al que llamamos identidad y que corresponde a un marco de referencia imaginaria que se define por la diferencia. En esta medida, el concepto de frontera trabaja necesariamente con principios de reconocimiento que involucran analogías, oposiciones y correspondencias de igualdad, en un juego permanente de interpenetraciones y conexiones variadas. (PESAVENTO, 2002, p. 36, traducción libre de los autores).

En la ruta que albergará el Corredor Bioceánico en la provincia de Mato Grosso do Sul, Brasil, un claro ejemplo de frontera simbólica está compuesto por las ciudades de Porto Murtinho-BR y Carmelo Peralta-PY. Estas están divididas por el río Paraguay e interconectadas por carreteras, y es a través de estos medios de intersección que los

residentes se desplazan por razones sociales, económicas y culturales. Las ciudades vecinas y fronterizas dividen los países Brasil y Paraguay: ambas mantienen la herencia cultural de sus países, pero desarrollan su identidad cultural de tal manera que están geográficamente delimitadas, pero unificadas por el sentimiento de pertenencia atribuido a las interacciones e integraciones del convivio diario.

Figura 1 – Frontera Brasil-Paraguay Porto Murtinho-Carmelo Peralta (sin escala)



Fuente: Google (2021).

Este simbolismo se observa en fiestas, comidas y costumbres practicadas en común por la población de las dos ciudades. Una de las costumbres más tradicionales y practicadas en común se vive a orillas del río Paraguay, en los meses de octubre y noviembre, con el festival de pesca denominado “Festival Internacional de Pesca”, cuando cada embarcación porta la bandera de su país como símbolo de distinción entre ellos. Sin embargo, el momento se vive en conjunto sin dar espacio a la exclusión sentimental.

En diciembre se celebra la mayor fiesta de devoción y unión entre los pueblos, la celebración de Nuestra Señora de Caacupé, patrona virgen santa de Paraguay, pero que es celebrada por el pueblo brasileño

debido al sentido de pertenencia desarrollado por los vecinos de Porto Murtinho-BR.

En términos de alimentación, las ciudades también han agregado una herencia cultural de la otra, puesto que el tereré y el coquito también están presentes en la culinaria de los dos países, así como la danza y las músicas paraguayas son comúnmente practicadas por el pueblo brasileño, bien como el Carnaval es celebrado por los paraguayos, y eso sucede de forma armoniosa y relajada en la frontera.

4. LA CULTURA PARAGUAYA

Paraguay es un país donde la tradición indígena se mezcló con los rasgos de las civilizaciones europeas. Se trata, entonces, de una nación culturalmente única, que combina los elementos de la modernidad con las fuertes raíces de los pueblos ancestrales. Tanto es así que cuenta con dos idiomas oficiales: el guaraní, de origen indígena, y el español, legado de sus colonizadores, según lo dispuesto en el Art. 140 de la Constitución de la República del Paraguay (PARAGUAY, 1992).

De esta manera, “[...] el uso de la lengua guaraní, más allá de los grupos pertenecientes al pueblo guaraní, lo cual influyó en la identidad nacional y en el desarrollo de las expresiones artísticas como la poesía, el teatro y la música” (PARAGUAY, 2019a, p. 14).

La Resolución n. 869/2019 de la Secretaría Nacional de Cultura de Paraguay, que aprobó el Plan Nacional de Cultura 2018-2023, establece que:

La cultura se construye en torno a los pilares de la identidad colectiva, la cohesión social y el sentido de proyecto común. Paraguay, desde sus orígenes ancestrales, es multicultural, multilingüe, y también tiene dos lenguas oficiales, de las que el guaraní es de origen indígena. Esta riqueza de los acervos patrimoniales nacionales culturales se comprueba en las diversas y múltiples manifestaciones y actividades culturales y artísticas. (PARAGUAY, 2019b, p. 2).

En este contexto, los idiomas hablados en la sociedad paraguaya revelan las características de su cultura y de su identidad. Atribuirle al guaraní el estatus de lengua oficial es reconocer y valorar a los ancestros indígenas del país, de la misma forma que indica su importancia e influencia en otros aspectos culturales de este pueblo.

En este tercer milenio, lograron llegar a los “más fuertes”, los “más resistentes”, los que mejor se adaptaron a los desafíos naturales y culturales de toda la humanidad. Uno de estos héroes que cruzó con éxito la línea que separa la vida de la muerte, es el idioma guaraní. Por ello, podemos afirmar que el guaraní es una lengua maravillosa, valiente y viva; lo que no quiere decir que es la única. (OLIVEIRA, 2011, p. 21).

Si bien el guaraní es la lengua indígena más hablada, no es la única, ya que “[...] son muchas las lenguas que luchan por seguir existiendo, y muchos los hablantes que piensan, sienten y utilizan estos idiomas para descifrar el mundo” (GAONA, I., 2019, p. 11). Tal aspecto también se reconoce por la Constitución Paraguaya (PARAGUAY, 1992), que en su Art. 140 dispone que “las lenguas indígenas, así como las de otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación”.

Es cierto que “lejos de ser considerada un conjunto homogéneo, resultado de un trayecto lineal, la cultura desarrollada en Paraguay debe ser vista como un complejo de procesos distintos” (ESCOBAR, 2019, p. 19), forma que el rico escenario paraguayo cuenta con diversas vertientes culturales, algunas que reflejan la modernidad, de la misma manera que otras, siguen siendo fieles a las tradiciones de los pueblos ancestrales. En este sentido, y como no podía ser diferente, este estudio no pretende agotar un tema tan sensible y valioso y, respetuosamente, intenta presentar un panorama de esta realidad cultural multifacética.

Como bien salienta el Plan Nacional de Cultura 2018-2023, “En todo el territorio nacional, Paraguay cuenta con un acervo patrimonial cultural diverso, intercultural e importante: culturales y artísticos, históricos, contemporáneos, urbanos, rurales, religiosos, seculares, indígenas, entre otros” (PARAGUAY, 2019b, p. 4).

La gastronomía paraguaya origina del conocimiento gastronómico español con el uso de los productos locales, sin menospreciar “La valiosa contribución y conocimiento de los pueblos guaraníes, en un saber-hacer que fue heredado de generación en generación, y que se inscribe en un hito histórico cultural local, regional y universal” (GODOY, 2020, p. 121).

Tal y como señala la Embajada de la República de Paraguay en Portugal (PARAGUAY, 2017), los principales ingredientes de su culinaria son el maíz, la mandioca y el cacahuete, y los productos más conocidos son “el chipá, la sopa paraguaya *el condói*, *el mbejú*, *del chipá*, y *el kaburé*”.

Quizás el plato más característico del país sea la sopa paraguaya, que en realidad no es una sopa, sino una clase de torta a base de harina de maíz.

La sopa paraguaya es uno de alimentos típicos de la culinaria paraguaya. Es una especie de bizcocho salado elaborado con harina de maíz, queso, cebolla, huevos, aceite y sal. La harina de maíz utilizada se conoce en la región como harina de maíz o avati ku'í (en idioma guaraní), que se obtiene del avatí morotí (maíz blanco), una variedad de maíz muy utilizada en Paraguay, y se encuentra en prácticamente todas los establecimientos agrícolas del país. (KUKIEL; SILVEIRA, 2020, p. 206, traducción libre de los autores).

Otro producto típico es el chipá, una especie de pan salado, hecho “principalmente con almidón de mandioca, harina de maíz, grasa de cerdo, huevo, queso, leche, entre otros ingredientes que se combinan de manera variada teniendo como registro, hasta el año 2000, unas 70 recetas variantes” (GODOY, 2020, p. 122).

No se puede olvidar un manjar paraguayo más, a saber, la yerba mate, el «oro verde», es el legado de los guaraníes, y cumple, más allá de sus propiedades nutricionales, un rol social» (PARAGUAY, 2018). Esta yerba es la base de la bebida tradicional conocida como tereré, además de su uso en otras técnicas culinarias.

La Secretaría Nacional de Cultura de Paraguay (PARAGUAY, 2018) ha establecido algunos circuitos gastronómicos, a saber: el *Ka'a Rape* o *Ruta de la Yerba Mate*, dirigida a los interesados y amantes de la yerba mate, que pasa por las ciudades/distritos de Encarnación, Capitán Miranda, Nueva Alborada, Trinidad, Jesús, Hohenau, Obligado, Bella Vista y Capitán Meza; el *Chipá Rapé*, que se da a lo largo de la Semana Santa y pasa por las tiendas de chipá de las ciudades de Eusebio Ayala y Coronel Bogado; y la Ruta de la Caña Paraguaya, para los amantes de la tradicional bebida local, que se realiza en la ciudad de Piribebuy.

La artesanía paraguaya, de acuerdo con la Resolución n. 270/20 del Instituto Paraguayo de Artesanía (PARAGUAY, 2020), se clasifica en tres categorías: i) artesanía popular tradicional, que consiste en la producción de objetos a partir de materias primas de origen local, cuya técnica es transmitida de generación en generación, que están dotados de valor simbólico y cultural; ii) arte indígena, que se refiere a la producción que transmite valores culturales y de identidad de los pueblos indígenas; y, iii) la artesanía contemporánea, que se refiere a la

re significación de la artesanía popular e indígena mediante el uso de técnicas modernas, con la prevalencia del valor y la identidad cultural local.

Para Bobadilla y Bate (2018), el trabajo artesano involucra procesos técnicos, productivos, económicos y culturales, que utilizan materias primas locales, generalmente provenientes de la naturaleza, que se transmiten de generación en generación. Citan como ejemplos en Paraguay, tejedoras del ñanduti (puntilla), las bordadoras de Ao Poi y las ceramistas de Tobati.

A lo largo del proceso artesanal, se entremezclan elementos técnicos y productivos que permiten al artesano utilizar sus propias manos o valerse de herramientas para la elaboración de los productos, a partir del ingenio o la creatividad, utilizando técnicas que generalmente fueron heredadas dentro del entorno familiar, que se transmiten de generación en generación y son visibles localmente. (BOBADILLA; BATE, 2018, p. 20-1).

El instituto Paraguayo de Artesanía (PARAGUAY, 2019c) presenta el arte indígena que se vale de fibras naturales, madera, semillas, plumas y otros materiales de la naturaleza. Y, junto al lado ñanduti, de Ao poi y de la cerámica, también apunta a la confección de joyas, arte en cuero, hamacas y el sombrero Pirí.

Con relación a la música, señala Saúl Gaona (2019) que los géneros típicamente paraguayos son la polka, el rasguito doble, el valsado y la guarania, todos correspondientes a la «música popular siendo los tres primeros de origen folklórico y el último con paternidad reconocida y certificado de nacimiento: José Asunción Flores, 1925 (GAONA, S., 2019, p. 78).

También forman parte del acervo cultural de Paraguay: el Archivo Nacional de Asunción, fundado en 1541, que alberga documentos que tienen fecha del siglo XVI; la Biblioteca Nacional de Paraguay, fundada en 1887; y los museos Casa de la Independencia, Histórico Nacional General Bernardino Caballero, Nacional de Bellas Artes, Casa Oratorio Cabañas, Dr. Gaspar Rodríguez de Francia y Cabildo de Pilar.

A su vez, el Municipio de Carmelo Peralta, ubicado en el Departamento de Alto Paraguay, tiene una población aproximada de 4.000 habitantes, conformada por latinos, indígenas etnia ayoreo y campesinos brasileños (PARAGUAY, 2021a). Constan en el Sistema Nacional de Información Cultural de Paraguay (PARAGUAY, 2021b),

como festividades típicas de la ciudad, la fiesta patronal en honor a San Pedro, que se celebra el 9 de junio, la fiesta patronal en honor a la Virgen del Carmen, el 16 de julio, y la fiesta en homenaje a Santa Margarita, el 16 de octubre.

5. LA CULTURA BRASILEÑA Y SUS RELACIONES FRONTERIZAS

Los estudios sobre territorios e identidades culturales admiten hoy la integración multicultural, explicada anteriormente a través de la frontera simbólica y, más directamente, en las consideraciones de Vieira, Vieira y Knopp (2010), quienes afirman que “territorios plurales” y “pluralidad de territorios” conectados, resultan de la articulación de multiterritorialidades en un mismo espacio, haciendo múltiples lugares, híbridos o «el sentido global del lugar”. Las identidades y manifestaciones culturales son intercambiables, al igual que el idioma, la economía y los insumos.

La cultura es la máxima expresión de la diversidad entre pueblos y razas, regiones y territorios. En cada rincón del territorio hay una manifestación de la cultura como producto del patrimonio histórico. Cultura local que interactúa con la cultura global a través de los medios globales que tan rápidamente ejercen influencia y crean poder. (VIEIRA; VIEIRA; KNOPP, 2010, p. 17, traducción libre de los autores).

Porto Murтинho es el municipio de Mato Grosso do Sul que forma frontera con Paraguay, delimitada por el río Paraguay, tras la Guerra de la Triple Alianza (1870). A través de la demarcación de fronteras, Tomás Laranjeira solicitó permiso para explorar los cultivos de yerba de la región, consolidando allí la prometedora economía de la yerba mate en la ex provincia de Mato Grosso.

Con la apertura de licitaciones públicas para el arrendamiento de los cultivos de yerba en 1892, surge una sociedad entre la familia Murтинho (Banco Rio y Mato Grosso) y Tomás Laranjeira, consolidando la empresa Cia. Mate Laranjeira y, en el mismo año, la construcción del puerto naval para la exportación de yerba mate a Paraguay, Argentina y a algunos países de Europa, fortaleciendo así la economía y los intercambios culturales entre los inmigrantes atraídos por el desarrollo de la región. A partir de entonces, el pueblo fue elevado a la categoría de villa y el 13 de junio de 1912, denominado municipio de Porto Murтинho (LIMA, 2000).

Tras el descubrimiento del tanino presente en la madera “Quebracho” en 1934, portugueses y alemanes instalaron fábricas para explotar esta materia prima para la fabricación de productos químicos y cueros.

Con el éxito de las dos empresas se produjeron grandes migraciones de brasileños del noreste, oeste de São Paulo y norte de Mato Grosso, provocando un aumento de población, que llamó la atención sobre el comercio, explotado por familias de Oriente Medio, la inmigración estaba sucediendo a nivel nacional. El municipio movía grandes ingresos y la economía estaba latente. Todo esto hizo que Porto Murinho volviera a tener un lugar destacado en el escenario de desarrollo del Estado. (LIMA, 2000, p. 141, traducción libre de los autores).

La relación entre Brasil y Paraguay a través de Porto Murinho se da no solo en las relaciones económicas e intercambios culturales, sino en la gastronomía y la música: chipa, sopa paraguaya, tereré y polka, sino también en la religiosidad, cuya mayor expresión es la devoción a Nuestra Señora de Caacupé, patrona de Paraguay y de Porto Murinho.

[...] la formación poblacional del municipio de Porto Murinho tiene en sus raíces el aporte cultural de las naciones: Kadiwéu, Terena y también los pueblos indígenas paraguayos Ayoréo, además de la contribución de los paraguayos que migraron a la ciudad. Así, todos estos pueblos indígenas y paraguayos están muy presentes en las manifestaciones culturales del pueblo murinhense [...]. (HEYN, 2003, p. 56, traducción libre de los autores).

Porto Murinho tiene, entonces, una relación cultural con Paraguay muy característica, representada por la Fiesta del Toro Candil, una atracción folklórica en Paraguay, adaptada por los vecinos de Porto Murinho. Castilho y Paiva (2013) relatan la leyenda paraguaya que cuenta el cuento del Toro Candil, que cruzó el río Paraguay y se enamoró de la vaquilla Estrella, dando a la luz al toro Bandido, valeroso y fuerte, bendecido por Nuestra Señora de Caacupé.

Así nació la fiesta en Porto Murinho, que es una mezcla de religiosidad y folklore que involucra la Leyenda del Toro Candil. Durante la presentación, los dos toros se desafían a

ver quién es el hijo legítimo del Toro Candil. Los toros, Bandido y Encantado, están representados por el color verde y amarillo, respectivamente. Los colores que también denotan los tonos principales de la Bandera Nacional demuestran los lazos culturales entre Brasil y Paraguay, los cuales están divididos solo por un río. (CASTILHO; PAIVA, 2013, p. 60, traducción libre de los autores).

Desde 2005, la fiesta se lleva a cabo con la participación de adolescentes en el montaje y la puesta en escena. En este contexto, Castilho y Paiva (2013, p. 63, traducción libre de los autores) destacan que “[...] el patrimonio cultural urbano es una construcción simbólica del imaginario popular en la frontera” y, en este caso, existe una interculturalidad entre los territorios. Las actividades turísticas del municipio incluyen fiestas, rutas navales y concursos de pesca en el Pantanal Nabileque (PORTO MURTINHO, 2016).

Heyn (2003) también informa que la población de Carmelo Peralta y otras ciudades de Paraguay impactadas por las crecidas del río Paraguay, alternaron residencia en busca de refugio en Porto Murtinho tras la construcción del dique en la década de 1980, y que esta comunidad se convirtió en parte de la población local formando el barrio Caacupé.

Porto Murtinho tiene ahora casi 17.300 habitantes (IBGE, 2020) y limita con la ciudad de Carmelo Peralta (PY) a través de pequeños transbordadores. La construcción del puente entre estas ciudades permitirá un mayor flujo de carga y personas, profundizando las relaciones culturales entre ellas, además de transformar la multiculturalidad territorial muy dinámica de ese lugar.

6. CONSIDERACIONES FINALES

Las discusiones sobre territorialidad, identidad y fronteras simbólicas traen reflexiones sobre los intercambios culturales a través de una caracterización de la multiculturalidad. Entonces, se entiende que la presencia de múltiples territorios en un espacio culturalmente plural, con identidades únicas y economías específicas, traen profundos consecuencias a las comunidades fronterizas.

Paraguay, con su tradición indígena y mezclas de rasgos de las civilizaciones europeas, se ha convertido en una nación culturalmente singular, especialmente en cuanto a los idiomas que se hablan allí, herencia de sus colonizadores. Porto Murtinho, por su parte, está marcado por los diferentes ciclos económicos de desarrollo que

ocurridos en su territorio, el ciclo de la yerba mate, del tanino y de la cecina. Así, a lo largo de esta investigación se identificó que, a pesar de las peculiaridades de cada territorio, marcados por procesos de colonización específicos, cuando se encuentran al otro lado de la frontera, acaban por constituir una nueva cultura e identidad, muy propia de ese espacio construido. Además, las ciudades tienen rasgos comunes como impactos naturales, acciones económicas y creencias religiosas.

El Corredor Bioceánico, además de profundizar estas interacciones y relaciones, muy probablemente ampliará estos límites y mestizaje. Porto Murtinho, en Brasil, y Carmelo Peralta, en Paraguay, ya son ciudades gemelas y activas entre sí, y a pesar de sus especificidades, tienen una cultura común, una economía rotatoria y una historia compartida. El puente materializa la simbología de la frontera que ya existe en ese territorio, profundizando aún más estos intercambios culturales al eliminar la barrera fronteriza del río.

Es posible, entonces, suponer que, a partir de la consolidación del puente, esta unificación será amplificadora y se convertirá cada vez más multicultural en el territorio, ya que la frontera como elemento simbólico se convierte en productora del sentimiento de pertenencia, y a través de ella se desarrolla en uno de los pilares de la identidad, es decir, es en la frontera donde el territorio se divide y se unifica imperceptiblemente.

REFERENCIAS

ASATO, Thiago Andrade; GONÇALVES, Débora Fittipaldi; WILKE, Erick Pusck. Perspectivas del Corredor Bioceánico para el desarrollo local en el estado de MS: el caso de Porto Murtinho. *Interações*, Campo Grande, v. 20, número especial, p. 141-57, 2019.

BENEDICT, Anderson. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 4. reimp. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOBADILLA, Fabiola Sánchez; BATE, Santiago Galeano. La artesanía y su relación con el turismo. *Revista Científica OMNES de la Universidad de Columbia del Paraguay*, Asunción, v. 1, n. 2, p. 18-27, 2018.

CAMPOS, Luana; FARIA, Alcides. Rota Bioceânica: o que é e seus impactos diretos e indiretos. *Ecoa*, [s.l.], 2020. Disponible en: <https://ecoa.org.br/rota-bioceanica-o-que-ee-seus-impactos-diretos-e-indiretos/>. Acceso el: 25 abr. 2021.

CASTILHO, Maria Augusta; PAIVA, Nivea Maria Mendes. Patrimônio cultural na festa do touro candil em Porto Murtinho, MS. *Multitemas*, Campo Grande, n. 43, p. 53-65, 2013. Disponible en: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/264/309>. Acceso el: 20 jun. 2021.

ESCOBAR, Ticio. La cultura en el Paraguay: los tiempos de lo diverso. *In: SIMPOSIO DE MÚSICA EN PARAGUAY: SITUACIÓN ACTUAL Y PERSPECTIVAS DE FUTURO*, 1., jul. 2019, Asunción. *Anais [...]*. Asunción: Cultura Paraguay, 2019. p. 19-32. Disponible en: <http://www.cultura.gov.py/documentos/la-musica-en-el-paraguay-situacion-actual-y-perspectivas-de-futuro/>. Acceso el: 10 mayo 2021.

GAONA, Ivonne (Coord.). *El pensamiento que fluye en las lenguas indígenas vivas en Paraguay*. Asunción: Ministerio de Educación y Ciencias, 2019. Disponible en: <http://www.cultura.gov.py/documentos/el-pensamiento-que-fluye-en-las-lenguas-indigenas-vivas-en-paraguay/>. Acceso el: 11 mayo 2021.

GAONA, Saúl. La música popular en el Paraguay, desde la colonia hasta el presente. *In: SIMPOSIO DE MÚSICA EN PARAGUAY: SITUACIÓN ACTUAL Y PERSPECTIVAS DE FUTURO*, 1., jul. 2019, Asunción. *Anais [...]*. Asunción: Cultura Paraguay, 2019. p. 73-89. Disponible en: <http://www.cultura.gov.py/documentos/la-musica-en-el-paraguay-situacion-actual-y-perspectivas-de-futuro/>. Acceso el: 10 mayo 2021.

GODOY, Zulma Inés Masi. El chipá y su estampa femenina: memoria, tradición, trabajo y patrimonio. *In: MARCHI, Darlan de Mamman; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; POLONI, Rita Juliana Soares (Org.). Memória & Patrimônio: identidade, emoção e ditaduras*. Pelotas: Editora UFPel, 2020. p. 120-37. v. 2.

GOOGLE. Frontera Brasil-Paraguay Porto Murtinho-Carmelo. *Google Maps*, [s.l.], 2021. Acceso el: 28 jun. 2021.

HEYN, Carlos Alberto. *Desenvolvimento local endógeno: análise de experiência em Porto Murtinho –MS*. 2003. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Gande, MS, 2003. Disponible en: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7949-desenvolvimento-local-endogeno-analise-de-experincia-em-porto-murtinho-ms.pdf>. Acceso el: 20 jun. 2021.

IBGE. Panorama: Porto Murtinho. *IBGE*, [s.l.], 2020. Disponible en: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/porto-murtinho/panorama>. Acceso el: 28 jun. 2021.

KUKIEL, Éder Damião Goes; SILVEIRA, Claudia Vera. A culinária de fronteira como elemento de união entre povos: o caso da sopa paraguaia na fronteira entre Brasil e Paraguai e Brasil e Bolívia. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 201-224, 2020.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. O resgate de Porto Murtinho. *Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e de la Saúde*, Campo Grande, v. 4, n. 3, p. 135-43, 2000. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26040309>. Acceso el: 20 jun. 2021.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. Ciclos econômicos e produção arquitetônica em Porto Murtinho. Campo Grande, MS: Life Editora, 2013.

MATO GROSSO DO SUL. VIII Reunião do Corredor Rodoviário Bioceânico: evento. *Corredor Bioceânico*, [s.l.], 2019. Disponible en: <http://www.corredorbioceanico.ms.gov.br/oevento/>. Acceso el: 25 de abril. 2021.

OLIVEIRA, David Galeano. *El idioma y cultura guaraní en Paraguay*. [S.l.]: Lulu, 2011.

PARAGUAY. Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicación. Municipalidad Carmelo Peralta. *Municipios República del Paraguay*, Capitán Carmelo Peralta, 2021a. Disponible en: <https://www.municipios.gov.py/carmeloperalta/>. Acceso el: 10 mayo 2021.

PARAGUAY. *Sistema Nacional de Información Cultural del Paraguay*, 2021b. Disponible en: <http://sicpy.gov.py/>. Acceso el: 10 mayo 2021.

PARAGUAY. *Resolución n. 270/20*. Registros de artesano. Asunción, 2020. Disponible en: <https://www.artesania.gov.py/index.php/tramites/registros-y-tramites>. Acceso el: 11 mayo 2021.

PARAGUAY. Secretaría Nacional de Cultura. La música en el Paraguay: situación actual y perspectivas de futuro. In: SIMPOSIO DE LA MÚSICA EN EL PARAGUAY, 1., jul. 2019, Asunción. *Anais [...]*. Asunción: Cultura Paraguay, 2019a. Disponible en: <http://www.cultura.gov.py/documentos/la-musica-en-el-paraguay-situacion-actual-y-perspectivas-de-futuro/>. Acceso el: 10 mayo 2021.

PARAGUAY. *Resolución n. 869/2019*. Por el cual se aprueba el Plan Nacional de Cultura 2018-2023 de la Secretaría Nacional de Cultura en

idioma guaraní. Asunción, 2019b. Disponible en:
<http://sicpy.gov.py/generales/?7149#Plan%20Nacional%20de%20Cultura%20en%20Guaran%C3%AD>. Acceso el: 10 mayo 2021.

PARAGUAY. Ministerio de Tecnologías de la Información y Comunicación. Instituto Paraguayo de Artesanía. *Artesanía*, Asunción, 2019c. Disponible en:
<https://www.artesania.gov.py/index.php/tramites/artesania>. Acceso el: 10 mayo 2021.

PARAGUAY. Secretaría Nacional de Turismo. *Ka'a Rape*. Asunción, 2018. Disponible en: <https://visitparaguay.travel/v1/circuito/4-kaa-rape>. Acceso el: 10 mayo 2021.

PARAGUAY. Ministerio de Relaciones Exteriores. Cultura. *Embaixada do Paraguai*, Lisboa, 2017. Disponible en:
<https://embaixadadoparaguai.pt/pt-pt/cultura/#toggle-id-1>. Acceso el: 10 mayo 2021.

PARAGUAY. *Constitución Nacional de la República del Paraguay*. Asunción, 1992. Disponible en: <https://www.bacn.gov.py/constitucion-nacional-de-la-republica-del-paraguay>. Acceso el: 10 mayo 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2002. p. 35-39.

PORTO MURTINHO. Guia de turismo. *Prefeitura de Porto Murtinho*, 2016. Disponible en: <http://www.portomurtinho.ms.gov.br/guia-turismo>. Acceso el: 20 junio 2021.

SOUZA, Mariana Jantsch. Fronteiras simbólicas: espaço de hibridismo cultural, uma leitura de dois irmãos, de Milton Hatoum. *Revista Letrônica, Porto Alegre*, v. 7, n. 1, p. 475-89, 2014.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; VIEIRA, Eurípedes Falcão; KNOPP, Glauco da Costa. Espaço global: território, cultura e identidade. *Revista Administração em Diálogo*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-19, 2010.

UNA REGIÓN POCO CONOCIDA. LA HISTORIA PREHISPÁNICA DE LOS VALLES ORIENTALES DE LA PROVINCIA DE JUJUY.

Gabriela Ortiz

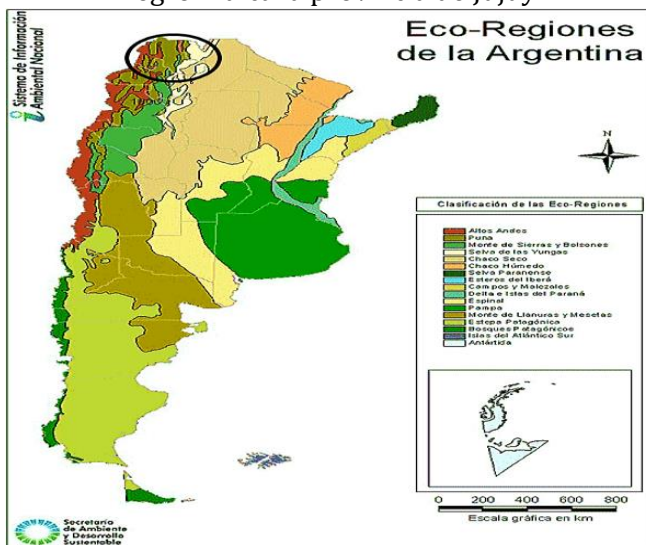
1. INTRODUCCIÓN

La provincia de Jujuy, es conocida a nivel nacional por su enorme riqueza cultural. En ella se localizan algunos de los sitios arqueológicos más antiguos del noroeste de Argentina (NOA), que dan cuenta de importantes procesos, como lo fue, por ejemplo, el poblamiento del continente americano.

El territorio jujeño se caracteriza por presentar tres grandes ecoregiones; la Puna y Altos Andes, dos paisajes con las mayores elevaciones s.n.m.; la ecoregión de Monte de Sierra y Bolsones (Quebrada de Humahuaca); y las Yungas o selvas de montaña, que en Jujuy se presentan intersectadas en algunos sectores por la ecoregión del Chaco Serrano (Brown et al. 2005) (FIGURA 1). A pesar de que más de la mitad del territorio es tropical, la historia de las diferentes poblaciones prehispánicas que lo ocuparon, se asocia generalmente con las regiones altoandinas y los valles mesotermiales. La región al oriente es la menos conocida a pesar de que presenta una larga secuencia de ocupación, que abarca por lo menos, los últimos 2000 años.

La cordillera oriental, que hace de límite geográfico, presenta en sus laderas orientales ambientes que varían según la altura y los vientos húmedos provenientes del noreste. La particularidad de este vasto territorio, está dada por la existencia de diversos pisos ecológicos, que denotan distintos climas con una notable diversidad de especies de plantas y animales, algunas de carácter endémico. Esta región denominada “la vertiente oriental”; se halla surcada por numerosos valles y sus ríos nacen por encima de los 3.000 msnm.

FIGURA 1. Ecoregiones de Argentina, con modificaciones. El círculo negro indica la provincia de Jujuy.



Tomado de <https://campus.untrefvirtual.edu.ar/archivos/repositorio/2250/2281/html/Modulo2/04.html#4>

En Jujuy, gran parte de estos ríos conforman las altas cuencas de los ríos Bermejo y Pilcomayo.

Considerando las particularidades ambientales, geográficas y los procesos culturales acaecidos en cada región, se puede dividir a los valles orientales en dos. Los denominados valles orientales propiamente dichos (que incluye los pisos eco-ambientales de la selva montana, el bosque montano y los pastizales de altura), y el piedemonte, que abarca el extenso valle fluvial del río San Francisco, correspondiente al piso de la selva pedemontana y la formación de bosque chaco serrano en el fondo del valle (600-700 msnm); y el valle de Los Pericos (800 msnm).

2. SOBRE LA OCUPACIÓN PREHISPÁNICA DE LOS VALLES ORIENTALES

Los valles orientales constituyen una de las regiones menos conocidas e investigadas de la provincia de Jujuy. Debido a su escarpada topografía y la existencia de espesos bosques, han sido escasamente trabajados, permaneciendo incluso, amplias regiones totalmente inexploradas. Sin embargo, los exiguos datos recobrados en las últimas décadas, permiten entrever procesos tanto macro regionales y endémicos, como otros impulsados, posiblemente, por el interés del estado Inca durante su avance e instalación en el NOA. Estos valles

evidencian largos procesos de ocupación que se remontan por lo menos, a los primeros siglos de la Era Común, y con una mayor visibilidad, a partir del período de los Desarrollos Regionales (1000-1480 EC) e Inca (1480-1560 EC) (FIGURA 2).

Aunque existen algunos datos para el momento más temprano, denominado período Formativo (650-900 EC), la información con la que se cuenta para la mayoría de ellos es escueta, e incluso se desconoce en la mayor parte de los casos, su cronología. Las interpretaciones están formuladas en función de la escasa materialidad recuperada (generalmente restos cerámicos, el patrón de asentamiento y la arquitectura).

FIGURA 2. Mapa con la indicación de diferentes sitios arqueológicos de la región del oriente de Jujuy. La línea roja corresponde a la ruta del corredor bioceánico



Los datos aumentan sustancialmente para el momento correspondiente al denominado período de los Desarrollos Regionales e Inca. En esta época se han registrado hasta el presente 28 sitios arqueológicos emplazados en diferentes localidades y valles transversales de norte a sur. El sector sur de los valles orientales jujeños con ocupaciones que indican una incidencia creciente de las poblaciones de la quebrada de Humahuaca a partir del siglo XI (Garay de Fumagalli 1997).

Este fenómeno ha sido explicado como el resultado de un aumento demográfico y de complejización social de las poblaciones ubicadas en la Quebrada de Humahuaca. Algunos nucleamientos sociales de mayor envergadura de esa región, parecen mostrar algún grado de centralización política y diferenciación social, así como un

aumento del conflicto interpersonal (Nielsen 1996). Esta pugna podría haberse iniciado por el considerable crecimiento demográfico, y la puja por el dominio de nuevos sectores agrícolas para explotar y/o controlar el acceso de los recursos provenientes de los valles. También se ha postulado que los pueblos de la Quebrada de Humahuaca, habrían ejercido dominio político sobre los valles localizados al Este en el período Tardío (Rafino 1993; Nielsen 1989; Garay de Fumagalli 2018). La característica dominante en estos sitios es la presencia de estilos cerámicos pintados en color Negro sobre Rojo oriundos de la región de la Quebrada de Humahuaca al Oeste, conjuntamente con cerámicas de estilo Angosto Chico inciso y otras ordinarias/domésticas de manufactura local. Pueden estar emplazados en accesos que controlan el ingreso a la Quebrada de Humahuaca o en diversos pisos altitudinales, posiblemente vinculados con la explotación de recursos de diferente clase. En general no suelen presentar estructuras defensivas, los recintos son construidos de piedra y muestran diferencias en la arquitectura.

Finalmente, alrededor del siglo XVI, aparecen sitios que están relacionados con la expansión incaica. En lo que respecta al territorio oriental, la ocupación Inca sólo fue considerada en el NOA a partir de los trabajos realizados en la década de los años 1980. Estos sitios, dadas sus características estructurales y materiales parecen haber tenido por finalidad el control de la movilidad a escala regional y el acceso de determinados recursos (Raffino 1993, Nielsen, 1989; Garay de Fumagalli 1993, 2018). El dominio del Estado sobre los grupos del territorio oriental habría estado mediatizado por los caciques de la quebrada de Humahuaca. Son clasificados de acuerdo a la posible función cumplida en: sitios ceremoniales de altura, sitios de extracción minera; centros administrativos; fortalezas o guarniciones de control; red vial y sitios residenciales para la extracción de recursos, sin ser excluyentes entre sí.

3. EL PIEDEMONTES Y LOS PROCESOS POBLACIONALES PREHISPÁNICOS

Corresponde al piso ocupado por la selva pedemontana con una altitud promedio de 650 msnm. Domina este paisaje un amplio valle fluvial de 25 a 30 km de ancho, denominado valle del río San Francisco, con la continuación hacia el sur en el valle los Pericos (FIGURA 3).

FIGURA 3. Vista del valle del valle de San Francisco con el río Lavayén al fondo agriculturización muy intenso desde fines del Siglo XIX, a través de la implantación de cultivos de caña de azúcar



El avance de la frontera agrícola, ha resultado en un considerable impacto sobre los sitios arqueológicos, sumado al hecho de que la ausencia de estructuras imperecederas hace muy difícil encontrar los antiguos lugares de emplazamiento. Presenta dos ecotonos ambientales, la formación de Chaco Serrano en el fondo de valle y a medida que se asciende por las laderas de las sierras subandinas, la vegetación corresponde a la formación de selva de montaña o Yungas.

FIGURA 4. Plantaciones de caña de azúcar. Ingenio La Esperanza, San Pedro de Jujuy.



La región presenta evidencia de ocupación humana desde aproximadamente la segunda mitad del primer milenio antes de la Era Común con una permanencia ininterrumpida de

por lo menos 1.000 años (Dougherty 1975; Ortiz 2007). Las evidencias arqueológicas indican hasta el momento, que una misma población ocupó no solo este extenso valle intermontano, sino también regiones adyacentes que incluyen al actual Chaco y la provincia de Salta. La escasa información disponible, evidencia una importante cantidad de lugares de asentamiento a escasos kilómetros entre sí. Hasta el momento, de los 41 sitios arqueológicos conocidos localizados en el actual territorio de la provincia de Jujuy en más de un siglo de investigaciones, 39 se encuentran en las márgenes de antiguos o actuales cursos de agua, lo que indica claramente, una marcada orientación fluvial para el asentamiento humano por parte de esas poblaciones. La mayor cantidad de sitios reportados se encuentra en el fondo del valle, sin embargo, existen informes acerca de otros localizados en diferentes pisos altitudinales en el territorio jujeño, algunos afuera de la provincia de Jujuy en el actual territorio salteño, e incluso en el Chaco occidental (Garay de Fumagalli y Cremonte 2002; Soria et al. 2000, Focks 1962).

Los fechados disponibles para algunos de ellos, muestran una contemporaneidad en la ocupación, y una temporalidad extendida que excede los 4 siglos. Esto lleva a suponer, un uso del territorio con límites permeables, o en su defecto, algún tipo de organización política que permitía establecer demarcaciones para la ocupación efectiva entre diferentes localidades, sin superposición de territorios.

Con una cronología más tardía se conoce un sitio de inhumación en la confluencia de los ríos Santa Rita y Arroyo del Medio. El Talar fue asignado al período Tardío y constituye el único sitio reportado hasta la actualidad con una cronología tardía para el valle de San Francisco. Se trata de un cementerio con entierros directos y en urnas, y un rico y variado acompañamiento mortuario que incluye textiles y piezas de metal, entre otros (Mengüín 1952, Ventura 2001) (FIGURA 5). La edad de este cementerio fue asignada por la asociación con otro cementerio fechado en el Departamento de Orán (Provincia de Salta). Se trata del sitio Manuel Elordi, cuyos materiales culturales permiten vincularlo claramente con el sitio de El Talar. El fechado realizado en Manuel Elordi sobre material óseo, dio una antigüedad de 1030 ± 120 AP (Ventura 1985).

FIGURA 5. Placas de bronce de las tumbas de El Talar.
Tomada de Ventura 1999.



El resto de los sitios conocidos han sido asignados sin excepción a la denominada “Tradición San Francisco” sobre la base de una tecnología cerámica diagnóstica y otras particularidades que indican diversas prácticas idiosincráticas. Todos ellos pertenecientes al período temprano o Formativo (500 EC-500 EC).

En relación al tipo de asentamiento, predomina la instalación sobre lugares planos, próximos a los cursos de agua. El registro de uno de los sitios más trabajado de la región, indica una extensión de aproximadamente 2ha., con una ocupación de casi 4 siglos (Ortiz et al. 2017a). Aún se desconoce la forma y tamaño de las viviendas, pero a juzgar por los datos recuperados en el sitio de Moralito, se presupone que se trató de casas tipo pozo semi-subterráneas excavadas en el sustrato y terminadas con materiales perecederos (Echenique y Kulemeyer 2003). Se estima un tamaño de 10m de diámetro para los recintos habitacionales. Cercanos a estas estructuras, se han registrado hornos semi-subterráneos con chimenea lateral lo cual permite regular la entrada de oxígeno (Ortiz 2003). Aún se desconoce para que eran utilizados, en general se los encuentra vacíos y con una potente capa de carbón y ceniza en el interior. Sobre la base de su registro en diferentes sitios, se supone estaban presentes en todos los lugares de habitación.

En relación a la economía utilizaron una gran variedad de recursos, entre los que se encuentran aquellos domésticos, así como otros silvestres. Los restos de fauna recuperada pertenecen a diferentes clases de mamíferos herbívoros, roedores, peces, aves y moluscos (Ortiz et al. 2017b). Los peces suelen estar presente en aquellos lugares de

asentamiento próximos a los grandes cursos fluviales. Los restos vegetales de los cuales existe evidencia corresponden a maíz, poroto, alguna variedad doméstica de quenopodácea/amarantácea, alguna variedad de *solanum* (papa), cactáceas y posiblemente ají (*Campisum* sp.). Son frecuentes los restos de partes de frutos de plantas silvestres cómo, por ejemplo, algarrobo, chañar y mistol. Todos ellos han sido registrados quemados como parte de restos de descarte o de consumo por parte de estas poblaciones (Dougherty 1975; Alavar 2017).

Debido a las condiciones ambientales, los materiales perecederos no se preservaron, por lo cual muchos de los restos que podrían indicarnos tecnologías, utilización de recursos, prácticas de manufactura, etc., han desaparecido del registro arqueológico. Sin embargo, existen indicadores indirectos que pueden arrojar luz sobre algunos aspectos desconocidos. Por ejemplo, en relación a la vestimenta, las representaciones en cerámica parecen mostrar alguna clase de faldellín corto para las mujeres, y el torso desnudo. También la existencia de tocados, especialmente una especie de vincha amarrada o sostenida por debajo de la barbilla, muy similar a algunos tocados registrados fotográficamente en poblaciones etnográficas del chaco argentino. Las representaciones en la cerámica también indicarían algún tipo de pintura facial y corporal y el uso de bolsas que eran transportadas sobre la espalda y sostenidas en la frente, muy similar nuevamente, a la usanza de las poblaciones del Chaco. Se han recuperado numerosos torteros de cerámica (contrapesos del huso de hilar), lo que indica que las prácticas textiles no eran desconocidas.

Aunque no sabemos qué clase de fibra se utilizaba, el hallazgo de hilos de algodón torzado, en el interior de las pipas de cerámica, permiten asegurar que estaban en posesión de este tipo de fibra vegetal, motivo por lo cual podemos suponer que el algodón podría haber sido una de las fibras utilizadas (Lema et al. 2015). El hallazgo de fragmentos de cerámica con improntas de textiles y cestería, indica nuevamente el conocimiento de estas manufacturas. Las improntas registradas muestran la técnica de enlazado en 8, con una notable persistencia hasta el presente en Sudamérica (Ortiz et al. 2020). Esta misma clase de tejidos se utilizan hasta el día de hoy en la región chaqueña para elaborar bolsas que se llevan colgadas de la frente (mujeres) o pequeñas bolsas usadas por los hombres para el transporte de pequeños elementos. Se han encontrado agujas de hueso de diferente tipos y morfologías, algunas de ellas fabricadas a partir de espinas dorsales de peces *silúridos*.

El positivo obtenido de las improntas de los fragmentos, indican textiles muy similares a los realizados con hilo vegetal de caraguatá/chaguar (*Bromelia hieronymi*) (Ortiz 2007). En relación a esta clase de tecnología, hallazgos muy antiguos realizados en otras regiones de Jujuy (cabeceras de quebrada), permite postular la existencia de sociedades con conocimiento y posesión de esta clase de tecnofactura en los valles orientales o el piedemonte. En Inca Cueva 7 (Aguerre et al. 1973) se encontraron restos de bolsas tejidas de este material y reparadas con pelo humano. Es decir que, aunque no contamos con evidencias en las regiones boscosas con fechados equivalentes a aquellos de los sitios de prepuna, los hallazgos efectuados, permiten pensar en la posibilidad de intercambios muy tempranos entre diversas poblaciones asentadas en ambos ambientes.

Este razonamiento puede hacerse extensivo para aquellos restos botánicos con evidencia de manejo o cultivo como es el caso del ají (*Capsicum chacoense* o *C. baccatum*, var. *Baccatum*), encontrado en la cueva de Huachichocana (Quebrada de Humahuaca) en el interior de una cesta tejida fechada en 3087 ± 23 AP (Lema 2017). Se trata de un vegetal macrotérmico que no crece en ambientes fríos o altitudinalmente elevados (por encima de los 2.000msnm). Otros hallazgos arqueológicos documentados en cuevas por encima de los 3.000 msnm (Huachichocana, Inca cueva y Cueva del Hechicero), incluyen: cuero de lagarto colorado (*Tupinambis rufescens*); espátula de hueso de tapir (*Tapirus Terrestris*); capullos de mariposa/polilla nocturna (*Rothschildia Schereiteriana*) como adorno de tocados en contextos funerarios; plumas de loro (*Ara militaris*); palmeras trenzadas; *Lagenaria siceraria* cultivada (mate); garras de gato montés; canastos fabricados de festuja (gramínea de regiones templadas y de montaña de regiones tropicales), caparazón de tortuga (*Chelonoidis chilensis*); bivalvos de agua dulce (*Anodontites*); entre otros (Fernandez Distel 1980; Aschero 1984; Aschero y Yacobaccio 1998-1999; Lema 2017; Yacobaccio 2017).

Aunque algunas de esas especies presentan un amplio rango de distribución que incluye ambientes de Yungas y bosque chaqueño, otros, por su especificidad, pueden ser adscriptos a regiones particulares y más acotadas. Por ej. *Rothschildia Schereiteriana* se encuentra restringida a ambientes chaqueños, al igual que las tortugas o el lagarto colorado. Todas estas especies habitan actualmente en el valle del río San Francisco.

La cerámica de estas poblaciones es considerada una de las más tempranas del NOA. Presenta una gran diversidad estilística y un

avanzado grado de conocimiento tecnológico. Los grupos cerámicos incluyen una cerámica gris pulida e incisa que generalmente se vincula a vasijas de consumo o procesamiento, conjuntamente con otro grupo de tipo doméstico o culinario, formado por vasijas globulares o tinajas destinadas al almacenamiento y la cocción (Dougherty 1975, Ortiz 2007) (FIGURA 6).

FIGURA 6. Vasija cerámica pintada de estilo San Francisco



Otro artefacto muy característico son las pipas de fumar realizadas en cerámica o piedra, siendo mayoritarias las primeras. Se trata de instrumentos vinculados al consumo de sustancias psicoactivas, las que casi con seguridad, debieron estar asociadas con prácticas rituales (FIGURA 7).

El análisis realizado a los contenidos carbonizados del interior, permitió identificar especies como el cebil (*Anadenanthera colubrina*), nicotianas silvestres y una planta llamada *Trichocline* (Lema et al. 2015). El cebil es una leguminosa de amplio uso por parte de diferentes poblaciones localizadas en diversas regiones de la geografía andina y extrandina, con un uso muy antiguo de acuerdo a los fechados obtenidos en el sitio de Huachichocana (Quebrada de Humahuaca) en contextos cazadores-recolectores (Fernández Distel 1980).

Las pipas son principalmente antropomorfas y algunas zoomorfas.

FIGURA 7. Vista frontal de una pipa antropomorfa de cerámica de estilo San Francisco. Colección sitio Moralito, Museo arqueológico Lavalle, Jujuy.



Además, usaron instrumentos de piedra. Encontramos dos tipos de utillajes diferentes; aquellos materiales simples, escasamente trabajados que posiblemente eran usados para múltiples funciones, y otros que incluyen artefactos de piedra pulida con mucha inversión de trabajo; especialmente los que se han denominado hachas, martillos y morteros troncocónicos (Ortiz 2007).

Con respecto al intercambio con otras regiones, se han encontrado bienes exógenos como por ejemplo puntas de proyectil de obsidiana, escasos artefactos de metal (cobre y oro) (Ortiz et al. 2018). Fragmentos de moluscos del Océano Pacífico llegaron al valle de San Francisco como resultado de amplias redes de tráfico interregional (Ortiz y Vargas Rodríguez 2015).

Sobre la base del estudio de colecciones esqueléticas recuperadas en los últimos años, se ha comenzado a avanzar en relación a diversas prácticas vinculadas con relaciones de movilidad poblacional, distancia genética, prácticas idiosincráticas mortuorias y eventos asociados a condiciones de salud, vida y morbilidad. Los estudios sobre restos óseos humanos llevados a cabo hasta el momento hablan de

poblaciones con una dieta mixta y buenas condiciones de salud. Una práctica ampliamente expandida fue la deformación craneana, ya que no hemos registrado hasta el momento ni un solo individuo que no la tuviera (Ortiz et al. 2018). La más común fue la deformación tabular erecta pero también se ha registrado una deformación muy infrecuente para el noroeste de Argentina en momentos tempranos, llamada deformación circular erecta.

En relación a las prácticas mortuorias, estas poblaciones realizaban procedimientos rituales formalizados y específicos apenas ocurrido el deceso e incluso después de las exequias. Los indicadores esqueléticos revelan que se practicaron diferentes acciones en los cuerpos, que, aunque presentan pautas recurrentes, no son iguales en todos los casos. En algunos, se produjo el desollamiento y/o *scalping*, a veces complementado con una acción de evisceramiento. Luego, se habría descarnado el cuerpo, y se depositó el esqueleto aún articulado en la fosa de inhumación. Posteriormente, este habría sido sometido a la acción del fuego por medio de una fogata en la misma fosa de inhumación. En otros casos se retiró solo una parte del cuerpo una vez descarnado; en el caso de los adultos se seleccionan las extremidades inferiores y se procede al desmembramiento. Algunos huesos son fracturados peri mortem y luego enterrados (Ortiz et al. 2017c).

En otros casos se entierran solo unos pocos huesos aislados que pueden tener marcas de corte, evidencia de termo alteración, o no tener ningún tratamiento. Por último, regiones anatómicas específicas fueron separada del cuerpo y depositadas sobre los pisos, en algunos casos sin señales evidentes de intervención y en otros, con evidencia solamente de exposición térmica (¿apertura de tumbas y/o funerales dobles?). En este último caso se trata de restos de sub adultos que se encuentran representados casi exclusivamente por el cráneo con ausencia de otras partes del esqueleto. En general no son enterrados con elementos materiales a la manera de acompañamiento mortuario. Cuando presentan piezas colocadas en las tumbas, se trata de una única vasija, alguna pipa o collares (Ortiz y Nieva 2014). Lejos de la simplicidad, los rituales funerarios implicaban acciones elaboradas y complejas sobre los cuerpos, así como muy probablemente la escenificación de estas acciones durante los rituales mortuorios.

Se han encontrado, además, individuos con evidencias de violencia interpersonal. En dos casos, las lesiones conferidas provocaron la muerte de ambos, una mujer adulta y un juvenil (Ortiz et al. 2012).

Todas estas evidencias permiten discutir formas de organización social, patrones de residencia e intercambio poblacional, estrategias e

instrumentos de reproducción para sociedades que ocuparon la región del piedemonte jujeño hace más de 2000 años. Resta aún responder también, el importante hiatus temporal que media entre estas poblaciones y aquellas con las que se encontraron los primeros conquistadores extranjeros, que excede los 1.000 años. Llama poderosamente la atención que luego de más de un milenio de ocupación continua, con fechas alrededor del 500 de la era, cesa la presencia de registro arqueológico en el sector medio y alto del valle. La evidencia material y biológica apunta a un posible reemplazo poblacional, que merece aún seguir siendo estudiado.

Finalmente, la información con respecto al proceso de configuración histórica de la ocupación de este vasto territorio, proviene de los años próximos a la conquista española y la primera centuria de dominación colonial. El panorama revela complejas relaciones interétnicas entre pueblos indígenas nativos del espacio del Chaco (que no se pueden precisar), con pueblos indígenas de las tierras altas relacionadas al Incario (quechuizados pero sin precisión étnica específica). Los registros más tempranos para el ingreso de los españoles a la región del piedemonte datan de Siglo XVII. Las escasas fuentes documentales indican que existía un número vastísimo de indígenas, destacándose especialmente a las parcialidades de las etnias Toba, Mocoví y Wichí (Jolís, 1789).

La precisión de la cantidad e identidad de los naturales del Chaco se establece en la denominación de “Pampas de Ledesma” (Cruz 2017). El primero que establece esta vinculación entre espacio y territorio en disputa de apropiación con la denominación de “Pampas de Ledesma”, es el vecino jujeño y sacerdote Ortiz de Zárate, quien en conjunto con los jesuitas Diego Ruiz y Juan Antonio Solinas (Bussu, 2003), realizan una campaña de evangelización desde Humahuaca al Chaco (Tommasini, 1990; Vergara, 1966) entre mayo y octubre de 1685. La expedición a la que se alude sale del poblado de Uquía, y luego de subir hasta Zenta llegan a “unas campañas dilatadísimas, aunque llenas de bosques en donde dicen que estaban las pampas y el fuerte del gobernador Martín de Ledesma” (Lozano, 1773: 236), precisando a lo largo del relato, las siguientes identidades indígenas en el espacio: “ojotaes, taños, chiriguano, tobas, mocovíes y mataguayos.

Todos “armados con flechas, dardos y macanas; Dios nos defenderá en causa tan suya”, que se pintaban, y que en “porongos” bebían y convidaban de manera abundante “guarapo” y “chicha” (Lozano, 1773). En relación a la apropiación del territorio, en este relato y en otras fuentes, empieza aparecer junto a la identificación étnica de

tribus indígenas, la connotación familiar, pero a la vez de establecimiento en un territorio, del término “chusma” en “rancherías”, que habilita interpretar por otros datos, la apropiación de un territorio de manera móvil y esporádica, entre las zonas más llanas y el “monte” próximo a los ríos, un patrón de acceso a la tierra que iniciado más o menos en este época, continuara hasta casi fines del período colonial, tal como lo precisa la ingente correspondencia entre mayordomos y hacendados del siglo XVIII (Cruz 2017).

REFERENCIAS

AGUERRE, A.; FERNÁNDEZ DISTEL, A. Y ASCHERO, C.. Hallazgo de un sitio acerámico en la Quebrada de Inca Cueva (provincia de Jujuy). *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, Nueva serie VII: 197-235.1973.

ALAVAR, A.. El registro arqueobotánico en el sitio Pozo de la Chola (2000-1500 AP), valle de San Francisco, Jujuy. *Usos de las plantas, ambiente y procesos tafonómicos*. Tesis de Licenciatura. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNJu. 2017

Arqueología de los valles orientales a las Serranías de Zenta y Santa Victoria, Salta. Tesis de Doctorado. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, 1999

ASCHERO, C.. El sitio ICC-4: Un asentamiento precerámico en la quebrada de Inca Cueva (Jujuy, Argentina). *Estudios Atacameños* 7: 53-60. 1984

ASCHERO, C. y Yacobaccio, H.. 20 años después. Inca Cueva 7 revisitado. *Cuadernos del INAPL* 18: 7-18. 1998-1999

BUSSU, S.. Mártires sin altar. *Padre Juan Antonio Solinas, Don Pedro Ortiz de Zárate y dieciocho cristianos laicos*. Editorial de la Biblioteca de Textos Universitarios, Universidad Católica de Salta. 2003.

BROWN, A.; MARTINEZ ORTIZ, U.; ACERBI, M.; CORCUERA, J. (Eds). *La Situación Ambiental Argentina*, Fundación vida silvestre, Argentina. 2005.

CREMONTE, M.B.. En las márgenes de la frontera incaica de Jujuy: Agua Hedionda en perspectiva. En S. Alconini (ed.), *Entre la vertiente tropical y los valles. Sociedades regionales e interacción prehispánicas en los Andes Centro Sur*: 119-133. La Paz, Bolivia, Plural Editores. 2016.

CREMONTE, M.B.; ZABURLÍN M.A. Y PERALTA, S.. Ordenamiento espacial y arquitectura del sitio incaico de Agua Hedionda. *Cuadernos FHyCS* 29: 23-42. 2006

CRUZ, E.. *Configuración y contexto histórico de las tierras bajas de Jujuy (siglos XV-XX). Informe técnico presentado al proyecto Evaluación del efecto de la exposición a plaguicidas a través del uso de biomarcadores en trabajadores del sector hortícola y del contexto socio-sanitario de Fraile Pintado Jujuy* (código: A/C001/R441-16, Secretaria de Ciencia y Técnica y Estudios Regionales de la Universidad Nacional de Jujuy). Proyecto de Investigación Plurianual del CONICET, Procesos de Urbanización en las Tierras Bajas de Jujuy. Ms. 2017.

CRUZ, P. Monte adentro. Aproximaciones sobre la ocupación prehispánica de la serranía de Calilegua (prov. de Jujuy). *Intersecciones en Antropología* 11: 129-144. 2010.

CRUZ, P. Y JARA, R.. Por encima de las nubes. Caminos, santuarios y arte rupestre en la serranía de Calilegua, Jujuy, Argentina. *Comechingonia* 14:75-96. 2011.

DEFEO C. Y FERNÁNDEZ, A.. Una aproximación al período Tardío en la arqueología de Valle Grande (Jujuy). En A. TERUEL Y O. JEREZ (comp.), *Pasado y presente de un mundo postergado*. Estudios de Antropología, Historia y Arqueología del Chaco y pedemonte andino: 341-361. Jujuy, Universidad Nacional de Jujuy. 1993.

DOUGHERTY. *Nuevos aportes para el conocimiento del Complejo Arqueológico San Francisco (sector septentrional de la región de las selvas occidentales argentinas, subárea del noroeste argentino)*. Tesis Doctoral inédita, Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata. 1975.

DOUGHERTY, B.; DEFEO, C., FERNÁNDEZ A.. El yacimiento arqueológico El Fuerte (depto. de Santa Bárbara, pcia. de Jujuy). Su ubicación en el complejo arqueológico San Francisco. En G. ORTIZ Y B. VENTURA (eds.), *La mitad verde del mundo andino. Investigaciones arqueológicas en la vertiente oriental de los Andes y las tierras bajas de Bolivia y Argentina*: 73-97. Jujuy, CREA, Universidad Nacional de Jujuy. 2003.

DOUGHERTY, B; FERNÁNDEZ, A.M. Y ZAGAGLIA, E.. Arqueología del Río Capillas (Dto. Capital. Prov. de Jujuy). *Revista del Museo de la Plata*, Nueva Serie, Tomo VIII, Antropología 58:197-221. La Plata. 1984.

ECHENIQUE, M. Y J. KULEMEYER. La excavación arqueológica de una "mancha blanca", el sector M43C en el sitio Moralito, departamento San Pedro, provincia de Jujuy, República Argentina. En G. ORTIZ Y B. VENTURA (eds.), *La mitad verde del mundo andino*. Investigaciones arqueológicas en la vertiente oriental de los Andes y las tierras bajas de Bolivia y Argentina: 99-132. Jujuy, CREA, Universidad Nacional de Jujuy. 2003.

FERNÁNDEZ DISTEL, A. *Ubicación temporal a través de nuevos fechados radiocarbónicos del Complejo Cultural San Francisco, Paleoetnológica* 5: 191-204. Centro Argentino de Etnología Argentina. Buenos Aires. 1988-1989.

Noticia sobre el sitio arqueológico de Abra de los Morteros y otros lugares de valor prehistórico en la región de Santa Bárbara (Jujuy, Rep. Argentina). En M. E. ALBECK (ED.), *DE COSTA A SELVA: producción e intercambio entre los pueblos agroalfareros de los Andes Centro-Sur*: 255-300. Tilcara, IIT, FFyL, Universidad de Buenos Aires. 1994

Hallazgo de pipas en complejos precerámicos del borde la Puna jujeña (República Argentina) y el empleo de alucinógenos por parte de las mismas culturas. *Estudios Arqueológicos* 1980, 5: 55-59.

FOCK, N. *Chaco Potery and Chaco History, Past and Presente, Akten des 34 Internationales Amerikanistenka Congreso*. Wien: 477-484. 1962.

GARAY DE FUMAGALLI, M.. Fronteras del olvido. Poblaciones prehispánicas ignoradas del sud-oriente de la Quebrada de Humahuaca, Jujuy, Argentina. *Cuadernos del Duende*. San Salvador de Jujuy. 2018

Del Formativo al Inkaico, los valles orientales de Jujuy en los procesos de interacción macroregionales. En M. B. ORTIZ Y B. VENTURA (eds.), *La mitad verde del mundo andino*: 229-260. San Salvador de Jujuy, EdiUnju. 2003.

Diferenciación cronológica y formal de los yacimientos de la cuenca superior del río Corral de Piedra (Provincia de Jujuy). *Cuadernos de la FHYCS* 9:71-85. Universidad Nacional de Jujuy. San Salvador de Jujuy. 1997.

GARAY DE FUMAGALLI, M. Y B. CREMONTE. Ocupaciones agropastoriles tempranas al sur de la quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina). *Chungara*, 2002, Volumen 34, Nº 1: 35-52

Jolís, J. 1972 [1789] Ensayo sobre la Historia Natural del Gran Chaco, Resistencia, 1972.

KULEMEYER, J., ECHENIQUE, M. Y LAGUNA, L.. La cerámica con decoración incisa y modelada de Bajo La Viña, San Salvador de Jujuy (Argentina). *Cuadernos de la FHyCS* 9: 87-110. 1997

LEMA, V.. Del objeto al contexto: la(s) capa(s) "E" de Huachichocana III. Chungara, *Revista de Antropología chilena*, 49, N°2: 209-226. 2017

LEMA, V.; ANDREONI, D.; CAPPARELLI, A.; ORTIZ, G.; SPANO, R.; QUESADA, M.; ZORZI, F.,. *Protocolos y avances en el estudio de residuos de pipas arqueológicas de Argentina*. Aportes para el entendimiento de metodologías actuales y prácticas pasadas. Estudios Atacameños. Arqueología y Antropología surandinas 51: 77-97. 2015

LUCAS L.; GODOY, M.; RIVERO, D. Y PAREDES, L. Rescate arqueológico en El Sunchal. dpto. El Carmen. *Cuadernos de la FHyCS* 8:65. Suplemento. 1997.

LOZANO, P.S.J. Descripción Corográfica del Gran Chaco Gualamba, Universidad Nacional de Tucumán (Primera edición: 1941). Tucumán. 1989

MADRAZO, G. B.. Misión Arqueológica a Caspalá (Dpto. de Valle Grande, Pcia.de Jujuy). *Etnia* 1:23-2. 1965.

MENGUIN, O. *Traducción de su diario personal, entrada correspondiente al día 22 de Julio de 1952*. Traducción realizada por su hija Sra. Menguín de Schwaz, mecanografiado.1952.

NIELSEN, A.. *La ocupación indígena del territorio Humahuaca oriental, durante los periodos de Desarrollos Regionales e Inka*. Tesis Doctoral inédita, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Córdoba. 1989.

Demografía y cambio social en la quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina) 700-1535 d.C. Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología XXI: 307-354. 1996.

Evolución Social en Quebrada de Humahuaca (AD 700-1536). En E. BERBERIÁN Y A. NIELSEN (eds.), *Historia Argentina Prehispánica* Tomo 1: 171-264. Córdoba, Editorial Brujas. 2001.

Por las rutas del Zenta: evidencias directas de trafico prehispánico entre Humahuaca y las yungas. En M. G. ORTIZ Y B. Ventura (eds.), *La mitad verde del mundo andino*: 261-284. San Salvador de Jujuy, EdiUnju. 2003.

ORTIZ, G., CHAUQUE, G., CHOCOBAR, P.; VACA, L. Y QUISPE, G.. Traces of the absent: Evidence of textile production in the foothill region of Jujuy, Argentina (2000 AP). *Journal of Anthropological Archaeology* (60):1-14. 2020.

ORTIZ G.; PAZ F.; ZENTENO B.; ZÚÑIGA S.; NIEVA.. Estudio de sub-adultos de la cuenca del río San Francisco, provincia de Jujuy, Argentina (0-500 dc). *Revista Argentina de Antropología Biológica*, V.20, N°2: 1-15. Universidad Nacional de La Plata. 2018.

ORTIZ, G., RAMOS, R. S. Y ALAVAR, A.. Fire, rituals and domesticity. Forest resource management in the subAndean region of Jujuy, Argentina (2000 BP): First anthracological evidence. *JOURNAL OF ANTHROPOLOGICAL ARCHAEOLOGY*, 47: 96–108. 2017a.

ORTIZ, G., KILLIAN GALVÁN, V. Y MERCOLLI, P. Nuevas evidencias en el estudio de la economía y dieta en poblaciones tempranas de la cuenca del San Francisco (800 a.c.-500 d.c.). En B. VENTURA, G. ORTIZ Y B. CREMONTE (eds.), *arqueología de la vertiente oriental surandina. interacción macro-regional, materialidades, economía y ritualidad*: 51-78. Buenos Aires. SAA. 2017b.

ORTIZ, G, ZENTENO, B., PAZ, F., ZÚÑIGA, S.. Mortuary Rituals and Perimortem Interventions. Complex Burials at the Pozo De La Chola Site, Foothill Region in Jujuy, Northwestern Argentina (2000-1500 BP). *Global Journal of Human-Social Science: History, Anthropology & Archaeology*, Vol. 17 (2): 9-17. 2017c.

Informe técnico sobre nuevos fechados radiocarbónicos de sitios arqueológicos del Valle de San Francisco, Jujuy, Argentina. Ms. 2017.

ORTIZ, G. Y VARGAS RODRÍGUEZ, N. Más allá del artefacto. Aproximación al ambiente y estrategias de uso de moluscos en la región del Valle de San Francisco, Jujuy (0 al 500 dc). En HAMMOND, H Y ZUBIMENDI, M. A. (EDS.), *Arqueomalacología*. Abordajes metodológicos y casos de estudio en el Cono Sur: 59-78. La Plata, Argentina: Fundación de Historia Natural Félix de Azara. 2015.

ORTIZ, G.. *La evolución del uso del espacio en las tierras bajas jujeñas (subárea del río San Francisco)*. Tesis de Doctorado. Facultad de Filosofía y Humanidades. Universidad Nacional de Córdoba. Inédita. 2007

Estado actual del conocimiento del denominado complejo o tradición cultural San Francisco, a 100 años de su descubrimiento. En M.G. ORTIZ Y B. VENTURA (eds.), *La mitad verde del mundo andino*: 23-71. San Salvador de Jujuy, EdiUnju. 2003.

Revisión de los conocimientos actuales acerca de la arqueología de los departamentos de San Pedro y Santa Bárbara (pcia. de Jujuy). Tesis de Licenciatura. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Jujuy. 1993.

VENTURA, B. Representaciones de camélidos y textiles en sitios arqueológicos tardíos de las selvas occidentales. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* 36:191-202, 1984/1985

PROBLEMATIZAR LA REGIÓN LITERARIA DEL NOA. LAS ORALITURAS COMO CARTOGRAFÍA CRÍTICA EN JUJUY

Alejandra Nallim

1. PROBLEMATIZAR HOY LA LITERATURA REGIONAL

Elegir este problema como objeto de investigación nos conduce innegablemente a deconstruir su categoría intelectual y sus taxonomías provistas por los derroteros críticos que privilegian desde sus inicios, el dominio de una cronotopía: el lugar como espacio de enunciación y tópico del enunciado, y una temporalidad que privilegió la linealidad diacrónica, para apostar en cambio, a los procesos polisistémicos étnicos, lingüísticos, socio-culturales de la región, como constructo de una comunidad literaria.

Los debates académicos aspiran desprenderse de las representaciones coaguladas de las regiones literarias que cristalizan su naturaleza conservadora, reconocida en la simpleza y afectividad de su sintaxis, en la morosidad discursiva, en la musicalidad de sus tonadas, en la diversidad lingüística o predominio de la oralidad como discursividad subalterna. También deconstruyen su estructura insular - al estilo de comarca o arcadia- que funda genealogías y revela coaliciones hegemónicas entre patrones raciales, discursivos y geoculturales legitimados por el patrimonio terrateniente, político, eclesiástico, y respaldados por las firmas fundacionales de la literatura. Hasta aquí el polémico correlato autor-provincialismo-localismo y comunidad lectora, que conforma una región literaria determinada y que, según Barcia (2004), tiene alas cortas, sólo alcanza para vuelos de cabotaje por las regulaciones del canon y el mercado, dada su escasa distribución y visibilidad en los centros metropolitanos.

La segmentación regional reproduce el diseño centro-periferia, y periferia de las periferias a sus zonas satelitales o localidades del interior (con escasas o inexistentes librerías, universidades, teatros, cines, oferta cultural periódica, suplementos culturales locales, revistas críticas especializadas, investigaciones literarias, mediadores institucionales y gestores culturales que promuevan y sostengan proyectos de activismo cultural) frente a las capitales poseedoras de todo el caudal de capital simbólico. De este modo, en el campo literario regional quedan al descubierto, los modos de representación discursiva que dominan, filian, tensan o emergen las variantes de un abanico

estético donde conviven modelos residuales, dominantes y emergentes que desestabilizan la malla semiótica llamada “nacional”.

Sabemos que la ‘literatura regional’ es un constructo intelectual que tiene sus orígenes en la complejidad geopolítica e histórica que remite a la fundación esencialista de Nación, cuyo diseño territorial debía responder a prácticas de homogeneización identitaria; sin embargo, son las propias regiones las que desbaratan los sostenes de la Modernidad liberal y problematizan desde el Centenario, la cartografía cultural y literaria de la Argentina.

Nuestra propuesta radica en pensar si los ‘delitos’¹ estereotipados de las literaturas regionales inauguran, otro modo de concebirlas, como ‘literaturas de la Argentina’, y si estas escrituras, más que infractoras -por no responder a las rupturas experimentales del lenguaje-se constituyen en transgresoras a las filiaciones estéticas de predominio eurocéntrico; y en particular, si su riqueza radica precisamente en las fronteras que ligaron la hechura ficcional del NOA con sus tejidos andinos como también a los deudos rioplatenses/occidentales. Es decir, más que acusarlas por la ‘falta’ habría que catalogarlas como ‘textualidades de contravención’, culpables por desobedientes a la norma de un sistema literario argentino hegemónico y unívoco, culpables en realidad, por la potencia diversa de su literatura transculturadora, frente a la homogeneización centralista.

Desde este discurrir ubicaremos también otros modos de pensar la crítica para estas escrituras bastardas, como respuestas alternativas a la plataforma analítica de las literaturas de las provincias, del interior o locales de la Argentina².

¹ Nos referimos a la concepción sobre Región literaria de Gloria Rivero (1984:21), que parece ser ‘culpable’ al cumplir los siguientes pecados: Se la acusa en ser legado del folklorismo; de fundar el culto del linaje, sobre todo en el noroeste donde se mitifica a héroes y gauchos como cultores de la identidad. Es una literatura de ‘tarjeta postal’ que sacraliza el paisaje, de carga sentimentalista y determinista del fracaso, por eso domina el discurso de la queja, la nostalgia, el llanto, la denuncia, la autodenigración, y cultiva, además, el cebo del costumbrismo como radiografía social tipificada. Todas estas ‘faltas’ cometidas ubican a la literatura regional en el banquillo de los acusados y de este modo la siguen ‘demonizando’.

² Al respecto, Hernán Sosa señala: “Definir estas modelizaciones y utillajes de manera crítica es importante, además, para despojar de la mayor cantidad posible de ambigüedades la construcción de una región literaria. De ese modo, gracias a la cautela de la vigilancia epistemológica, podremos interpretar, con mayor asidero, la particular capacidad de complejizar, de innovar en matices y develar contradicciones, que cada

2. LA REGIÓN LITERARIA: POSTURAS CRÍTICAS

Frente a una periodización literaria binaria³, nos posicionamos en el paradigma de la complejidad, para repensar las categorías de tiempo y espacio, como unidades constitutivas de la región y apelar, en cambio, a una red interdisciplinaria que dialogue con la crítica literaria⁴.

¿Qué es la región desde estas variantes? Es un dispositivo analítico que va más allá de las coordenadas territoriales y jurisdiccionales, “es un espacio de percepción y aprehensión del mundo en el cual se habita (captación y aceptación subjetiva de un contenido de conciencia) (Heredia, 1994: 25-26)” siguiendo una dinámica temporal para que las prácticas sociales se internalicen/regionalicen y proyecten sus historias cotidianas. En consecuencia, lo contextual y lo subjetivo dialogan en búsqueda de una identidad que, sin pretensión de esencialismos, apunte a la universalidad humana.

José Andrés Rivas (2008) precisa las falacias reduccionistas del Regionalismo que fue consolidándose desde una plataforma crítica centralista que postergó como marginal estas discursividades. Otros aportes críticos de investigadores del NOA y de otras regiones del país problematizan las regiones desde identidades/alteridades investidas en la corporeidad y en la memoria de los sujetos culturales; también la conceptualizan como propuesta geocultural de ligazón andina o proyecto decolonial para diagramar cartografías situadas y

región literaria permite, al habilitar el diálogo con otras regiones y al debatir con la omnipresente regulación de nuestra literatura nacional. Hernán Sosa (2011, 84)

³ Creo que hay que abandonar una serie de ideas ridículas y perimidas: la dicotomía campo ciudad. La antigua tesis que sostenía que Buenos Aires es la ciudad y que las provincias implican el campo es una hipótesis obsoleta y reduccionista. En el llamado "interior" (esta denominación es una simplificación desmesurada. No creo que exista una esencia o una entelequia llamada "interior") hay ciudades diversas y cosmovisiones heteróclitas. Y, si bien las ciudades provinciales poseen rasgos comunes, también tienen diferencias notorias. O sea, la idea misma de "interior" es simplificadora. La literatura no es una mimesis de la geografía política... Y cierta crítica académica se ha ocupado de instalar y de propalar una idea falsa sobre "la literatura del interior"... ¿los escritores que viven en los márgenes de la Argentina están en mejores condiciones para asimilar o procesar la tradición cultural de la Argentina y del mundo? Fabián Sberón: "El escritor argentino y la tradición". LA GACETA, Tucumán, 20 de enero 2012. <https://www.lagaceta.com.ar> › nota › la-gaceta-literaria

⁴ Con la filosofía política, la sociología de la cultura, la semiótica, los estudios socio-discursivos y socio-semióticos, la antropogesis hermenéutica, la sociocrítica, las corrientes contemporáneas de la Historia como la historia social y la micro-historia, el periodismo cultural, estudios comparados, la antropología del arte, las líneas críticas de la dramaturgia contemporánea, el arte en red, entre otras posturas.

epistemologías sentipensantes, opera como constructo semiótico o hipótesis investigativa; pero siempre como categoría móvil, heterodoxa, fronteriza, que nos interpela a resemantizar y desambiguarla.

a- Cartografía genealógica del desvío

En esta oportunidad, apelamos a la postura genealógica porque nos permite analizar desde el presente, las emergencias discursivas anteriores, sus discontinuidades y las diferencias que las implicancias históricas, han trasladado, recontextualizado o articulado. Éstas nos posibilitan deconstruir representaciones originarias heterogéneas como retazos culturales y hebras estéticas que, sin un mestizaje amorfo, ni conservación de su herencia como legado inalterable, hacen visibles las marcas diversas, la vulnerabilidad, los desórdenes y la fragmentación de la unidad y, en consecuencia, desplazan el concepto de totalidad.

El trazado de una genealogía literaria asume los pliegues y repliegues que delinean los sujetos atravesados por la historia y por la urdimbre del poder, cuyas políticas de la violencia se enrostran en los programas sistémicos de la colonialidad del poder (Quijano, 2002), desde los dominios imperialistas de la colonia, las dictaduras militares y sus reinscripciones en las dictaduras de la globalización.

Esta diagramación de siluetas nos conduce a dialogar con la postura foucaultiana: *la genealogía es una cartografía*. La cartografía es el estudio del diagrama, del devenir de fuerzas propias del poder que se debaten en una complejidad espacio-temporal, y, por lo tanto, el poder es cartográfico.

Si replanteamos la concepción de mapa en tanto operación intelectual, relacional, simbólica e ideológica para el abordaje epistémico, las matrices también movilizarán sus estatutos convencionales, así la cartografía va más allá de la geografía física-política de una cuadrícula y la genealogía excede la herencia inmutable y legado canónico para apelar a su origen nietzscheano, a los desvíos, a los intersticios, a los bordes, a un espacio de redes móviles de poder, en donde tensionan las fuerzas sociales. Estas categorías a su vez, se ponen en contacto con otras corrientes críticas como las *semióticas culturales*⁵, *liminales o fronterizas*⁶, *rizomáticas*⁷, que entraman con las *genealógicas*⁸

⁵ Desplazamos el concepto de totalidad sistémica para revelar sus irregularidades o fisuras como también destaca Lotman en las *semiosferas*. Precisamente son los cortes de estas sistematizaciones discontinuas, los que posibilitan a los sujetos romper con la linealidad temporal.

⁶ Las topografías subjetivas también permiten vincular el espacio como 'lugar practicado', 'temporalizado'; también como terreno polivalente y conflictivo (De

un andamio ecléctico que permita abordar desde el presente, las procedencias y emergencias discursivas, sumadas a la interdiscursividad bajtiniana, las series literarias de Tinianov, las formaciones culturales de Williams, el campo cultural/literario de Bourdieu, los polisistemas de Even Zohar, entre otras, que aspiran dialogar la dinámica de la diversidad literaria socio-cultural. Desde estas posturas podemos visibilizar no sólo las tradiciones de los ‘marginales’ sino también los modos de leer el escenario literario en Jujuy y el NOA, en tanto red fronteriza y polisistémica con Latinoamérica y el mundo. En consecuencia, adherimos al estudio de la complejidad cartográfica donde se entran las tradiciones, las exclusiones, las zonas ‘vacías’, los préstamos, los ex/in-xilios, los centros de las periferias, las *lugarizaciones* (Palermo,2012) orales, letradas y virtuales.

b- Cartografías decoloniales situadas - Si refuncionalizamos el mapa como herramienta cognoscitiva e instrumental, podremos constituirlo como aparato metodológico para construir conocimiento desde espacios discursivizados conflictivos e inexplorados como las literaturas fronterizas y generar espacios de construcción de memoria local.

Estas cartografías pueden ser interpretadas por las posturas latinoamericanas *decoloniales situadas* para discutir la crisis epistemológica de categorías nodales como literatura regional /de frontera /de las provincias /de zonas/ territorialidades/‘poéticas de lugarización’, entre otras, que conducen innegablemente a sus replanteos, a partir de las teorías literarias emergentes continentales y propias⁹.

Certeau) que conecta, divide, transforma, transgrede y se descentra al desplazarse por sus fronteras, diseñando así *cartografías liminales*.

⁷ A estas siluetas simbólicas las ligamos con la fuga desterritorializante que propone la categoría de rizoma (Deleuze y Guattari) que, frente al modelo arbóreo vertical, postula la raíz como base hegemónica del conocimiento desde nacimientos dislocados y caóticos. Los libros hacen un mapa descentrado de la realidad con múltiples entradas y salidas, para inaugurar espacios conectables, desmontables, modificables o con líneas de fuga. Por ello podríamos hablar de una genealogía del desvío o una antigenealogía.

⁸ Las cartografías genealógicas posibilitan deconstruir representaciones originarias heterogéneas, retazos culturales y hebras estéticas que no conservan su herencia como legado inalterable, al contrario, hacen visibles las marcas diversas, la vulnerabilidad, los desórdenes y la fragmentación de la unidad.

⁹ En los Seminarios del sub-proyecto del Prohum sobre la literatura del Noa (organizado desde la UNJu e integrado también por la UNSa y la UNT) que se desarrollaron en forma rotativa durante el trienio 2010-2012 en las provincias de Jujuy, Tucumán y Salta, reconocidos estudiosos de la literatura regional actualizaron el debate sobre la entidad de la literatura regional en la Argentina, numerosas tesis desfilaron en estos encuentros,

Relocalizar el sistema literario argentino, ponderar el horizonte interpretativo desde el conocimiento situado, y poner en diálogo la complejidad de la Literatura ¿nacional, regional, local?¹⁰ serán los ejes conductores hacia la existencia y pertenencia plural de las Literaturas de la Argentina.

Ahora bien, no lograremos rediseñar el objeto de la ‘Las literaturas de la Argentina’ sólo agregándole el plural, sería otro artificio taxonómico, este giro de paradigma debe materializarse en la construcción de otros modos de organizarla, historizarla y leerla desde teorías críticas propias, latinoamericanas, para “meternos en genealogías específicas, a nuestros archivos locales” (Sara, Castro-Klarén, 1997: p. 232)

Arturo Escobar sostiene que:

Las Epistemologías del Sur es probablemente el marco más estimulante y operativo para la transformación social que haya surgido durante las últimas décadas en la intersección entre el Norte y el Sur global, propuesto por Boaventura de Sousa Santos como una vía para reconocer la diversidad de formas de entender el mundo...se trata de una propuesta que construye puentes entre el *ya no* y el *aún no* de la Teoría Crítica y posiblemente del pensamiento mismo...(d)el pensamiento con la vida y la diversidad de saberes y experiencias que ya no logran leerse desde el saber eurocéntrico en modo académico... son saberes y experiencias populares...saberes múltiples o *epistemes* que se refieren a mundos u ontologías múltiples... situándola en diálogo con

de las cuales destacamos: la “escena literaria” que procura -según Raquel Guzmán (UNSa)- romper con las atomizaciones de la crítica literaria en el NOA y ‘dar cuenta de los vínculos que engarzan el complejo sistema de relaciones que la literatura traza con la sociedad y la cultura’ (2011); la “lugarización” de Zulma Palermo (2012) como intento de mudar la categoría de ‘región’ y ‘desterritorialización’, es decir “dar valor a lo local no en el sentido de los regionalismos tradicionalistas persecutores de una esencia originaria de las identidades, ni de una correspondencia irreductible entre espacios “interiores” de otro mayor, el estado nacional, sino de la reconfiguración de los procesos por los cuales, en la cultura local, las subjetividades se han construido a través de narrativas dependientes de procesos de colonialidad específicos”; una literatura argentina situada desde la teoría de la complejidad sostenida por María Ester Gorleri (UNaF) o Pablo Heredia (UNC), que repiensa su tesis sobre la regionalización de la literatura argentina, al incluir los textos regionales como constitutivos de las argentinas.

¹⁰ A fin de resquebrajar posiciones absolutas, en definitiva, a deconstruir el poder global y los neocolonialismos del conocimiento, e iniciar una epistemología fronteriza, con otros dispositivos como soporte crítico genuino de y para la Argentina.

ciertas tendencias contemporáneas de la Teoría Crítica, que comparten su orientación ético-política, una «ontología política y relacional»

Posicionados ya sea desde el 'pluriverso'¹¹ de las epistemologías del sur las heterogeneidades, totalidades contradictorias y las migrancias de Cornejo Polar, la geocultura kuscheana, las experiencias de reciprocidad antropológica de Churata, las epistemologías de la frontera (Mignolo, Palermo), las semióticas de la frontera/umbrales (Grimsson, Camblong), las cartografías liminales, las desterritorializaciones, migraciones y nomadismos, el 'entre-lugar' como pensamiento de riesgo de Silviano Santiago¹², de la 'frontera' de Abril Trigo, como propuestas superadoras de los transnacionalismos, a partir de una nueva episteme frente al logocentrismo: 'el sentipensar', donde conviva lo colectivo, lo humano y no humano¹³ y donde quepan muchos mundos.

Desmontados estos resortes constitutivos de la literatura regional (cronotopía, regionalismos y estéticas telúricas) pretendemos provocar el giro de sus producciones mediante el cruce de las voces de la 'otredad' como escrituras, oralidades y experiencias gestoras de una nueva genealogía de la cultura y otro mapa literario argentino.

3. CARTOGRAFÍAS DEL NORTE LITERARIO

Para Octavio Corvalán estudiar la *Literatura del NOA* tiene sus complicaciones por sus fronteras, alcances y temáticas, porque excede

¹¹ Arturo Escobar retoma el concepto de pluriverso del movimiento zapatista el cual afirma que « hay que crear un mundo en donde quepan muchos mundos ».

¹² El entre-lugar debe ser leído desde las teorías postcoloniales y tomando el debido cuidado para que éste no se confunda con las formas identitarias del nacionalismo. El entre está allí justamente como el mejor antídoto ante ese nacionalismo estrecho, que da la espalda a lo extranjero, sobre todo en cultura, en arte, en educación o en la formación de los jóvenes; y que obviamente tiene la actitud de un contra que no desconoce el hecho de que todos estamos, en primer lugar, en un continente y en un mundo. Esa sería una primera actitud. La otra actitud, de la que ya hablé y que es un poco caricaturesca, es aquella que asimila el entre lugar a todo y a cualquier cosa. Es una lectura equivocada. Esas distinciones son hechas de manera muy nítida en la misma teorización del cosmopolitismo, no a partir de un cosmopolitismo de cuño romano, sino de un cosmopolitismo que es pensado a partir de los movimientos diaspóricos. Y allí tenemos varios pensadores de formación marxista, pero no marxista en un sentido eurocéntrico, cuyo mejor ejemplo es el caso del jamaicano Stuart Hall.

¹³ Naturaleza, seres sobrenaturales, el más allá, esas otras entidades presentes y poderosas que han sido suprimidas por el modelo moderno.

territorios¹⁴, no es fiel a las temáticas de esa zona, es una producción de contrapunto y fuga, es decir nuestras cartografías son excéntricas, mapas del desvío que posibilitan descolocar y desobedecer los cánones y la historia literaria argentina, otorgados por su riqueza heterogénea, que fisuran las tradiciones monolíticas, fracturan los sostenes de nuestro sistema literario metropolitano con sus fronteras subversivas y erradican los esencialismos desde el dominio del lenguaje, en diálogo con los discursos del mundo.

Las rutas de estos mapas implican el diseño de un itinerario para realizar un recorrido, breve o extenso, planificado en torno a un autor, un grupo de experiencias colectivas, una corriente estilística, obras de creación literaria de cualquier género –narrativa, poesía, drama, teatro, textos históricos, diarios, memorias, biografías, etc. (Agustín y Gimeno, 2013). Estos itinerarios configuran desplazamientos de la literatura con los otros planos de la cultura, un imaginario plural de memorias sociales múltiples donde se cruza como toda una literatura de viaje con tránsitos textuales, semióticos, antropológicos, autobiográficos.

Por lo tanto, el viaje no sólo es geográfico sino multi-espacial y transhistórico y de las memorias colectivas/privadas que configura un pensamiento crítico decolonial. Aquí las controversias binarias entre nación-región- centro-periferia son deconstruidas por la impronta de las geografías imaginarias y los estudios de las fronteras.

En consecuencia, estamos ante otros formatos posibles para hacer nuestro mapa de las literaturas de la Argentina como cartografías insurrectas- mapas que visibilicen las zonas ocultas, los desvíos, las poéticas disidentes, subversivas, excéntricas, los *outsider* de la tradición, aquellos ubicados en la periferia de los estatutos conservadores, aislados de los cánones; pero también estéticas marginales, subalternas, dominantes, residuales y emergentes. Necesitamos construir un [Google Maps](#), GPS socio-literario. Ante la historicidad, la cronotopía, ante los viajes en sitios planos, los territorios estriados de la cultura, ante modelos lineales de la literatura, laberintos interdisciplinarios, rutas rizomáticas, subjetividades y memorias múltiples como trípode discursivo.

¹⁴ 'Literatura regional es aquella escrita por escritores nacidos en la región y que trata temas de la región' (2008:23); pero 'No: debe haber otros parámetros para medir esa elusiva realidad llamada literatura regional' (Ibidem) siempre son conceptos vagos erróneos, indefinidos por eso 'Hay que ensayar... otros ángulos, otras dimensiones donde el concepto quepa entero sin pisar en otros ángulos' (2008: 24)

4. LAS ORALITURAS COMO ITINERARIO PARA MAPEAR EL NOA

Los itinerarios literarios son paseos literarios renovadores para organizar diseños divergentes donde las voces de todas las regiones: sus autores, obras, críticas, espectáculos, periodismo literario, grupos, editoriales, etc. se integren en retóricas de cruce, en desplazamientos mixturados, cuya apertura epistémica y literaria sea la hoja de ruta.

La oralidad desborda las fronteras de lo telúrico para revelar no sólo su densidad disruptiva de lo contado, cantado o celebrado sino también en la potencia de sus silencios, en su acontecimiento convivial, en sus ficcionalizaciones literarias. De este modo, la oralidad opera como discurso de resistencia y del malestar, como también como aduana de la memoria y como sentipensar de la irreverencia, porque acoge los rumores de las comunidades indígenas, los ecos censurados de las memorias identitarias, los decires dolorosos del obraje, la vocinglería de las calles y murmullos barriales.

La oralidad no puede concebirse sólo como el predominio de una modalidad comunicacional, ni en términos negativos como una privación o uso restringido de la escritura ni, finalmente, como una suerte de subdesarrollo técnico o atraso cultural, sino como una auténtica economía cultural, relativamente autónoma, que implica -en relación directa con este predominio o exclusividad de la palabra oral- el desarrollo de peculiares procesos poéticos, concepciones de mundo, sistema de valores, formas de relación de la comunidad, con la naturaleza, con lo sagrado, usos particulares del lenguaje, nociones de tiempo y espacio...ciertos productos culturales con características específicas pero siempre significativas, de sus equivalentes en culturas dominadas por la escritura, la imprenta o los medios electrónicos. (Carlos Pacheco, 2016: 54)

Cartografiar estas “textualidades ignoradas que responden a la alteridad cultural (y por ende artística) de estos pueblos debería desarrollar no un canon único e indiferenciado (...) sino un horizonte de muchas universalidades, al decir de Palermo (2012). Requerimos el diálogo de la “pluriversidad que integren sistemas de literaturidad, de distribución y funcionamiento de los lenguajes atendiendo a tendencias plurilingüísticas, transculturales y transimperiales no encerradas en la clausura de las lenguas nacionales y las retóricas modelo” (Palermo, 2012:72). De este modo, se produce un giro a los modelos de periodización e historización literaria, como también de las

concepciones del objeto literatura que pasa a tener un sentido flotante y poroso.

Elikura Chihuailaf se considera un "oralitor", "porque su escritura transcurre al lado de la oralidad de mi gente, de mis mayores ...mi "oralitura" -en lo atingente al mundo de lo nombrado- habla a partir de lo que conoce, mientras que para Gonzalo Espino Relucé (2015) la oralidad es evento y discurso, a su vez, el texto de tradición oral resulta siempre de un proceso de significaciones, siempre está vinculada a una serie mayor, al evento, a las circunstancias de enunciación.

Para lograr la traslación del arte verbal de los orígenes con sus relatos orales, coplas, mitos, fiestas, costumbres, leyendas hacia la literaturidad contemporánea, es prioritario comprender los procesos de contacto, negación, pérdida y traducción que conlleva todo proceso de transculturación, en el que se reconstruyen y procesan los mecanismos de ficcionalización y desacralización de los testimonios colectivos e historias de vida, como así también de qué modo la oralidad se convierte en materia poética/cultural transgresora con la diversidad de versiones y matices.

Para este trabajo diseñamos tres itinerarios de las oralituras en Jujuy:

5. LA ORALIDAD COMO ADUANA DE LA MEMORIA

Las versiones orales evidencian sus componentes de desorganización, inestabilidad y heterogeneidad cultural. Es decir, construyen discursos fronterizos de modelos de mundos diferentes conformando así un sistema que atraviesa un proceso explosivo gradual de la cultura, resultado de un sistema dinámico de la memoria. La memoria asegura su patrimonio en el lenguaje oral ya que éste permite retener y recobrar el pensamiento cuidadosamente articulado mediante ciertas pautas mnemotécnicas formuladas para la repetición oral como lo son las.

Los principales maestros de la literatura en Jujuy: Tizón, Demitrópulos, Groppa, Zerpa, Calvetti representan esta memoria-desmemoria oral y colectiva de sus pueblos de legado indígena a través de diferentes registros: leyendas, cantares, composiciones musicales, creencias locales, reiteraciones o antítesis, alteraciones y asonancias, expresiones calificativas y de tipo formulario, marcos temáticos comunes, proverbios, refranes y fórmulas, etc inflexiones lingüísticas, vocablos y construcciones sintácticas que confirman las hondas raíces

de una cultura que, aunque marginada, impone su fuerte presencia en aquella región distante y olvidada del Noroeste argentino.

Héctor Tizón es el vocero de su pueblo, del anonimato colectivo y oyente de su suelo callado. Contar para Tizón supone escuchar todas las voces y desjerarquizar así, la primacía de la escritura frente a la oralidad sesgada históricamente.

Dar apertura a la polifonía, es valorar las versiones como una forma de rescate de la Otriedad. De ahí que la oralidad se haga cargo de la alteridad y del anonimato en la construcción de su narrativa. Su escritura incluye a la oralidad y la literatura la transcodifica no como mera traducción sino como portadora de un imaginario social, como organizadora del pensamiento cultural. El relato literario cuestiona los intercambios y las invasiones de ambos códigos que tensan con diferentes modos de concebir el mundo. Si la oralidad se construye sobre la base de los sonidos y el silencio, los adentro y los afuera, la memoria y el olvido; la escritura aspira a conservar el carácter efímero y neutralizar las marcas heterodoxas de la cultura, como otra forma de modelización y recuperación de la memoria. Las ficciones revelan un proceso de desacralización divina y de las creencias populares, al que le seguirá una etapa de resacralización, es decir, una resemantización y refuncionalización en las narrativas contemporáneas.

La obra tizoniana no sólo rescata la lengua oral sino también el lenguaje del silencio como representación de la voz ecléctica de la cultura. Pretende la recuperación de un pasado y un presente olvidados por la memoria nacional, abriendo de este modo el texto a una realidad periférica y hasta ignorada por el discurso oficial que negó su oralidad y sus silencios concebidos como "materia significativa" por la Dra. Flora Guzmán, que resguardan las creencias y las defienden de posibles usurpaciones orales o escriturales, como una coraza de resistencia y de pacto cultural diferenciador de los "otros, los de afuera". Su cuentística narra un modelo cultural en el que la nada, el vacío y el mutismo comunican más que la escritura. Ella representa un código ajeno a la transmisión de una cultura ancestral que se asienta en la memoria-desmemoria oral y colectiva del pueblo

Desde *A un costado de los rieles*, 1960, la obra de Tizón estará marcada por esa inquietud de representar su medio circundante, su tierra y su historia, sus seres anónimos, sus creencias y sus mitos, prescindiendo del excesivo color local que había caracterizado a gran parte de la producción regional precedente. Es un cronista de la puna jujeña, presente fundamentalmente en el archivo oral de estas comunidades.

6. LA ORALIDAD COMO PLURIVERSO DE LA RESISTENCIA

La oralidad es concebida como patrimonio de aquellas comunidades sumamente complejas en la organización de sus objetos culturales, particularmente el NOA como parte integrante de la región andina, codificación que mantuvo subrepticamente su legado frente a la imposición de la escritura signada al mandato obligatorio y domesticador de la cultura española.

Libertad Demitrópulos habilita en sus narrativas, las voces de la 'otredad' a cargo de mujeres, mestizos, indios y negros considerados los olvidados por la Historia, ellos erosionan en sus narrativas desde sus "imposturas" y "rarezas", desobedecen los cánones y se ubican en los intersticios como gestores de una nueva genealogía de la cultura.

Los textos orales responden al rasgo de conclusividad en el sentido que una vez escuchados o leídos provocan una comprensión tácita en el receptor. La valoración de los sucesos no es particular sino en su totalidad como enunciado, pues el informante lo hace desde una posición de reconocimiento de la trascendencia de sus palabras, porque ellas vienen avaladas por la autoridad de sus antepasados.

En la novela *Sabotaje al álbum familiar* de Libertad Demitrópulos, se distinguen el mundo del presente-la escritura y el del pasado- de la oralidad, poblado de refranes, dichos, supersticiones, sonidos, rumores y ruidos no sólo del ámbito exterior sino creencias, los mitos, los relatos folklóricos. En una entrevista, precisa la inclusión de la narrativa oral:

"Mi abuela había tenido tiempo de contarme fascinantes cuentos de la tradición argentina y otros de su invención. Con infinita gracia y emoción ella desgranaba cuentos de Pedro Urdimán, Juan Soldao, Blancaflor, Juan el Zorro. La flor del Ilolay, que marcaron para siempre mi imaginación y mi afán de narrar. La influencia fue posterior a la de mi abuela y era la influencia de la cultura griega en donde también había mitos, héroes, dramas familiares, venganzas, premios, castigos. búsqueda del vellocino de oro, etc. Yo creo que estas dos culturas —la criolla y la griega— se han fundido en mí en la misma proporción. Como escribo en castellano es más visible la primera, la otra es como un río subterráneo", (Demitrópulos, 1996)

El sujeto de enunciación de estos cuentos se constituye en sujeto cultural, organiza la estructura del relato que va desde la presentación de una historia personal, privada, a la proyección de una historia colectiva y popular. A su vez, se demuestra de qué manera el relato no sólo es un mediador para conocer el mundo, particularmente de este contexto social, sino también cómo este texto dialoga con otros subtextos internos y se transforma en un texto sustituto y/o en un texto metonímico de la cultura.

7. LA ORALIDAD como ESTÉTICA PERIFÉRICA

Varios escritores de fines del siglo XX y las nuevas generaciones del XXI textualizan la materia audible de la ciudad de San Salvador de Jujuy, como herederos de Néstor Groppa, quien se autodefinió como el cronista sensible de este lugar que lo acogió como propio. Alberto Alabí, Maximiliano Chedresse, Agustín Guerrero, Federico Leguizamón, Matías Teruel, Meliza Ortiz, Pablo Espinosa, Elizabeth Soto, entre otros, diseñan un mapa parlante ciudadano, una literatura urbana que integra las estéticas callejeras y los rumores de su gente como clara expresión heteroglósica que destrona las “estampas regionalistas, oficiales o monumentales” de la capital jujeña. La poesía del maestro Groppa inaugura la poesía de la claridad, una retórica de lo cotidiano que indisciplina las gramáticas del decir, del pensar y del hacer poesía con los murmullos de su gente, los vendedores ambulantes, los ecos de las bailantas, los rastros materiales y simbólicos de los dolores sociales, en tanto metáfora pública y poesía ética-política. Federico Leguizamón oraliza la violencia barrial como zona vaciada de esperanza, una necrópolis de jóvenes que corporizan el delito, la droga y el suicidio ante un territorio de la nada, una topografía de la muerte y una tropología del desamparo.

Habitantes de la pobreza, viajeros periféricos en colectivos urbanos o taxis compartidos, caminantes en calles de tierra y voceros de la belleza de lo pequeño, son los escenarios poéticos de Agustín Guerrero y Elizabeth Soto, quienes, a su vez, cruzan las fronteras discursivas del lirismo cronicado, poesía narrativa, oralidad callejera como estética liminal urbana que planea una ciudad poética de los bordes.

Una movediza y transitoria napa literaria se acopla a las cartografías genealógicas del desvío, colectivos de escritores múltiples y disruptores de la “paternidad ilustre”, derrocan la ciudad letrada y “lustrosa”, al decir de Juan Manuel Dias Pas (salteño) para refundar una oralitura mixturada por la voz popular, la música, los entornos

transgenéricos, multimediales y multimodales, a los fines de vitalizar la oralidad como itinerario crítico y generadora de series literarias palimpsesticas, que se ofrecen como propuestas des-colonizadoras y des-canonizantes de las literaturas de la Argentina.

REFERENCIAS

- BARCIA, JOSÉ LUIS. Hacia un concepto de la literatura regional en *Literatura de las regiones argentinas*, Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo. 2004.
- BAUMANN, RICHARD, Y BRIGGS, CHARLES. Género, intertextualidad y poder social en *Revista de investigaciones folklóricas* N° 11, Bs. As. 1996.
- CHIHUAILAF, ELICURA. Entrevista. <https://es.scribd.com/document/283152647/entrevista-elicura-chihuailaf>. Chile. 2003
- DEMITRÓPULOS, LIBERTAD. Entrevista. *Revista La Marea*, Año IV. N° 8, 1997.
- DORRA, RAÚL. *Con el afán de la página*, Córdoba, Alción Editora. 2003.
- GUZMÁN, ALABÍ Y SICA. *El lenguaje es memoria*, Jujuy, Ed. UILL/UNJu, 1997.
- ESPINO RELUCÉ, GONZALO. *Literatura oral, literatura de tradición oral*. Pakarina Ediciones. Lima, Perú. Colección: Biblioteca Illa. 2015.
- HEREDIA, PABLO. *El texto literario y los discursos regionales. Propuestas para una regionalización de la narrativa argentina contemporánea*, Córdoba, Ediciones Argos. 1994.
- LIENHARD, MARTÍN. "Voces marginadas y poder discursivo en América Latina" en *Revista Iberoamericana*, Vol KXVI, Núm. 193, Octubre-Diciembre 2000.
- LIENHARD, MARTÍN. *La voz y su huella. Escritura y conflicto étnico-social. América Latina (1492-1988)*, Lima, Horizonte, 3° Edición. 1992.
- PACHECO, C. *La comarca oral revistada*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2016.
- NALLIM, A. 'Hacia una historia crítica de la literatura local', Congreso Internacional de Cornejo Polar, Lima, S/P. 2017.
- NALLIM, ALEJANDRA, MASSARA, LILIANA Y GUZMÁN, RAQUEL (Dirs). - *La literatura del noroeste argentino: Reflexiones e investigaciones:*

Reflexiones e investigaciones, Tomo I. 2011 y Tomo II 2012, San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy-Secretaría de Políticas Universitarias, ProHum. 2012.

PALERMO, ZULMA. *Cultura y literatura argentina; Literatura 'regional', literatura nacional*. Palermo y Grupo de Estudios Literarios. 17-59. 1987a.

PALERMO, ZULMA. *Escritos al margen: Notas para una crítica literaria en Hispanoamérica*. Buenos Aires: Marymar. 1987b.

PALERMO, ZULMA.. *Conocimiento "otro" y conocimiento del otro en América Latina*. Silabario, 7, ago.: 75-86. 2004.

PALERMO, ZULMA.. De cánones y lugarizaciones. La literatura del Noroeste Argentino. II, 63-75. 2012.

PALERMO, ZULMA, Y GRUPO DE ESTUDIOS LITERARIOS. *La región, el país: Ensayos sobre poesía salteña actual*. Salta: Comisión Bicameral Examinadora de Obras de Autores Salteños. 1987.

RIVAS, JOSÉ ANDRÉS.. *Márgenes del regionalismo*. Cifra, 2° época, 3, ago.: 47-77. 2008

SOSA, HERNÁN en Nallim, Alejandra, Massara, Liliana y Guzmán, Raquel (Dir): *La literatura regional y escalas de estudio: algunas reflexiones teórico-metodológicas en La literatura del noroeste argentino: Reflexiones e investigaciones*. Tomo I, 2011. San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy-Secretaría de Políticas Universitarias, ProHum, pág. 84.

TERRÓN DE BELLOMO, HERMINIA: *El saber de los relatos*, Córdoba, Ferreyra Editores, 2007, pp.25-27.

VIDELA DE RIVERO, GLORIA. Las vertientes regionales de la literatura argentina. *Revista de Literaturas Modernas*, 17: 11-26.1984.

APORTES PARA LA CONSTRUCCIÓN DE ITINERARIOS EDUCATIVOS BINACIONALES (PROYECTO ALFABETIZACIÓN DE ADULTOS – TRAYECTO POTOSÍ-JUJUY)

Quintana María Beatriz

1. INTRODUCCION

La presente comunicación recupera, de un proyecto de tesis de licenciatura¹ (1999) algunos ejes teóricos a efectos de actualizar el análisis y la discusión sobre temáticas que atañen a nuestra Región ello nos centraremos en tres ejes:

- Consideraciones acerca de la población migrante en zonas de frontera.
- La gestión desde la Región.
- Proyecto: Itinerario Educativo Binacional de Alfabetización de Adultos (IEBAA) Trayecto Potosí-Jujuy: criterios orientadores.

2. LA POBLACIÓN MIGRANTE EN ZONAS DE FRONTERA.

El fenómeno migratorio ha experimentado en las últimas décadas un aumento considerable en términos cualitativos y cuantitativos; proceso dinámico y complejo entre la variedad de corredores intra-regionales como extra-regionales en el continente americano. De esta situación da cuenta la Oficina Regional para América latina y el Caribe de la Organización Internacional del Trabajo (OIT-2016).

El derecho a migrar es un derecho humano que en nuestro país se instituye en la Constitución (1994) y en tratados internacionales con jerarquía constitucional. Se establece la igualdad de derechos civiles entre nacionales y extranjeros, de la Convención Internacional sobre la Protección de todos los Trabajadores Migratorios y sus familias aprobados por nuestro Argentina (Ley N°26.202), y de la Ley Nacional de Migraciones (Ley N° 25.871) sancionada en 2003 y establece: “El derecho a la migración es esencial e inalienable de la persona y la República Argentina lo garantiza sobre la base de los principios de

¹ QUINTANA – DI LELLA “Itinerario Educativo Binacional De Alfabetización De Adultos – Trayecto Potosí-Jujuy”.

igualdad y universalidad”. Se garantiza el acceso a bienes sociales, servicios públicos: salud, educación, justicia y trabajo.

Migrar pone a las personas en un proceso complejo de readaptación permanente, que nos remite a considerar el problema de cómo se produce el proceso de reintegración.

Esta situación plantea, por un lado buscar estrategias que ayuden a que la migración no suponga una ruptura radical del sujeto con su origen, y por otro, que viabilicen el acceso de la población migrante a servicios básicos como la educación, de modo tal que tanto dentro de su país como fuera de éste (y aquí nos referimos concretamente a las zonas de frontera) encuentre la correspondencia necesaria para que su tránsito no implique abandonos y resignaciones, sino más bien un continuo de posibilidades, que atiendan tanto al problema de la identidad como al de la diversidad.

En los sujetos migrantes existe un desdoblamiento y ampliación del espacio territorial, que los convierte de hecho en “ciudadanos binacionales”, situación reforzada por los vínculos de parentesco que se originan en el trayecto.

Hay, por lo tanto, una jurisdicción territorial discontinua, en la que resulta necesario combinar y atender los espacios de discontinuidad. De allí que sea tan importante el entrecruzamiento de estrategias que aborden lo territorial y lo cultural, no con estrategias excluyentes, sino por el contrario, potenciadoras entre países, inclusivas. Esto no es otra cosa que aplicar la lógica de la solidaridad y reciprocidad entre los pueblos.

En este sentido, la OIM² (2014-pp24) tiene entre sus metas garantizar una gestión “ordenada y humana” de la migración, promoviendo la cooperación internacional sobre cuestiones migratorias relacionadas con asistencia humanitaria a migrantes, refugiados y personas desarraigadas.

Los procesos migratorios, son realidades frente a las cuales podemos reaccionar con adversidad, indiferencia o solidaridad. Ignorar una realidad es negarla, ser indiferente es cerrar las puertas a la posibilidad de por lo menos considerarla; la solidaridad implica en principio, el intento y la voluntad de abordarla. El Otro me interpela, es

² DERECHOS HUMANOS DE PERSONAS MIGRANTES MANUAL REGIONAL (2014) “La Organización Internacional para las Migraciones (OIM), creada en 1951, es la principal organización intergubernamental en el ámbito de la migración y trabaja en estrecha colaboración con asociados gubernamentales, intergubernamentales y no gubernamentales. Cuenta con 165 Estados Parte, 8 Estados que gozan del estatuto de observador y oficinas en más de 100 países”. IPPDH del Mercosur (pp24)

valioso en sí mismo, o como dice Lévinas³: "el Otro es el Otro. El Otro en tanto que otro, tal y como se expresó antes, se sitúa en una dimensión de altura y de abatimiento -glorioso abatimiento-; tiene la cara del pobre, del extranjero, de la viuda y del huérfano y, a la vez, del señor llamado a invertir y a justificar mi libertad" (Lévinas, 1977, p. 262)

Hablamos de reciprocidad entre países. Sabemos que muchas de las reacciones adversas a los procesos migratorios están basadas en prejuicios y estereotipos, pero muchas otras en una especie de sentimiento de "inequidad". La reciprocidad se presenta entonces como aquello que equilibra la balanza; como la zona de interacción en la confluyen esfuerzos y voluntades, y que permite visualizar que ambos lados realizan aportes, como la acción solidaria "que genera un vínculo de ayuda mutua y de cooperación"⁴(1998, p64)

En la provincia de Jujuy (Argentina), "vivenciamos" el fenómeno migratorio, tanto en su faz interna como externa. Por un lado, las condiciones geográficas desfavorables de una gran parte de la provincia (zona Puna), obligan a los pobladores a constantes migraciones internas, con los procesos de fragmentación, de desarraigo, abandonos familiares, etc. que la migración implica. Por otro lado, recibimos la migración externa, sobre todo de Bolivia.

Los migrantes de nuestra zona de frontera son en general hombres y mujeres que se desplazan con un único equipaje: su propia capacidad de trabajo. Esta apreciación nos remite a la dimensión de sus necesidades y a las posibilidades que tienen de resolverlas por sí mismos.

El eje del proyecto propuesto tiene que ver con esta relación dialéctica: **necesidad-posibilidad**.

Consideramos la propuesta de los Itinerarios Educativos Binacionales (Bolivia-Argentina) como espacios solidarios, fortificadores de lazos, en los cuales es posible abordar la problemática planteada en diversos ámbitos de la vida ciudadana. Espacios que pueden contribuir a mejorar no solo las condiciones individuales de las personas, sino también a resignificar los vínculos entre ambos países.

Los movimientos migratorios actuales, de las últimas décadas, afectan de modo particular las políticas de población, salud, educación y trabajo de los estados nacionales, que se encuentran insertos y

³ LÉVINAS, E. (1977). *Totalidad e Infinito: ensayo sobre la exterioridad*. Sígueme. Salamanca.

⁴ Fundación Norte Chico (1998) *La Revolución de las Pasiones. El desafío del cambio en el Norte Argentino*, Edit. Talleres Gráficos Mundial S.A., Argentina.

sometidos, total o parcialmente a diversas dinámicas y estrategias de la globalización económica y comunicacional. Aún en este marco la responsabilidad de aplicar políticas y normativas que regulen la situación de quienes migran es del Estado (aunque éstas se adecuen a lineamientos regionales, como es el caso de la Unión Europea o de acuerdos regionales o binacionales en América Latina).

Creemos que, para comprender el sentido profundo de este fenómeno, necesitamos situarnos en calidad de migrantes, adentrarnos en la complejidad del “tránsito”, en la trama de un texto que va entretejiéndose fuertemente con el contexto. Numerosos estudios referidos al tema investigan los procesos de reorganización de la vida en el lugar de acogida desde diversos modelos integracionistas o asimilacionistas⁵ (Han 2000: 38-62), que colocan el proceso de inmigración en una secuencia lineal en la que el sujeto inmigrante va perdiendo sus vínculos con el lugar de origen así como sus connotaciones culturales específicas hasta convertirse en un integrante indiferenciado más de la sociedad de recepción. Bonilla da cuenta de esta situación cuando afirma⁶: “De la ignorancia sobre la dinámica de los procesos de construcción de subjetividad éticopolítica en situaciones de migración, sobre todo tomando en cuenta aspectos y condicionamientos culturales, y de la falta de consideración del lugar que ocupa el migrante en el imaginario social de la sociedad de acogida derivan la ineficacia teórica de estos modelos, pero también -y esto es lo más grave-, las consecuencias políticas de los mismos cuando son tomados en cuenta para la formulación y gestión de políticas públicas” (Bonilla, 2012, p4).

3. LA GESTIÓN DESDE LA REGIÓN

Para explicar lo que representa una región, tomamos en cuenta algunas apreciaciones que Ramiro Molina Rivero⁷ hace al respecto: “...la noción artificial del concepto de región, artificialmente porque tiene sus raíces en la división política del Estado, como una unidad sociopolítica geográfica poblacional, no corresponde a las dinámicas socioeconómicas poblacionales reales” (Molina, p99). Las regiones son el resultado de

⁵ Según muestran análisis críticos autorizados de los modelos sociológicos del fenómeno migratorio en HAN, P (2000) *Soziologie der Migration*. Lucius & Lucius. Stuttgart.

⁶ BONILLA Alcira B (2012) La construcción imaginaria del “otro migrante” Cuadernos Fac. Humanidades y Cs Soc UNJu N°42. SS de Jujuy.

⁷ MOLINA RIVERO R (1993) en *Lo Pluri-Multi o el reino de la diversidad*, Ed. ILDIS, Bolivia.

procesos históricos de supervivencia socioeconómica y cultural, marcados por circuitos económicos que van dibujando lo territorial.

Estos circuitos comerciales de intercambio, no sólo crean vínculos económicos, sino también de identificación intercultural que los define como espacios reales que se construyen a través de procesos históricos, económicos y culturales particulares.

Afirma Cardozo y Pérez: *“(…) la única manera de usar con provecho la noción de región consiste en definirla operacionalmente de acuerdo a ciertas variables e hipótesis, sin pretender que la opción adoptada sea la única manera “correcta” de recortar el espacio y definir bloques regionales. Las razones son principalmente dos: 1) en el fondo toda delimitación territorial es una abstracción, una simplificación de una realidad más compleja para finalidades de investigación o de acción práctica; 2) además, las relaciones entre el hombre y el espacio, que en principio sirven de base a la delimitación regional, no son inmóviles, cambian en el tiempo según los grados variables de organización y explotación del medioambiente por el grupo humano mejor o peor armado de fuerzas productivas. Por esos motivos, resulta absurdo querer recortar el espacio de una vez por todas en regiones unívocas y definitivas (...)”*⁸ (Cardozo y Pérez Brignoli, 1979:83)

Por otro lado, las fronteras son un escenario en donde estos procesos se visualizan con fuerza, y en el que hay que encontrar formas y mecanismos de vinculación y articulación, que ayuden a evitar procesos de fragmentación y a construir procesos de integración en los que la diversidad tenga cabida, y en los que las personas encuentren correspondencia, sin renunciar a su identidad de origen, ni resignar su esencia particular.

Teruel y Elbirt⁹ proponen pensar *“(…) la frontera en dos dimensiones: a) como borde del territorio del Estado nacional y, por ende, límite de la acción de las políticas estatales de cada país; b) como una región en sí misma, integrando territorios de dos o más Estados con otros posibles centros, más allá de las capitales administrativas nacionales. La frontera, entonces, como espacio social, puede ser tratada en tanto región susceptible de historiarse, analizando sus singularidades y las dinámicas relaciones que, como parte, establece en diferentes momentos con un todo. Justamente, una de las bondades del recorte regional como*

⁸ CARDOZO, C. F. y PÉREZ BRIGNOLI, H. (1979). Historia Económica de América Latina. Vol. I. Barcelona, Crítica.

⁹ TERUEL, A. A. y ELBIRT, A. L. (2020). La frontera argentino-boliviana: una mirada desde el servicio diplomático. Revista Ciencia y Cultura, 44, 97-117.

instrumento analítico es que permite percibir procesos que las denominadas historias nacionales soslayan” (Teruel-Elbirt, 2008, p. 99).

En el presente trabajo usaremos el término **región**, desde esta perspectiva como la resultante de los procesos que actúan en una zona, independientemente de la división política de los Estados. Ahora bien, pensar desde la Región, implica adentrarse en el análisis de problemas concretos y puntuales que se producen e impactan en la misma, buscando las estrategias de gestión necesarias para intervenir en ellos desde el espacio regional.

Esto supone articular ámbitos que no son incompatibles: lo local (entendido como espacio regional binacional) y el poder central. Es decir, establecer desde una Región el conjunto de condiciones jurídicas y políticas que aseguren la resolución de sus problemáticas particulares y que puedan combinarse con las normas que a nivel central tiene cada país.

La resolución de problemas contemplará, entonces una doble concertación: lo regional y lo nacional. Muchas veces se ha dicho que las fronteras constituyen un elemento simbólico, una idea. El desdibujamiento de la territorialidad nos lleva a definir “el nosotros” y el modo en que queremos establecer nuestras relaciones y consensos con los otros. Pensar en estrategias de vinculación con otros países implica pensar en acuerdos entre realidades que pueden ser diversas: cultural, política, socialmente, etc., pero que también pueden fortalecerse con el intercambio y la cooperación.

En el caso que nos ocupa, coincidimos con el Cónsul boliviano en que *“la naturaleza regional de los problemas, requiere de soluciones regionales, que no se circunscriban al trabajo que pueda realizar cada país, sino a la tarea conjunta y coordinada entre ambos países”*.¹⁰

Creemos que el éxito de la gestión regional dependerá de:

- a) **En relación a la concreción de acuerdos:** la habilidad que tengan los representantes de la región para comunicarse con acertadas metodologías, y de su capacidad, para articular y mediar entre las distintas instancias de poder.
- b) **En relación a los objetivos:** la previsión de proyectarlos a mediano y largo plazo, a fin de que no queden “circunscriptos a una gestión de gobierno”¹¹.(En nuestro país y en la provincia en

¹⁰ RAFAEL ANTEZANA GUTIÉRREZ (Cónsul boliviano) en: Diario Pregón (Jujuy), Noticia titulada: *Satisfacción del Cónsul boliviano en Jujuy*, 28-8-99

¹¹ Lic.Jorge Gurrieri (Especialista de la OIM), Publicación del Diario Pregón (Jujuy); titulada, *En pos de proyectos de mediano y largo plazo*, 28-8-99.

particular, tenemos una larga experiencia acerca de los problemas generados por la permanente sujeción a los avatares políticos).

En el proyecto proponemos como acción: iniciar la creación de la Región. Decimos iniciar, porque la concreción de una región binacional que considere la problemática integral de una zona de frontera, requiere de otras instancias de concertación que no serán abordadas en este trabajo. A pesar de ello, creemos que podemos realizar algunas acciones que sirvan de base y sustento, tanto para la materialización de la región como para la instalación y fortalecimiento de la gestión regional como estrategia.

Entre estas acciones, pretendemos lograr la legitimación de una Región Educativa Binacional que atienda la problemática que le sea pertinente. Si esto no fuera posible, aspiramos lograr por lo menos, la conformación de una Comisión Binacional de Educación, que pueda definir e implementar itinerarios educativos y tenga capacidad de decisión, en cuanto a formas y mecanismos de acreditación relacionados con las actividades que se desarrollen en dichos itinerarios.

En este sentido, hemos analizado los principios fundamentales de las Constituciones y Leyes de Educación de Argentina y Bolivia con la finalidad de identificar aquellas normas que favorecen o dificultan la concreción de las acciones propuestas.

Ambos países reconocen en sus ámbitos legislativos derechos a los habitantes extranjeros, los que representa una ventaja para la concreción de acuerdos entre ambos países.

Proyecto: IEBA - Trayecto Potosí-Bolivia: criterios orientadores.

La primera necesidad para la elaboración del proyecto fue construir una definición de Itinerario Educativo Binacional (IEB) ¹²:

- Un **espacio geográfico** delimitado, en el que se desarrollan determinadas acciones educativas. Este espacio es un recorrido bidireccional, con servicios educativos localizados y articulados.
- Un **espacio pedagógico** que implica la construcción de una propuesta educativa abierta y flexible, que tiene en cuenta las categorías de unidad y de diversidad, y que posibilita articular e integrar concertadamente un proyecto común.

¹² QUINTANA M.B. DI LELLA P (1999) Trabajo Final de la Lic. en Gestión de las Instituciones Educativas, UCSE, Jujuy.

- Un **espacio de concertación político-jurídico**, que viabiliza normas y formas de gestión específicas para la problemática que en él se plantea.

Partimos de reconocer las complejas demandas de la población destinataria y la posibilidad de resignificar vínculos entre los países mediante acciones concertadas desde la región.

Para ello consideramos los siguientes criterios:

- La **cooperación** y la **concertación** como bases de la gestión.
- La **focalización** y la **universalización** en sus relaciones de complementariedad.
- La **equidad** y la **diversidad** como conceptos que se atraviesan y entrecruzan.
- La **representación** y la **participación** de los actores involucrados.

La **cooperación** y la **concertación** como bases de la gestión.

Los procesos de globalización imponen nuevas lógicas en la construcción y articulación de políticas entre países, lo que hace necesario que éstos, busquen acuerdos que aumenten sus fuerzas y recursos; más aún en aquellas zonas que aparecen divididas políticamente, pero que en la práctica constituyen una unidad regional, ya sea por similitud geográfica, o por otros aspectos como los históricos, sociales, culturales, etc., que las aúna e identifica.

Creemos que los acuerdos serán más efectivos si el análisis, discusión y resolución de problemas se generan en el propio contexto. Como expresa R.Torres¹³ (1999, p66) una medida es eficaz, si tiene la capacidad “de distinguir y considerar las realidades específicas de cada situación nacional”.

La **focalización** y la **universalización** en sus relaciones de complementariedad.

Es decir, el desarrollo de programas específicos focalizados que puedan insertarse en un contexto mayor.

Los IEB son potenciales espacios para el desarrollo de otros programas. Pueden allí efectivizarse las vinculaciones entre distintos programas, creando relaciones positivas de complementariedad que optimicen diferentes esfuerzos.

¹³ Torres,R.D.(1999) *Mito y Educación, El impacto de la globalización en América Latina*, Edit.Espacio, Bs. As.

En relación al itinerario de alfabetización de adultos, coincidimos con Néstor Quiroga¹⁴ (1997, p73) en que la alfabetización debiera ser considerada como un Proyecto Educativo integrado a otro tipo de programas y acciones de promoción (se trata de vincular a la alfabetización con procesos más amplios).

La equidad y la diversidad como conceptos que se atraviesan y entrecruzan.

Compartimos con J.C. Tedesco¹⁵ (1997, p17) en que diversidad y desigualdad son conceptos distintos. Lo que propiciamos es el acceso a lo igual, teniendo en cuenta lo diferente.

En la Declaración Mundial de Educación para todos (Jomtien.1990)¹⁶ se estableció: *“Hay que empeñarse activamente en modificar las desigualdades en materia de educación y suprimir las discriminaciones en las posibilidades de aprendizaje de los grupos desasistidos: ...las poblaciones de las zonas remotas y rurales, los nómades y trabajadores migrantes”.*

Néstor Quiroga, ahondando en los modos de discriminación, expresa : *“No brindar oportunidades educativas a los Adultos para mejorar el acceso al conocimiento, son formas encubiertas de discriminación,....la tecnología va atravesando a los sectores más desfavorecidos, produciendo nuevas formas de discriminación social”.*¹⁷ (1997, p73)

Propiciamos el acceso a lo igual, entendido en el sentido de mejorar la educación y ponerla al alcance de todos/as. Como dice Tedesco¹⁸, *“el tren de la educación no debe ser, un tren que deja en tierra a cuantos no pueden hallarse puntualmente en la estación”* (1995, p7)

Ahora bien, ¿cómo hacer para dar cabida a la diversidad? Si pensamos a la Cultura¹⁹ (concepto central, polisémico que se construye históricamente) como proceso de respuesta a los problemas de un pueblo, observaremos que en este proceso, están presentes las expresiones de la diversidad, (en una gama tan diversa como diversidad

¹⁴ Quiroga, Néstor Hugo (1997) *Educación NO-FORMAL. Estrategias y Metodología*, Ed. Facultad de Humanidades y Cs. Sociales, Jujuy.

¹⁵ Schiefelbien, E. Tedesco, J.C (1995) *Una nueva oportunidad: El rol de la educación en el desarrollo de América Latina*, Ed. Santillana, Argentina.

¹⁶ Torres, Roberto D., ob. cit, (pág.182)

¹⁷ Quiroga, N.H., ob. Cit,

¹⁸ Schienfielbein, E; Tedesco, J.C., ob.cit.

¹⁹ Cultura: concepto central, polisémico, cargado de historia que aborda la complejidad del mundo humano, un hacer colectivo que se recrea, y transforma permanentemente.

de personas hay), articulándose y desarticulándose en búsqueda de equilibrio, en una “dinámica de asimilación y rechazo”²⁰.

Por el lado de la cultura, se ha ido explicitando, construyendo y edificando la diversidad; pero reconocerla sin adentrarnos en el análisis de problemas concretos y puntuales, es reconocerla y nada más.

En los IEB, nos proponemos abordar, asumir y trabajar la diversidad desde un curriculum contextualizado, abierto y flexible, relevante y centrado en el que aprende, que haga referencia a un presente social, y en el que las personas (que traen consigo todo un sistema de relaciones, representaciones y contenidos de pertenencia) puedan seleccionar sus experiencias, tener la capacidad de buscar nuevas formas de desarrollarse y de realizar los procesos de cambio, que les permitan dar respuesta a las problemáticas particulares que les demande su medio social. El respeto y la atención a las diferencias constituyen pilares de un modelo de educación para responder a las sociedades con vocación de pluralismo democrático. Un modelo de educación intercultural recupera en términos teóricos y prácticos el valor de la diferencia, en actitudes, opciones, creencias, modos de vida, identidades culturales y de género.

Decimos que los pueblos de América Latina, son históricamente interculturales.

La idea de interculturalidad, desde su prefijo “inter”, nos remite a las nociones de intercambio, reciprocidad y solidaridad; por lo que la propuesta es la de una alfabetización intercultural de integración regional, respetuosa de las diferencias culturales. La construcción de la interculturalidad requiere algunos acuerdos básicos tales como: el sentido positivo de la diversidad, la propia cultura como punto de partida de la construcción de la identidad personal, capacidad autocrítica de los propios posicionamientos.

En este sentido B.C. Rodríguez²¹ expresa: *“Un proyecto de alfabetización sirve para: reducir significativamente el índice de analfabetismo de una región..., sirve para mejorar las condiciones de vida material de cada comunidad, sirve para crear las bases de una producción más crítica y autónoma de la propia cultura..., sirve para propiciar a través de nuevas conquistas el uso propio de la cultura”*.

²⁰ ALBÓ, XAVIER, Interculturalidad y la nueva ley educativa en Bolivia (pág.341-354) En: COMBONI y JUAREZ (2020) Interculturalidad y Diversidad En La Educación: Concepciones, Políticas Y Prácticas

²¹ Rodríguez,B.C., En: Quiroga,N., ob.cit., (pág.72)

Compartimos con Carlos Toranzo Roca²², en que uno de los lados positivos del posmodernismo *“radica en reconocer la diversidad, el valor de la diferencia, lo rescatable de la construcción de identidades particulares que no busquen destruir al diferente, sino más bien se dirijan a convivir en un mundo poblado por diversos”*.

La **representación** y la **participación** de los actores involucrados.

Para que el proyecto responda a las expectativas e intereses de los involucrados, tendremos en cuenta la participación de dos niveles básicos de actores: **1)** los representantes de ambos países; **2)** los destinatarios.

Pensar en mecanismos y procedimientos que faciliten y posibiliten la representación, implica pensar en formas de articulación entre el representante y el representado, aspirando a establecer un flujo de información bidireccional que tenga un sentido más ascendente que descendente.

Los **representantes** deben asumir un rol activo y permanente en la materialización de los acuerdos, viabilizando ante las autoridades respectivas las estrategias de desarrollo regional.

La participación de los **representados** será posible si *revalorizamos “el sentido del diálogo, del saber escuchar, saber hablar con el otro, saber pensar juntos y saber actuar unidos...el diálogo es capaz de vincular dinámicamente el pensamiento y la realidad, el contexto y el saber”*²³

Este diálogo (en relación al itinerario de alfabetización) debe estar fundado en la comprensión de que los adultos, aprenden y han aprendido esencialmente *“bajo el estímulo del ambiente que les rodea y bajo la tensión espontánea de las necesidades, en función de su propia experiencia acumulada”*²⁴

Paulo Freire nos dice: *“no hay nada que contradiga más la superación popular, que una educación que no permita al educando experimentar el debate y análisis de sus problemas y que no le propicie condiciones de verdadera participación”*²⁵

²² Toranzo Roca, C., En: *Lo Pluri-Multi*, ob. cit, (pág. 15)

²³ Freire, Paulo, *La importancia de leer y el proceso de liberación*. En: Quiroga, N., ob.cit,(Pág.34)

²⁴ Quiroga, N.H., ob. cit, (pág. 37)

²⁵ Freire, Paulo, *La educación como práctica de la libertad*, Ed. Tierra Nueva, Uruguay, 1972, (pág. 109).

Gradualidad, factibilidad y consenso.

En el caso que nos ocupa, planteamos la gradualidad de las acciones, empezando en la etapa inicial por un itinerario de alfabetización de adultos y un solo recorrido geográfico (el trayecto Potosí-Jujuy).

El itinerario tiene carácter experimental y la evaluación de sus resultados será un insumo valioso para encarar las futuras acciones.

La construcción de este IEB es factible, porque existe consenso entre los representantes de ambos países y voluntad política de llevarlo a cabo; o sea que en este momento las categorías de problema y oportunidad confluyen.

Asimismo, es importante aclarar que la planificación de las acciones tuvo como base los supuestos teóricos de la Planificación Estratégica Situacional.

La construcción de un Itinerario Educativo Binacional de Educación de Adultos, requiere de la definición previa de los aspectos esenciales que lo componen: la educación de adultos; situación del adulto como estudiante; la alfabetización.

Educación de Adultos: Adherimos a la Declaración de Hamburgo que la Argentina suscribió en 1997: *“Por Educación de Adultos se entiende el conjunto de procesos de aprendizaje, formal o no, gracias al cual las personas cuyo entorno social considera adultos, desarrollan sus capacidades, enriquecen sus conocimientos y mejoran sus competencias técnicas o profesionales o las reorientan a fin de atender sus propias necesidades y las de la sociedad”*²⁶.

La situación del Adulto como estudiante:

- Aprender constituye una ocupación secundaria.
- Decide aprender voluntariamente. (En los adultos no hay una relación entre generaciones, mediada por la autoridad y responsabilidad de una de ellas en relación a la otra. *“Los adultos deciden por sí mismos, lo que van a aprender, cuándo lo van a aprender y cómo lo van a aprender”*²⁷).
- Lo hace a tiempo parcial.
- Es una persona que ha acumulado experiencias de vida, trabajo y que tiene responsabilidades adicionales.
- Su educación ha estado interrumpida por experiencias de trabajo.

²⁶ En Documento A.21. *Acuerdo-Marco para la Educación de Jóvenes y Adultos*. MCE.

²⁷ Lowe, John: *La Educación de Adultos*. Ed. Sígueme. UNESCO.España.1977.(Pág.56)

-No desea ni le es posible diferir o suprimir otros roles (empleo, ingreso, responsabilidades de maternidad o paternidad, etc.) porque ellos ocurren generalmente antes y tienen precedencia.

-Los principales ambientes de aprendizaje son el hogar, el trabajo y el medio.²⁸

La Alfabetización: Consideramos a la Alfabetización como el primer estadio de un proceso de educación que ocupará toda la vida. Lejos de ser un fin en sí misma, un objetivo, la concebimos como un instrumento para el logro de fines sociales e individuales más complejos.

Ella implica la autovaloración y apropiación de conocimientos y prácticas que permitan al adulto, operar y reflexionar sobre la realidad; desarrollar sus potencialidades, tanto a nivel individual como colectivo.

El aprendizaje de las personas adultas, es una herramienta personal, sin embargo, también es una herramienta para el desarrollo económico, social y cultural.

Los IEBAAs son en sí mismos, estrategias para posibilitar el acceso de la población migrante a la educación y para atender al espacio de la discontinuidad; su construcción, requiere de la caracterización de ese espacio, a fin de que la oferta se adecue tanto a las necesidades regionales, como a los proyectos de vida de las personas; lo que supone un proceso de investigación permanente en el que participen los actores involucrados, que tenga por fin, identificar necesidades (actuales y potenciales), a las que habrá que dar respuesta.

La problemática descrita requiere, además de la consideración de los criterios generales formulados para los IEB, de especificaciones particulares para los IEBAAs:

1. La estructura curricular: proponemos una estructura curricular que contemple:

- a) un eje central, articulador y común a ambos países; que supone el reconocimiento de la existencia de procesos históricos, sociales, culturales, etc., que han sido y/o son comunes a ambos pueblos.
- b) una estructura curricular modular de alfabetización, se pueden recorrer aquellos tramos que le son propios y constituyen en esencia las particularidades de cada país y la identidad de sus habitantes.(Definimos a la estructura curricular modular como

²⁸ Casas Armengol, Miguel: *Universidad sin clases*. Ed. Kapelusz. Bs.As.1985.(pág.47)

aquellas “*unidades curriculares con sentido propio que pueden desarrollarse con cierto grado de autonomía*”²⁹);

- c) una estructura curricular modular de formación profesional, que sea transversal al eje articulador común, permitiendo las relaciones con otras ofertas y/u otros niveles de formación.

4. REFLEXIONES FINALES

□ En relación a la Región Binacional:

- El análisis realizado a lo largo del trabajo, nos lleva a pensar que una vía adecuada para la integración de ambos países, puede hallarse en los procesos de integración de las áreas fronterizas adyacentes organizadas como región; que además de atender a la problemática que le es propia, sea capaz también de generar procesos de integración más amplios en los que confluyan intereses locales y nacionales; y capaz de aportar una percepción de “necesidad” que tenga como consecuencia la cooperación. Esto no es otra cosa, que tener la capacidad de convertir los intereses comunes en factores de integración. (*En el caso de nuestra propuesta educativa, es el criterio empleado*).
- La gestión desde la región encuentra sustento en por lo menos tres principios fundamentales:
 - 1) escuchar en forma directa a las poblaciones afectadas;
 - 2) intervenir en la solución de sus problemas con mecanismos y procedimientos propios y con una legislación especialmente diseñada para ella y por lo tanto adecuada a sus requerimientos;
 - 3) hacer prevalecer la idea de cooperación y de integración por sobre cualquier otra.

Creemos que la construcción de regiones binacionales, aportará a la disminución de las “discontinuidades” presentes en la población de zonas de frontera. (*El IEBA tiene entre sus propósitos, acortar al espacio de la discontinuidad*).

- Las redes políticas son tramas complejas, por lo que el éxito de las acciones que se programen en conjunto, dependerá de la habilidad de los representantes de la región para:
 - articular políticas nacionales, convirtiéndolas en binacionales;
 - combinar las instancias locales (*entendidas como pertenecientes a la región*), con las centrales;

²⁹ Documento A.12. *Acuerdo-Marco sobre T.T.P.* MCEJ. Argentina. octubre de 1997.

- prever que las dos instancias anteriores, no se circunscriban a gestiones de gobierno determinadas.
- De la formulación del proyecto se desprende que los procesos de convivencia implicarán cambios organizacionales y de gestión, a los que Argentina y Bolivia deberán atender para posibilitar la ejecución de la propuesta.

Los conceptos vertidos precedentemente, conllevan la necesidad de re funcionalizar algunas normas, direccionándolas al logro de los objetivos formulados en el trabajo, de modo de acompañar a los procesos de construcción, integración y cambio (*tanto referidos a la región como a los IEBAAs*).

- En cuanto a las posibilidades de intervención directa en los procesos de gestión que tienen las unidades políticas territoriales internas de ambos países, se advierte que la Provincia de Jujuy presenta ventajas en relación con los Departamentos de Bolivia. (*Los artículos 124º y 125º de la Constitución Nacional Argentina permiten la participación y cooperación directa de las provincias con el estado nacional vecino*).

□ **En relación al Itinerario Educativo Binacional de Alfabetización de Adultos:**

- Las consideraciones realizadas en el desarrollo del trabajo indican que el proyecto puede ser viable, solo a partir del consenso y articulación de políticas entre ambos países; ya que requiere la atención tanto de las variables que lo determinan (espacios de discontinuidad, poblaciones en tránsito, posibilidades de acceso a servicios básicos, etc.), como de las condiciones y circunstancias que lo hacen posible (acuerdos binacionales, re funcionalización normativa, recursos humanos y materiales, etc.).
- De la lectura de la legislación analizada en el trabajo, se advierte una especial preocupación en relación a la alfabetización por parte de ambos países³⁰; de lo que se infiere un reconocimiento tácito de la existencia de una población a la que: o no se le brindó las alternativas educativas necesarias y por lo tanto no fue atendida suficientemente, o sus posibilidades de acceso estuvieron restringidas por la suma de factores que generan marginalidad y pobreza.

³⁰ Bolivia no solo le concede rango constitucional, sino que además la considera un bien social, (Constitución boliviana, art. 179º).

Por estas razones, consideramos que la alfabetización no puede constituir una acción aislada; debe estar acompañada de acciones de promoción y formación laboral.

- Del planteamiento del trabajo en general y de los criterios orientadores para los IEB y el IEBA, emerge la necesidad de que tanto la conformación de la región como la implementación del proyecto educativo, no desdibujen las particularidades de cada país; esta necesidad nos obligó a reflexionar sobre el tema y a pensar en qué aspectos nos habíamos centrado para sustentar la importancia de la preservación de la identidad de los pueblos; nuestras conclusiones fueron:
 - a) Resulta preciso fortalecerla, de modo que las personas puedan recrear los valores fundantes de las particularidades nacionales, estableciendo primero, un diálogo con la propia cultura; lo que favorecerá luego el diálogo fructífero “entre culturas”.
 - b) Las acciones educativas no pueden ni deben estar destinadas a consolidar procesos de dependencia, sino de encuentro y cooperación. Este es el motivo fundamental, por el que proponemos en el diseño curricular una estructura que reconozca y prevea para los destinatarios “tramos que le son propios”, de modo que la salida de su país sea precedida por una acción educativa que garantice la preservación de su identidad cultural.

Logros alcanzados:

- Aportar al campo de la educación un concepto nuevo: el de Itinerarios Educativos Binacionales. Los Itinerarios Educativos Binacionales, dan cuenta de un espacio válido para el intercambio, integración y cooperación entre ambos países; sin embargo, el Itinerario de Alfabetización, ligado fuertemente a procesos de exclusión y de ausencia de políticas que favorezcan el desarrollo integral en determinadas zonas de Argentina y Bolivia, nos indica que todavía hay un derecho que no ha sido abordado ni garantizado suficientemente: el **derecho a NO MIGRAR**.

REFERENCIAS

BIELSA, Rafael *Estudio de Derecho Público*, Tomo II, Ed. Depalma, Bs. As, 1952.

BONILLA Alcira B La construcción imaginaria del otro migrante. *Cuad.Fac Humanidades y Cs Soc UNJu* N°42. SS de Jujuy. 2012.

- CARDOZO, C. F. y PÉREZ BRIGNOLI, H. *Historia Económica de América Latina*. Vol. I. Barcelona, Crítica. 1979.
- CASANOVA, María A. *Manual de Evaluación Educativa*, Ed. Muralla, España. 1993
- CASAS ARMENGOL *Universidad sin clases*, Ed. Kapelusz, Bs.As. 1985
- CASTAGNA y otros. *Las economías regionales y sus respuestas a los desafíos del Mercosur*, Homo Sapiens Ediciones, Rosario. 1996.
- COMBONI y JUÁREZ. *Interculturalidad y Diversidad En La Educación: Concepciones, Políticas Y Prácticas*. 2020
- FLORES, Víctor *Planificación Estratégica*, Cinterplan, Caracas. 1990
- FREIRE, Paulo. *La educación como práctica de la libertad*, Ed. Tierra Nueva, Uruguay. 1972
- FUND. Norte Chico. *La Revolución de las Pasiones. El desafío del cambio en el Norte Argentino*, Edit. Talleres Gráficos Mundial S.A., Argentina. 1998.
- GARCÍA AVILÉS, A. Introducción a la Metodología de la Investigación Científica, Cap.IV, en bibliografía aportada en el Curso: *Metodología de la Investigación Científica Educativa*, dictado por el Dr. Guillermo Pérez Pantaleón, Facultad de Ingeniería de la UNJu, Jujuy. 1998
- HAN, P. *Soziologie der Migration*. Lucius & Lucius. Stuttgart. 2000
- JARAUTA Francisco . *Escenarios de la Globalización*, Homo Sapiens Ediciones, Rosario. 1998
- KELSEN, Hans. *Teoría General del derecho y del Estado*, Imprenta Universitaria, México. 1958
- LÉVINAS, E. *Totalidad e Infinito: ensayo sobre la exterioridad*. Sígueme. Salamanca. 1977
- LOWE, John. *La Educación de Adultos*. Ed. Sígueme. UNESCO. España. 1977.
- MOLINA RIVERO, R. *Lo Pluri-Multi o el reino de la diversidad*, Bolivia. 1993
- PÉREZ PANTALEÓN, G. *Documentos elaborados para el Curso de Metodología de la Investigación*, ob.cit, (pág. 39).
- QUINTANA – DI LELLA. *Itinerario Educativo Binacional De Alfabetización De Adultos – Trayecto Potosí-Jujuy*. 1999.

QUIROGA, Néstor, *Educación NO-FORMAL. Estrategias y Metodología*, Ed. Facultad de Humanidades y Cs. de la Educación, Jujuy. 1997

SANCHEZ VIAMONTE. *Manual de Derecho Constitucional*, Bs. As, Kapeluzs. 1959

SCHIEFELBIEN – TEDESCO *Una nueva oportunidad: El rol de la educación en el desarrollo de América Latina*, Ed.Santillana, Argentina. 1995

TERUEL, A. A. y ELBIRT, A. L. La frontera argentino-boliviana: una mirada desde el servicio diplomático. *Revista Ciencia y Cultura*, 44, 97-117. 2020.

TORRES, R.D. *Mito y Educación. El impacto de la globalización en la Educación de América Latina*, Edit. Espacio, Argentina. 1999

ZARINI, Helio Juan. *Curso de Instrucción Cívica*, Ed.Estrada, Bs.As. 1982

Documentos

-Constitución de Bolivia, reformada por Ley 1585 del 12 de agosto de 1994; “*adecuado y concordado*” por ley 1615 del 6 de febrero de 1995.

-DERECHOS HUMANOS DE PERSONAS MIGRANTES MANUAL REGIONAL (2014)

-Documento A.12. *Acuerdo-Marco sobre T.T.P.* MCEJ. Argentina. Octubre de 1997.

-Documento A.21. *Acuerdo–Marco para la Educación de Jóvenes y Adultos.* MCE.

-Documento Nº 2.0 Versión preliminar - *Acuerdo-Marco para la Educación de Jóvenes y Adultos* - MCE. Argentina. Marzo de 1999.

-Documento Preliminar Nº3 para el *Acuerdo-Marco sobre Educación de Adultos y Formación Profesional.* MCEJ. Argentina. noviembre de 1998

--I.N.E.T. *Reunión Región NOA sobre Formación Profesional.* Salta. Agosto de 1999.

I.N.E.T., Documento en elaboración sobre *Sistema de certificación de aprendizaje para la formación técnico – profesional*, marzo1999.

--Ministerio de Educación y Cultura (REENF): “*Construyendo Nuestro Curriculum*” – PAEBA – Folio 7 – Jujuy, 1992.

-Ministerio de Educación y Cultura (REENF): “*Objetivos y Contenidos Mínimos a alcanzar y Desarrollar*” Versión Preliminar – Jujuy,1996.

Revistas, publicaciones periodísticas y otros.

-Carta enviada del Gobernador de Jujuy al Representante para el Cono Sur de la OIM, Jujuy-31-8-99.

-Córdova, R. y Castaña, P. (2015). Migración, desarrollo y derechos humanos: la articulación como base social en América Latina y el Caribe, Migration and Development Civil Society Network (MADE) [en línea]. Disponible en: <http://madenetwork.org/>

-Dávila, L. (s/f). Fronteras confusas: impactos sociales de la migración. Recuperado de www.cepal.org/celade/proyectos/migracion/Dávila.doc

-Lupica, C. (2015). Migración laboral ordenada y equitativa: estado de situación y propuestas de trabajo en América Latina. Informe final de consultoría para la Oficina de la OIT para América del Sur.

--OIM __ (2012b). Perfil Migratorio de Argentina 2012. Buenos Aires.

-Publicación periodística citada: 27-8-99: Dra. Regazzoli

-Publicación periodística del Diario Pregón (Jujuy), titulada: *“Se inicia hoy el Seminario Taller sobre Migración”*, 27-8-99.

-Publicación periodística: Diario Pregón (Jujuy) (*Palabras en el Acto de Apertura del Seminario* cit. del Dr. Walter Barrionuevo, (Ex - Ministro de Educación de la Provincia): 27-8-99

-Publicación periodística: Lic.Jorge Gurrieri (Especialista de la OIM) - Diario Pregón (Jujuy); titulada, *En pos de proyectos de mediano y largo plazo*: 28-8-99.

-Publicación periodística: Rafael Antezana Gutiérrez (Cónsul boliviano) en: Diario Pregón (Jujuy), Noticia titulada: *Satisfacción del Cónsul boliviano en Jujuy*, 28-8-99

RITMOS QUE CONECTAN. LA ARTICULACIÓN DANCÍSTICA DE BRASIL EN EL NOROESTE ARGENTINO

Grit Kirstin Koeltzsch

*O samba é pai do prazer
O samba é filho da dor
O grande poder transformador*
—Caetano Veloso (1993)¹

1. INTRODUCCIÓN

La danza es una de las prácticas culturales más antiguas de la humanidad y a la vez puede ser considerada como manifestación social, ya que a través de los cuerpos se produce conocimiento que se articula de forma no verbal. El cuerpo y su potencial expresivo han ganado mucho interés en los estudios sociales y de performance, por ejemplo, desde la fenomenología sabemos que el cuerpo es nuestro vehículo hacia el mundo y nos expresamos a través de él, además no está separado de nuestra mente y nuestros sentimientos, y, por lo tanto, la manifestación corporal es una válida forma de articulación. De esta manera, entendemos la narración dancística no solamente como expresión artística y de diversión, sino también como articulación social, reflejo de la sociedad con sus conflictos y complejas relaciones de poder.

En este trabajo proponemos examinar e interpretar el fenómeno de la práctica dancística popular en relación a articulaciones dancísticas de ritmos brasileños que han ganado mucha importancia en el Noroeste Argentino. Existe un gran interés en las danzas y la música como enlace cultural transnacional, por lo tanto, no buscamos explicar el baile como mera representación de una identidad étnica colectiva (Poole, 1990), sino que consideramos el cuerpo como medio de comunicación que posibilita la narración social. Aquí entra en juego la práctica popular de la danza brasileña en la región, pero también la importancia de los intercambios que se han realizado en los últimos años. Desde el campo de los Estudios de Performance, analizamos la performance como conducta social funcionando como acto vital a través de acciones reiteradas de transferencia de un saber social, y dónde podemos encontrar significados intencionales y no intencionales (Schechner, 1988, 2000; Taylor, 2011). En este sentido, los estudios de performance

¹ Canción “Desde que o samba é samba”.

han contribuido notablemente para entender las prácticas sociales, las cuales, de alguna manera, son una encarnación entre una estructura dada, o algún contenido del pasado, y el rehacer en el presente con su propia dinámica (Carlson 2004, p. IX), por lo tanto, los *habitus* pueden reafirmarse o cambiarse, son los actores sociales que a diario toman la acción de la negociación de estos patrones. Por lo tanto, partimos de una mirada hacia los cuerpos danzantes no solamente reducida a una “imagen del cuerpo” (Bourdieu, 1986), sino que trataremos de relacionar el cuerpo y su performance, –la experiencia práctica del cuerpo–, con el espacio social, sus estructuras y su trayectoria (Martínez Barreiro, 2004).

Para el estudio se aplica el método etnográfico, entendiendo en particular la etnografía como práctica corporeizada (*embodied practice*) centrada en las experiencias corporales y el conocimiento que surge de las mismas, así otorgándole al cuerpo el privilegio de ser lugar de conocimiento (Conquergood citado en Carlson 2004, pp. 208–9). El registro empírico, a partir de prolongados trabajos de campo en los últimos 7 años, comprende entrevistas estructuradas y semiestructuradas, filmaciones y un registro fotográfico, aplicando la técnica de la participación observante, que significa utilizar el propio cuerpo como “herramienta de investigación” (Bourdieu & Wacquant 2005, p. 16). Esta experiencia corporal del investigador/a significa una máxima involucración al campo, pero también puede llevar a la comunicación de diversas reflexividades e incluye un alto compromiso con la comunidad.

En los próximos apartados se analizan las prácticas populares dancísticas observadas en relación a algunos ritmos brasileños como Samba, Axé y Funk carioca, pero también analizamos brevemente los encuentros artísticos con bailarinas-investigadoras de la Universidad Federal de Goiás que se llevaron a cabo en el año 2018. Los lugares de la práctica observada corresponden a las provincias de Salta y Jujuy. Tenemos en cuenta los diversos procesos históricos y sociales que han dejado consecuencias migratorias, tanto desde regiones andinas como europeas, entre otras, un hecho que refleja la composición demográfica y la realidad social y cultural. Todos estos factores se demuestran en la cotidianidad, sobre todo en el comportamiento social: como en la interacción de género y de clase, la violencia de género y la discriminación y la exclusión social del sector popular de donde provienen la mayoría de los actores sociales que hemos estudiado en este contexto. Partimos de la premisa de que los cuerpos danzantes son signos de la articulación de preocupaciones, conflictos y resistencias, y

que las fuerzas internas y externas de los cuerpos crean y re-crean una nueva dinámica social y propia construcción de prácticas.

2. ¿QUÉ RITMOS BRASILEÑOS SE BAILA EN EL NOA?

El poder de Samba

Cuando hablamos de la ‘danza brasileña’ a menudo nos viene a la mente lo que es Samba y el escenario del Carnaval de Rio de Janeiro por su gran popularidad y difusión como parte de lo que se ha construido como cultura brasileña. Es el resultado de la creación, por un lado, una constante que Hobsbawm llamaba “la invención de la tradición” (1983, p. 2), y por el otro, el uso de la cultura como recurso (Yúdice, 2002). Esto es válido, siempre y cuando no perdamos de vista la complejidad de esta danza y su historia. Como lo articula Barbara Browning quien hace la siguiente lectura general sobre lo que es samba: “*I read samba –the most popular secular dance in Brazil– as a form that narrates a history of cultural contact between Africans, Europeans, and indigenous Brazilians*” (Browning, 1995, p. XXIII).² De esta manera se expresa la memoria corporal reconociendo la danza y el cuerpo como un tipo de registro histórico. Podemos decir que *samba* tiene un fuerte vínculo con lo que llamamos la cultura y expresión popular, ya que las mismas canciones en sus letras ponen énfasis en temas como la vida, la naturaleza, la libertad, las alegrías y tristezas. Está arraigada en la cultura popular, así como lo define Edison Carneiro (1962) en la “Carta do Samba” como reflejo de la vida y de costumbres.³ Tratándose de una danza con múltiples influencias, los pasos de alguna manera aparecen en muchos estilos de bailes y coreografías populares de Brasil, un hecho que se puede reconocer también en las performances de los/las danzantes a nivel local.

Se ha investigado mucho sobre Samba como género musical, danza y los aspectos relacionados, como la belleza y la sexualidad. Sin lugar a dudas, es una manifestación de la cultura popular de Brasil, pero también imaginario a partir de su construcción como identificador nacional y la invención de una tradición en búsqueda de una unidad nacional por parte del Estado brasileño. Dicha construcción se ha

² “Leo samba –la danza secular más popular de Brasil– como una forma de narrar una historia del contacto cultural entre africanos, europeos e indígenas brasileños” (Traducción propia).

³ Edison Carneiro escribe “[...] *aceitamos a evolução normal do samba como expressão das alegrias e das tristezas populares [...], como reflexo real da nossa vida e dos nossos costumes.*” (Carta do Samba, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962, p. 3).

llevado a cabo desde los años de la década de los 1930, así creando un universo simbólico que se materializó en la música y la danza de la Samba (de Castilho Gomes, 2014, p. 29). Cabe aclarar que, en el mismo país de Brasil se ha pasado por diferentes etapas de reconocer la articulación a través de la música y la danza de Samba como válida expresión dentro de la cultura popular. En el “Primer Congreso de Samba” en Rio de Janeiro en 1962 se juntaron sambistas, investigadores, representantes de la industria musical y otros interesados para firmar la así llamada “Carta de Samba”. La redacción del texto estuvo a cargo del etnógrafo e historiador Edison Carneiro quien realizó un análisis crítico, pero también impulsó la conservación de este patrimonio cultural. En relación al baile, quedó claro que se trata de un lenguaje corporal que cuenta una historia a través de un complejo diálogo entre diferentes partes del cuerpo que es muy difícil formularlo en palabras. Tal vez es esto que hace la Samba tan poderosa, llamativa para los/las danzantes populares, pero difícil de descifrar a la vez. Podemos definirla como narración con los pies acerca del registro corporal histórico, o como expresión popular de sentimientos, costumbres y resistencias.

Un elemento clave en el análisis musical es la síncopa, es cuando se acentúa la nota en el lugar débil de un compás y entre medio de los tiempos, también llamado *off beat*. Esta alteración rítmica que consiste en el prolongamiento del sonido de un tiempo débil a un tiempo fuerte, para Muniz Sodré significa una táctica de preservación de la cultura negra en América (1998, p. 25). El mismo autor reconoce que la síncopa no es puramente africana, la diferencia está en que en la música europea se encuentra más bien en la melodía, mientras en África su incidencia básica es rítmica. De esta manera la síncopa brasileña es rítmica-melódica, ya que combina ambas formas (ibidem, pp. 25-26). Una interesante metáfora sobre esta estructura polimétrica de 2/4 nos brinda Browning proponiendo que: “Esta suspensión deja al cuerpo con un hambre que solamente se puede satisfacer llenando el silencio con movimiento” (1995, p. 10; traducción propia). Para quienes que bailan Samba –independiente de la ascendencia–, esto significa sentir el cuerpo en este momento, y sentir cómo el ritmo se convierte en un poder que toma este mismo. Sin lugar a dudas, es una danza que transforma, que libera energía y llega a cierto empoderamiento en diferentes contextos (Koeltzsch, 2016; 2018), géneros y edades.

Ahora bien, aquí usamos el registro etnográfico establecido desde el año de 2014 en adelante y que cuenta con datos de participantes en un rango etario entre 17 y 64 años, teniendo en cuenta diferentes situaciones de la práctica dancística cotidiana, espectáculos y

performances. Queremos recalcar que se trata sobre todo de una expresión social del cuerpo donde entran en contacto diferentes personas, es exuberante y expresiva, el desafío está en la rapidez y el juego con el ritmo sincopado (Sodré, 1998, p. 60). El ritmo se hace dueño del cuerpo, y de esta manera, es posible la comunicación y el encuentro de cuerpos comunes, conocidos o desconocidos más allá de las nacionalidades.

El asunto es complejo, porque atraviesa el sistema social, cultural y político. Además, se trata de un estilo musical y de un baile con múltiples dimensiones que integra la poesía de sus canciones, el vestuario, un lenguaje particular, estética, cosmovisión, modos de hacer mover el cuerpo, pero también la escenificación, la performance de los actores sociales, y que se desarrolla no solamente durante la presentación en el *Sambódromo* durante el carnaval como culminación de la expresión sambista. Esto nos indica también una dinámica y este potencial transformador que ha señalado Caetano Veloso (1993) en su canción "*Desde que o samba é samba*", a la vez estos cambios forman parte de la expresión de los danzantes, sin perder su conexión histórica, filosófica y la relación con lo afro-brasileño, sin embargo, lleva a performances cada vez más multiculturales y contemporáneas (Ligiéro, 2011, p. 171).

Imagen 1: Performance en el acto del Día de la Independencia de Brasil, Salta, 7 de septiembre de 2018. (Foto E. N. Cruz).



De esta manera se entiende claramente que la performance no es un acto estático, sino son procesos que se repiten y que nunca son exactamente iguales a la anterior (Schechner, 2000). Podemos encontrar este constante flujo donde se superponen elementos tradicionales y modernos, sin perder el ritmo ancestral. Es justamente esto lo que permite a los actores sociales crear su propia forma de expresión, y tal vez es esta, la posibilidad que atrae a tantas personas dentro y fuera de Brasil de utilizar y crear este espacio para ‘sambar’, para hablar con los pies y con sus cuerpos articulando esta transformación en lenguaje corporal. Así también lo entienden los danzantes locales, bailar ritmos como Samba no es una cuestión de nacionalidad. Como cuenta Mabel (33 años)⁴ en una entrevista:

No tienes que ser brasilera, ni ser de sangre brasilera para bailar una danza así. [...] yo siempre digo que capaz en mi vida anterior, viste cuando se dice que reincarnás, yo digo, en mi vida antepasada tuve algo que ver con lo brasilero, o la zona esta, con lo latino. Es que, escucho esta música y me sale algo de adentro, es inexplicable, pero me sale algo de adentro (entrevista en La Silleta, Salta, 22 de febrero de 2019).

Esto también nos lleva a las percepciones y emociones, percibe la conexión con estos ritmos desde una perspectiva americana, reconoce tanto lo “latino” como lo diaspórico africano, ya que luego hace una conexión entre la danza afroboliviana como la saya, que también practica Mabel, y las danzas brasileñas reconociendo un aspecto en común dice: [...] “también son danzas de esclavitud, tienen su historia también en esto” (Mabel, 22 de febrero de 2019). Se complejiza el tema, ya que la danzante reconoce la historia de los cuerpos, pero también refleja la idea nacional ordenando las danzas desde la perspectiva de nacionalidades como brasileño, boliviano y argentino. Si analizamos la práctica dancística de Samba y la superposición entre diversas danzas de la región NOA, conviene aplicar el concepto “afroindiano” propuesto por Cruz (2021, p. 21), “en virtud de que es una performance común de los subalternos en aras de la integración y adaptación en resistencia”.

⁴ Todos los nombres seudónimos para proteger la identidad de las personas.

Diversión, energía, alegría. La danza Axé

El segundo ritmo que hemos detectado, y que tiene mucho impacto en la práctica dancística en el NOA, se denomina Axé. Se trata de un fenómeno contemporáneo, un movimiento musical surgido en Bahía (Brasil) en los inicios de la década de los años 1980. Como sucede muchas veces con este tipo de fenómenos musicales populares, y como también lo detecta Armando Castro (2010), frecuentemente está relacionado con la supuesta decadencia y la baja calidad técnica (p. 204). Por esta razón, los estudios académicos son escasos, y como en el caso de Castro, se concentran sobre todo en lo que es la música, la industria musical-comercial, pero no se considera la danza. Este último factor resalta aún más, ya que no solamente que no se presta suficiente atención a las danzas, sino que al parecer resulta problemático cuando no encajan ni en el género folklórico-étnico ni en las que se considera "arte". Una particularidad de la música Axé es que las canciones van en conjunto con un videoclip coreográfico. De esta manera van íntimamente enlazados tres aspectos principales que podemos identificar: el cuerpo, la música y el éxito comercial.

Respecto a la etimología, Axé como vocablo proviene de la lengua Yoruba y su significado remite a energía, dinámica y poder. Antonio Riserio (1996) nos provee una definición que abarca todo el concepto, ya que también está ligado a la expresión religiosa afrobrasileña del *Candomblé*. Según Riserio Axé es: "*O poder de um orixá, a força, a dinâmica, o principio-energia do vir-a-ser; os terreiros existem para gerar, acumular e transmitir "axé", garantindo assim não só a sua sobrevivência, como a continuidade da vida na Terra*" (1996, p. 158). Esto significa que en el trasfondo de todo esto encontramos un significado cultural enlazado con la población y se refleja en las prácticas populares. Tanto en los ritmos, en los textos de las canciones y en los movimientos encontramos este trasfondo cultural.

En cuanto a la música Axé, cabe destacar que se expandió rápidamente por todo Brasil y América Latina, así llegó también a la Argentina. A nivel mundial hubo un impacto muy importante, tras estrategias de comercialización como nueva música pop de Bahía, se hizo muy conocida, especialmente a partir de los años 80 con el auge del así llamado género "*World Music*". Artistas como Daniela Mercury, Carlinhos Brown, entre otros, y las bandas bahianas como Olodum y Timbalada celebraron grandes éxitos en Europa y Norteamérica. Ahora bien, la música está enraizada en varios estilos y géneros musicales locales de Brasil y globales, como *Frevo*, *Ijexá*, *Samba*, *Reggae*, *Salsa*, *Rock* y *Lambada*, entre otros, destacando la percusión y las guitarras

bahianas (Castro, 2010, p. 204). Muchos cantantes y grupos nacen en Salvador da Bahia, una ciudad que se caracteriza por sus múltiples prácticas culturales y esto se refleja también en la música Axé. Un importante factor en la difusión es el Carnaval de Bahía, que se caracteriza por los “*blocos carnavalescos*”⁵ con sus “*trios-eléctricos*”.⁶

En relación a la danza, como lo demuestran los videos que acompañan las canciones, en las coreografías se combinan los pasos de diferentes estilos, por ejemplo, de *Samba*, *Samba-Reggae*, danza afro, *Afoxé*, *Hip Hop* y la danza contemporánea. Se realizan sobre todo movimientos de cadera, cintura, con marcación, acompañada por los pies y los brazos/manos, siempre transmitiendo la energía que contiene este ritmo. En la práctica dancística regional han tenido un gran impacto por su popularidad y las necesidades de mover el cuerpo. Los actores sociales perciben las subjetividades, pero también buscan la escenificación, la performance para su articulación (Schechner, 2000). En una encuesta entre 45 participantes entre las personas que bailan ritmos brasileños cotidianamente, para caracterizar las danzas, el 46%, o sea, casi la mitad, mencionó las palabras “sensual”, “erótico” y “sexy” para describir la expresión dancística. Para el 40% de los danzantes los movimientos son fáciles, divertidos y libres; además, reconocen sobre todo el uso de la cadera y pelvis.

Imagen 2: Práctica cotidiana, Salón Municipal en La Merced (Salta), 2015. (Foto GKK).



⁵ Son las comparsas, el grupo de personas que acompañan los artistas en el carnaval.

⁶ Es un tipo de escenario móvil (carrozas) donde tocan y cantan los artistas.

Son muchos los grupos brasileños que lograron éxitos, como *É o Tchan* que combinaron en todas sus performances la música y el baile, escenificaron sensualidad y erotismo, pero también temas en relación a cuestiones históricas, como el vínculo de Brasil con Egipto o la población indígena en el país. Todo esto interpretado a través del canto y el baile. En una entrevista, una de las mujeres recuerda el grupo *Axé Bahia*. Preguntando por qué le atrae la música popular y los bailes de Brasil dice Mabel:

Ahora tengo 33 y lo sigo eligiendo. O sea, ya pasó el tiempo desde el surgimiento de esto de *Axé Bahia*, yo tenía 15/16, ahí cuando empezó, cuando surgió esa música de ese grupo musical, te lo juro, quería ser una de las bailarinas de este grupo *Axé Bahia* (entrevista en La Silleta, Salta, 22 de febrero de 2019).

Entender las danzas populares significa comprender su complejidad, y que no se trata de mera diversión, sino también incluyen sus gestos y mímicas, hasta inclusive el lenguaje como un gesto. No se trata de una mera conexión física del habla, sino que en última instancia el gesto se convierte en el motivo de todo tipo de génesis de significado. De ahí que, el gesto no comunica un significado particular, sino que abre un sentido o sentidos, crea un significado. Es importante precisar que los vocablos crean un primer significado, pero los mismos no solamente son un “enunciado conceptual”, sino que ofrecen “el pensamiento como estilo, como valor afectivo, como mímica existencial” (Merleau Ponty, 1975, p. 199). Una participante se articula en relación a los movimientos:

[...] por ahí hacés movimientos y te das cuenta, vos lo hacés en el mismo baile y en la vida cotidiana como un baile, o sea, esto me llamó la atención, todos estos movimientos, la alegría, todos los movimientos cotidianos, lo que hacés todos los días (Carla, 30 años, entrevista en La Merced, Salta, 17 de octubre de 2014).

Podemos decir que los bailes contribuyen a perder el miedo a la expresión corporal, al cuerpo en sí, porque se trata de espacios populares, familiares y sin evaluación. Los movimientos son “marcadores sociales” y no provienen de una herencia biológica, sino “señalan una pertenencia cultural o una voluntad de asimilarse” (Le

Breton, 1999, p. 50). Finalmente, podemos tomar este ejemplo de un género musical como Axé –y en consecuencia su baile– que logró popularidad y difusión mundial para deconstruir ideas vinculadas a una monocultura de todo lo que es “pop” y su valor menor respecto de lo “clásico” (Frith, 2014). Como bien lo reconoce Castro (2010, p. 206), el estilo Axé se basa en la relación entre tradición y modernidad dialogando entre el pasado y el presente, se supo aprovechar con creatividad para inventar algo original con propios elementos estéticos y con esto pudo competir a nivel internacional.

Imagen 3: Práctica en espacio público, Plaza 8 de diciembre en La Silleta (Salta), 2018. (Foto GKK).



Transgresión del orden moral y la apropiación del baile Funk

El tercer ritmo aquí en cuestión es un estilo musical y dancístico que se denomina *Funk carioca* y en los últimos años ha crecido como un fenómeno transnacional global. Se trata de una cultura urbana, es una práctica musical y dancística asociada con la manifestación cultural llamada baile *Funk* que surgió en las afueras de Río de Janeiro a finales de los años de 1970 y desde aquel entonces, está ligado a este micro-universo de las favelas y la vida de los pobladores de las mismas (Barcelos Carvalho Lima Beschizza, 2015, p. 20). Se puede decir que la

cultura *Funk* representa una agencia de los actores sociales, ya que significa “una reconfiguración completa del espacio social” (Yúdice, 2002, p. 155).

Musicalmente, en sus inicios, obtuvo mucha influencia de una vertiente de *Hip Hop* llamada *Miami Bass*. El estilo se caracteriza por su rápido tempo y tambor frenético, pero también por un controvertido contenido lírico y sexualmente explícito. El género recibió su propio estilo cuando muchos DJs de Brasil, en particular de Rio de Janeiro, trataron de aproximar los ritmos de *Funk* a los de Samba y otros ritmos brasileños. Ha pasado por varias fases de construcción, ya que el *Funk* de los años 1970 ya no es el mismo de 2022. En los inicios del movimiento, destacó sobre todo la participación masculina por los MC's (*master of ceremonies*),⁷ mientras en la actualidad las mujeres juegan un rol muy importante, no solamente como bailarinas en los bailes *Funk* en las favelas, sino también como MC's se ganaron su lugar, ejemplos son MC Carol y MC Rebecca, “*funkeiras*” las que podemos ubicar en el subgénero de “*Funk proibidão*” (funk tabú), cuyos textos explícitos tratan sobre todo de sexo, pero también de la violencia, tematizando el crimen y el narcotráfico (Fornaciari, 2011, p. 58). Otra representante femenina es MC Pocahontas la que podemos ubicar dentro de *Funk ostentação*.

En el siglo XXI, con un público heterogéneo y transnacional, el *Funk carioca* ganó mayor prestigio y popularidad en un amplio público (Barcelos Carvalho Lima Beschizza, 2015). Esto no solamente en Brasil, sino también en Latinoamérica y a nivel mundial. Esto se refleja en la práctica local. Se bailan temas de los artistas más conocidos, definitivamente una de las más exitosas cantantes femeninas actualmente es Anitta. Su video “*Vai malandra*” contabiliza 428,833,838 visualizaciones en YouTube y cuenta con 62,5 millones de seguidores en Instagram.⁸ Parecen solamente números, pero a la vez indican el impacto, sobre todo ante la comunicación global y el flujo cultural transnacional.

Cabe señalar que hay una estrecha relación entre las canciones y los movimientos, por un lado, las letras explícitas de las canciones, y por el otro, los movimientos corporales que han desafiado la cultura hegemónica como ninguna vertiente de la cultura popular anterior en América Latina. En ambos casos, todo lleva muy directamente a la sexualidad sin romanticismos y sin sentir vergüenza del cuerpo. Se

⁷ Fuente: Urban dictionary: <https://www.urbandictionary.com/define.php?term=MC>. Se caracterizan por hacer las mezclas en vivo a diferencia con los DJ's que junta canciones.

⁸ Última consulta del 6 de junio de 2022.

muestran los cuerpos con o sin celulitis, gordos o flacos. Se expresan los deseos y las prácticas sexuales de manera directa, lo que hace el asunto complejo. Las mujeres expresan sus deseos sexuales igual que los hombres, además mueven el cuerpo al ritmo y se exponen. Además, hablan libremente sobre su condición social y sobre su sexualidad, creando un feminismo “propio”. Cabe destacar que en el mundo *Funk* los actores entienden el cuerpo como lugar de placer y el goce individual. Interesante en este sentido es tener en cuenta lo que detecta Mylene Mizrahi (2014), que las mujeres en el baile *Funk* pueden afirmar su feminidad sin “presencia física masculina” (p. 290), ya que bailan de manera autónoma y también eligen su estilo, su estética y sus accesorios. Este aspecto se ha observado en los encuentros a nivel regional, son mayormente mujeres que participan en los encuentros dancísticos y la encuesta que hemos mencionado anteriormente, refleja la percepción de la expresión sexual y sensual del baile. Se caracteriza por los vibrantes movimientos de cadera y meneo. Las coreografías son provocativas con énfasis en la “sacudida” de la pelvis, los glúteos, mover las caderas y los movimientos en relación a la exposición del cuerpo sexualizado.

El *Funk* es una de las danzas que provoca un manejo corporal libre, y esto se nota en la participación femenina donde este tipo de baile ha ganado una gran aceptación, tal vez por esta posibilidad de dejar de lado las restricciones y cuestiones de moral. Aunque la práctica del *Funk* en Salta o Jujuy no es la misma que en Brasil, o sea, no es el mismo escenario que en Rio de Janeiro, sin embargo, en el fondo las condiciones de las mujeres son comparables y también sus deseos.

Las bailarinas prestan atención a las letras de las canciones que muchas veces causan desorden moral, a veces provocan risas o ciertas fantasías. Un tema se llama “*Perereca Suicida*” (vagina suicida)⁹ de MC Japo. Resulta que la coreografía es muy simple y al parecer, los temas más “picantes” llaman la atención. A partir de las observaciones, da la impresión que en el momento del baile se puede salir un rato de la vida “normalizada” cargada con aspectos morales. Hay algo que les atrae, tal vez es esta búsqueda para expresarse de manera diferente y la agencia de expresar sus deseos sexuales, como lo hemos mencionado anteriormente. Como dice una de las participantes: “cuando nos preguntan ¿qué tema quieren bailar?, decimos *Perereca Suicida*, es

⁹ Traducción del significado en la jerga. En realidad “perereca” se denomina a un anfibio similar a una rana, con dedos pegajosos, que suele vivir en los árboles junto al agua. Fuente: Dicionário Online de Português, <https://www.dicio.com.br/perereca/>.

explícito, pero nos gusta” (Vero, 57 años, conversación privada, 20 de diciembre de 2019 en Salta). Son los movimientos y las expresiones corporales que también utilizan las mujeres del Noroeste Argentino para su articulación, así entienden este potencial a partir de un estilo de la cultura popular que atiende a los mismos problemas en la sociedad argentina que la brasileña, y el *Funk* tiene esta capacidad de transmitir esto a partir de una estética particular. Como bien dice Mizrahi:

Pues el potencial político del funk reside no en un discurso explícito de denuncia expresado verbalmente, sino en el desafío que es producido por una estética que, a través de las imágenes muchas veces cómicas del poder oficial, lo desestabiliza. Si lo prohibido presenta una relación de confrontación con la alteridad, la ironía re-simboliza el conflicto a través de una relación de afrontamiento del gusto ajeno, subvirtiendo símbolos de la alta cultura, o de esferas 'sagradas' de la cultura (2015, p. 86).

En este mundo de los diversos ritmos que se originan en Brasil, importante es reconocer que es una forma de articularse y para comprender los bailes populares entran en juego muchos factores sutiles, son la plataforma para articular su agencia como lo hace Ester:

Bailar... es una sensación buenísima ((risas)), una sensación es como decir que la música y el ritmo te cambia la vida, te cambia tu personalidad y tu cuerpo, te cambia, no solamente en eso, sino generalmente en todo. Yo estoy bien bailando ((risas)). [Continua]: Yo bailo sin importar cómo lo hago,=lo logro= lo hago y esto es lo que me gusta (Ester, 28 años, entrevista del 7 de noviembre de 2014 en Cerrillos).

Por lo tanto, el mundo del baile *Funk* es complejo y requiere una lectura de diversas historias corporales. A veces son las contradicciones que nos dan la clave para la comprensión. A pesar de la exposición del cuerpo, que supuestamente representa la mujer hipersexualizada en la sociedad capitalista¹⁰ y los movimientos enfocados en el meneo del

¹⁰ Como también se ha determinado respecto del Reggaetón y las expresiones de la mujer latina, a menudo se interpreta como la exposición del cuerpo de la mujer hipersexualizada. Estas representaciones incomodan los cánones estéticos y requieren un análisis en más profundidad como los proponen Rodríguez Morgado (2012) y Negrón Muntaner (2006).

trasero, sin embargo, se trata de experiencias corporales generadas a través de la danza. Abogamos por desideologizar el cuerpo, además darles agencia a los actores sociales populares, en este caso las mujeres, que quieren decidir cómo moverse.

3. INTERCAMBIO DANCÍSTICO ENTRE BRASIL Y ARGENTINA

Después de haber desarrollado las prácticas dancísticas locales en relación a los ritmos de Brasil y su reapropiación por los actores del Noroeste Argentino, en este apartado queremos resumir brevemente un encuentro que se ha dado en San Salvador de Jujuy en 2018 y que ayudó a acercar al público local un contacto diferente con la cultura dancística brasileña. En el marco de las II Jornadas de Estudios Indígenas y Coloniales “Estudios de Género en América”¹¹ organizado por el Centro de Estudios Indígenas y Coloniales “Daniel Jorge Santamaría (CEIC),¹² se llevó a cabo un taller de danza titulado “Movimientos Atlánticos” a cargo de Juliana Jardel¹³ de la Universidad Federal de Goiás. El taller tenía como propósito el desarrollo de habilidades corporales a partir de las danzas afro-brasileñas enfocadas en la danza Sagrada de los Orixás. De esta manera promover la articulación de experiencias estéticas por medio de la danza, música, que posibilitan a los participantes experimentar con su propio cuerpo y el cuerpo colectivo, construyendo una red de significación, tejida en una relación de diálogo continuo entre el cuerpo y la cultura.

Cabe destacar que el taller se realizó como actividad de extensión de las Jornadas académicas, es decir, se invitó a la participación del público en general. Luego de anunciar dicho taller, en pocos días se llenó el cupo de inscripción. El público tenía muchas expectativas para esta oportunidad de acercarse corporalmente a expresiones ancestrales de la cultura afrobrasileña. Como se puede apreciar en las imágenes 4 y 5, la profesora logró crear este diálogo entre diferentes cuerpos, creando los lazos “afroindianos” Cruz (2021, p.

¹¹ Realizadas del 28 al 30 de noviembre de 2018 en San Salvador de Jujuy. Aval y auspicio Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (Res. FHCA 081/18), Aval de la Universidad Nacional de Jujuy (Res. 1553/18).

¹² Unidad de Investigación de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Jujuy.

¹³ Licenciada en danzas, Magíster en Performances Culturales y Coreógrafa interprete del grupo CORPO SUSPEITO.

21), reforzada la idea por el espacio, el “Centro de Arte Joven Andino” (CAJA), en el cual se realizó la actividad.

Imágenes 4 y 5. El taller de danza “Movimientos Atlánticos”, San Salvador de Jujuy, 2018 (Fotos: Flávia Honorato).



La segunda actividad que se había organizado en el marco de las II Jornadas de Estudios Indígenas y Coloniales fue una performance artística de ‘danza-acción’ titulada “O Caçador de uma flecha só” y presentada por Rafaela Francisco de Jesus.¹⁴ En esta ocasión se visualizó la relación cuerpo y mito a partir de una interpretación en un juego escénico entre el movimiento y la voz, una narración de danza y texto.

En esta pieza de danza-acción, Rafaela escenificó la historia de Oxóssi, que es un orixá, o sea, un dios africano de origen yorubá, que también está asociado a los caboclos. Oxóssi es un cazador que vive en los bosques. En la historia escenificada, Oxóssi aprende a cazar de su hermano mayor Ogum, también un dios africano, representando un maestro del hierro, que además sabe cazar. Oxóssi es conocido como el cazador de una sola flecha, porque consiguió matar a un pájaro monstruoso que perseguía a un pueblo.

Cuando enviaron a buscar a Oxóssi, éste disparó al pájaro con una sola flecha.¹⁵ Fue muy interesante observar cómo el público entendió la presentación, a pesar de las diferencias con la lengua y tal vez poco conocimiento previo del tema, aunque, como ya lo hemos indicado, en muchas canciones de la danza Axé se mencionan los diferentes orixás y su anclaje en la cultura africana. De todas maneras, la performance fue una vez más un ejemplo como la danza y la actuación acerca culturas y hace entender la historia.

¹⁴ Licenciada en danzas, Magíster en Performances Culturales por la Universidad Federal de Goiás, miembro del Núcleo de Pesquisa e Investigação Cênica Coletivo 22 y del grupo artístico Núcleo Coletivo 22.

¹⁵ Para profundizar véase Francisco de Jesus, R. (2020). A performance negra de Victoria Santa Cruz e suas reverberações na construção de escrituras e feminismos negros.

Imagen 6. Performance “O Caçador de uma flecha só” San Salvador de Jujuy, 2018 (Foto: GKK)



4. CONCLUSIÓN

En este texto hemos analizado la diversidad cultural y musical de las danzas brasileñas que se practican en el Noroeste Argentino reconociendo el gran interés en aprender diferentes estilos de danza. Hemos abordado algunas características en relación a la práctica cotidiana, los espacios utilizados y algunas particularidades en el uso de la danza como lenguaje para transmitir memoria corporal, identidad, pero también conflictos. También hemos destacado la forma lúdica y una gran diversidad de pasos y movimientos, en su conjunto, reapropiados por los actores locales en relación con los usos en el mundo global, ya que el flujo musical y cultural de Brasil hacia el resto del mundo es de suma importancia. Llama la atención que los movimientos exigen una alta destreza de coordinación de piernas-torso-brazos-cabeza simultáneamente. La práctica cotidiana es sobre todo relevante para la población femenina que encontró un lenguaje para su articulación en relación a su femineidad, sensualidad y sexualidad ante un contexto de conflictivas relaciones de género y de poder siendo mayormente personas de la clase popular.

Por otra parte, desde una perspectiva de la danza como expresión corporal cultural encontramos esta conexión entre emociones, nuestra visión hacia el mundo y nuestras preocupaciones

cotidianas, por lo tanto, en acuerdo con Laban (2011), los movimientos corporales revelan peculiaridades de nuestra vida interior y reflejan nuestro ser. Finalmente, podemos decir que hay un gran interés en el Noroeste Argentino particularmente en Salta y Jujuy por las danzas de Brasil y su cultura. Se practican estas danzas por elección propia, lo que les da a los actores sociales la oportunidad de ser agentes de su propia vida, hasta inclusive demostrar sutilmente ciertas resistencias dentro de la sociedad actual utilizando sus cuerpos a través de un baile y ritmos muy distintos a los regionales. Así la música y la danza conectan, llevan a un disfrute de bailar y queda en segundo plano la diferencia cultural y se torna superfluas las diferencias lingüísticas.

REFERENCIAS

BARCELOS CARVALHO LIMA BESCHIZZA, C. . Funk carioca: surgimento e trajetória no século XX. *Horizonte Científico*, 9(2), 1-21. 2015

Bourdieu, P. Notas provisionales para la percepción social del cuerpo. En: AA.VV. *Materiales de sociología crítica* (pp. 183-194). Madrid: La Piqueta. 1986

BOURDIEU, P. Y WACQUANT, L. *Respuestas por antropología reflexiva*. México: Grijalbo. 1995

BROWNING, B. *Samba. Resistance in motion*. Bloomington, IN: Indiana University Press. 1995

CARLSON, M. *Performance: A critical introduction*. New York and London: Routledge. 2004

CARNEIRO, E. *Carta do Samba*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1962

CASTRO, ARMANDO. A. Axé music: mitos, verdades e world music. *Per Musi*, 22, 203-217. 2010.

CRUZ, E. N.. Una performance afroindiana en la garganta del Perú. Pregoneros negros del Tucumán en el período colonial. *Resgate - Revista Interdisciplinar de Culturas*, 29, 1-33. DOI: 10.20396/resgate.v29i00.8664000. 2021

CASTILHO GOMES, A. H. *A (Re)Configuração do Discurso do Samba*. Curitiba: Editora CRV. 2014.

FORNACIARI, C. *Funk da gema. De apropriação a invenção, por uma estética popular brasileira*. Belo Horizonte Edição da Autora. 2011

- FRANCISCO DE JESUS, R. *A performance negra de Victoria Santa Cruz e suas reverberações na construção de escrituras e feminismos negros*. (Tesis de Maestría en Performances Culturales). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. 2020
- FRITH, S. *Ritos de interpretación: sobre el valor de la música popular*. Buenos Aires: Paidós. 2014
- HOBSBAWM, E. Introduction: Inventing Traditions. En E. Hobsbawm y T. Ranger (Eds.) *The Invention of Traditions* (pp. 1-14). Cambridge: Cambridge University Press. 1983
- KOELTZSCH, G. K. *Práticas corporales y performance. Danza brasileña en el Valle de Lerma (Provincia de Salta)*. (Tesis de Licenciatura en Antropología). Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Salta. 2016
- KOELTZSCH, G. K. ¿Liberación o dominación? Prácticas dancísticas como performance social en el Noroeste Argentino. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 43(2), 151-170. DOI:10.1080/08263663.2018.1454690. 2018
- LABAN, R. *The mastery of movement*. Alton, Hampshire: Dance Books. 2011
- LE BRETON, D. *Las pasiones ordinarias. Antropología de las emociones*. Buenos Aires: Nueva Visión. 1999
- LIGIÉRO, Z. *Corpo a corpo. Estudo das performances brasileiras*. Rio de Janeiro: Garamond. 2011.
- MARTÍNEZ BARREIRO, A. La construcción social del cuerpo en las sociedades contemporáneas. *Papers Revista de Sociología*, 73, 127-152. 2004
- MERLEAU PONTY, M. *Fenomenología de la percepción*. Barcelona: Ediciones Península. 1975.
- NEGRÓN-MUNTANER, F. El trasero de Jennifer López. *Nueva Sociedad*, 201, 129-144. 2006.
- POOLE, DEBORAH A. Accommodation and Resistance in Andean Ritual Dance. *The Drama Review* 34(2), 98-126. 1990
- RISÉRIO, A. *Oriki Orixá*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1996
- RODRÍGUES MORGADO, C. *Reggaetón, Mujeres e Identidades* (Tesis de Maestría). FLACSO Andes, Sede Ecuador. 2012

SCHECHNER, R. *Performance Theory*. London, New York: Routledge. 1988

SCHECHNER, R. *Performance. Teoría y Práctica intercultural*. Buenos Aires: Libros del Rojas. 2000.

SODRÉ, M. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Mauad Editora. 1998

TAYLOR, D. & FUENTES, M. (comps.). *Estudios avanzados de performance*. México: Fondo de Cultura Económica. 2011

YÚDICE, G. *El recurso de la cultura. Usos de la cultura en la era global*. Barcelona: Gedisa. 2002

LOS PUEBLOS ORIGINARIOS DE JUJUY, ARGENTINA

Marcela Fernández

1. INTRODUCCIÓN

El presente trabajo es una aproximación a la historia y estado actual de los pueblos originarios¹ de la provincia de Jujuy desde la perspectiva de las interacciones y problemáticas que los atraviesan, a los fines de aportar conocimiento sobre los temas que hoy los posiciona como actores sociales dentro del Estado Provincial y Nacional, para consolidar un marco de comprensión que fortalezca políticas y acciones futuras. Aclaramos aquí que hemos optado por la denominación “pueblos originarios” para hacer referencia a los pobladores locales no descendientes de europeos, de los territorios tanto de nuestra provincia, como de aquéllos del resto del continente americano, sin asignar las connotaciones que se suscitaron en las reflexiones ideológicas sobre las prácticas discursivas del poder².

Esta decisión se sustenta fundamentalmente en los procesos de reconocimiento hacia los sectores subalternos que tuvieron lugar en

¹ Sobre la denominación “pueblos originarios” acercamos un debate que creemos oportuno volcar en este trabajo, dado que el mismo hace mención a los pueblos que existieron y poblaron diferentes lugares del mundo antes de la llegada de los europeos, sin hacer referencia exclusiva a los pueblos de América (Fuente: Instituto Nacional de Asuntos Indígenas – Rubén Herrera, director del Centro Cuyano de Investigación Histórico-Social-Mendoza (CCIHS Mendoza) y referente de la Región Cuyo del Consejo Educativo Autónomo de Pueblos Indígenas de Argentina (CEAPI-Nacional Educación Intercultural Bilingüe. En: Diario Los Andes).

Otros autores emplean la denominación “aborigen” derivada de “Ab”= *desde* y “Origine”= *origen*: “*desde el origen*”. “Aborigen”, entonces, es un término que proviene del latín “ab origine”, que quiere decir “los que viven en un lugar desde el principio o el origen”. Silvia Rivera Cusicanqui, objeta esta denominación por cuanto expone a la condición “originaria” en un anclaje en el pasado e incapaz de conducir su propio destino, formando parte de un discurso retórico y esencialista que promueve un reconocimiento recortado de los derechos culturales y territoriales de los pobladores americanos, y que dio lugar al reciclaje de las elites y la continuidad de su monopolio en el ejercicio del poder (*Ch'ixinakax utxiwa Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. 2010: 58).

Finalmente, es posible encontrar otras denominaciones como “*indígena*” e “*indio*”, las cuales poseen una fuerte asignación ideológica, con connotaciones enfrentadas entre sí.

² Loc. Cit.

nuestro país, entre ellos los grupos referidos, los cuales iniciaron distintas acciones en múltiples espacios. En ese sentido, el reconocimiento de la diversidad cultural, sustentado por la lucha y reivindicación iniciadas por distintos pueblos en el mundo, ha contribuido en las últimas décadas a la creación de un corpus jurídico que otorga legitimidad a los derechos de los pueblos y comunidades indígenas de nuestro país, materializado en un conjunto de normas a través del artículo 75 inc. 17 de la Constitución Nacional y el derecho internacional de los Derechos Humanos (Art. 75 inc. 22 CN).

Este cuerpo normativo se integra con otros convenios internacionales debidamente ratificados, en particular, el Convenio N° 169 OIT sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes (Ley N° 24.071) y el Convenio sobre Diversidad Biológica (Ley Nacional N° 24.375), como también en leyes nacionales específicas; en primer lugar, la Ley Nacional N° 23.302 de “Política indígena y de apoyo a las Comunidades aborígenes” y la Ley Nacional N° 26.160 de “Emergencia en materia de posesión y propiedad de las tierras que tradicionalmente ocupan las Comunidades indígenas del país” (y sus prórroga Leyes Nacionales N° 26.554 y 26.894). Por último, cabe mencionar el decreto presidencial 700/2010 así como también las constituciones y leyes provinciales.

A tales efectos, el documento se estructura en el desarrollo de un marco geográfico, histórico y social, que permita configurar una visión integral de este sector de la sociedad, acudiendo para ello a trabajos realizados por distintos investigadores y fuentes bibliográficas que trabajan conocimientos específicos a cada área (geografía, historia, economía, arqueología).

La descripción que se elaboró ha considerado cada región en particular para caracterizar sus particularidades geográficas, climáticas y poblacionales, con las comunidades que las habitan, sin especificar datos cuantitativos por no disponer hasta la fecha de la elaboración de este trabajo de los datos actualizados del último censo (2022).

2. DESCRIPCIÓN GEOGRÁFICA DE LA PROVINCIA.

La superficie que ocupa el territorio de la provincia de Jujuy abarca 53.219 km². Su característica más visible es sin duda su importante variación altitudinal (entre 400 y 6000 m.s.n.m) la cual define distintos pisos ecológicos que presentan diferencias sensibles en los ecosistemas que los conforman: regiones de intensas precipitaciones y altas temperaturas, como es el caso del sector oriental de la provincia,

hasta amplias áreas frías y secas en el Altiplano, ubicado en el sector occidental de la misma. Fueron estas características geográficas las que, juntamente con particularidades históricas y etnográficas, permitieron claramente definir las cuatro regiones que componen el territorio provincial:

1. **Puna**
2. **Quebrada**
3. **Valles Templados**
4. **Yungas, o Valles Subtropicales.**



1. Fuente: Revista Divulgatio. Universidad Nacional de Quilmes.

División política

La provincia se divide en 16 departamentos y su capital es San Salvador de Jujuy, ubicada en el departamento Doctor Manuel Belgrano.

Las principales ciudades se alinean a lo largo de las rutas nacionales como la RN9, corredor Sur-Norte del NOA con origen en Buenos Aires y final en La Quiaca; la RN 34, que conecta con la provincia de Salta, y la RN52 en dirección Este-Oeste, que conecta con la República de Chile.

En la provincia, los relieves y los microclimas definen cuatro regiones con características particulares: Puna, Quebrada, Valles Subtropicales, dentro de los cuales una parte son Valles de Altura o Yungas, y Valles Templados.



Situación sociodemográfica. Datos 2010.

La población de la provincia de Jujuy representa el 2% del país y el 15% del NOA. La densidad es de 12,7 hab./km², superior al nivel nacional (10,7) y en segundo lugar regional está muy por debajo de Tucumán (64,3). El 4,4% de la población de Jujuy nació en el extranjero; guarismo idéntico a los valores nacionales. El territorio muestra una creciente tendencia a la concentración, tanto demográfica como económica, en la zona de los Valles y en parte de las Yungas. Coincidente con esta región, este sistema alberga el 88,7% de la población, de la cual el 93,3% es urbana y el 6,7% restante es rural.

2. Jujuy. Densidad poblacional por departamentos (habitantes /km²).

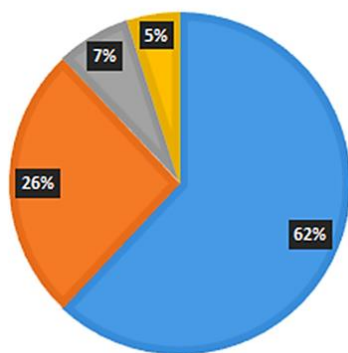
Fuente: Dirección Nacional de Asuntos Provinciales. Ministerio de Hacienda de la Provincia de Jujuy.

Al año 2010 la población total de la provincia de Jujuy era de 673.307 habitantes, discriminado según departamentos:

DEPARTAMENTO	POBLACIÓN TOTAL
DR. MANUEL BELGRANO	265.249
EL CARMEN	97.039
LEDESMA	81.790
SAN PEDRO	75.037
PALPALÁ	52.631
YAVÍ	20.806
SANTA BÁRBARA	17.730
HUMAHUACA	17.366
COCHINOCA	12.656
TILCARA	12.349
TUMBAYA	4.658
SAN ANTONIO	4.466
SUSQUES	3.791
SANTA CATALINA	2.800
RINCONADA	2.488
VALLE GRANDE	2.451
Total Provincia	673.307

DISTRIBUCIÓN DE POBLACIÓN POR REGIONES

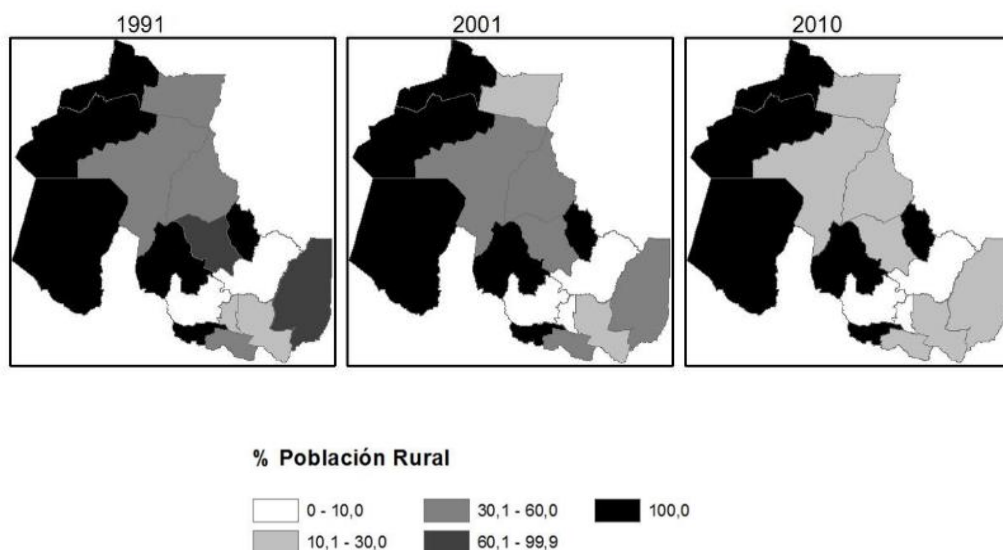
■ Valles Templados ■ Valles Cálidos ■ Puna ■ Quebrada



3. Distribución de la población de Jujuy por regiones geográficas, 2010 (en %). Fuente: GIRSAR.

En todas las regiones, aún en las que históricamente predominó la población rural, se observa una pérdida de importancia de este sector. En Puna y Quebrada, en el año 1991 algo más de la mitad de la población era considerada rural; para 2010 rondaba el 40% de población rural, mientras que van descendiendo los niveles de ruralidad del centro de la Quebrada y en los Valles cálidos. Aquí el sector secundario y terciario alcanza el mayor desarrollo, y se concentra la mayor parte de la población rural. Para 2010, 41 de cada 100 habitantes rurales se encuentran en esta región. En los departamentos de Valle Grande (Valles de altura) y San Antonio (Valles templados) se registran índices elevados de ruralidad.

El primero tiene grandes deficiencias de conectividad con el resto de la provincia mientras que en el segundo se ubica un núcleo fuerte de la producción tabacalera (Golovanevsky; Bergesio; Reid Rata: 2015: 10). A medida que se toma distancia de la ruta 9, los departamentos incrementan su población rural, como sucede en los casos de Tumbaya, Rinconada, Susques, Valle Grande y San Antonio, donde la ruralidad tiende a permanecer en los niveles más altos dentro la provincia (2015: 10).



4. Fuente: GOLOVANEVSKY et. Al (2015: 11), en base a datos de censos poblaciones (INDEC).

Desarrollaremos a continuación una breve caracterización de cada una de las regiones que conforman la provincia.

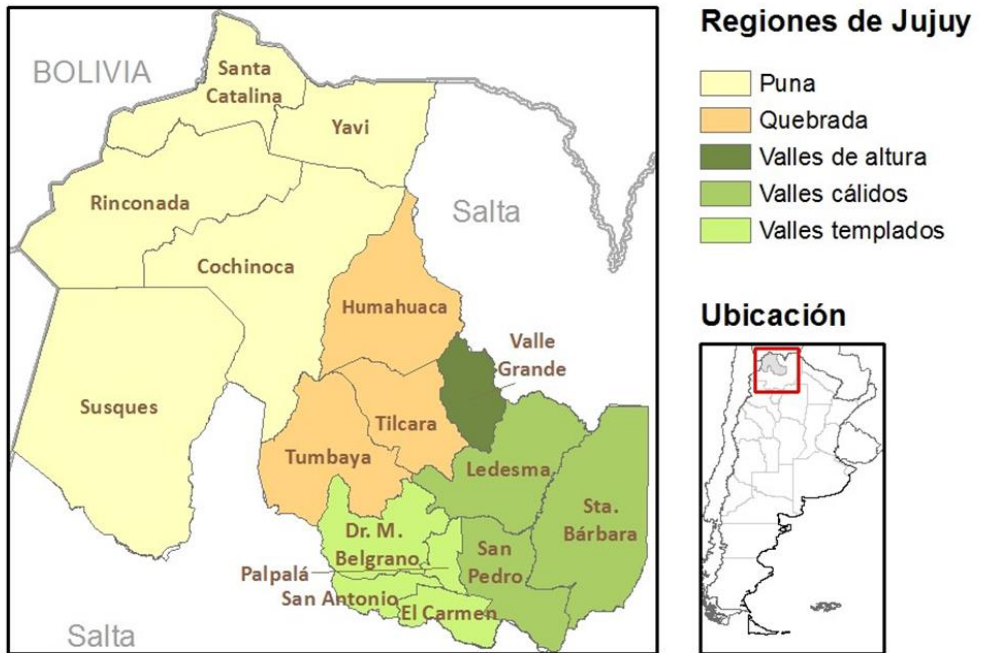
REGIÓN PUNA

Esta región se ubica en el costado occidental de la provincia, abarcando los departamentos de Susques, Rinconada, Cochino, Santa Catalina y Yavi, cubriendo el 55% de la superficie del territorio provincial.

Características geográficas y ambientales

Geográficamente, la Puna es una planicie en altura ubicada desde los 3500 m.s.n.m., a su vez seccionada por una serie de montañas cuyas elevaciones alcanzan los 5900 metros de altura, como el Nevado del Chañi. Es una meseta árida, de 85.000 km², cuyo límite oriental lo establece la cordillera oriental, sierras de Santa Victoria y Zenta, al oeste el límite con Bolivia y Chile está marcado por una línea de volcanes, al sur por la cordillera de San Buenaventura; y hacia el norte continúa con el altiplano boliviano (García Moritán, Cruz: 2011). En esta región se encuentran formaciones salitrosas como las Salinas Grandes y el Salar de Cauchari. Por su ubicación altitudinal presenta un clima muy riguroso caracterizado por una gran amplitud térmica diaria, intensa radiación solar, constantes vientos, temperaturas en promedio bajas, que descienden por debajo de los 0° C en el invierno, y escasa pluviosidad en la estación fría, características éstas que condicionan sensiblemente la práctica de la agricultura y determinan una economía sustentada mayormente en la cría de animales de la zona (camélidos, ovinos). Las escasas precipitaciones que se registran ocurren principalmente en los meses de verano y suelen ausentarse por completo en invierno. Posee además gran variedad de depósitos minerales como plata, estaño, oro, cobre, antimonio y litio, y de sus yacimientos se extrae el 100% del plomo y el cinc producido en el país. La producción agropecuaria se basa en camélidos y ovinos, destinada básicamente al autoconsumo. Posee un suelo árido, cubierto por espacios dispersos de cobertura vegetal.

La disponibilidad de agua es en esta región el factor más crítico, tanto para consumo humano, consumo animal, como para los sistemas productivos en general, por lo que los recursos hídricos sub-superficiales son aprovechados muy puntualmente.



5. Fuente: *Mapa de la dinámica poblacional en Jujuy. Cambios y continuidades en el empleo y las condiciones de vida (Golovanevsky et al: 2015).*

Población

En las épocas anteriores a la llegada de los españoles la región estaba habitada por diferentes grupos étnicos: hacia el este vivían los grupos Casabindo, los Cochino y los Apatama. Los indígenas casabindos ocuparon así toda la parte central de la Puna incluyendo Rinconada, Laguna de Pozuelos y Oratorio; su lengua pudo haber sido el kunza atacameño, o el kakán diaguita. Al norte de esta región se encontraban los Chicha; al este los Atacama, pueblo dedicado a la cría de ganado más que a la agricultura; en proximidad a la Quebrada de Humahuaca, hacia el sur, se situaban los grupos designados genéricamente como Omaguacas. La mayor cantidad de población se concentraba en el borde oriental (García Moritán, Cruz: 2011: 13). Al sur de la región se encontraban grupos de lengua diaguita, con patrones de asentamiento, uso de la agricultura, metalurgia, cerámica y referencias etnohistóricas diferentes al resto de las poblaciones mencionadas. De

acuerdo a los registros etnográficos es probable que los habitantes de la región puneña pertenecieran a la familia lingüística *kunza* o atacameña.

Esta región presentó un número importante de habitantes a lo largo de la etapa colonial y hasta fines del siglo XIX, según los censos nacionales de 1869 y 1895, manteniéndose constante en 12.000 habitantes aproximadamente, decayendo en poco tiempo su peso relativo: hacia 1869 alcanzaba al 30% del total provincial y en 1895 sólo el 22% (1992: 217-236) (Paz: 1992). La instalación de la minería elevó este número de habitantes hacia 1947, constituyéndose La Quiaca en la ciudad más importante, con 7000 habitantes, seguida de Abra Pampa y Mina Pirquitas. La densidad de población ha ido decreciendo en las áreas rurales desde 1960; tendencia similar presenta también la Quebrada de Humahuaca. Las localidades urbanas de la región, y otros centros urbanos de la provincia, fueron los que absorbieron a la mayor parte de estos habitantes rurales. Otro dato de interés es la construcción de la ruta a Chile por el Paso de Jama, la cual impulsó la urbanización de Susques.

La actividad económica principal en esta región es la minería, iniciada formalmente por ingleses y belgas a fines del siglo XIX. En 1888 se registraban en Jujuy 103 mineras, de las cuales 61 eran de oro y plata (García Moritán, Cruz: 2011). Hacia 1960 la industria minera representaba sólo el 2,5 %; a partir de ese momento comenzó a crecer hasta llegar en 1974 al tope del 13, 2%. Luego entró en crisis y cayó rápida y continuamente hasta llegar en 1980 al 2,7 % (Stumpo: 1994). Desde 1990 el Estado Provincial es el principal empleador y proveedor de planes y subsidios locales.

QUEBRADA

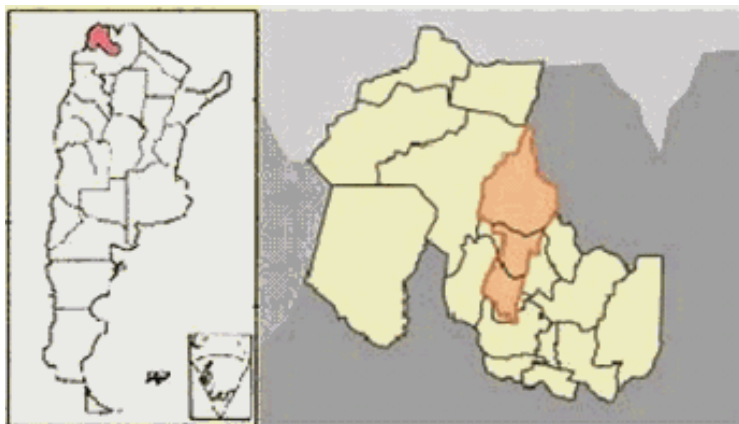
Características geográficas y ambientales

Con el nombre de Quebrada de Humahuaca se designa al valle que recorre de norte a sur la provincia de Jujuy, a lo largo de 150 km, paralelo a la meseta puneña, recibiendo esta denominación por el pueblo que habitó esta zona: los omaguacas. La Quebrada está atravesada por el río Grande, subafluente del río Paraguay, y en su recorrido recibe una gran cantidad de quebradas de menor porte, siendo en sí parte de la Cordillera Oriental. Esta región está integrada por los departamentos de Tumbaya, Tilcara y Humahuaca, y una importante porción de su territorio se ubica en la ecorregión Monte de Sierras y Bolsones.

Su clima es frío, con precipitaciones en la temporada estival, y clima seco en invierno. Las temperaturas varían entre los 5°C y los 23°C de promedio anual.

Si se recorre la Quebrada de Humahuaca transversalmente, se entra en un más rápido contacto con la montaña o selva, lo que lleva a entenderla como una región geográfica cultural independiente, y también como una amplia frontera integradora -a partir de los intercambios o control de recursos que a través de ella se realizaron-, entre la vida y la cultura de los pueblos indígenas de las tierras altas de la Puna, y los de las quebradas, con las bandas y tribus indígenas de las tierras bajas de los Valles orientales.

Desde varios puntos de vista, la Quebrada de Humahuaca constituye una zona de transición entre las Punas del Altiplano y el ambiente subtropical del Este conocido desde tiempos indígenas como Chaco. Esta posición le va a dar una particular dinámica a la vida de los pueblos indígenas que allí vivieron, y también a los movimientos de gentes que en ella se desarrollan. A la vez que plantean una serie de problemas aun no resueltos, como ser la determinación de una clara y precisa identidad de los indígenas, el tipo de división y organización política de los pueblos o parcialidades indígenas y, finalmente, el tipo y carácter de las relaciones que establecieron las comunidades, pueblos o parcialidades indígenas de la Quebrada de Humahuaca, con los pueblos, bandas y tribus de las tierras bajas del Este jujeño.



6. Ubicación de la Quebrada de Humahuaca

Población

En la Quebrada se encontraron los registros de ocupación humana más antiguos de la provincia, superando los 10.000 años de

antigüedad. Esto fue verificado en Inca Cueva, departamento Humahuaca, y Quebrada de Huachichocana, próxima a Purmamarca.

Hacia el 2500 a.C. arriban grupos con distintas características sociales, económicas y tecnológicas, probablemente más asimilables a las culturas de las tierras bajas, lo cual queda testificado por los materiales recuperados.

Los registros arqueológicos indican una serie de cambios en la vida social de estos pobladores, que se producen a partir del año 1000, observándose un importante aumento demográfico: se abandonaron los sitios próximos al río y aparecieron los “pucará”, zonas elevadas de difícil acceso con características de fortalezas. “En esta época se evidencia una intensa relación con habitantes de otros sectores ecológicos, desde la costa del Pacífico hasta el Chaco, tráfico que estuvo a cargo de caravaneros de llamas que en condiciones normales avanzaban entre 15 y 25 kilómetros por día” (2011: 17). Al final de esta etapa, la región es anexada al dominio incaico, pasando a formar parte del Tawantinsuyu, que produjo cambios en la organización política, económica y social de estos pueblos.

Con el ingreso posterior de los españoles, las tierras son entregadas en encomiendas, los habitantes, trasladados y empleados como mano de obra para los trabajos en la colonia. Esta situación, sumada a las enfermedades traídas por los europeos, produjo una sensible disminución de la población. A raíz de esto se crean las “reducciones” o “pueblos de indios”, que se formaban al trasladar a los habitantes de varios asentamientos para residir en un solo lugar. La mayoría de los poblados actuales de la Quebrada de Humahuaca tienen su origen en esos “pueblos de indios”.

Durante las guerras de la independencia, la Quebrada se conservó como vía de comunicación, siendo el corredor en el que se produjeron muchas batallas que afectaron profundamente a la población: muchas familias abandonaron la región para regresar muchos años después. Recién a fines del siglo XIX se restablece el comercio de mulas con Bolivia.

La llegada del ferrocarril, hacia 1906, produce una transición entre el comercio de mulares y vacunos, decreciendo el mercado boliviano y orientándose la producción agrícola hacia el noroeste argentino; a la vez, el ferrocarril sirvió para trasladar hacia las pampas los minerales producidos en la Puna.

En la actualidad la población mayormente emigra de la zona hacia la capital de la provincia u otros centros urbanos, mayormente, el

conurbano bonaerense. En las tierras altas de la Quebrada la producción mayormente se dirige al autoconsumo.

VALLES ORIENTALES O YUNGAS

Características geográficas y ambientales

Los Valles Orientales – conocidos como Yungas o extenso corredor biomático, por sus características climáticas y fitogeográficas – son la continuación hacia el este de la Quebrada, separados de ésta por la Cordillera Oriental. Se encuentran rodeados por sierras que oscilan los 2.500 m de altura como las de Zapla, Zenta, Cresta del Gallo, y Maíz Gordo, sirviendo estas últimas de límite sudeste con Salta. Sus sectores bajos y llanos llegan hasta los 500 m.s.n.m. La temperatura y humedad son propias del clima subtropical con estación seca, posee los valores más elevados de la provincia en el sector de la nubo o nimboseña; la ladera de barlovento recibe los vientos del Noreste procedentes del Atlántico que le aportan lluvias orográficas todo el año. En verano las temperaturas máximas llegan a 40°C produciendo malestar y sofocación en la población local. La flora es muy rica en especies arbóreas desarrolladas a modo de estratos en pisos de vegetación.

Exponentes como el ceibo, nogal, cebil, laurel, cedro, palo santo, guayacán, jacarandá, lapacho, etc., visten las montañas de colores en la primavera, quedando a mayor altura (1000 a 1700 m.s.n.m.) las coníferas y alisos perennes que reflejan la humedad permanente del lugar. Los departamentos de Valle Grande, Ledesma, San Pedro y Sta. Bárbara forman parte de esta región. Ledesma y San Pedro están ubicados en la ecorregión Yungas, mientras que Santa Bárbara y Valle Grande tienen un sector de Yungas y otro de Bosque Chaqueño Serrano.

Población

Entre el 700 a. C. y el 300 d. C. se desarrolla el Complejo San Francisco, abarcando el territorio correspondiente a los departamentos Ledesma, San Pedro, Santa Bárbara y El Carmen. En el departamento San Pedro se encuentra el sitio Moralito, cuya ocupación fue originaria de la cultura San Francisco. En los alrededores de Valle Grande se encontró otro sitio arqueológico conocido como Finca Tolaba, correspondiente a patrones estilísticos originarios de la Quebrada de Humahuaca -período tardío 1000/1480 d. C (De Feo, Fernández: 1998). Luego de la entrada incaica las antiguas relaciones entre tierras altas y bajas sufren un profundo cambio que impactó en toda la región (2011).

Después de la independencia aparecen latifundios que se relacionaron social y espacialmente con el valle de Jujuy y la cuenca del río San Francisco. A comienzos del siglo XIX llega a la zona, desde Salta,

José Ramírez de Ovejero, iniciador del ingenio Ledesma en 1830, luego en 1876 arribaron algunos integrantes de la familia Leach quienes fundaron en 1884 el ingenio La Esperanza en San Pedro, comprando posteriormente las tierras de Calilegua.

La explotación de la caña de azúcar utilizó mano de obra del chaco salteño, de los grupos wichís, tobas y guaraníes. A partir de la finalización de la guerra del Chaco se incorporó a población mayormente boliviana (Demitrópulos: 1991).

Actualmente los pobladores rurales de la región realizan tareas ganaderas y agrícolas de subsistencia. A partir de mediados del siglo XX disminuye esta actividad para ceder a la explotación forestal. En la región se cultiva maíz, papa, zapallo, cayote, palta, frutales como manzanas, peras, ciruelas, parras, duraznos y cítricos, tomate y lechuga.

VALLES TEMPLADOS

Características geográficas y ambientales

La región llamada Valles Templados comprende los departamentos: Palpalá, Dr. Manuel Belgrano (Capital), San Antonio y El Carmen. Palpalá está en la ecorregión Yungas, El Carmen comparte Yungas y bosque chaqueño, y Dr. Manuel Belgrano y San Antonio parte en Yungas y otra parte en Altos Andes. El río Grande atraviesa la región, confluyendo a su paso una serie de afluentes de ambos márgenes forman pequeñas quebradas o valles transversales. La ciudad más importante y capital de la provincia es San Salvador de Jujuy, fundada por Francisco de Argañaraz en 1593. Ubicada en el departamento Dr. Manuel Belgrano, presenta una topografía montañosa atravesada por los ríos Grande y Xibi-Xibi. Con una altura de 1200 a 1300 msnm, posee un clima subtropical serrano con inviernos benignos y veranos de lluvias intensas (2011: 25).

Población

Desde el 500 a. C. hasta el 700 d. C., la ocupación de los valles parece haber estado concentrada en la cuenca del río Ocloyas que se conecta directamente con el valle del río San Francisco, posteriormente, entre los siglos XI y XV, los territorios que conforman la cuenca superior del río Corral de Piedras, y que están conectados directamente a la Quebrada de Humahuaca por la Quebrada de Jaire y la de Huajra, se ocuparon densamente (2011:25).

A principios del siglo XVII, la elite gobernante estaba formada por encomenderos que además poseían tierras por mercedes reales. A partir del momento de la fundación de San Salvador de Jujuy, la mayoría de las tierras de los Valles estuvieron dedicadas a la ganadería y sólo

algunas estuvieron ligadas a la producción de trigo y maíz para abastecer la ciudad (Loc. Cit).

En el siglo XX la llegada del ferrocarril revaloriza las tierras, muchas de las cuales cobran importancia por la producción de tabaco. En el departamento Palpalá, el centro siderúrgico Altos Hornos Zapla impuso un cambio económico en la región y atravesó diferentes etapas alcanzando su cenit durante la década de 1960 llegando a tener 5500 empleados (Loc. Cit). Debido a los procesos de desregulación y privatizaciones llevadas adelante en el país a fines del siglo XX, el mercado de trabajo sufrió un proceso de tercerización con una primacía del empleo público y del trabajo por cuenta propia (Bergesio: 2000).

CARACTERIZACIÓN DE LOS PUEBLOS ORIGINARIOS DE LA PROVINCIA DE JUJUY.

Las regiones de Puna y Quebrada concentran la mayor cantidad de comunidades de pueblos originarios. A diciembre de 2010 existían en la provincia 268 comunidades indígenas, con personería jurídica registrada o en trámite hasta esa fecha, pertenecientes a nueve grupos étnicos diferentes: atacamas, guaraníes, kollas, kollas-guaraníes, ocoyas, omaguacas, tilianes, toaras, tobas. De la parte de la población que se autoreconoce indígena, el 52,5% afirmó pertenecer al pueblo kolla, el 12,3% al guaraní y el 11,7% al omaguaca, siendo el primer grupo el predominante en la Puna. En la provincia de Jujuy, 164 comunidades han optado por la denominación kolla para identificarse desde el punto de vista étnico. Su dispersión por el territorio provincial es significativa y está representada en todas las regiones (2011). En la Puna existen 113 comunidades, en la Quebrada su presencia es más reducida (36), y en las restantes zonas es escasa, 8 en el Ramal y 7 en los Valles. En la mayoría de los casos, habitan en zonas rurales frecuentemente con un patrón de asentamiento disperso (147 comunidades). Sus integrantes son también considerados campesinos por el modo de vida y las actividades productivas que realizan a lo largo del año.

Comunidades kollas

Esta denominación puede también encontrarse como colla o coya, y deriva de las diversas naciones que estuvieron bajo el dominio Aymara-Tiahuanaco, una cultura preincaica cuya economía se basaba en la agricultura y la ganadería, llegando a desarrollar una importante arquitectura, y que abarcó los territorios de la meseta del Collao, entre el oeste de Bolivia, suroeste de Perú, el norte de Argentina y el norte de Chile, los departamentos de La Paz -parte andina-, Oruro, la mitad oeste

de Cochabamba, y parte de Potosí.. Después de su colapso, entre el 900 d.C. y 1200 d. C. se desarrollan los reinos o señoríos aymaras o señoríos lacustres (ubicados en el lago Titicaca) hacia el período intermedio tardío, entre los años 1150 y 1477 en que fueron conquistados por los Incas, y pasaron a formar uno de los cuatro suyos del Tawantinsuyo.

El término kolla se ha utilizado para designar a los habitantes de la región de la Puna, Quebrada, y en general, a la población de origen quechua o aymara del noroeste de nuestro país. Magrasi hace referencia a la denominación kolla para las poblaciones descendientes de atacamas, diaguitas y omaguacas (Magrasi, 2000).

En la provincia de Jujuy existen 164 comunidades que han optado por la denominación kolla para identificarse desde el punto de vista étnico. La población total alcanza aproximadamente las 26.000 personas (datos al 2010).

De acuerdo a los datos obtenidos en trabajo de campo de García Moritán y Cruz (2011) en las provincias de Salta y Jujuy, la lengua quechua prácticamente ha dejado de utilizarse. La base económica de la población se asienta en la forma productiva tradicional post hispánica, teniendo cada familia cierto número de animales como burros, ovejas, cabras y otros animales domésticos. La organización doméstica se estructura sobre una división del trabajo por sexo y edad. Las familias conforman redes sociales de parentesco, compadrazgo y vecindad que refuerzan su sistema de relaciones. Los consejos comunitarios son la base de la organización política; éstos son los órganos de gobierno propios de las comunidades Kolla del noroeste argentino. En algunas comunidades existen también los concejos de ancianos, que cumplen funciones fiscalizadoras. Otra institución es la asamblea, que congrega a toda la comunidad y se convoca cuando hay que renovar los concejos y para tomar decisiones significativas.

Comunidades omaguacas

El significado de Omaguaca en aymara es *agua sagrada*, *oma*=agua y *guaca*=lugar sagrado; en tanto que *umaguaca* en quechua significa: *uma*=cabeza y *guaca*=lugar sagrado. Los omaguaca cultivaban en el fondo de valles y en grandes sitios agrícolas establecidos en áreas elevadas; manejaban el cultivo en andenes y las técnicas de irrigación artificial.

En el año 1594 un líder de la región, el cacique Viltipoco, encabeza la resistencia durante las guerras calchaquíes, una sucesión de enfrentamientos indígenas contra el imperio español, estableciendo alianza con los diaguitas, los chichas, los apatamas y los churumatas, juntando a más de 10.000 indígenas para atacar las cinco ciudades del

Tucumán: Jujuy, Salta, Tucumán, La Rioja y Las Juntas. Luego de su muerte los españoles comenzaron a encomendar a los pobladores originarios de la zona. Los Tilián fueron trasladados al valle de Salta; los Ocloya, Paypaya y Osa, que vivían en los valles del este de la Quebrada, fueron llevados al valle de Jujuy. Los demás indígenas de la Quebrada fueron concentrados en pueblos de indios que conservaron sus autoridades tradicionales, los curacas. Los diferentes grupos de la Quebrada mantuvieron su identidad hasta mediados del siglo XIX (Albeck, González: 1996).

Actualmente, las comunidades autodefinidas como omaguaca se encuentran solamente en la Quebrada y casi exclusivamente en el departamento Humahuaca. De ellas, 38 habitan en espacios con características rurales y sólo 6 en situaciones urbanas. Su población asciende a más de 10.500 personas.

Pueblos atacama

La totalidad de estas comunidades se ubican hoy en la región de la Puna en el departamento Susques. Habitan en forma dispersa o en pequeños conglomerados poblacionales, muy separados entre sí espacialmente. La mayoría de las familias tienen ganado, principalmente ovejas, llamas y cabras. Durante el invierno trasladan el ganado a zonas más bajas y cálidas de la Puna, y en el verano suben hasta las cumbres, a las vegas.

De acuerdo a los registros arqueológicos tuvieron importantes rebaños de llamas, con las que transportaban sal para intercambiar por cerámica y valvas de moluscos con otros pueblos de regiones aledañas. Se han hallado restos de hachas para la extracción de sal, palos cavadores, cucharas, azadones y ollas, entre otros artefactos. Realizaban deformaciones craneanas e incluso dentarias. Utilizaron abundante piedra, una alfarería tosca, escasa metalurgia, madera y hueso. Se destaca el Pucará de Rinconada en donde se hallaron menhires de hasta dos metros de altura, pequeñas figuras antropomorfas de piedra y tabletas para el consumo de alucinógenos. Enterraron a sus muertos en grutas naturales completadas con pircados. Probablemente realizaban sacrificios humanos. Es probable que su lengua originaria haya sido el *kunza*, lengua relacionada con el cacán y el quechua (Censabella: 1999).

La población de estas comunidades es de alrededor de 3600 habitantes. Muchos jóvenes migran en general a otras zonas puneñas en busca de ofertas laborales.

Comunidades ocloyas

Cruz (2009) cree que este pueblo era el más importante del pedemonte jujeño y plantea dos conjeturas en relación a este grupo. La

primera considera que estaban sujetos a los Omaguaca con una especie de dependencia económica y política y que fueron ubicados en la vertiente oriental por aquellos. La segunda indica que los Ocloya eran un desprendimiento de los Omaguaca y que representaban una versión local del modelo de control vertical de diferentes pisos ecológicos. Ésta era una práctica frecuente en el mundo andino, que ejercía una función de control de los recursos de zonas ecológicas alejadas (2011: 33). No existen datos ciertos sobre la lengua que hablaban, aunque al parecer tenían su idioma particular. La población Ocloya reside actualmente en las localidades de Tilquiza, Laguna de Tesorero y Tiraxi, departamento Dr. Manuel Belgrano (Valles); en las proximidades del río Normenta, departamento Ledesma (Ramal); y en el departamento Tumbaya (Quebrada). La población total es de aproximadamente 650 personas, en general, pequeños propietarios y arrendatarios que desarrollan una economía de subsistencia basada en la ganadería y la agricultura. La organización política al interior de las comunidades está relacionada con su adscripción étnica y se expresa a través del concejo comunitario, el concejo de ancianos y la asamblea.

3. ESTADO ACTUAL DE LAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE LA PROVINCIA DE JUJUY.

Las comunidades indígenas de la provincia de Jujuy no tienen acceso a iguales oportunidades de empleo, servicios públicos, administración de justicia, protección de la salud, y otros beneficios que posee la sociedad no indígena (Martínez Cobo: 1986). Este patrón no sólo es privativo de la provincia, sino que se verifica tanto en países desarrollados como no desarrollados (Cimadamore et al: 2006).

Las causas de este estado de situación pueden rastrearse en las condiciones históricas, políticas, económicas e ideológicas, que desvincularon a los pueblos originarios de sus territorios, los recursos que en éstos existían, y que eran base y fundamento de su reproducción material y simbólica, quedando así en un estado de vulnerabilidad que atravesó todos los órdenes de su existencia como pueblos. Por esto mismo, es comprensible la permanente reivindicación de sus derechos territoriales, elemento común de los movimientos indígenas a nivel internacional frente a la marginalidad y desamparo que padecen.

Asimismo, se debe resaltar que dentro de estos grupos que por su condición de indígenas se encuentran en una notable situación de desventaja frente al resto de la sociedad, las mujeres sufren una carga aún mayor en sus condiciones de pobreza, constituyendo, junto a los

niños y los ancianos, una abrumadora mayoría en toda América Latina (Borón: 2006).

La invisibilización de la problemática indígena ha alcanzado incluso a la tradición socialista, que dio por llamar a estos grupos como “pueblos sin historia”, hecho que ya Mariátegui ha condenado en los años veinte del siglo XX, por la total incompreensión de la complejidad de este sector de la sociedad.

Los indicadores elaborados a finales de la década del noventa por la Organización Mundial de la Salud en estudios de la situación de los pueblos indígenas en el mundo destacan valores alarmantes para esperanza de vida, mortalidad infantil, desnutrición, y enfermedades de transmisión vectorial, lo que implica que, a los bajos ingresos que poseen estos grupos, sus esperanzas de vida se reducen significativamente por no contar con hogares adecuados y seguros, acceso al agua potable, a la sanidad y a una nutrición apropiada (Brundtland: 1999).

La deficiencia de políticas interculturales en la educación, la salud, y la producción, son algunas de las deudas que el Estado, provincial y nacional, tiene con estas comunidades. La disponibilidad de datos actualizados sobre la situación de los pueblos indígenas, y la insuficiente producción bibliográfica que refleje cabalmente sus actuales condiciones obstaculiza la materialización de acciones que permitan su integración desde un espacio activo y soberano, dentro del cual puedan ejercer sus derechos como miembros de la sociedad.

4. CONCLUSIONES

Dada la variación rápida y vertical de ambientes y ecosistemas en cortas distancias, los pueblos de la provincia de Jujuy que habitaron el territorio con anterioridad a la llegada de los españoles debieron desarrollar variadas estrategias económicas y/o culturales para superar la especialización productiva que la ecología andina les imponía, logrando un acceso, control y explotación de los recursos naturales necesario para su subsistencia. De esta manera, las poblaciones de las tierras altas de la Puna y parte de la Quebrada de Humahuaca accedieron a los recursos naturales de otros lugares y pisos ecológicos, por medio de la estrategia del “control de recursos”, que se dio especialmente desde la Puna hacia los valles.

Los españoles no lograron dimensionar la importancia de esta estrategia que integra y comunica distintos ecosistemas y territorios, antes bien, impulsaron la división, a costa de quebrar comunidades indígenas enteras, que, aunque ubicadas en distintos ambientes

ecológicos a distintas alturas y en distintos lugares, se relacionaban estrechamente para acceder a todos los recursos necesarios para su vida diaria.

Al no comprender la lógica de pensamiento de los pueblos americanos los españoles establecieron una distancia con respecto a aquéllos, ubicándose así en una posición de “otredad” que deslegitimaba sus saberes y valores.

Lo que es importante destacar sobre lo anteriormente expuesto, es que el hecho de desarrollar diversas estrategias económicas y/o culturales ha permitido a las comunidades de ambientes hostiles y difíciles, como la Puna, sobrellevar tales condiciones y sobrevivir gracias a esta integración de regiones y paisajes, obteniendo recursos de otros ecosistemas de pisos altitudinales más bajos, que intercambiaban por sus productos locales.

Este sistema de intercambio no sólo benefició a los pueblos de la Puna, sino que puso en contacto durante mucho tiempo, a culturas de ambientes muy distintos a las que también favoreció mejorando sus condiciones de vida.

Otro punto que queremos resaltar aquí es la importancia que ha tenido la ganadería para los pueblos de las regiones de altura, tanto como recurso alimenticio, como un medio para la práctica del caravaneo, fundamental en el desarrollo de la cultura y de la vida cotidiana de los pueblos Casabindo, Cochinoca y otros de la Puna de Jujuy.

A partir de la instalación de la colonia española, a través de su sistema de encomienda, los pobladores originarios se vieron despojados de sus territorios, y con ello, del acceso a los recursos. Esta situación se vio profundizada con la conformación del Estado-Nación, y posteriormente, con el ingreso de nuestro país a lo que se dio por conocer como “economía mundo” se instala definitivamente el sistema capitalista, con lo cual las poblaciones originarias quedaron marginadas de toda posibilidad de mejorar sus condiciones de vida, ubicándose hasta la actualidad en una situación de pobreza que atraviesa a todo el continente americano. Este panorama se agrava cuando además se ven invisibilizados por sociedades fuertemente racistas que niegan su existencia, o lo visibilizan desde un lugar folklórico o “étnico”, convirtiéndolos en un elemento exótico, deshumanizado, y parte del paisaje local.

Los diferentes estudios realizados sobre poblaciones indígenas latinoamericanas coinciden en que las condiciones de vida en estos países, están marcadas por bajos niveles de educación, condiciones

deficientes de nutrición y salud, desempleo, subempleo y discriminación, corroborando la correlación entre ser indígena y ser pobre (González: 1994).

La oportunidad de integrar una región a través del corredor bioceánico debe atender esta realidad y establecer las condiciones para generar alternativas a las comunidades y pueblos indígenas que continúan dentro de esta situación de desigualdad dentro de los Estados provinciales y nacionales.

REFERENCIAS

ALBECK, María Esther y Ana María GONZÁLEZ. *Quebrada de Humahuaca, más de 10.000 años de historia*. Proyecto Elaboremos entre todos una escuela para todos. Edición conjunta Escuela Normal Eduardo Casanova - Universidad Nacional de Jujuy. 1996

BERGESIO, Liliana. *Ganarse la vida*. Trabajadores por cuenta propia del sector familiar en la estructura socioeconómica de San Salvador de Jujuy. Editorial Universidad Nacional de Jujuy. 2000

BORÓN, Atilio. *Pueblos indígenas y pobreza*. Enfoques multidisciplinares. Prólogo. CLACSO. Buenos Aires. 352 p. 2006.

BRUNDTLAND, Gro. *International consultation on the health of Indigenous Peoples* (Geneva: World Health Organization). 1999

CENSABELLA, Marisa. *Las lenguas indígenas de la Argentina. Una mirada actual*. Eudeba - Universidad de Buenos Aires. 1999

CIMADAMORE, Alberto D., Robyn EVERSOLE, John-Andrew MCNEISH, coordinadores. *Pueblos indígenas y pobreza. Enfoques multidisciplinares*. CLACSO. Buenos Aires. 352 p. 2006

CRUZ, Enrique Normando. *Historia de Jujuy. 1 Período Indígena*. Purmamarca: Purmamarca Ediciones. 2009

DE FEO, Carlos Alberto y Ana FERNÁNDEZ. Una aproximación al período tardío en la arqueología de valle grande (jujuy). Pp. 341-361. En TERUEL, A. Y JEREZ, O. (comps.). *Pasado y presente de un mundo postergado. Unidad de Investigación en Historia Regional*. Editorial Universidad Nacional de Jujuy. 1998

DEMITROPULUS, Olga. *Apuntes Históricas de Ledesma*. San Salvador de Jujuy: Imprenta Gutenberg. 1991

- GARCÍA MORITÁN, Matilde; María Beatriz CRUZ. *Comunidades originarias y grupos étnicos de la provincia de Jujuy*. Ediciones del Subtrópico. Yerba Buena, provincia de Tucumán, Argentina. 2011
- GIRSAR. *Plan Provincial de Gestión Integral de Riesgos*. Gobierno de la Provincia de Jujuy. Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación. 2019
- GOLOVANEVSKY, Laura; Liliana BERGESIO, Yaiza Reid RATA. *Mapa de la dinámica poblacional en Jujuy. Cambios y continuidades en el empleo y las condiciones de vida*. Universidad Nacional de La Plata. 2015.
- GONZÁLEZ, Mary Lisbeth. *How many indigenous peoples?* in Psacharopoulos, G. and Patrinos, H. A. *Indigenous Peoples and Poverty in Latin America an Empirical Analysis* (Washington, DC: World Bank). 1994
- LAVAUD, Jean-Pierre y Françoise LESTAGE. *El indianismo en la América hispánica. Una nebulosa política equívoca*. Revista Esprit (París). 2006
- MAGRASSI, Guillermo. *Los Aborígenes de la Argentina*. Buenos Aires: Galerna-Búsqueda de Ayllu. 2000
- MARTÍNEZ COBO, José. *Study of the problem of discrimination against indigenous populations* (New York: ONU) UN Doc. E/CN.4/Sub.2/1986/7. 1986
- ONU. *La situación de los Derechos de los Pueblos Indígenas y la Educación* (Nueva York) E/CN.19/2002/2/Add.3. 2002
- PAZ, Gustavo . *Campesinos, terratenientes y Estado. Control de tierras y conflicto en la Puna de Jujuy a fines del siglo XIX*. Pp. 217-236. En Isla, A. (comp.), *Sociedad y Articulación en las Tierras Altas Jujeñas*. Crisis terminal de un modelo de desarrollo. Buenos Aires: Proyecto ECIRA - MLAL. 1992
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Tinta Limón ediciones. 1a ed. - Buenos Aires. 2010
- STUMPO, Giovanni. *Un modelo de crecimiento para pocos. El proceso de desarrollo de Jujuy, entre 1960 y 1985*. En Isla, A. (comp.), *Sociedad y Articulación en las Tierras Altas Jujeñas*. Crisis terminal de un modelo de desarrollo. Buenos Aires: Proyecto ECIRA - MLAL. 1994

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO EM PORTO MURTINHO (1890-1930): DADOS PRELIMINARES AO PROGRAMA ROTA BIOCEÂNICA (UNIRILA)

*Carla Villamaina Centeno
Leticia Lechner da Silva
Mérilin Costa Tenório*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa vinculada ao Projeto Interinstitucional UEMS na Rota/Corredor Bioceânico e tem como objeto de estudo a colonização de Porto Murtinho e a educação lá desenvolvida, no período situado entre os anos de 1890 a 1930, à época que pertencia ao estado de Mato Grosso¹.

A pesquisa se justifica em decorrência da carência de textos didáticos e relatos históricos sobre esse local, além de suprir a necessidade de levantar e descrever fontes sobre a educação que podem ser acessadas por professores, alunos e pesquisadores.

A escolha para integrarmos o Projeto interinstitucional originou-se da necessidade de levantar dados e produzir conhecimento sobre a região da fronteira, em especial, sobre a educação em Porto Murtinho.

Segundo Maciel (2020, p. 1)

A rota bioceânica passou a ser efetivamente estudada a partir dos altos índices de comprometimento da capacidade de operação dos portos nacionais, impondo a realização de estudos de viabilidade com vistas a verificar a possibilidade de adoção de outros meios e sistemas de transportes para o escoamento de cargas e produtos que pudesse, ainda, conferir poder de competitividade dos produtos sul-americanos no mercado asiático. Definidas as premissas básicas os experts entenderam por uma solução rodoviária que propiciará o encurtamento da distância através da interligação por via terrestre do Oceano Atlântico ao Pacífico, segundo o divulgado pela Assessoria de Imprensa

¹ O município de Porto Murtinho, antes da divisão do estado em 1979, pertencia a Mato Grosso.

do DNIT – ASCOM/DNIT (2016) esse corredor rodoviário, denominado “Bioceânico”, uma vez implantado, reduzirá para três dias o percurso dos caminhões desde Porto Murtinho aos portos do Norte do Chile, o que poderá significar a diminuição em até 14 dias no tempo de transportes até a Ásia e Oceania.

Refletindo sobre os impactos que o corredor rodoviário bioceânico poderá gerar na comunidade, Maciel alerta para a importância de recuperar a história tendo em vista os problemas com relação à identidade e à memória da população local:

[...] se tratam de ‘comunidades’ que, por estarem localizadas nos limites territoriais extremos de seus países em conjunto aprenderam a viver, vivenciar suas culturas e administrar seus problemas, sempre com alto espírito de irmandade. Daí a necessidade primeira de se buscar conhecer as fontes que originaram, fundaram e ainda se fundam suas línguas, cultura e religião. Mais ainda, expandam-se tais questionamentos às comunidades presentes ao longo dos milhares de quilômetros do corredor projetado, pois também são compostas por grupos emergidos a partir de suas histórias, culturas, economia, políticas, crenças, dentre outras que merecerão atenção ao longo dos estudos (MACIEL, 2020, p. 2).

Porto Murtinho é um município localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, distante 350 quilômetros da capital Campo Grande. Possui uma localização privilegiada na fronteira: é banhado pelo rio com o mesmo nome do país em que faz fronteira, o Paraguai. Teve origem onde se localizava a Fazenda Três Barras, em função da construção de um porto, no ano de 1892, denominado Porto Murtinho. Esse porto foi utilizado, sobretudo, para escoamento da erva-mate nativa, monopolizada pela Companhia Matte Larangeira, tendo como um dos seus fundadores Joaquim Murtinho, razão do nome dado ao porto². Segundo Benites et.al. (2019, p.267) sua economia

² “Distrito criado com a denominação de Porto Murtinho, por Resolução Estadual nº 255, de 10-04-1900, subordinado ao município de Corumbá. Elevado à categoria de vila com a denominação de Porto Murtinho, pela Lei Estadual nº 560, de 20-06-1911, ou Decreto Estadual nº 310, de 02-04-1912, desmembrado do município de Corumbá. Sede no atual distrito de Porto Murtinho (ex-povoado). Constituído do distrito sede. Instalado em 13-06-1912. Elevado à condição de cidade com a denominação de Porto Murtinho, pela Lei Estadual nº 962, de 12-07-1926. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o

experimentou quatro momentos expressivos. Inicialmente o da erva-mate, seguido da exploração do tanino e, por fim, o da pesca, sendo a pecuária desenvolvida simultaneamente a todas.

A pesquisa utilizou-se de levantamento de monografias e de documentos oficiais e a princípio foi observado que não existem estudos sobre a história da educação em Porto Murtinho, ainda algumas monografias possuam dados históricos e educacionais sobre esse local.

Os trabalhos que trazem dados esparsos sobre a educação em Porto Murtinho, no período a ser investigado, são produções na área de história da educação e tiveram como locus de investigação a fronteira sul de Mato Grosso, contribuindo para o levantamento e análise sobre a educação e sobre as condições históricas que interferiram no desenvolvimento da escolarização na região. Há também estudos que discutem Porto Murtinho e trazem dados, em áreas de conhecimento próximas como as de desenvolvimento regional, meio ambiente, cultura, economia, etc.

Nesse sentido, a pesquisa visa contribuir com as demais áreas do conhecimento, inseridas no Projeto Multidisciplinar e Interinstitucional, levantando fontes sobre a história local, mais especificamente sobre a educação.

2. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE PORTO MURTINHO ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1930

Segundo Lucia Salsa Corrêa (1997), o processo migratório para a fronteira sul de Mato Grosso, nos anos 1830, 1840, 1850, deu-se por meio de duas vertentes. A primeira, procedente do norte de Mato Grosso, migrava fugindo da crise política desencadeada pelo movimento nativista conhecido como Rusga (1834). Essa primeira vertente se instalou no Pantanal, nos vales dos rios tributários do Baixo-Paraguai e na região da Vacaria. A segunda vertente, constituída por mineiros e paulistas, ocupou parte da fronteira com o Paraguai, na região do vale dos rios Miranda, Ivinhema, Iguatemi e Apa, usando as áreas ali compreendidas como campos para a criação de gado.

A região foi palco de disputa entre Brasil e Paraguai na denominada Guerra da Tríplice Aliança (1864 a 1870). Ao final do século XIX e início do século XX, no pós-Guerra, as fronteiras foram demarcadas e as empresas monopólicas começam a se instalar na região. Uma delas, a Companhia Mate Larangeira, explorou

município é constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município permanece constituído do distrito sede" (IBGE, 2021).

significativamente os ervais de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) por cinco décadas, tendo assim uma expressiva influência na economia regional. Nota-se também uma chegada expressiva da força de trabalho paraguaia no município, somando-se aos habitantes, indígenas, que lá já estavam, sobretudo guaranis e kaiowás.

Os indígenas que habitavam a região foram expulsos, transformados em força de trabalho, e os limites logo foram demarcados para atender as necessidades de ocupação e exploração do capital. A própria Comissão de Limites tratou de “liberar”³ a área ocupada por grupos indígenas, dando lugar à exploração da erva-mate. Apesar da resistência, grande parte da população indígena foi incorporada ao trabalho no campo, nas fazendas de criação de gado e nos ervais, e uma pequena parte ficou confinada em reservas controladas por missionários das Igrejas Católica e Protestante. Há também casos de grupos que foram dizimados ou se marginalizaram.

Em suma, compreende-se que o surgimento de povoações no município de Porto Murtinho esteve atrelado à exploração do território e dos recursos naturais ali existentes. Este é, de acordo com Centeno (2000): “O período em que a erva-mate passa a ser explorada em Mato Grosso” e “pode ser caracterizado como um período de transição da economia mundial que caminhava da fase de livre-concorrência para a imperialista ou monopolista” (CENTENO, 2000, p.126). A exploração e a produção foram responsáveis pela ocupação no interior do país, em vilas, comunidades e cidades e se iniciou mais sistematicamente a partir da segunda metade do século XIX, quando os migrantes lá chegavam.

Nesse processo, empresas constituídas pelo capital financeiro chegaram ao sul de Mato Grosso, monopolizando grande parte da produção e disputando poder político.

A disputa pelo controle econômico e político, em Mato Grosso, criou um clima violento e instável por várias décadas, principalmente, após a instalação da Companhia Matte Larangeira na fronteira, empresa monopólica que explorou os ervais nativos e foi detentora de um

³ Partindo da região do rio Apa até o Salto das Sete Quedas (Guaíra), os trabalhos da comissão foram iniciados em 16 de agosto de 1872 e terminaram em 24 de março de 1874. Grande parte do reconhecimento das terras, que permaneciam em litígio entre o Brasil e o Paraguai, foi feita pela comissão de limites. A missão de demarcação de limites e “desocupação” da área foi chefiada pelo Major Antônio Maria Coelho, que utilizou para esse fim cerca de 50 praças da infantaria e 10 de cavalaria (CENTENO, 2000, p. 104).

arrendamento que teve em suas origens cinco milhões de hectares de terras.⁴

A concessão oficial da exploração da erva-mate em Mato Grosso inicia-se em 1882 à Tomás Larangeira, que solicitou permissão para explorar a erva-mate da região. Apesar de não ter sido o único a explorar ervais na região, Larangeira obteve mais benefícios e monopolizou por mais tempo essa atividade (CENTENO, 2000). No ano de 1892, Larangeira se associou aos irmãos Murтинho, poderosa família de políticos locais e maiores acionistas do Banco Rio e Mato Grosso, formando a Companhia Matte Larangeira. Com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para participar das decisões parlamentares. Possuía direito e exclusividade de exploração de todos os rios e portos que estavam em seu arrendamento, dispunha de uma estrada de ferro de sua propriedade, que ligava Guairá a Porto Mendes, e as instalações do referido porto, além de possuir polícia e moeda própria em seus domínios.

Em 1893, o Banco Rio e Mato Grosso vence concorrência pública⁵ para arrendar ervais ao sul do rio Iguatemy, área praticamente inexplorada à época. Também por meio do Decreto nº. 528 de 28 de junho de 1890, o Banco obteve uma concessão para fundar dez núcleos agrícolas em Porto Murтинho, de 50 mil hectares cada um para o estabelecimento de imigrantes. Segundo Antonio Corrêa⁶, não podendo cumprir com o contrato de colonização, foi este rescindido e o Banco indenizado pelos gastos com a demarcação e medição do núcleo de

⁴ “Os ervais nativos estendiam-se desde a foz do rio Pardo no rio Paraná, por este até a Sete Quedas, percorrendo a linha de fronteira com o Paraguai até Ponta Porá e pela Serra de Maracaju até os limites atuais do município de Sidrolândia, daí pelo rio Pardo até a sua foz no rio Paraná.” (ARRUDA, 1986, p. 212)

⁵ Lei no. 26 de 11 de novembro de 1892. Contrato celebrado em 26/03/1893. A referida região arrendada não estava incluída no último contrato de arrendamento (1890). Daí por que se apressou o Banco para arrendá-las, antes que aparecessem interessados. A partir do contrato de 1894, fez-se a união das áreas de ambas as concessões.

⁶ Antonio Corrêa era Vice Presidente do Estado de Mato Grosso, à época. O presidente de Estado era Manoel Murтинho, irmão de Joaquim Murтинho.

Porto Murtinho, com 50.000 ha de terras margeando o rio Paraguai (COSTA, 1902, *apud* CORRÊA FILHO, 1925, p. 24).⁷

Coube ao próprio Antonio Corrêa, à época, a escolha das terras para o estabelecimento da colônia agrícola, bem como proceder ao estudo sobre o empreendimento de Larangeira e o estabelecimento de um porto para exportação da erva-mate. Fundou então um porto na antiga fazenda Três Barras ao qual, “[...] em homenagem ao seu mestre e amigo, deu o nome de Porto Murtinho” (CORRÊA FILHO, 1925, p.27). O porto era extremamente necessário para escoar a produção da erva-mate cancheada para o beneficiamento em Buenos Aires e sua distribuição⁸. Para a construção, o engenheiro Antônio Corrêa solicitou ao serviço da empresa, providência para “um porto rústico de madeira, à margem esquerda do Rio Paraguai, próximo a um núcleo habitacional usado como Retiro da Fazenda Três Barras, de propriedade do Major Boaventura da Mota”. (LIMA, 2000, p. 5). O correligionário de Murtinho se encarregou também de transferir a sede da empresa, antes situada em Concepción (Paraguai), e de dar início à construção de uma estrada de ferro de 22 Km no local.

A estrada de ferro viria a solucionar o transporte da erva em trechos pantanosos⁹ que as carretas não conseguiam ultrapassar (SEREJO 1986, *apud* CENTENO, p. 120). De lá, a erva-mate era exportada pelo rio Paraguai em direção à Argentina. No entanto, esse novo trajeto só foi viável no início da exploração. À medida que a exploração se distanciava do local de embarque, o transporte ia se tornando cada vez mais oneroso¹⁰. Por esse motivo, em 1909, a empresa solicita

⁷ Consultando as atas de reunião do Banco, Fernando Faria descobre que era intenção dessa Instituição construir uma estrada de ferro na região referida a fim de valorizar a área dos núcleos agrícolas, calculando que as mesmas poderiam render no mínimo a quantia de Rs. 10.000:000\$000. Não sabemos, no entanto, se a estrada de ferro referida, era a mesma que foi instalada num trecho de 22 Km para facilitar o transporte da erva. (FARIA, 1993, p. 217).

⁸ Antes da fundação do Porto, as carretas com a mercadoria partiam da região de Ponta Porã e atravessavam o Paraguai até Concepción, cidade na qual se centralizava a administração da empresa de Larangeira, de onde seguia novamente, através do rio Paraguai, até Buenos Aires.

⁹ “A finalidade era paralisar a antiga estrada aberta a casco de boi e roda de carretas até Capivari, seguindo para Cerro Corá, Aguerito, Passo Mboiti até Concepción”. (GOMES, 1986, p. 411)

¹⁰ Segundo Serejo (1986, p. 111) os gastos iam se tornando cada vez mais dispendiosos com a infra-estrutura : mais carretas precisavam de manutenção, aumentavam-se os custos com as oficinas, pessoal de serviço e com os animais que durante a viagem precisavam ser substituídos.

oficialmente a abertura de um porto no rio Iguatemi. Assim que se expediu a autorização¹¹, a Companhia traçou um plano que visava a um melhor aproveitamento da navegação dos rios interiores, escoando a produção pelos rios Amambai, Ivinhema e Iguatemi e, finalmente, Paraná até o porto de Guaíra. De lá, contornando o salto de Sete Quedas, numa extensão de 60 quilômetros, através de um decauville, atingia Porto Mendes, no Paraná, com destino a Buenos Aires.¹²

Em razão de sua localização estratégica, Porto Murтинho, às margens do rio Paraguai, era a principal via de acesso para a exportação de mercadorias, da borracha, de animais e afins. A Companhia investiu nos meios de transporte/comunicação da região para facilitar o acesso ao embarque e desembarque de mercadorias, que resultou na construção de estradas e mais tarde na rede telegráfica. As carretas partiam da região de Ponta Porã e atravessavam o Paraguai até Concepción, cidade na qual se centralizava a administração da empresa de Larangeira, de onde seguia novamente, através do rio Paraguai, até Buenos Aires.

Segundo Tedesco (2017, p. 59) outra indústria importante foi a do charque, representada pela principal charqueada do estado: a empresa Moali & Grosso Ledesma. Outra indústria existente foi a do tanino explorada por duas empresas: Quebracho do Brasil S/A e Florestal Brasileira S.A. A utilização do quebracho, uma árvore nativa na região, permitiu o descobrimento do tanino, substância química utilizada na indústria do couro, exportada para o mercado europeu¹³.

Segundo Benites et. al. (2019, p.272) “parte da infraestrutura construída na época da erva-mate foi mantida para a produção e escoamento do tanino. O trem, por exemplo, que ligava a fazenda São

¹¹. “Fica concedido à Empresa Matte –Larangeira, de Larangeira Mendes & Companhia, permissão para abrir um porto na foz do rio Iguatemi, no Alto Paraná, por donde possa a dita empresa exportar os productos dos herveas”(Decreto no. 232 de 1º de Setembro de 1909, art. 1º *apud* ARRUDA, 1986, p.239).

¹² “Por um Decauville de 60 Kg (sic), levava-a a Pôrto Mendes; aí por um plano inclinado de mais de 60 metros de diferença de nível, embarcam as bôlsas em navios argentinos, com destino a Buenos Aires, via Posadas”(D’ ANGROGNE *apud* CORRÊA FILHO, 1957, p. 73).

¹³ Essa atividade surgiu na região da bacia do Prata, articulada à pecuária e aos seus subprodutos, em especial, couros bovinos e peles de animais silvestres. Isto porque o tanino foi o principal insumo no processo de beneficiamento de couros, largamente utilizado por curtumes platinos e destinou-se também aos estabelecimentos do Rio Grande do Sul e de outros mercados nacionais e estrangeiros. (CORRÊA; CORRÊA, 2009, p. 55).

Roque ao porto e percorria a linha férrea de 22 km, passou a ser utilizado para o transporte de madeira até à fábrica de processamento”

A indústria do tanino atraiu além de trabalhadores indígenas e paraguaios,

[...] inúmeros trabalhadores da região norte do Estado de Mato Grosso, do Nordeste e também do oeste paulista. Essa migração fomentou o aumento populacional e, juntamente com os migrantes, vieram os imigrantes alemães, portugueses. (KMITTA, 2010.p.90)

A exploração sem controle e de forma intensa provocou a extinção dessa espécie e desequilíbrio ecológico, ocasionando enchentes em Porto Murtinho

A cidade de Porto Murtinho está mais vulnerável à ação das águas nas inundações. A economia de caráter exploratório e extrativista da erva-mate e do tanino é fator que contribuiu para o aumento das áreas de erosão, deixando a área desprotegida. O fecho dos morros funciona como um funil, reduzindo a intensidade e a correnteza das águas. (KMITTA, 2010. p.52)

3. A EDUCAÇÃO EM PORTO MURTINHO

Na região fronteira, limite com o Paraguai, no período abordado, grande parte da população escolarizável não tinha acesso à escola, já que dissolvida num imenso espaço rural e concentrada na produção da erva-mate e no trabalho ligado à criação de gado. A composição social envolvia fazendeiros, pequenos proprietários de terras e trabalhadores rurais. A população fronteira era constituída por fazendeiros, pequenos proprietários de terras e por uma maioria de trabalhadores que habitava os campos e trabalhava em atividades relacionadas à erva-mate e à pecuária. Até mesmo as crianças estavam ocupadas nesses tipos de atividades. Era desprezível, relativamente, o número de crianças, filhas de famílias mais abastadas, que tinham condições de se dirigir até os centros urbanos mais desenvolvidos, tanto locais como de outros estados, para realizar seus estudos nos níveis primário, secundário e superior.

Em 1890, Mato Grosso possuía 92.827 habitantes. A população escolarizável, de 7 a 14 anos, representava 18.556, mas somente eram atendidas 1.500 crianças, ou seja, pouco mais de 8 por cento (ALVES, 1986, p. 46).

Para os filhos dos trabalhadores nem se colocava a necessidade de escolarização, uma vez que a educação se desenvolvia no próprio trabalho (CENTENO, 2000). No que diz respeito ao emprego de crianças e adolescentes no trabalho, o memorialista Hélio Serejo contribuiu para demonstrar a utilização dessa força de trabalho e a necessidade de aprendizagem dada pelos seus ‘mestres’ (CENTENO, 2007.p.74). Tal função nos ervais, começava em sua tenra idade, “não havia limite de idade, e, sim a saúde e o vigor físico” (SEREJO,1999 *apud* CENTENO, 2007.p.74)

As escolas eram raras e concentradas nos núcleos urbanos. Tinham duração efêmera, eram distantes dos campos, dificultando a frequência regular e eram logo fechadas. Muitas não chegavam sequer a funcionar. No campo, até o final do século XIX, a existência de escolas dependia da iniciativa privada. A criação de muitas delas partia de fazendeiros e pequenos proprietários, que se uniam para atender às famílias próximas. Ainda havia as escolas do Paraguai, dos municípios paraguaios da divisa que atendiam a ínfima população escolarizada das crianças fronteiriças, inclusive as brasileiras. Isso ocorreu mais sistematicamente durante as décadas de 1910 até 1940. Para tanto, bastava à população atravessar a fronteira seca (CENTENO, 2000). Essa ocorrência foi muito comum na Vila de Antônio João e em Ponta Porã.

As poucas escolas públicas eram formadas por escolas isoladas e concentradas nos núcleos urbanos. Segundo Brito (2001) após os anos 1930 “apenas os municípios¹⁴ com alguma importância no quadro regional foram contemplados com a presença de escolas reunidas e grupos escolares, neste período” (BRITO, 2001,p. 63).

As escolas menores não se mantinham por muito tempo, como decorrência de dificuldades como falta de professores, deficiências de comunicação e de meios de transportes para deslocar as crianças, bem como falta de recursos materiais e pedagógicos (CENTENO, 2007.p.75). Na região próxima à Ponta Porã, a ajuda estatal vinha, sobretudo, dos governos municipais (CENTENO, 2000).

Sobre Porto Murtinho, o primeiro registro que encontramos referente à escola pública aparece num edital de concurso de 1898, para preencher vagas na escola mista de Porto Murtinho, ou seja traz

¹⁴ A autora cita Cuiabá, Coxipó da Ponte, Guajará-Mirim, Livramento, Santo Antônio do Rio-Abaixo, Poconé, Rosário Oeste, São Luiz de Cáceres, Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Sant’Ana do Paranaíba, Miranda e Coxim. (BRITO, 2001, p. 63)

informações sobre a primeira escola primária pública localizada em Porto Murtinho (GAZETA OFICIAL DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1898, p. 9). No Relatório apresentado ao Ex.mo Sr. Coronel Antônio Pedro Alves de Barros, Presidente do Estado de Mato Grosso, pelo Diretor Geral da Instrução Pública (MATO GROSSO, 1899), essa escola é citada nas estatísticas apresentadas como escola mista, curso elementar, já instalada.

O Regulamento Geral de Instrução Pública do Estado de Mato Grosso de 1896 determinava a seguinte organização do ensino

Artigo 1º - A instrução pública do Estado de Mato Grosso se divide em primária e secundária. É ministrada à custa dos cofres públicos estaduais a todos os indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem

Artigo 2º - A instrução primária será dada em escolas denominadas **elementares** ou do primeiro grau, e complementares ou do segundo grau. Haverá escolas elementares em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados existentes no Estado, e complementares na Capital e cidades principais, devendo ser consideradas tais aquelas de maior desenvolvimento e densidade de população (MATO GROSSO, 1896, grifos nossos)

No que diz respeito à coeducação, o Regulamento definia

Artigo 352º - Haverá escolas elementares e complementares, para um e outro sexo, na capital e cidades principais do Estado, e somente elementar para cada sexo, ou mesmo mistas, nas pequenas cidades, vilas, freguesias e povoações (art. 3º da Lei nº 152 de 1896.) (MATO GROSSO, 1896)

No ano de 1910, uma petição encaminhada ao Presidente do Estado por “pessoas as mais qualificadas da Povoação de Porto Murtinho”, solicitava a fundação de uma escola para o sexo masculino, tendo em vista “um número relevante que não podem frequentar a instituição mista já existente”. Apontavam que a empresa ervateira, Isnardi, Alves & Comp¹⁵; da região manifestara interesse em garantir materiais, a aula e o prédio (CORREIO DO ESTADO, 1910, p.92).

É importante destacar, também, a influência da Cia. Matte Larangeira na construção de escolas na região. Como foi observado, o

¹⁵ Subarrendatária da Companhia Matte Larangeira.

Estado não possuía condições financeiras para atender a todas as reivindicações e por isso a Cia. Matte Larangeira se propôs a construir e financiar escolas nessa região.

Em 1913, o Presidente de Estado Joaquim Augusto da Costa Marques passando por Bela Vista, município próximo à Porto Murinho, afirmava que a Companhia teria doado todo o mobiliário para a única escola que funcionava naquele município (MATO GROSSO, 1913, p. 16).

Em Porto Murinho, este presidente verificara, que o prédio onde funcionava a escola destinada ao sexo masculino, fora doado pela Companhia Matte Larangeira. Já a essa época encontramos nos registros da Mensagem desse Presidente duas escolas públicas, uma para o sexo feminino e outra para o sexo masculino, ambas “pessimamente instaladas”. A do sexo feminino funcionava numa casa alugada e a escola destinada ao sexo masculino teria sido instalada numa “pequena casa” de “aspecto desagradável”, doada pela “Empresa Matte” (MATO GROSSO, 1913, p. 18). Isso demonstra que ainda funcionando precariamente, a reivindicação da população solicitando mais uma escola para o sexo masculino havia sido atendida. Esse governante notou ainda que a municipalidade estava construindo um “bom edifício” para a Câmara Municipal “com uma seção destinada a uma escola” (MATO GROSSO, 1913, p. 18).

Rocha identifica, em 1914, a permanência dessas duas escolas públicas, uma para o sexo feminino e outra para o masculino, “na sede da villa” (ROCHA, 2019, p. 220) Além dessas existentes, Rocha (2019, p. 220) identifica nesse mesmo ano uma escola particular, “Collegio do cidadão Antonio Vieira de Almeida”. Rocha (2010, p. 222) registra em 1919, 107 matrículas em escolas estaduais e 81 na única escola particular registrada, totalizando 188 crianças em idade escolar atendidas. No ano de 1923, o Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa (MATO GROSSO, 1923, p. 35) apontou que os municípios de Bela Vista e Ponta Porã reivindicavam a construção de grupos escolares para atender à população. Reconhecia a necessidade de implantação desses institutos, mas, no momento, não dispunha de recursos para atender às reivindicações. Não sendo possível atender imediatamente ao pedido, sugeria que fosse aumentado o número de escolas isoladas. No caso de Ponta Porã, o problema da instalação de um grupo escolar foi resolvido dois anos depois pela Companhia Matte Larangeira, que construiu, em 1925, o Grupo Escolar Mendes Gonçalves e o doou ao Estado¹⁶. Ainda segundo Pedro Celestino, em 1923 haveria

¹⁶ “Em telegrama dirigido ao presidente do Estado, Pedro Celestino, o capitão Heitor

15 escolas isoladas estaduais na região da fronteira sul: 5 em Ponta Porã, 4 em Bela Vista, 3 em Porto Murtinho, 3 em Nioac (MATO GROSSO, 1923, p. 37).

Em Paes (2011), encontramos dados que demonstram a existência em 1924 de três “escolas de instrução pública” (uma feminina, uma masculina e uma mista) e em 1928 registrou “ 3 escolas urbanas e 1 rural” em Porto Murtinho (PAES, 2011, p. 119), ou seja, 4 na totalidade. Na mensagem do presidente de Estado de Mato Grosso, Mario Corrêa da Costa, no ano de 1928, havia sido demonstrado em 1927, 4 escolas “públicas primárias” no município de Porto Murtinho.

Em 1920, a taxa de analfabetismo em Porto Murtinho era equivalente à 63,70%, um pouco abaixo da média estadual, 68,4%. (BIANCHINI, *apud* CENTENO, 2000, p.61). O atendimento geral em Mato Grosso da população escolarizável em 1920 era de 14,4 % (BRITO, 1997, p. 74). Uma singularidade em relação a outros municípios é que as escolas públicas de Porto Murtinho foram criadas pelo governo do Estado, diferentemente do que foi aqui apontado em relação às demais localidades da fronteira, onde a municipalidade foi mais presente.

O Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, estipulou os tipos de escolas públicas previstas, escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, cursos noturnos, que se pareciam com as escolas isoladas urbanas, escolas reunidas e grupos escolares¹⁷ (BRITO, 2001. p.58). Entre os anos de 1930 até 1942, a maior parte das escolas eram isoladas (89,1%) e se localizavam no meio rural (BRITO, 2001. p. 60-63).

De fato, pode-se verificar, não somente na fronteira, como em todo o estado de Mato Grosso, o maior desenvolvimento das escolas isoladas em comparação aos grupos escolares. A educação escolar no início dos anos 1930 havia herdado dois problemas do período republicano

Mendes Gonçalves, administrador da empresa, comunicava que havia iniciado “construção predio destinado Grupo Escolar Ponta Porã de acordo com regulamento escolar e com capacidade para sessenta alumnos”. (GONÇALVES, 192-, *apud* CENTENO, 2000, p. 60).

¹⁷ Os grupos escolares foram criados no primeiro Governo de Pedro Celestino, em 1910, na cidade de Cuiabá. No Governo Costa Marques (1911-1915), os grupos escolares se disseminaram por outras cidades como Cáceres, Rosário Oeste, Poconé, Corumbá e Campo Grande. Porém, nem todos funcionaram à época de sua criação. É o caso dos Grupos Escolares Joaquim Murtinho, em Campo Grande e Luiz de Albuquerque, em Corumbá, ambos criados em 1912, começaram a funcionar somente em 1922 e 1924, respectivamente (ALVES; CORRÊA, 1978, p.2).

No início dos anos 30, a educação escolar em Mato Grosso ainda estava às voltas com dois dos principais problemas enfrentados pelo setor durante a República Velha. Por um lado, os limites impostos à organização de um sistema de ensino de âmbito estadual, dadas as condições sócio-econômicas do estado, de população rarefeita, espalhada por milhares de quilômetros quadrados. Território que, em sua grande maioria, não chegava a ser atingido pelos tentáculos das ações estatais. Por outro, em se tratando das escolas públicas, a forma precária como eram aplicadas as verbas estatais no setor educacional, cujos recursos encontravam destinação certa no atendimento das prioridades “do dia”, definidas pelas disputas entre os diversos grupos de pressão — representando os interesses de usineiros, ou de pecuaristas, ou da empresa Mate Laranjeira, entre outros — em luta pelo poder estatal. (BRITO, 2001, p. 56-57),

Dos problemas apontados por Brito, derivavam outros que se tornaram crônicos e precisavam ser resolvidos: a organização de um sistema de ensino formado em sua maioria por escolas isoladas, o controle e fiscalização da rede de ensino existente, a formação de professores devido à “presença maciça de professores leigos, principalmente no ensino primário” (BRITO, 2001. p. 57)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX e início do século XX, as poucas escolas que surgiam nessa região fronteira partiam, muitas vezes, da iniciativa particular, geralmente de fazendeiros. (CENTENO, 2000, p.57)

As reivindicações para instalação de escolas públicas, originava-se de alguns fazendeiros, de pequenos proprietários de terras ou das nascentes camadas médias urbanas como comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, etc., que começavam a se instalar nas cidades e que não possuíam recursos para enviar seus filhos a internatos fora da região. Isso foi ficando mais evidente à medida que as cidades cresciam e as populações aumentavam. Não tendo as condições financeiras para isso, contou o Estado com a ajuda de empresas privadas, como foi verificado.

Observou-se que a educação escolar pouco se desenvolvera em Porto Murinho, fato que não se constitui caso isolado das demais localidades da fronteira e do Estado de Mato Grosso. Resumindo: até

1930 havia, em Porto Murtinho, quatro escolas públicas isoladas e uma particular.

Essa preocupação em relação às escolas foi muito debatida entre as autoridades responsáveis pela administração de Mato Grosso. É o que pode ser claramente observado nas avaliações dos relatórios oficiais sobre as dificuldades para implementar as leis que determinavam a obrigatoriedade do ensino: impunha-se a obrigatoriedade, mas as autoridades não achavam meios para cumpri-la, sobretudo no interior. Além das dificuldades da falta de estrutura de que dispunham as escolas na região, como prédios inadequados havia a inexistência de material didático e a falta de professores para ministrar o ensino, a maioria leigos. Os baixos salários oferecidos aos professores das localidades menos desenvolvidas, o custo de vida mais elevado das vilas mais distantes, somados aos constantes atrasos em seus salários faziam com que eles não se interessassem em exercer essa profissão, sobretudo nas localidades mais distantes.

No período histórico aqui discutido, verificamos que a população habitava o meio rural e as crianças, em sua maior parte, trabalhavam no campo, ajudando seus pais ou empregadas, como força de trabalho, nas empresas monopólicas. Ali ocorria o aprendizado da sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.

BENITES, Maristela, et.. al. *Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, e o Corredor Bioceânico: caminhos possíveis para a sustentabilidade socioambiental*.

BRITO, Silvia Helena Andrade. *Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)*. Campinas, 2001. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, 2001.

CENTENO, Carla Villamaina. *A educação do trabalhador nos Ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica a historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*. Campo Grande, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e

Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande MS.

CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e Fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870 – 1950)*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. UNICAMP -Campinas – SP: 2007.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira na história regional - o sul de Mato Grosso (1870-1920)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1997.

CORRÊA, Valmir Batista. CORRÊA, Lúcia Salsa. Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40). *Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 11-18, jan. /jun. 2010*

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Á sombra dos hervaes mattogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1925b. (Monographias Cuiabanas, 4)

CORREIO DO ESTADO. *Porto Murtinho*. Ano II, n. 112. Corumbá, MT. 4 jun 1910. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765520&pesq=%C2%B4%C2%B4porto%20murtinho%C2%B4%C2%B4&pasta=ano%20190&pagfis=437>; Acesso em: 14.nov.2021.

FARIA, Fernando Antonio. *Os vícios da re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

GAZETA OFICIAL DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. Editais. Concurso. Ano IX, ed. 1372 Cuyabá- MT, dez. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=811939&pesq=%C2%A8porto%20murtinho%C2%A8&pasta=ano%20189&pagfis=236> Acesso em: 10.nov.2021.

GOMES, Otávio Gonçalves Gomes. Dom Thomaz. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

IBGE. *História Porto Murtinho*. Acesso em 15 abr 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/porto-murtinho/historico>

KMITTA, Ilsyane do Rocio. *Experiências vividas, naturezas construídas: enchentes no Pantanal (Porto Murtinho 1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências Humanas: UFGD, Dourados- MS, 2010

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas Lima. O resgate de Porto Murtinho. Campo Grande, 2000. *Ensaíos e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, vol. 4, núm. 2000, pp. 135-14.

MACIEL, R.F. *UEMS na Rota/Corredor Bioceânico*. Projeto de Pesquisa apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2020.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa, em 21 de Maio de 1923, pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Matto Grosso. Cuyabá: Typographia Oficial, 1923. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u476/000034.html> Acesso em: 15.02.2006.

MATO GROSSO.. *Mensagem dirigida pelo exm. Sr. Dr. Joaquim da Costa Marques. Presidente do á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2ª sessão ordinaria da 9ª legislatura em 13 de Maio de 1913*. Cuyabá: Typ. Official,

MATO GROSSO.. Diretoria da Instrução Pública. *Regulamento da Instrução Pública Primária* de 1896: Decreto n. 068. Cuiabá - MT. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

PAES, Ademilson Batista. *A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942)*. Tese - (Doutorado em Educação). Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) – UNESP/Araraquara, 2011

ROCHA, Marcelo Pereira. *As instituições escolares no projeto de ocupação da fronteira do Brasil com o Paraguai: território federal de Ponta Porã (1943-1946)*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. UFMS, Campo Grande- MS. 2019

SEREJO, Hélio. Carafí. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986

TEDESCO, Giselda Paula. *Toro Candil: um componente da singularidade cultural em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul*. 2017. 118 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - Universidade Anhanguera Uniderp – Campo Grande MS 2017.

REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS UTILIZADOS NA ZONA DE CONTATO PORTO MURTINHO CARMELO PERALTA

*Sandro Omar de Oliveira Santos
Ruberval Franco Maciel*

1. INTRODUÇÃO

E1: Com a religião e os costumes tudo foi modelando a cultura e a integração aumentando, o pessoal se apropriando do que é típico da fronteira. [...] o pessoal vem mantendo costumes, tem a gastronomia, o idioma, as falas e as gírias, enfim, inclusive as festividades.

E2: Até um tempo atrás o povo só falava em guarani, era bonito de ver. A partir da década de 70 já começou a influenciar bastante a cultura brasileira, mas a paraguaia permaneceu.

E3: Passamos por cinco ciclos [...] em cada ciclo tivemos um problema sério [...] em cada ciclo tivemos que importar a mão-de-obra do Paraguai e daí foi misturando fortaleceu essa integração cultural e eu acho que com esta questão da rota a cultura não se perde, pelo contrário, aumenta, vai enriquecer, pois vai descobrindo novas culturas, os Menonitas, os Chamacocos, nós vamos ter várias culturas [...]

E3: [...] Tivemos um rompimento, uma ruptura, no final de cada ciclo destes, porque quem tinha um pouquinho mais de poder aquisitivo ia embora, ficavam aqui os menos favorecidos e esses menos favorecidos se juntaram com os paraguaios, na questão da língua, na questão da culinária, e aí se prevaleceu até hoje e isso não vai ser afetado com a Rota (SANTOS, 2021).

Estes fragmentos, extraídos da pesquisa de Santos (2021), explicitam sentimentos e memórias que os habitantes da Zona de Contato formada pelos municípios de Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai) têm em relação a sua cultura. São citações que enaltecem a presença do homem paraguaio em território brasileiro e evidenciam a convivência cultural e linguística. A esse respeito, como abordado amiúde pelo autor anteriormente citado, a “importação” de

mão-de-obra do país vizinho teria contribuído para a integração cultural e apropriação de usos e costumes.

Por meio dessas manifestações é possível depreender que os processos hibridatórios locais foram viabilizados por meio de investimentos econômicos. A esse respeito, considera-se que as apropriações de elementos culturais e de usos e costumes podem se dar por ações que interferem e modificam espaços geográficos, situação nas quais se inserem as obras de grande porte, a exemplo da intervenção provocada pela Rota Bioceânica.

Em razão dessas interferências, de grande magnitude, emergem percepções de que ocorrerão significativas modificações nas estruturas econômica, educacional, sanitária, social e cultural, nos espaços geográficos em que elas se dão. Estas são as implicações mais amplamente verificadas, pois impactam, de forma direta ou indireta, nas (re)conformações dos estratos sociais, podem influenciar pessoas e deflagrar processos transculturais. Por essa razão, as reformações provocadas pelo homem vêm inspirando na contemporaneidade análises e discussões, acerca dos seus impactos sobre culturas e identidades.

A considerar essa condicionante, relativamente à magnitude das intervenções humanas, cito que as afetações que emergirão a partir da efetiva implantação e uso do Corredor Bioceânico, podem se equipara aos casos de Foz do Iguaçu/PR, com as construções da Ponte da Amizade e da Usina hidrelétrica de Itaipu, de Altamira/PA, na construção da Usina de Belo Monte, e de Três Lagoas/MS, com a implantação da fábrica de papel e celulose. Sobre as possíveis afetações, insta transcrever:

As intervenções de grande magnitude vêm acompanhadas de certos padrões de afetações e de registros de significativos passivos sociais, a rigor do observado nos índices de desemprego pós-obras, nos déficits de mobilidade urbana e nos reflexos do súbito aumento da população, que passa a necessitar das estruturas públicas e socioculturais (SANTOS, 2021, p. 5).

A respeito dessas influências, observo, como ponto de partida, que as identidades são móveis (HALL, 2014) e plurais e, diante do cenário que se avizinha, ao longo do corredor rodoviário poderão emergir espaços plurais, nos quais serão compartilhadas diversas experiências e diferentes visões de mundo. Sob várias perspectivas,

mediante trocas culturais cotidianas, culturas poderão ser impactadas por culturas e suas identidades (re)moldadas (HALL, 2000). Quanto a essa possível ambientação, Lacerda (2017) dialoga com os estudos de Perrot (2008) e admite que haveria uma premissa mais amena, de que o desenvolvimento socioeconômico segue um fluxo natural, sem necessariamente estabelecer vínculos com processos transculturais, embora pudesse promover influências socioculturais.

No que diz respeito à pesquisa realizada por Santos (2021), observo que aos habitantes não remanescem dúvidas de que a conurbação se submeterá a um outro ciclo econômico e emergem sensações de novas esperanças, décadas depois de findados os ciclos da erva-mate, da produção de tanino e das charqueadas. Trata-se de uma realidade futura que poderá surgir em um momento no qual “há muito não se verificam alterações significativas nas práticas sociais” (SANTOS, 2021, p. 6) consuetudinariamente há muito tempo adotadas nos usos e costumes pelos sujeitos da zona de contato:

Os comportamentos dos indivíduos, os usos das línguas de contato e a cultura, representativas dos usos e costumes locais, vêm precariamente se mantendo por meio de suas práticas locais. Trata-se de pessoas que aprenderam a se comunicar, conviver e vivenciar suas culturas de forma harmônica e particular. Com efeito, não é incomum aos murtinhenses utilizar as línguas Guaraní e Espanhola, realizar celebrações culturais, com origem nas tradições, folclores e religiões paraguaias, assim como é possível observar certa fluência na língua portuguesa nos habitantes de Carmelo Peralta. As duas cidades formam uma conurbação internacional sem igual, a comunidade constituída por seus habitantes possui práticas socioculturais consolidadas e com características identitárias oriundas da mescla dos usos e costumes brasileiros e paraguaios (SANTOS, 2021, p. 6).

Diante desse cenário, nota-se a importância da análise dos repertórios linguísticos que são utilizados na zona de contato formada pelas cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, das possíveis interferências e influências a que poderão se submeter os seus habitantes a partir da implantação e do uso do Corredor Bioceânico. A valer seus objetivos, o presente estudo se volta primariamente à identificação dos aspectos e das características linguísticas desse espaço fronteiriço, mediante o uso das línguas portuguesa, espanhola e guaraní.

A respeito do plurilinguismo, salienta-se que por meio de um rápido caminhar pelas ruas das cidades brasileira e paraguaia é possível nos deparar com situações em que há o uso de dois ou três idiomas simultaneamente, em conjunto, com apropriações de palavras e o uso de expressões que desvelam a importância de algumas variáveis linguísticas.

Sobre esse cenário, consigno que é possível ouvir palavras, expressões e variações como “*otchro*”, para se referir a “outro”; “*kára*”, em referência à “cara”; “*pôçô*”, quando pretendem dizer “posso”; “*diárrá*”, quando informam a intenção de ir à algum lugar. A considerar essa peculiaridade, sugiro que a frase “Vamos para *otchro* lugar *kára*, não *pôçô* ficar aqui, *diárrá*” seria um convite para que alguém se deslocasse para outro lugar, pois o falante não poderia permanecer naquele. A par de certas peculiaridades, tais como estas, que emergem por meio do uso dos repertórios, torna-se viável compreender que a opção e os modos pelos quais os falantes fazem uso de todo o repertório disponível, passa, em primeiro momento, pela compreensão das origens e fundamentos das práticas sociais de linguagem, absorvidas e apropriadas pelos habitantes.

Nesse sentido, infira-se que as línguas sofrem interferências permanentes, que se dão em ondas imperfeitas e a esse respeito, considero que , embora fundada(s) ou composta(s) por elementos culturais, étnicos, políticos e sociais, assim como a cultura, a(s) língua(s) podem ser constantemente aprendidas, apropriadas e compartilhadas, influenciar e compor culturas e identidades territoriais. Nesse viés, deve-se analisar as práticas de linguagem por meio dos usos e costumes, pois esses pertencem ao todo de um sistema complexo e revelam particularidades da sociedade, tais como o sentimento de pertencimento e contribuem na (re) construção das identidades.

A par disso, a noção de fronteira não pode, portanto, nos conduzir à singela ideia de divisão, limites, espaços políticos, zonas de conflitos ou traçados estabelecidos por meio de ocupações forçadas, acordos transacionais ou tratados. As preocupações com os limites fronteiriços e a segurança nacional passaram a ser mais evidentes a partir dos movimentos colonizatórios aviados pelas grandes embarcações. Nesse período, as expansões comerciais e territoriais eram consistiam-se nas principais políticas de governos e, nesse entender, os países também se preocuparam com a implantação de edificações para abrigar corporações militares como forma de manter e prover seus limites.

Os governos europeus justificavam seus intentos ao argumento de que se tratava de um processo evolutivo da humanidade, pois o desenvolvimento comercial proporcionaria a disseminação da cultura e não só a apropriação de riquezas naturais. Apesar dessa premissa, a história revelou que a implementação deste modelo, mediante a ocupação forçada de territórios, estimulou práticas de subjugação, escravidão, o extermínio de povos originários, culminando em processos que impuseram culturas e a obrigatoriedade de uso de línguas, a exemplo das imposições monolíngues.

Observa-se que nesses processos hibridatórios, emergidos a partir do colonialismo europeu, as trocas socioculturais foram mediadas por meio de exercícios de poder entre colonizados e colonizadores. Na contemporaneidade a realidade é outra. A sociedade da globalização passou a se submeter a influências de diversas culturas e a assumir noções mais abertas a respeito do que sejam identidades, regiões, espaços e nações. Sobre o alcance dessas influências globais, considero nesse intuito como de estreme importância os escólios de Michel Foucault (2004), por meio do qual compreendo como possível uma análise dicotômica de dois grupos ou tipos de influências, os globais e os locais/regionais.

Extraio das lições do referido autor que, na condição de seres sociais, os homens se submetem cotidianamente às influências do outro, do biopoder, da religião, da cultura, da mídia e das conjunturas locais e, por tais motivos, nota-se que em relação às zonas de contato se trata de premissas que contribuem para a delimitação e a importância desse estudo. As zonas de contato são porções geográficas caracterizadas por certas particularidades, as quais podem ser mais bem observadas nos espaços constituídos por cidades gêmeas.

Em primeira mão, cumpre observar que se trata de territórios nos quais há fluidez entre as fronteiras, um ir e vir contínuo no qual seus habitantes têm ampla liberdade de se estabelecer em um ou outro lado, não se apegam às imposições governamentais maternas e buscam convergir para um *landmark*¹ identitário comum, de forma que aos não-residentes é complexa a tarefa de estabelecer uma clara distinção entre o que seja local e forasteiro. A par dessas características locais é que eleva-se as especificidades linguísticas no espaço geográfico delimitado pelas cidades gêmeas de Porto Murtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai).

¹ Marco, referencial.

Trata-se de uma faixa territorial em que a convivência entre línguas e os seus modos de uso se afastam de regramentos normativos e de modelos nacionais padronizados. Os seus habitantes se comunicam por meio de um sistema complexo que admite e aceita como válido o uso simultâneo de diversos idiomas. A respeito desses cidadãos, observa-se que parte deles possuem residência em um país, mas trabalham ou seus filhos estudam no outro e, para além do uso das línguas de contato, há certos elementos culturais, provenientes da tradição e dos costumes de ambos, que foram compartilhados e voluntariamente absorvidos.

Santos (2021) explica que parte do artesanato, da música e da culinária paraguaios foram apropriados pelos murtinhenses. O autor cita as celebrações à Virgem de *Caacupé*, introduzidas pelos indígenas durante o período de colonização de Porto Murtinho, as quais, mesmo que timidamente, ainda ocorrem na cidade brasileira. Para Santos (2021), no lado brasileiro é possível comer chipa, beber *tereré* e ouvir músicas paraguaias, enquanto em solo paraguaio, há significativa presença de fazendeiros e trabalhadores brasileiros, o churrasco é apreciado, sendo comum as programações televisivas e radiofônicas brasileiras. É nesse contexto que os moradores dessas cidades-gêmeas convivem.

A liberdade no uso das línguas portuguesa, espanhola e guarani, facilita as suas trocas comerciais, o compartilhamento de suas tradições e as diversas formas de apropriações culturais. Trata-se de uma autonomia relativa que pode influenciar no desenvolvimento local e (re)posicionar seus moradores em termos identitários e de cidadania. Na condição de território compartilhado, ressaí a importância da análise de especializações nos usos dos repertórios e entre funções linguísticas. São casos nos quais podem ser deflagrados fenômenos excludentes, como a diglossia e o preconceito linguístico.

A valer as considerações introdutórias, explico que este trabalho foi dividido em três fragmentos como meio de melhor analisar os aspectos que representam e compõem as características linguísticas e os modos pelos quais os habitantes da conurbação fazem uso das línguas de contato. Na primeira parte, denominada “Aspectos linguísticos da conurbação”, serão abordadas as questões relacionadas às palavras, expressões e aos códigos utilizados pelos falantes em cotejamento com a teoria. A seguir, na seção intermediária, designada por “Práticas Sociais da linguagem, seus usos e interações”, serão promovidas as análises dos dados observados e, ao fim, apresentarei minhas considerações a respeito dos resultados analisados.

2. ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA ZONA DE CONTATO

As fronteiras internacionais do Brasil se dão, em maioria, com países que têm o espanhol como língua oficial. Em algumas há pequenas conurbações internacionais, caracterizadas pela convivência de línguas, compartilhamentos de culturas e regramentos sociais outros que lhes são peculiares. A respeito dessas singularidades, ressalta-se a noção de pertencimento identitário na qual os contatos “interétnicos em situação de fronteira têm na questão das identidades um de seus elementos fundamentais. Na situação de fronteira, as identidades reafirmam-se, transformam-se, metamorfoseiam-se, reproduzem-se” (CARVALHO, 2006, p. 52).

Essa noção exige-nos a a compreensão de que se trata de espaços transnacionais nos quais as relações se dão por meio de dinâmicas sociais próprias, mediante movimentos migratórios e transgressões territoriais permanentes (STURZA, 2005). Na contemporaneidade, as noções de modelos transnacionais, quanto ao sejam os referenciais fronteiriços, conduzem à sensação de inexistência de limites geográficos ou de que estes estariam diminuindo, pois a cultura global teria passado a ser a tônica de um novo mundo, aviado pelas novas tecnologias e formas de comunicação:

Não existe mais diferença nem mesmo entre o universo real e o virtual. Este espaço novo, intersticial, prove e promove estratégias de resistência e desenvolvimento, que se destacam no âmbito da literatura e da cultura, para montar para uma estética textual híbrida, podendo comportar a autobiografia, a ficção, entre outros gêneros que se imbricam, concretizando o também denominado *hors lieu*: lugar de encontro entre o real e o imaginário, espaço intervalar favorável a todas as experimentações (HANCIAU, 2013, p. 91).

De acordo com o proposto, o autor sugere que a sociedade atual possui características gerais com traços identitários globais, o local deixaria de existir e o mundo passaria a pertencer ao homem. Quanto a essa noção generalista, emergem preocupações em relação a sua aplicabilidade em ambientes fronteiriços.

Gize-se que nas zonas de contatos, conurbações internacionais e cidades gêmeas, há especificidades que são peculiares e os contatos e as interações entre os sujeitos refogem ao padronizável. A esse respeito, Carvalho (2006, p. 55) nos explica que é “ilusório pensar que a fronteira política, como um todo é, em toda a sua extensão, uma região de trocas,

pois é ilusório crer que contatos, trocas e interações dão-se em qualquer lugar”. As práticas sociais nesses espaços se desenvolvem por meio de conflitos interculturais (MAYER *et al.*, 2021 *apud* SANTOS, 2021) e convergem para o desenvolvimento de uma identidade local que é expressada por diversas formas.

Nas zonas de contato, as relações de poder podem interferir no desenvolvimento local, mas o inconsciente coletivo, ao contrário, pode se aproximar de certos padrões de homogeneidade, semelhança ou mesmo de igualdade (MAYER *et al.*, 2021 *apud* SANTOS, 2021) em que os sujeitos são relativamente livres para constituir e remodelar as suas bases socioculturais e identitárias. Por meio dessa noção, ressaem as primeiras análises acerca das motivações pelas quais os locais se apropriam de palavras e expressões em guarani e as utilizam por meio de variações como “*otchro*”, “*kára*”, “*pôçô*” e “*diárrá*”.

Sobre a análise dos modos de uso e motivações pelo uso de um ou outro repertório, impende compreender inicialmente os termos e as bases de constituição identitária. As identidades podem resultar de experiências coloniais e neocoloniais, culturais, históricas e ser moldadas por meio de temas que envolvam a discriminação, o conflito, o racismo e a opressão. Mas, para além dessas possibilidades, Bustinza (2014) chama também a atenção para a natureza identitária com base nas trocas linguísticas. Para esse autor, a análise dos modos e usos dos repertórios linguísticos em zonas de contato permite ao pesquisador uma compreensão das identidades de forma ampliada, pois nesses espaços de transição os falantes se afastam das respectivas línguas nacionais e se submetem a uma espécie de estágio de conversão.

A respeito desse referencial, consideram-se como igualmente pertinentes as explicações de Carvalhal (2014), no sentido de que as línguas não são compartilhadas de modo harmônico e comum na maioria dos espaços fronteiriços. Para o autor, apenas nas zonas de contato os sujeitos “colocam em evidência o poder econômico das línguas, configurando processos de escolhas linguísticas e relações interpessoais, em que, na maioria dos casos, evidenciam uma situação de prestígio do Brasil e, conseqüentemente, da língua portuguesa” (CARVALHAL, 2014, p. 320). Por meio desse fundamento, emerge, portanto, uma hipótese acerca das razões pelas quais os moradores dessa conurbação internacional se apropriam de palavras e expressões em uma ou outra língua e fazem uso de variações e sotaques.

Quanto a esse aspecto, nas pequenas conurbações internacionais há “a necessidade de tentar compreender esses processos nos obrigou a pensar em como noções relativas ao tempo, espaço, fronteiras

apresentam marcas de rupturas que afetam diretamente a nossa constituição identitária, linguística e cultural” (TANZI NETO; OLIVEIRA, 2018, p. 53). São sociedades que possuem características próprias e podem nos levar a interpretações específicas acerca do seu “sistema representacional e os seus significados ao do outro” (BRANCO, 2012, p. 35) e, “neste esforço para comunicar os seus significados a outras pessoas, os participantes na sua troca têm de ser capazes de utilizar o mesmo código linguístico” (IDEM, p. 35).

Acerca dos ambientes bilíngues e plurilíngues, Cen Willians foi um dos precursores ao realizar estudos pedagógicos sobre os usos da língua local e do inglês no País de Gales (VOGEL e GARCIA, 2017). Ao final das suas pesquisas, Willians propôs a noção de translíngua com base em processos que levam em consideração todos os elementos e recursos semióticos utilizados pelos sujeitos ao longo das práticas comunitárias. Essa concepção passou a permitir a ampliação dos sentidos interpretativos em relação às práticas multilíngues, para além das noções do monolíngüismo e das normatividades correlatas à imposição de línguas.

Sob essa perspectiva, na zona de contato em estudo torna-se possível a análise das práticas de linguagem por meio da noção do que seja ou não estrangeiro, “em vista do alinhamento de sentidos que possa ter com as ideias de colonialidade” (ROCHA; MACIEL, 2015, p. 427). Nessa zona de contato os falantes têm a liberdade de utilizar simultaneamente mais de uma língua, ainda que em fragmentos, com base nas suas necessidades e nos respectivos ambientes. Os moradores da conurbação podem fazer uso dos repertórios linguísticos em razão de contextos sociais, políticos e ideológicos e, na expressão do bilíngue, os seus usos em determinadas ocasiões são induzidos e expressados por meio de estímulos afetivos, padrões socioculturais ou, raramente, mediante imposições hierárquicas, conforme será explicitado mais adiante.

Quanto às origens dessa dinâmica relacional, em Porto Murtinho, às margens do Rio Paraguai, antigamente se formava uma feira livre e nesse local as pessoas se comunicavam por meio do uso simultâneo das línguas portuguesa, guarani e espanhola (SANTOS, 2021). Essa prática, com o passar do tempo, se estendeu aos demais ambientes, exceção feita aos ambientes escolares. De acordo com relatos de moradores locais, alunos de origem paraguaia, falantes apenas da língua guarani, submetiam-se à constrangimentos, práticas de preconceito e de racismo linguístico, até recentemente.

Tratava-se de ocorrências que foram observadas com mais frequência em Porto Murtinho nas duas últimas décadas do século passado, uma forma de violência epistêmica que poderia não ser comum, caso o processo de alfabetização tivesse se dado em contextos bilíngues (SANTOS, 2021). No lado paraguaio, os alunos falantes da língua indígena se depararam com eventos análogos, diante da imposição normativa monolíngue que os obrigava a fazer uso apenas da língua espanhola nas escolas públicas.

A esse respeito, observa-se que o uso do guarani se dá em maior escala por famílias mais antigas, em ambientes informais e “o pessoal tem vergonha de falar o guarani publicamente [...] Quando fui pra escola foi ruim pra mim, não conseguia entender [...] Só levava xingo da professora, ela dizia que não estava falando direito” (SANTOS, 2021, p. 115). O hibridismo sociocultural nessa conurbação é de origem e sofreu poucas modificações ao longo do tempo. Desde as primeiras incursões coloniais, emergidas a partir da implantação da Companhia Mate Laranjeira, os moradores da conurbação passaram a fazer uso em comum das línguas indígena e espanhola, em conjunto com a portuguesa.

Por meio de práticas de codeswitching, justaposições e apropriações, buscavam produzir sentidos às mensagens frente à heterogeneidade linguística dos sujeitos. A esse respeito, cita-se os modos e o uso das palavras “*otchro*”; “*kára*”; “*pôçô*” e “*diárrá*”. Oriundas da língua indígena, eles se dão com maior intensidade em contextos populares “para expressar gracejos, fazer piadas e esboçar frases simples [...] se trata de um sistema comunicativo local que se expressa com maior vigor em ambientes descontraídos” (SANTOS, 2021, p. 128).

É relativamente comum ouvir “*jaha*; *porã*; *chera’a*; *Kuña porã*, *porãete*, *mba'éichapa*” (SANTOS, 2021, p. 129). “Vai *lôgô*; “*trankilo pá*”; “*porã* de luxo”, acompanhadas de sotaques característicos da região, são expressões adotadas em ambientes informais, durante conversas descontraídas. Feitas essas considerações, restando devidamente delimitados o *corpus* desse estudo e o seu objeto, a seguir serão apresentadas as respectivas análises.

3. PRÁTICAS SOCIAIS DA LINGUAGEM NA ZONAS DE CONTATO, USOS E INTERAÇÕES

As modernas concepções de Estado, limites e territórios pressupõem, com base na natureza estatutária dos direitos humanos e sociais, a necessidade da adoção de uma noção multiculturalista como meio de “privilegiar a aceitação social da diferença enquanto algo

legítimo e valioso, em detrimento da assimilação de imigrantes ou de povos indígenas” (BRANCO, 2012, p. 32). A esse respeito, destaca-se a importância da “assimilação dos imigrantes, da diluição dos seus traços culturais na sociedade majoritária, a uma perspectiva em que a sociedade passa a aceitar essas diferenças culturais, procurando integrar esses cidadãos em vez de os apagar” (BRANCO, 2012, p. 32) para que seja possível a ampla liberdade de expressão e a manutenção da natureza humana frente à magnitude das interferências contemporâneas globais.

Por meio dessa concepção, podem ser compreendidas as múltiplas conexões entre as línguas e culturas e destas com o global, sem que haja o apagamento de identidades e ocorram extinções de culturas tradicionais. A esse respeito, “uma importante consequência desses processos que elucidam a articulação reflexiva entre o global e o local é a transformação do costume local em relíquia, como forma de relocalizar a tradição em contextos marcados pela destradicionalização” (LEITE, 2005, np). Trata-se de preocupação que remete, na essência, à possibilidade de remodelações e adaptações das línguas, dos usos e costumes frente às relações de poder, às influências coloniais do norte, à globalização e aos movimentos migratórios.

Com relação a esse possível cenário, considera-se, ainda, a premissa de que “todas as formas de assimilações, de natureza translocal ou na forma de relocalização, não seriam perniciosas, pois inexisteriam culturas anteriores ou originárias e todas estão constantemente submetidas a processos de hibridação” (BHABHA, 2013 *apud* MELLO; FROEHLICH, 2021, p. 2). Situação que é merecedora de atenção especial nos estudos relacionados às línguas de contato. Nas zonas de contato, notadamente nas conurbações internacionais, há “necessidade de tentar compreender esses processos nos obrigou a pensar em como noções relativas ao tempo, espaço, fronteiras apresentam marcas de rupturas que afetam diretamente a nossa constituição identitária, linguística e cultural” (TANZI NETO; OLIVEIRA, 2018, p. 53), posto que nelas emerge com maior vigor um espírito preservacionista em relação às línguas e culturas.

Por meio dessas perspectivas torna-se possível a análise em maior amplitude dos processos de hibridação, pois consideram todas as variáveis socioculturais, os movimentos de translocalização e de relocalização. Sobre essas vertentes, em termos simbólicos, sabe-se que culturas podem influenciar umas às outras (BERND, 2004 *apud* MELLO; FROEHLICH, 2021), mas com relação às identidades, considerados os diversos níveis socioculturais e de pertencimento dos sujeitos, tem-se

que, apesar das interferências culturais, alguns elementos identitários originários poderão permanecer em permanente circulação.

Nesse caso, a opção pela continuidade ou uso da língua mãe é uma escolha que se vincula à natureza identitária dos sujeitos, grupos ou segmentos sociais. Em reforço a essa noção, observa-se em sociedades que se submeteram a intensos movimentos migratórios, práticas culturais e o uso de línguas por sujeitos que tendem a buscar manter preservados sua cultura e valores, mesmo que, simultaneamente, busquem se apropriar de outros, embora passem a, de forma inconsciente, exteriorizar sentimentos de pertencimento ao novo ambiente.

Sob esse aspecto, a adoção da perspectiva translocal pode ser viável, pois leva em consideração o todo presente nesse ambiente, as relações e os modos pelos quais os sujeitos e as questões diversas são tratadas e absorvidas. Baseando-se nessa condição, Tanzi Neto e Oliveira (2018) chamam a atenção para a necessidade de observar as diferentes formas de conexões e dinâmicas sociais, para além dos *habitats* naturais dos sujeitos. A considerar tais noções, tem-se, portanto, estreme de importância a interpretação do “sistema representacional e os seus significados ao do outro” (BRANCO, 2012, p. 35) nas comunidades bilíngues e plurilíngues.

No que tange aos modos pelos quais os falantes, em espaços plurilíngues, expressam os sentidos das mensagens, tem-se que não podem ser relativizados ou escalonados por níveis de importância. A esse respeito, citam-se os modos de uso e os sentidos que os moradores locais buscam atribuir às mensagens por meio de variações e expressões, como “*otchro*”; “*kára*”; “*pôçô*”; “*diárrá*”, “vai lôgô”; “*trankilo pá*”; “*porã* de luxo”, “*jaha*”; “*porã*”; “*chera’a*”; “*Kuña porã*”, “*porãete*”, “*mba’éichapa*” (SANTOS, 2021, p. 129).

Trata-se de um sistema comunicativo no qual, por meio do uso de variações, apropriações, justaposições e com certos sotaques, os falantes, ainda que de modo inconsciente, contribuem para a preservação da língua guarani. A respeito desse proceder e agir espontâneo, ressalta-se que não há formas certas ou erradas de dizer, obrigatoriamente vinculadas à parâmetros normativos, em razão do espaço de enunciação. Em comunidades plurilíngues, contrário senso, a imposição de regramentos ou a hierarquização de línguas pode conduzir ao preconceito linguístico, diglossia e, até mesmo, à extinção de línguas.

Imposições monolíngues ou construções ideológicas no sentido de que haveria somente uma língua correta em detrimento das demais (BAGNO, 1999) podem influenciar a identidade dos falantes. A esse

respeito, questiona-se, há muito tempo, a eficácia das práticas governamentais que promovem “atitudes discriminatórias no que concerne a variantes linguísticas de menor prestígio social em relação a variantes de maior prestígio” (FREITAS; FERNANDES, 2018, p. 205). Para além dos ambientes escolares, atitudes linguísticas negativas tendem a impor rótulos e promover a segregação social, a “exclusão de determinadas variantes linguísticas é a exclusão de sujeitos com nome, etnia, classe social e endereço” (FREITAS; FERNANDES, 2018, p. 211).

A considerar esses contextos, observa-se que as políticas governamentais que considerarem as realidades locais, as bases históricas e a natureza da formação identitária, podem contribuir para a manutenção das línguas nos respectivos espaços de enunciação, como uma espécie de sistema de freios e contrapesos, às atitudes linguísticas a respeito dos usos de uma ou outra língua. Insta considerar que as atitudes linguísticas derivam de comportamentos dos falantes, se vinculam às características de modo, posição social e estética, uma representação das forças sociais e reflexos dos exercícios de poder:

Como já dito, esse preconceito é exercido por aqueles que tiveram acesso à educação de qualidade, à ‘norma padrão de prestígio’, ocupam as classes sociais dominantes e, sob o pretexto de defender a língua portuguesa, acreditam que o falar daqueles sem instrução formal e com pouca escolarização é ‘feio’, e carimbam o diferente sob o rótulo do ‘erro’ (PAIVA, 2011, p. 44 *apud* SOUZA, 2017, p. 370).

É inegável que o Estado sempre tentou privilegiar as línguas de seu interesse, a exemplo das premissas e das bases do pensamento monolíngue. Discute-se, na contemporaneidade, a influência dos sistemas normativos estruturais sobre as atitudes linguísticas negativistas. Por desprezar o diferente em relação a determinada norma-padrão (SOUZA, 2017), essas atitudes não refletem o perfil do homem pertencente à sociedade global, pois “as variações estilísticas trazem em si a ideia de diferentes modos de organização estrutural da língua” (SOUZA, 2017, p. 370), apenas. Em decorrência desse pensamento socioglobal, os usos de variações, apropriações e expressões, mesmo que locais, não podem ser limitados.

Nessa ambientação transglobal, pode ser pernicioso o estabelecimento ou a adoção de regulamentos linguísticos nas zonas de contato plurilíngues. Aos falantes dessas comunidades é estreme de complexidade o estabelecimento de modos de dizer, sistemáticas de

utilização de repertórios ou limitações aos usos de estilos de linguagem, pois de cunho ideológico, sem depreciá-los (SOUZA, 2017). Os repertórios são utilizados em um contexto sociocultural, nos respectivos espaços de enunciação, e decorrem de fenômenos de ordem regular, eclodidos por meio da escolha do falante pelo uso de uma ou de outra.

Nesse contexto, as atitudes linguísticas que busquem estabelecer condicionantes para o uso de uma ou de outra em certos ambientes, rejeitar ou discriminar os usos de variações, sotaques, expressões e trejeitos, tendem a ser negativas no sentido de induzir práticas de preconceito e conduzir à extinção de línguas. Movimentos empreendidos com vistas a promover estruturações internas das línguas, definir regramentos para utilizações de repertórios, padrões de linguagem e elencar contextos apropriados para os usos das línguas (NARO, 1998), podem deflagrar fenômenos que, com o passar do tempo, se tornariam regulares e criariam barreiras estruturais intransponíveis ao sistema linguístico social (NARO, 1998).

A hierarquização social de línguas pode coadjuvar o engessamento do referencial paradigmático quanto ao correto ou não (SANTOS, 2021, p. 102) e, em assim ocorrendo, o “excesso na valorização da norma leva a criar e estabelecer significativos preconceitos de natureza linguística a partir do momento em que certas pessoas detêm que existem idiomas mais importantes do que outros” (HEINZE; MENEGUEL, 2009, p. 32). Sob esse viés, no que concerne à imposição de línguas em ambientes escolares, Anastácio e Rocha (2020) analisaram as percepções e as atitudes linguísticas dos professores e alunos da cidade de Porto Murinho, em relação aos usos dos repertórios linguísticos.

Por meio desses estudos, identificaram a ocorrência da imposição monolíngue, destacando que essa prática promoveu “a exclusão e a marginalização do ser humano, sejam eles indígenas, paraguaios, alemães, que residem no Paraguai (*Menonitas*) ou de outras regiões e nacionalidades, como os que vêm da zona rural para a urbana ou os que migram do interior para cidades maiores” (ANASTÁCIO; ROCHA, 2020, p. 5). A esse respeito, Heinze e Meneguel (2009, p. 32) enfatizam que a imposição de línguas promove “preconceitos ou julgamentos de valor no idioma ou em algumas de suas características, ou em alguns de seus alto-falantes”.

São situações nas quais as formas de linguagem dos falantes e os estereótipos sociais devem ser considerados desigualmente, pois se trata de sujeitos desiguais, como derivação do preceito constitucional da isonomia, sob pena de privilegiar ou favorecer as atitudes linguísticas

negativas. Assim, com base nesses estudos e dados, considera-se a possibilidade de que as ocorrências de atitudes linguísticas negativas em ambientes escolares na cidade de Porto Murтинho podem ter origens em práticas pedagógicas moldadas em princípios monolíngues.

Sob essa perspectiva, podem ser igualmente consideradas as situações nas quais a “falta de conhecimento, o jeito simples de ser e de dizer, por falar outra língua ou mesclá-las ao falar, o sujeito atrai o olhar de pessoas pouco honestas, que se aproveitam dessas condições para submetê-los a trabalhos mais pesados” (ANASTÁCIO; ROCHA, 2020, p. 5). Como consequências desse proceder, emergem o “preconceito inverso, a vergonha, o sentimento de inferioridade ou de incapacidade” (SANTOS, 2021, p. 103), bem como a atribuição de rótulos que aos sujeitos falantes da “língua inferior”, expostos e discriminados frente às imposições normativas ou rejeitados pela sociedade. A respeito dos usos dos repertórios linguísticos, dos modos de uso e das atitudes negativas na zona de contato, foram obtidos os seguintes dados nas escolas:

as línguas consideradas mais bonitas são, primeiramente, o português (32%), em seguida o espanhol (20%) e o inglês (9%). As demais línguas são assinaladas pela minoria. É importante observar que o guarani, uma língua muito falada na região, é apontada como mais bonita apenas por um informante, embora apareça junto com outra língua na resposta de outros três sujeitos. Ainda assim, esses dados revelam não só o grande prestígio que as línguas dos grandes colonizadores (português, espanhol e inglês) têm na região, como também deixam transparecer o pouco prestígio diante das línguas de matriz indígena locais, dentre elas, o guarani (ANASTÁCIO; ROCHA, 2020, p. 10).

A par dessas caracterizações, pode ser possível compreender as razões pelas quais, em certos episódios, aqueles que dominam a língua indígena e possuem dificuldades em relação aos demais idiomas, possam experimentar sentimentos negativos em relação a si e se retrair. Chacotas e piadas de colegas, abordagens equivocadas de professores e dificuldades na fala, podem ser motivos de bloqueios, retrações e sentimentos de inferioridade quanto ao modo de agir e falar, uma espécie de reflexo involuntário, em virtude da violência epistêmica e dos efeitos que tais atitudes provocam nas mentes dos afetados (SPIVAK, 2010). Tais atitudes linguísticas negativas podem conduzir os falantes a situações típicas da subalternidade.

A política de imposição de regramentos normativos linguísticos há muito vem sendo questionada pelas noções e perspectivas modernas. Para as correntes contemporâneas, as línguas passam por constantes modificações e pode ser identificado numa mesma língua a coexistência de formas diferentes de expressar um mesmo significado (CALVET, 2002). Nesse entender, as hierarquizações entre línguas, especializações ou o desprezo dos sujeitos que fazem uso de variações em ambientes escolares, se afastam das noções pedagógicas contemporâneas por desrespeitarem as funções próprias da comunicação, as práticas consuetudinárias locais e as categorias sociais dos falantes (IDEM, 1993).

O uso de variações e sotaques tende a refletir as tais características, pois “dá forma à sociedade ao exhibir o semantismo social, que consiste, principalmente, de designações, de fatos de vocabulário” (ALKIMIN, 2001, p. 27) e, nesse pormenor, compreende-se que “o vocabulário se apresenta como uma fonte importante para os estudiosos da sociedade e da cultura, pois retém informações sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos etc.” (ALKIMIN, 2001, p. 27). A esse respeito, cita-se que no processo de ocupação do território de Porto Murtinho, “as primeiras incursões colonizatórias, a força de trabalho utilizada na região era formada por paraguaios e indígenas” (SANTOS, 2021, p. 107), evidenciando-se as razões da forte presença e da utilização das línguas espanhola e guarani naquele espaço geográfico.

Em Porto Murtinho, “em decorrência desse movimento de realocização, muitos moradores locais são paraguaios ou deles descendentes, o município faz parte de uma zona de contato fronteira, faz parte de uma conurbação em que estão presentes três línguas oficiais, o português, o espanhol e o guarani” (SANTOS, 2021, p. 107). Sobre a presença da língua e da cultura na zona de contato insta transcrever o seguinte excerto:

P: Por que é tão forte a cultura paraguaia aqui?

E2: Na Mate Laranjeira 90% eram paraguaios os trabalhadores. Eles eram o braço forte da época, a classe operaria era formada por paraguaios. [...] Murtinho, quando, na década de 70, a população era quase 80% paraguaia, se mudaram pra cá e levavam uma vida normal sem se preocupar com documentos. Até um tempo atrás o povo só falava em guarani, era bonito de ver. A partir da década de 70 já começou a influenciar bastante a cultura

brasileira, mas a paraguaia permaneceu (SANTOS, 2021, p. 107-108).

É inegável a importância da cultura paraguaia e da língua guarani na zona de contato desde os primeiros movimentos colonizatórios, a partir da realocação de cidadãos paraguaios para trabalhar na atividade de cultivo de erva-mate. O homem não é dotado ou forjado com características únicas ou imutáveis, bem como não vem ao mundo com uma identidade pronta e acabada. Ela é formada por meio de processos interacionais, exposições ambientais e miscigenações culturais, trata-se de um complexo sistema sociocultural que expõe os sujeitos a ondas de influências heterogêneas que os afetam e (re)conformam continuamente, moldando-os com uma espécie de identidade *patchwork*² (TOLEDO, 2015).

Nessa ótica, o multiperspectivismo pode contribuir para a análise das características que representem todas as apropriações linguísticas, sotaques e variações que são utilizados na zona de contato, pois essa noção permite o cotejamento dos dados com os preceitos da alteridade, as formas de reconhecimento mútuo, as teorias do afeto, os sentimentos de pertencimento e os regramentos de convivência social (RUMFORD, 2012). A esse respeito, Kempinska (2014) explica que a linguagem é irrigada por conotações emocionais e, principalmente durante as práticas de *codeswitching*³ nas comunidades plurilíngues, ela deve ser relativizada para que as suas significações possam representar os sentidos de modo mais apropriado, próximo do objeto da mensagem.

Nesse entender, somente se aproximariam da realidade dos falantes, as conclusões que emergirem por meio de valorações completas nas análises das variações, apropriações, expressões e sotaques, utilizadas durante os usos das línguas, nos respectivos contextos e espaços de enunciação. Por meio desse olhar, Serrani (2002) sugere que o sujeito ocupa, simultaneamente, posições distintas no seu lócus enunciativo.

De acordo com a autora, os falantes enviam mensagens e ao mesmo tempo experimentam os sentimentos que elas exprimem ao ouvi-la, como uma espécie de retorno em eventos musicais. Nos momentos em que as mensagens são expressadas na língua materna, o

² Trabalhada em retalhos.

³ Prática de alternância de códigos linguísticos em que o interlocutor alterna entre diferentes línguas, ou variedades linguísticas de um mesmo idioma, no contexto de um único discurso.

bilíngue ou plurilíngue vivencia sensações diferentes, pois também saboreia, na plenitude, os sentimentos que elas provocam (KEMPINSKA, 2014). Ao contrário, nas comunicações em outra língua, as “dificuldades de vocabulário – o fato de que, no nível lexical, faltam termos equivalentes para nomear uma emoção” (KEMPINSKA, 2014, p. 205-206), os sujeitos não conferem a mesma efetividade emocional que seria viabilizada por meio da língua materna.

Feitas essas considerações, observa-se que a análise dos usos dos repertórios linguísticos na zona de contato formada pelos municípios de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, deve se dar com maior vigor no campo da sociolinguística e por meio das suas relações com os espaços de enunciação, modos de dizer e sentimentos evidenciados durante os usos das línguas maternas (KEMPINSKA, 2014). Quanto à efetividade dessa noção, cita-se que brasileiros e paraguaios, habitantes da zona de contato, convivem e se identificam nas suas respectivas diversidades sociais e semióticas (GARCIA; WEI, 2014) e se aceitam, mutuamente, como pertencentes a uma mesma comunidade (SANTOS, 2021).

Em razão desse reconhecimento mútuo, valores são atribuídos às palavras e expressões “*otchro*”; “*kára*”; “*pôçô*”; “*diárrá*”; “*vai lôgô*”; “*trankilo pá*”; “*porã* de luxo”; “*jaha*”; “*porã*”; “*chera’a*”; “*Kuña porã*”, “*porãete*” e “*mba'éichapa*”, mesmo que acompanhadas dos respectivos sotaques. Reflexos de apropriações frasais típicas e locais, essas palavras e expressões são utilizadas por parte dos moradores para conferir ênfase e exprimir emoções durante as conversas. São esses sujeitos que, por meio desse proceder integrativo, buscam promover o alinhamento entre os objetivos das mensagens e os verdadeiros sentidos que pretendem conferir aos objetos dos diálogos.

Parte dos falantes da zona de contato se habituou a utilizar todas as línguas que compõem o repertório, em conjunto, mesmo que em fragmentos (LEMKE, 2020) e, sem maiores formalidades as utilizam livremente, como uma espécie de língua *patchwork* durante as suas conversas e dinâmicas sociais. Trata-se de modo de agir no dizer no qual há ocasiões em que os interlocutores, embora se apropriem de *meanings*⁴ que seriam adstritos apenas às expressões e palavras originárias da língua indígena, objetivam exteriorizar seus *feelings*⁵ e sentimentos de pertencimento à comunidade. A respeito desse espaço

⁴ Relação entre os signos e o que significam. Processo de geração de um significado no instante em que algo passa a ter uma representação para o sujeito.

⁵ Representação da percepção humana frente ao estado das coisas.

de enunciação, nota-se que a língua guarani é mais utilizada em contextos informais, por sujeitos pertencentes a famílias tradicionais que “têm a compreensão (*meaning*) de que se trata de uma língua indígena, que é considerada como importante e bela (*feelings*)” (SANTOS, 2021, p. 127), demonstram orgulho, reconhecem a importância e a beleza da língua indígena:

E5: Todo paraguaio queria ensinar a gente a falar em guarani, ensinando expressões em nomes feios. Os termos pejorativos, as piadinhas infames etc., são todas feitas em guarani. Uma ou outra ganha uma tradução que não tem o mesmo brilho daquela feita na língua original (SANTOS, 2021, p. 130).

O modo de dizer, por meio de formas, adaptações, sotaques e variações é “inconsciente, involuntária, mas ela nos indica algo sobre a categoria social do falante” (CALVET, 2002, p. 104) e deve, portanto, ser relativizado. A esse respeito, Bakhtin (1998) sugere a análise cronotópica, a qual considera as representações e manifestações semiotizadas em relação aos aspectos sociais, temporais e espaciais dos falantes. Sobre os comportamentos dos sujeitos no dizer, há as atitudes linguísticas, que denotam os sentimentos em relação às línguas e àqueles que delas fazem uso:

Com efeito, existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam, que torna superficial a análise da língua como um simples instrumento (CALVET, 2002, p. 65).

Em complemento, apoio-me nas explicações de Hall (2014, p.40), para quem as significações podem advir de relações de “similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua”, como forma de auxiliar a compreensão dos modos de utilização das variações e os sotaques dos sujeitos da conurbação. Essa perspectiva torna-se válida, pois a comunidade de fala de Porto Murtinho “não equivale à da língua guarani, mas é impossível negar o seu uso na forma popular” (SANTOS, 2021, p. 117).

Na zona de contato há um regramento informal de convivência linguística, em que “devemos reconhecer a inerente circularidade de tal definição, dado que a própria língua é compartilhada” (WARDHAUGH, 1992, p. 118 *apud* MARANHÃO, 2011, p. 52), com a liberdade dos

usuários para utilizar todos os códigos linguísticos disponíveis, mesmo que em situações não são propriamente lingüísticas, diante da diversidade e dos espaços de enunciação.

Nessa conurbação há uma espécie de “modelo consuetudinário, assumido de forma tácita, que organizou na comunidade local o plurilinguismo em padrões e escalas, com a separação dos idiomas português, espanhol e guarani em estratos, e em razão do uso” (SANTOS, 2021, p. 117) e assim, os sujeitos que dominam a língua guarani e têm dificuldades de se comunicar nas demais, falam com mais liberdade em contextos informais, mas se retraem em situações nas quais os seus interlocutores optam pelo uso das línguas portuguesa e espanhola.

Esse comportamento pode ser resultante de processos de hierarquizações de línguas havidos do passado, notadamente em ambientes escolares, que alçaram as línguas portuguesa e espanhola ao topo da pirâmide normativo-pedagógica. Até recentemente o guarani não era reconhecido como língua oficial, seu uso se restringia ao uso popular e, mesmo na atualidade, o bilinguismo puro no Paraguai não é reconhecido. A esse respeito, embora a língua indígena tivesse sido alçada à condição de elemento normativo constitucional, há no país uma espécie de diglossia que privilegia a língua espanhola em detrimento dela (MELIÀ, 2011).

O homem paraguaio assimilou de forma parcial a língua guarani, para os sujeitos pertencentes às classes sociais mais elevadas, a sua fusão com a espanhola deu origem à *Jopara*, uma variedade dialética que se utiliza de fragmentos, justaposições e variações de ambos os códigos e é normalmente utilizada por *guarangos*⁶ (SEGOVIA *et al.*, 2012). Nessa condição, tais sujeitos são reconhecidos como pertencentes a um grupo social monolíngue, falantes de uma “terceira língua”, que se vinculam por laços afetivos a certos grupos sociais que se relacionam no âmbito das suas respectivas diversidades, assim como ocorre, em certa medida, na conurbação.

Na zona de contato, relativa ao espaço social compreendido pelos municípios de Porto Murtinho e Carmelo Peralta há “vários idiomas circulando livremente no seu território como o Guarany, o Espanhol, o Português, o Ayoréo, além de outras línguas indígenas faladas nas aldeias nos arredores do município” (ANASTÁCIO; ROCHA, 2020, P. 2). A considerar essas características, nota-se que a opção pela

⁶ Forma depreciativa utilizada para se referir aos habitantes monolíngues em guarani que nas escolas paraguaias eram proibidos de utilizá-las. Seu emprego assinalava que havia uma diferença sociocultural entre os brancos dominantes e os pobres.

não utilização da língua indígena em contextos formais passou a se dar, exclusivamente, por opção dos falantes como forma de evitar constrangimentos e por receio de práticas preconceituosas.

4. PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS A RESPEITO DAS INFLUÊNCIAS DA ROTA BIOCEÂNICA, POR MEIO DE OLHARES SITUADOS LOCAIS.

E2: Com relação à Rota Bioceânica o povo não vê nada que possa ser favorável a eles. A população está em contato direto com o porto, com a rota não, não tem a devida importância para o povo, a população não se sente inserida. Essa mudança pode ser boa, mas para quem gostava do Murтинho como eu sempre gostei, não vai gostar muito não, prefiro aquele Murтинho como sempre foi, tradicional (SANTOS, 2021).

As percepções, a respeito dos possíveis benefícios socioeconômicos, guardam relação com a forma pela qual os indivíduos se veem inseridos no processo de planejamento e de construção da Rota. Há um sentimento coletivo de proscrição. O *meaning* dos moradores se conecta a realidade atual, ao presente que é vivido e fisicamente restrito ao porto da cidade. A esse respeito, lembro que uma das cidades da conurbação tem sua origem em uma construção portuária, implantada com vistas a viabilizar a exportação de erva-mate, e dela se fez nascer, com o nome dessa estrutura – Porto Murтинho.

Considero, por meio das observações empreendidas no local e de pesquisas realizadas por outros autores, que esse *landmark*⁷ - Porto, presente em seu nome, se vincula à identidade local. Para além das percepções meramente econômicas, que dissociam-se da Rota Bioceânica e se aproximam do verdadeiro *meaning* em relação à importância da estrutura portuária, ressalto que as expectativas e os *feelings* expressados pelos habitantes são os de a que a comunidade de Porto Murтинho não será diretamente impactada com a implantação e o uso do corredor rodoviário.

O porto local aparenta possuir conexão identitária com a população local, condição não observada em relação à Rota Bioceânica, no dizer dos moradores, o porto está ali e existe, enquanto a Rota ainda se projeta (SANTOS, 2021). A Rota Bioceânica e o porto local são empreendimentos diferentes que, em razão das suas naturezas

⁷ Referencial.

futuramente se conectarão, motivo pelo qual não podem ser objeto de cotejamentos sob a ótica das percepções. A respeito das expectativas, por outro lado, as comparações podem ser possíveis.

O humano não consegue separar o real do imaginário, que é cotidianamente projetado na sua mente e, ao considerar a realidade da estrutura portuária, tem-se que em relação à Rota de Integração Latino-Americana, as expectativas dos moradores podem não ser compatíveis com a realidade do que está por vir:

As expectativas e as percepções do homem remetem a apropriações de diversos signos, processos de construção de sentidos, incursões na memória afetiva e é complexo ao ser humano entabular pensamentos, sem partir de certas premissas ou adotar referenciais semelhantes que sejam conhecidos. Considero, com base nessas condicionantes, que não é possível adjetivar algo como bom antigo sem conhecer o ruim atual (SANTOS, 2021, p. 132)

A esse respeito, o apoio em elementos históricos e socioculturais se presta para identificar as questões relacionadas às práticas sociais e aos processos transculturais da zona de contato e por meio da contextualização histórica pode ser possível compreender os ciclos e os processos transculturais nos espaços geográficos (SANTOS, 2021). As expectativas dos sujeitos se vincularam a referenciais pretéritos, uma espécie de subjetividade que compõe os processos cognitivos e de construções de sentido.

Por meio desse imaginar, os indivíduos buscam “construir e definir o seu agir frente às realidades sociais, ao mesmo tempo em que as significações se apresentam e se relacionam às suas memórias, inclusive às afetivas” (SANTOS, 2021, p. 133) e mediante essa perspectiva, as significações, a respeito da Rota Bioceânica, e os seus possíveis impactos, não estão plenamente sedimentados no consciente coletivo. Nos grandes empreendimentos, é comum a emergência de impactos socioculturais, variações nos níveis de ofertas de trabalho e afogamentos dos equipamentos públicos (SANTOS, 2021).

A esse respeito, há os exemplos citados no preâmbulo, cujas localidades receberam um significativo contingente de pessoas para trabalhar nas obras e, posteriormente, nas operações dos empreendimentos, em ciclos episódicos significativos. Em todos eles houve períodos de grande movimentação de pessoas que provocaram significativos incrementos populacionais e colapsos nos sistemas públicos. Essa dinâmica, com “a superveniência de longos períodos

entre ciclos econômicos ou a constante alternância dos mesmos, podem conduzir a depressões econômicas e elevar os indicadores dos passivos sociais” (SANTOS, 2021, p. 134) e os migrantes que se deslocam com a finalidade de laborar nas grandes obras e levam consigo suas tradições, usos e costumes:

A população entrevistada de Porto Murтинho não exteriorizou expectativas sólidas a respeito de possíveis impactos culturais a partir do uso da Rota Bioceânica. Observo que os idealizadores e executores desse empreendimento não se preocuparam em situar as populações abrangidas sobre os benefícios que poderiam ser proporcionados a cada município e as medidas mitigatórias e preventivas que podem ser intentadas com vistas a minimizar danos socioculturais, ambientais, sanitários e educacionais. Sobre essa evidência, noto que a memória local olvidou os referenciais históricos que foram abordados nesse estudo. Nos ciclos episódicos, Porto Murтинho vivenciou momentos de desenvolvimento econômico acompanhados de processos transculturais e os seus finais foram traumáticos. Demonstrou-se que as intervenções de grande magnitude por que passara se prestaram para incrementar e incentivar o desenvolvimento local, mas vieram acompanhadas de afetações que deixaram passivos socioculturais (SANTOS, 2021, p. 134-135).

A esse respeito, emergiram as seguintes expectativas e percepções da população local, em relação aos impactos culturais que poderão advir com a utilização da Rota e as influências nos usos das línguas de contato:

E1: Tem tanta coisa boa nos costumes que também se foi. A gente tá pronto pra assimilar o que vem de fora, o pessoal aqui assimila facilmente. [...] Eu acho que o município precisa trabalhar isso, senão irá se perdendo a cultura [...] O município tem que se apropriar e resgatar tudo.

E2: Com a Rota Bioceânica, eu acho que a cultura vai se manter, vai mudando lentamente, o mundo muda lentamente. [...] Para o povo da cidade não vai mudar muito [...] Ainda mais porque vai passar retirado da cidade, quem vem do Chile não vai parar na cidade.

E2: A tendência é que permaneça a língua e a culinária, isso não vai mudar muito, o que for mudar vai demorar e as

peças são acomodadas, não se preocupam com outras coisas, vivem com aquilo ali que lhes agrada.

E2: A curto prazo o trânsito de pessoas na Rota Bioceânica não impactará na cultura local. A cultura não vai ter muita mudança porque a língua vai continuar sendo o castelhano, nesses países é só o castelhano que usam. Quem vem aqui da Argentina, Paraguai e Chile fala o castelhano.

E2:Essa mudança pode ser boa, mas para quem gostava do Murtinho como eu sempre gostei, não vai gostar muito não, prefiro aquele Murtinho como sempre foi, tradicional.

E3: Ao longo da rota teremos contato com várias culturas. Vai ser uma mescla muito legal que vai enriquecer a cultura. Não vai tirar nossa identidade cultural do fronteiro, vai somar. [...] Eles também querem conhecer nossa cultura, vai ser um casamento perfeito.

E3: Tinha essa questão da língua, da culinária. Isso prevaleceu até hoje e não vai ser afetado pela Rota. Isso vai ser um chamariz, precisa ser trabalhado em termos de mídia.

E5: A tendência da integração [...] Vai acontecer algo com a cultura [...] Os elementos culturais, materiais e imateriais.

E5: A Rota Bioceânica serve sobremaneira pra isso, porque é uma rota que vai trazer mais turistas e mais visitantes e essa gente, com certeza, vai querer ver a diversidade, a riqueza, a pluralidade, a mestiçagem [...] a Rota Bioceânica tá passando, unindo.

E7: Já mudou muito, a Rota não vai mudar mais nada (SANTOS, 2021, p. 135-136).

As “subjetividades dos entrevistados se prestaram como fonte de produção de sentidos, nos seus respectivos cronotopos e diversidades, refletiram os seus estados de espírito frente às percepções que possuem sobre a Rota Bioceânica, vislumbrada como algo certo e ainda intangível” (SANTOS, 2021, p. 136). Nessa perspectiva, emergiram as expectativas acerca do que está por vir, sentimentos a respeito da possibilidade de compartilhamento do seu espaço geográfico com outros sujeitos ou modificados. Para os moradores locais, os repertórios linguísticos irão ser mantidos, o corredor irá promover uma mescla legal, mas não apagará a identidade cultural do fronteiro.

A considerar essa perspectiva, por ora, são apenas conjecturas sobre um futuro projetado no qual a cultura local poderá se submeter a influências positivas, sem a afetação das suas tradições:

Os comportamentos dos membros da comunidade, verificados nos usos das línguas de contato e a cultura, nos usos e costumes locais, vêm, mesmo que precariamente se mantendo. Por meio de práticas de reexistência, parte da população procura manter a língua guarani e as celebrações culturais, originárias das tradições, folclores e religião do Paraguai (SANTOS, 2021, p. 138).

Para os cidadãos domiciliados na zona de contato, a sua identidade fronteiriça fora moldada por meio de apropriações de elementos culturais de origens paraguaias e há singularidades expressadas nas trocas sociais e nas manifestações culturais que são representativas de uma espécie de pertencimento identitário local, suas interações promovem certa harmonia, como se a fronteira entre si não existisse, pois compartilham mutuamente o mesmo espaço e fazem uso das mesmas línguas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das prospecções presentes nesse estudo, interpreto que a hierarquização no uso das línguas de contato pode conduzir a processos de exclusão, embora os falantes compreendam a importância da língua indígena. Na contemporaneidade, os direitos humanos e sociais assumem posição de relevância dentre os princípios relativos à dignidade da pessoa humana e, nessa condição, compreendo que devem ser aceitas as diferenças no modo de dizer (BRANCO, 2012), pois promovem a ampla integração sociocultural dos cidadãos no espaço social dessa conurbação.

Ressalto a importância de compreender os sujeitos nas suas respectivas diversidades, nessa zona de contato, no que tange às suas características identitárias e culturas como forma de preservá-las (BRANCO, 2012), sob pena de, em não o fazendo e impondo limites à liberdade de expressão, promover o apagamento da língua guarani ou conduzir à extinção da cultura indígena. Ações tentadas com bases puramente normativas podem conduzir à transformação do costume local em relíquia (LEITE, 2005) e nessa conurbação internacional tal alerta assume vieses mais importantes ao analisarmos as práticas sociais por meio das noções de cronotopo e dos movimentos de translocalização e de realocização na região, desde a sua colonização.

Nessa zona de contato, apesar das múltiplas interferências por que passou, certos elementos identitários originários ainda

permanecem em circulação, caso da língua guarani, utilizada por cidadãos paraguaios, famílias tradicionais e sujeitos vinculados a determinados grupos sociais. Trata-se de uma prática que permanece ativa como forma de exteriorizar sentimento de pertencimento. Por essa razão, exsurtem as motivações pelo uso das palavras e expressões nessa zona de contato, citadas nesse artigo, apesar dos sotaques, pois representativas das formas de conexões e das dinâmicas sociais que são empreendidas nos modos de dizer para expressar significados.

A par dessas considerações, consigno que parte dos falantes da zona de contato faz uso das palavras, variações e expressões “*otchro*”; “*kára*”; “*pôçô*”; “*diárrá*”, “*vai lôgô*”; “*trankilo pá*”; “*porã* de luxo”, “*jaha*”; “*porã*”; “*chera’a*”; “*Kuña porã*”, “*porãete*”, “*mba’éichapa*” (SANTOS, 2021), com vistas a produzir sentidos e evidenciar as suas emoções durante diálogos informais. A esse respeito, repiso que não há uma forma “certa” ou “errada” quanto aos usos da língua em comunidades plurilíngues, os falantes devem ter liberdade para fazer uso dos seus repertórios como forma de viabilizar as significações que pretendem produzir nas suas mensagens.

Contrário senso, a hierarquização de línguas ou atitudes linguística negativas em relação ao uso de variações, palavras e expressões podem conduzir ao preconceito linguístico (BAGNO, 1999) e influenciar negativamente a identidade dos falantes ao atribuir rótulos ou promover a segregação social (FREITAS; FERNANDES, 2018). Essas variações, expressões e sotaques emergem de usos e costumes que, com o passar do tempo passaram a ser regulares (NARO, 1998) e, nesse ambiente, a adoção de referenciais paradigmáticos quanto ao correto ou não poderá impor estereótipos sociais.

Nesse sentido, falantes da língua indígena podem experimentar sentimentos negativos em relação a si e se retrair diante de situações em que sejam compelidos a se comunicar por meio de outra língua que não dominem. Chacotas, piadas e as abordagens equivocadas de professores em salas de aula diante de expressões carregadas por variações e sotaques podem conduzir a bloqueios, retrações e sentimentos de inferioridade.

A imposição de regramentos para fins de uso de repertórios linguísticos não merece lugar na sociedade contemporânea. O homem não mais pertence ao mundo, é esse que pertence àquele. Nesse cenário, tem-se como evidente as constantes mudanças das línguas e a coexistência de formas diferentes que expressam um mesmo significado (CALVET, 2002). Por esses motivos, infiro que os usos de variações e de sotaques devem ser compreendidos como pertencentes aos repertórios

linguísticos da comunidade de fala, pois refletem as características locais ao dar forma à identidade social e exprimir o semantismo social, no que tange às designações (ALKIMIN, 2001). Sob essa concepção, lembro que os usos de variações, expressões e sotaques em relação às línguas portuguesa, espanhola e guarani, se dão desde o início do processo de ocupação daquele espaço social.

A comunidade da zona de contato não é, portanto, constituída por povos com o mesmo perfil sociocultural. Ela foi formada por meio de processos interétnicos, translocalização, realocização e miscigenações culturais que a moldou como uma espécie de identidade *patchwork*⁸ (TOLEDO, 2015). Durante esse processo, as apropriações linguísticas, a emergência de sotaques e o surgimento de variações linguísticas se deram por meio de condicionantes específicas como a alteridade, processos de reconhecimento mútuo, sentimento de pertencimento e regramentos de convivência social (RUMFORD, 2012).

Na conurbação em análise, práticas de *codeswitching*⁹ são observadas majoritariamente em contextos informais, nos quais os falantes intentam prover as mensagens de conotações emocionais por meio da língua indígena que não seriam expressados em outras. Sob esse aspecto, cito os usos das variações “*otchro*”; “*kára*”; “*pôçô*”; “*diárrá*”; “*vai lôgô*”; “*trankilo pá*”; “*porã* de luxo” e das palavras “*jaha*”; “*porã*”; “*chera’a*”; “*Kuña porã*”, “*porãete*” e “*mba’éichapa*”. Para esses falantes, trata-se de sensações diferentes que lhes proporcionam na plenitude experimentar os sentimentos que eles próprios buscam conferir às mensagens que enviam (KEMPINSKA, 2014).

Esse modo de falar reflete a importância da língua indígena na zona de contato. De forma inconsciente e involuntária, as representações que os falantes pretendem conferir às mensagens são semiotizadas em relação aos seus aspectos sociais, temporais e espaciais, bem como dizem respeito aos comportamentos e atitudes na zona de contato (CALVET, 2002). O regramento informal de convivência linguística consuetudinariamente adotado, reflete a aceitação do uso das três línguas e os falantes têm a liberdade de utilizar todo o repertório disponível em ambientes informais.

A língua guarani ocupa um espaço relativamente privilegiado, ou único, no exercício da função emotiva (KEMPINSKA, 2014) em alguns

⁸ Trabalhada em retalhos.

⁹ Prática de alternância de códigos linguísticos em que o interlocutor alterna entre diferentes línguas, ou variedades linguísticas de um mesmo idioma, no contexto de um único discurso.

contextos. A esse respeito, observei que as utilizações de expressões na língua guarani para gracejos, piadas e enunciações de frases simples e prontas, se analisadas por meio das noções das teorias afetivas, permitem constatar que se fazem acompanhar de cargas emocionais.

Os elementos culturais, provenientes das tradições e costumes paraguaios, apropriados pelos moradores da zona de contato, vêm se mantendo, mesmo que de forma precária, mediante práticas de resistência e de reexistência, explicitando-nos que ainda há disputas nos processos de legitimação ideológico-identitária, principalmente por parte dos mais antigos, em confronto com as imposições globais, nas relações sociais e disputas pelo poder. A esse respeito, ressaem questionamentos quanto às razões e fundamentos que colocam em dúvida a qualidade do que é de origem paraguaia.

A estereotipagem que feita há anos, como *“La garantía soy yo”* e *“cavalo paraguaio”*, certamente não se prestam para revelar a riqueza cultural do país vizinho. Sobre essa questão, reporto ao declinado pelo Entrevistado 5 na pesquisa de Santos (2021, p. 144), “tem os que falam mal do paraguaio, mas toma tereré [...] o cara faz usos e abusos do tereré, come chipa, sopa paraguaia, baila em Caacupé e fala mal, denegrindo e desmerecendo esses elementos culturais”. A cultura paraguaia merece respeito e ocupa posição de relevância não apenas no contexto histórico da zona de contato, mas de Mato Grosso do Sul, faz parte da realidade social local e está presente nas rodas de tereré, na gastronomia, nas músicas e no uso da língua.

A esse respeito, com relação aos processos hibridatórios, de acordo com os estudos de Bhabha (1998), há processos de fluxos contínuos que afetam e transformam cotidianamente as culturas, nesse viés, interpreto que tais ocorrências podem se dar em maiores ou menores proporções, a depender dos níveis de interferências humanas. A considerar a magnitude da Rota Bioceânica, impõe-se aos idealizadores e executores desse empreendimento a necessidade de situar a população afetada para além dos benefícios, mas quanto às medidas mitigatórias e preventivas que serão adotadas para fazer frente aos possíveis danos socioculturais, ambientais e educacionais.

As diversas percepções e expectativas, exteriorizadas pelos entrevistados, denotam que a população efetivamente não vem participando do processo decisório e das deliberações acerca de questões que envolvam o corredor. Essa ausência inclusiva leva a preocupações quanto às políticas que necessitariam manejadas com vistas à preservação do patrimônio imaterial, pois esse é de responsabilidade solidária da sociedade e do poder público. Malgrado

haja certa descrença em relação aos benefícios econômicos que da Rota Bioceânica, nota-se relativa compreensão no sentido de que o corredor logístico não será responsável por significativas modificações na cultura local, pois esta já viria se submetendo a transformações gradativas.

Sobre essas diretrizes, ressalta-se que a preservação do patrimônio cultural se vincula às garantias de cidadania, da dignidade da pessoa humana, da ressignificação em relação ao passado, da integração entre os elementos naturais, sociais, econômicos e culturais, que viabilizam o desenvolvimento da vida. Os cidadãos têm direito ao desenvolvimento socioeconômico, mas reservam-se ao direito de questionar a sua não interferência nos bens culturais e no meio ambiente. Por esses motivos, tem-se como pertinente a realização de debates mais amplos e inclusivos, sobre os temas socioculturais relacionados aos impactos provocados pela implantação e uso da Rota Bioceânica, nas localidades diretamente abrangidas, em respeito à identidade e à memória dos povos.

REFERÊNCIAS

ALKIMIM, T. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, v. 1, 2001.

ANASTÁCIO, R; ROCHA, P. G. *O plurilinguismo e o preconceito linguístico em Porto Murinho/MS: um estudo com professores da educação básica*. 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/44677353/O_PLURILINGUISTICO_E_O_PRECONCEITO_LINGU%C3%8DSTICO_EM_PORTO_MURTINHO_MS_UM_ESTUDO_COM_PROFESSORES_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_B%C3%81SICA>. Acesso em 11 mai. 2022.

O_PLURILINGUISTICO_E_O_PRECONCEITO_LINGU%C3%8DSTICO_EM_PORTO_MURTINHO_MS_UM_ESTUDO_COM_PROFESSORES_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_B%C3%81SICA>. Acesso em 11 mai. 2022.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico, o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAKHTIN, M. *A imaginação dialógica*. Austin: University of Texas Press, 1998.

BRANCO, I. *A importância da língua de acolhimento na integração de imigrantes nepaleses em Portugal*. Dissertação. Universidade de Lisboa, 2012.

BUSTINZA, I. A. U. *Didática de Línguas Adicionais e Integração Latino-Americana. Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística*, Foz do Iguaçu, 2014.

- CALVET, L-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. MARCIONILO, M. São Paulo: Parábola, 2002.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. Tradução: Ana R. Lessa e Heloisa P. Cintrão. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2013.
- CARVALHAL, T. P. *Conflitos linguísticos em zonas fronteiriças: diagnóstico das atitudes linguísticas e do perfil sociolinguístico dos estudantes de uma escola de Foz do Iguaçu*. Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística. Foz do Iguaçu, 2014.
- CARVALHO, F. A. *Fronteiras e zonas de contato: perspectivas teóricas para o estudo dos grupos étnicos*. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2437/1933>>. Acesso em 30 mai. de 2022.
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975- 1976)*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FREITAS, M. A.; FERNANDES, D. M. O preconceito linguístico e a estética da exclusão por meio de duas perspectivas interacionistas: o círculo de Bakhtin e o comportamentalismo radical. *Revista Linguagem*, São Carlos, v.28, n.1, p. 205-225. jan./jun. 2018.
- GARCIA, O.; WEI, L. *Translanguaging*. Language, Bilingualism and Education. London: Palgrave Macmilian, 2014.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HANCIAU, N. *Viagens, deslocamentos, espaços: (conceitos críticos)*. 2013. Disponível em: <<https://1library.org/article/nubia-hanciau-viagens-deslocamentos-espacos-conceitos-criticos-ydj4l21>>. Acesso em 30 mai. de 2022.
- HEINZE, E. G.; MENEGHEL, R. El uso de los verbos “tener” y “haber” en la sociedad actual brasileña y el prejuicio linguístico. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista v. 7, n. 3 esp., p. 23-48, dez. 2009.
- KEMPINSKA, O.D.G. A função emotiva em perspectiva intercultural. *Galáxia*, São Paulo, n. 27, p. 202-213, jun. 2014.
- LEITE, R. P. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. *Sociedade e Cultura*, v.8, n.2. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, p.79-89, 2005.

LEMKE, C. K. *Translinguagem: uma abordagem dos estudos em contexto estrangeiro e brasileiro*. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/pWQK3Q5r9bcNQfsnmrFkyGb/?lang=p&format=pdf>>. Acesso em 30 mai. de 2022.

MARANHÃO, S. M. *O registro de arabismos nos dicionários Novo Aurélio século XXI, dicionário Houaiss da língua portuguesa e dicionário Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. Tese de Doutorado – Linguística – Universidade Federal do Ceará, 2011.

MELIÀ, B. A língua é a pele que habitamos. Entrevista, nov. 2011. Disponível em: <<http://paulocesarl.blogspot.com/2011/11/la-lenguas-la-piel-que-habitos.html?m=1>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MELLO, C. I. M.; FROEHLICH, J. M. Hibridação e tradução cultural em tempos de globalização: reflexões sobre o artesanato contemporâneo em perspectiva territorial. *Polis Revista Latinoamericana*, [S. I.] v. 20, n. 59, p. 203-222, 2021.

NARO, A. Variação e Funcionalidade. *Revista de Estudos da Linguagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG*, v. 7, n. 2, p. 109-120, 1998.

ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. *Ensino de língua estrangeira como prática translíngua: articulações com teorizações bakhtinianas*. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. São Paulo: 2015.

RUMFORD, C. Towards a Multiperspectival Study of Borders. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/263493513_Towards_a_Multiperspectival_Study_of_Borders>. Acesso em 17 abr. 2022.

SANTOS, S. O. O. *A hibridação e a integração fronteiriça entre Brasil e Paraguai: um olhar a partir dos movimentos de translocalização e realocização da cultura nas cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta*. Dissertação de Mestrado - Letras - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Campo Grande, 2021.

SEGOVIA, M; ACOSTA, S.; PENNER, H. La impronta guaraní en el castellano paraguayo. Entrevista. 2012. Disponível em: <<http://paulocesarl.blogspot.com/2012/11/la-impronta-guarani-en-el-castellano.html?m=1>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SERRANI, S. Afetividade e escrita em língua estrangeira. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 22, p. 023-039, jan./jun. 2002.

SOUZA, A. J. O preconceito linguístico em debate: quais gramáticas descritivas usar? In *I Simpósio de Glotopolítica e Integração Regional*. 2017. 369-386 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/41422529/O_preconceito_lingu%C3%ADstico_em_debate_quais_gram%C3%A1ticas_descritivas_usar>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SPIVAK, G. C. *Crítica de la razón poscolonial Hacia una historia del presente evanescente*. Tradução: Marta Malo de Molina. Madrid: AKAL, 2010.

STURZA, E. R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v.57 n. 2, abr./jun. 2005.

TANZI NETO, A.; OLIVEIRA, G. C. A. Translocalidade, repertórios e indexicalidade: efeitos constitutivos do discurso contemporâneo em espaços digitais superdiversos. *Revista Intercâmbio*, v. 38, p. 46-68, 2018. São Paulo: LAEL/PUCSP.

VOGEL, S.; GARCIA, O. *Translanguaging*. City University of New York. CUNY Academic Works, 2017. Disponível em: <https://academicworks.cuny.edu/gc_pubs/402/>. Acesso em 13 mai. 2022.

DIVULGAÇÃO DA ROTA BIOCEÂNICA POR MEIO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS¹

*Katia Juliane Lopes de Oliveira
Nataniel dos Santos Gomes*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento na área da Linguística aplicada. A Rota Bioceânica vai trazer um desenvolvimento comercial para a região do Mato Grosso do Sul, e também vai possibilitar a integração de cultural entre os países Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. A pesquisa é relevante pois vai utilizar a linguagem multimodal das histórias em quadrinhos para levar ao conhecimento de vários grupos, de diversas faixas etária o desenvolvimento e a criação da Rota Bioceânica.

2. HISTÓRICO

A RILA (Rota de Integração Latino-americana), também chamada de Rota Bioceânica, é um dos projetos mais importantes para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, tendo em vista seu objetivo é encurtar o caminho para as exportações e importações, criando uma rota saindo do Brasil, passando pelo Paraguai, pela Argentina, e chegando nos portos do Chile, no Oceano Pacifico.

A ideia da construção da rota partiu de Jorge Soria Quiroga, que em 1964 assumiu o cargo de prefeito de Iquique, no Chile, cidade que fica no final norte do Chile, no centro do Pacífico América do Sul e em uma área onde as fronteiras do Chile, Peru, Bolívia, Argentina e atrás delas (Brasil), Paraguai e Uruguai.

Quando Soria assumiu tinha a necessidade da construção de uma estrada de Iquique a Oruro para o desenvolvimento da cidade, mas ele visualizou algo maior, “Plano de Desenvolvimento Abrangente”. Ele foi convidado pelo Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos, para conhecer os planos de desenvolvimento e planejamento urbano de dito país. Onde o mesmo verificou que para o desenvolvimento era necessário unir por via-férrea ambos os oceanos, o Mar do Pacífico com o mar do Atlântico,

¹ Uma versão anterior foi publicada na *Revista Philologus*, Ano 26, n. 78 Supl. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2020

conectando todos sua zona terrestre interior, desta forma eles poderiam acessar com sua produção rapidamente e custos mais baixos para todos os mercados mundiais.

Pós-ditadura na década de 1990 foi assinado um Tratado de Integração, que favoreceria apenas o tradicional eixo de poder e desenvolvimento do Cone Sul: Lima, Santiago, Buenos Aires e São Paulo, cidades onde já se concentrava um grande poder político, econômico e cultural dos países.

A Rila tem a meta de reduzir os caminhos para as exportações e importações do Estado até a Ásia e a América do Norte, construindo uma rota que corta a América do Sul, saindo do Brasil, passando pelo Paraguai, pela Argentina e chegando, assim, aos portos do Chile, que estão no Oceano Pacífico.

De acordo com reportagem da Semagro, a Comissão Mista Brasil-Paraguai para a construção da ponte rodoviária internacional sobre o Rio Paraguai, entre as cidades de Carmelo Peralta e Porto Murtinho aprovou nesta, no dia 23 de abril de 2020, a adjudicação da licitação de estudos prévios para da obra da ponte, que está orçada em US\$ 75 milhões, será do modelo estaiada que não dificulta a navegabilidade do rio, pois os pilares serão levantados nas extremidades e a uma altura que comporta passagem da navegação por baixo, a Rota Bioceânica deverá atenuar em 17 dias a rota de transporte das commodities de Mato Grosso do Sul até o mercado asiático, embarcando nos portos do Chile, ao invés de usar os portos de Paranaguá (PR) ou de Santos (SP).

Em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, mostra que no período de 2001 a 2019 a venda no Brasil para os chineses saltaram de 1,9% para 28,5%, enquanto a venda para os Estados Unidos e União Europeia diminuíram. Este crescimento está atrelado ao crescimento econômico da China, e a elevada produtividade do campo brasileiro reforçou a especialização nas matérias-primas, tornou a China o maior importador global desses insumos.

Verifica-se que o Brasil está cada vez mais dependente das exportações para a China, devido à crise mundial, o que torna ainda mais viável a implantação da rota para acelerar o escoamento das exportações para o mercado asiático.

A Rota Bioceânica vai trazer para o estado de Mato Grosso do Sul a atração de investimentos de infraestrutura para favorecer diversos setores, principalmente o de transportes, de modo a atrair investimentos de cunho industrial para o seu território, almejando um maior crescimento econômico.

No que se refere às questões turísticas, todo o trajeto e sem a burocracia presente nas fronteiras, vai permitir que o sul-mato-grossense visite o Chile de carro, percorrendo uma distância de aproximadamente 2400 quilômetros. Desfrutando das belezas pelo caminho: as paisagens do Chaco paraguaio, a região montanhosa de Salta (no pé da Cordilheira dos Andes) e a travessia do deserto de Atacama, no Chile.

No caminho da Rota, as pessoas também poderão conhecer as diferenças culturais dos países, que estão misturadas entre suas linguagens, danças típicas, e suas raízes de misturas ancestrais. Como exemplo, na Argentina, a cidade de Misión La Paz, possui uma diversidade cultural, pois é habitada por várias etnias aborígenes, os wichís (o weenhayek), os chiriguanos, os chanés, os quechuas, os chorotes, os chulupíes e os aymaras, na província de Jujuy, que ainda mantém a cultura dos grupos que lá moravam antes da vinda dos colonizadores espanhóis, uma grande mistura cultural, onde os nativos possuem características de mestiços de índios quechuas e calchaquis ou por outras etnias imigradas de países vizinhos.

No Chile, na região norte, onde chega ao fim a rota, a vida do local está no trabalho da gente que o reside, no seu dia a dia, estão na arte de comer e de festejar, espelho de uma cultura histórica marcada por povos que ali foram e originaram a sua civilização, dentre eles estão indígenas de várias etnias e os colonizadores, sua cultura gastronômica não é muito diferente do restante do país, no pratos chilenos estão presentes iguarias marcantes, frutos exóticos marítimos, como a centolla o Caranguejo Gigante, os locos e mexilhões, como também o ensopado Porotos Granados, a bebida Pisco Sour, que é marca cultural chilena.

3. A ABORDAGEM MULTISSEMIÓTICA DA ROTA BIOCEÂNICA EM QUADRINHOS

Na língua portuguesa, a leitura e a produção de textos são atividades que de linguagem e que o aluno é estimulado em uma metodologia de produção de sentidos. Dentro da sala de aula a aprendizagem compreende a leitura e produção de vários gêneros textuais, em que estão envolvidos socialmente, onde se estabelece uma integração para construção de todos os sentidos possíveis.

Neste contexto se tem a multimodalidade que de acordo com Capistrano Júnior *et al.* (2017) não é um fenômeno novo, e todo texto se forma por um conjunto de jeito de expressão e de mensagem. Inclusive quem escreve cria um conjunto de alternativas e medidas

conforme à composição do sistema linguístico, tais conforme o tipo de letra, espaçamento, distribuição espacial.

Para Jewitt (2012), os ensinamentos multimodais são interdisciplinares e estão fundamentados em três pressupostos: a) modos semióticos são recursos: visual, falado, gestual, escrito, tridimensional, e outros agentes de sentido em diversos contextos; b) esses recursos são socialmente modelados ao longo do tempo e estão baseados em uma percepção cultural compartilhado em uma comunidade; c) as pessoas harmonizam o sentido através de uma escolha e aspecto particular de modos. Desta forma, todo ato comunicativo é moldado por normas e regras que operam no momento de produção do signo, influenciado pelas motivações e interesses de pessoas em um contexto social específico.

Assim conforme com Capistrano Júnior *et al.* (2017) ao analisarmos que, em nossas atividades sociais, temos com diversas linguagens (verbal, imagética, gestual, sonora, etc.), para a constituição da realidade. Enquanto falamos, por exemplo, além das palavras, colaboram, para a execução da mensagem e para a constituição de efeitos de sentidos, as expressões faciais e corporais, o tom de voz, o ritmo, a proximidade entre os participantes.

Os contextos multimodais, como as imagens transformam-se em referências diretas ou indiretas da realidade física e social, sendo fundamental uma escolha seletiva, pois as sociedades utilizam-se de imagens para legitimar argumentos e fatos relatados e descritos, contudo não se pode deixar de mencionar que as imagens utilizadas pelos diversos tipos de mídia, podem apresentar manipulação de ideologias, que pode ocorrer na divulgação das imagens mostradas como naquelas que foram ocultadas.

De acordo com estudo realizado por Vieira e Silvestre (2015) no que se refere o modo de representar o olhar dos atores nas imagens pode ser bastante informativo e, ao mesmo tempo, trazer subsídios à construção do sentido sensorial, tendo em vista que o leitor do texto multimodal estará inclinado a acreditar nas referências sobre o ator como resultado da interação ou da quase interação estabelecida pelo olhar representado na imagem, já que os olhares representados podem tanto oferecer informações quanto solicitá-las.

Neste contexto a leitura de uma História em Quadrinhos (HQ), a mescla palavra (linguagem verbal) e imagem (linguagem imagética), sendo primordial para a administração de autos interpretativos, uma vez que os elementos imagéticos (desenhos) e plásticos (cor, contorno, textura, etc.) não são simplesmente ilustrativos de elementos da

história. Uma das mais ricas e produtivas formas de traduzir variados temas, uma grande espécie semiótica apresentando igualmente diversos tipos semânticos, o que pede uma certa atenção na leitura, pois, os sentidos das palavras muitas são determinados dentro dos contextos em que são empregadas, dependendo daquelas que as antecedem ou as que sucedem.

Este gênero textual apresenta recursos discursivos que possibilitam explorar estratégias para estabelecer a interação com os leitores de diversas linguagens abordadas nos quadrinhos, das cores e do estilo dos balões, nas expressões fisionômicas dos personagens, mostrando-se como uma ferramenta de ensino na educação dos alunos e estando seu uso como um adequado recurso de deslocamento didático para a obtenção do conhecimento, obtendo um lugar de importância na construção das habilidades da comunicação.

Os meios de comunicação como os próprios quadrinhos podem difundir rapidamente entre as pessoas mensagens veiculadas por essas histórias, contribuindo para o acesso à informação, que pode estar relacionado a diferentes propósitos e fins, como os educacionais e artísticos.

Constituímos sabedores que a fusão entre imagem e texto é arcaica. Dispomos de compreensão histórico que, a partir do tempo pré-histórico essa reunião já existia. Posteriormente muitos séculos depois, este conjunto foi deixada, e só ressurgiu através de anotações em folhetos e folhetos da época. Ainda com o advento da redação, a figura, que é publicada e fabricada de muitas proporções, segue tendo imprescindível poder para a nossa sociedade, onde podemos dizer que esta pode ser um suporte de ideias e informações.

Encontramos também na Linguística, colaborações essenciais para estudos da história em quadrinho, que de acordo com Nepomuceno (2005) quando esta autora nos desvela que a narração pode se referir a vários acontecimentos (do mundo real ou não) ou episódios entrelaçados entre si, objetivando para um determinado resultado. Neste sentido, a narração reproduz de forma sequencial no decorrer do texto, podendo o tempo assumir um referencial dado pela cronologia sequencial dos quadrinhos, ocasionando em uma enunciação onde a formulação da linguagem é produzida ou recebida.

Ao olhar uma história em quadrinhos muitos de nos não imaginamos que tais histórias envolveriam tantas complexidades para suas criações e justamente por este motivo que se teve a intenção em mencionar todos os termos acima se justifica pelo fato de entendermos ser importante e necessário apresentar e socializar os principais

termos específicos utilizados nas histórias em quadrinhos, ao utilizá-las para a elaboração da história, para que essa forma de arte possa produzir os resultados esperados, no que se refere à apresentação histórica de toda a Rota Bioceânica entender os mecanismos e ferramentas e serão utilizados para a elaboração da HQ.

Assim mesmo, ponderamos não desmembrar, o que de fato, poderia confundir na compreensão da mesma. Exemplificá-los neste texto, por meio de imagens, levaria muito tempo e extensão neste documento, tornando a explicação muito prolongada. Por isso, dirimi as imagens e me ative apenas a parte teórica de forma sintática, e, posteriormente, em publicação futura, ressaltar imagetivamente tais termos.

A Proposta é de criação da história de quadrinhos da Rota bioceânica dentro do que foi exposto, atendendo aos requisitos específicos para a criação do mesmo. Com o objetivo que o leitor possa experimentar uma viagem histórica, cultural, cheia de novas experiências e conhecimentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo científico se propõe a trazer a divulgação da história da Rota Bioceânica por meio da linguagem dos quadrinhos. Uma forma dinâmica de difundir dados sobre a nova mola propulsora do desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul e torná-la acessível a diferentes públicos. No projeto, estão inseridas a criação, benefícios, mudanças sociais e econômicas entre os países envolvidos.

Para que esse trabalho acadêmico não se limite a teoria, buscou-se junto aos interlocutores saber detalhes a respeito desse importante capítulo, que será levado para um universo maior de pessoas, por meio de um conteúdo dinâmico e atemporal, que são os quadrinhos.

Elaborado com base em pesquisa de dissertação de Mestrado em andamento, o presente artigo revela que ao utilizar a linguagem multimodal na apresentação da Rota e seus benefícios a uma ampla parcela da sociedade, o conhecimento se torna acessível de forma lúdica e para um público diversificado, alcançando mais que somente aqueles que têm acesso aos registros bibliográficos da história. Isso mostra que cada vez mais, cabe a nós pesquisadores pensarmos diferentes modalidades de difundir o conhecimento, possibilitando que todos possam conhecer e usufruir desses acervos.

REFERÊNCIAS

CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS Maria da Penha Pereira; CASOTTI Janayna Bertollo Cozer. Leitura, multimodalidade e ensino de língua portuguesa percursos Linguísticos. *Dossiê – O texto em sala de aula: práticas e sentidos*, v. 7, n. 17, Vitória-ES, 2017. <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/18532>

JEWITT, C. Multimodality. *Glossary of Multimodal Terms*. 2012.

Disponível em:

<https://multimodalityglossary.wordpress.com/multimodality/>. Acesso em: 10/11/20.

VIEIRA, Josenia; SILVESTRE, Carminda. *Introdução à Multimodalidade: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica, Semiótica Social*. Brasília-DF: J. Antunes Vieira, 2015.

NEPOMUCENO, Terezinha. *Sob a ótica dos quadrinhos: uma proposta textual-discursiva para o gênero tira*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

AUTORES

Alessandra Chaia: *Máster en Desarrollo Local en la Universidad Católica Dom Bosco (UCDB). Grado en Arquitectura y Urbanismo por el Centro de Educación Superior Prof. Plínio Mendes dos Santos (CESUP). Profesora en el Centro Universitario da Grande Dourados (UNIGRAN) – Capital. E-mail: alessandrachaia@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7087-5238>.*

Alessandra Aparecida Vieira Machado: *Doutora e mestre em Ciências da Saúde, área de concentração Doenças Crônicas e Infecto-Parasitárias pela UFGD, especialista em Educação profissional em saúde pela FioCruz e graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2003). Docente do quadro efetivo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Curso de medicina - módulo Integração Ensino Serviço e Comunidade - IESC); Membro titular e Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CESH-UEMS). Tem experiência Com projetos de extensão e pesquisa voltados para a área de Saúde Pública, Saúde da mulher, Epidemiologia (novas Tecnologias em Saúde, Saúde digital), atuando principalmente nos seguintes temas: saúde pública (doenças crônicas e infecto-parasitárias), ética e legislação profissional. Coordena e colaboradora diversos projetos de pesquisa voltados para a área de saúde de populações em vulnerabilidade, saúde da mulher e análise de impacto econômico.*

Ana Maria Campos Marques: *Doctorate in Health and Development in the Southwest Region at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). Masters in Collective Health at UFMS. Graduated in Medical School at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). Coordinator of the Tabagism Ambulatory of the Santa Casa of Campo Grande. Currently, is a professor of the Anhanguera-Uniderp University and of the Medical School department of the*

State University of Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: camposmarquesanamaria52@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0982-6602>.

Armando Tomaz Theodorovitz: *Graduação em medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista iniciação científica (PIBIC/UEMS).*

Carla Villamaina Centeno: *Doutora e Mestre em Educação Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS.*

Edilene Maria Oliveira: *Doutora e Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Bacharel em Administração Pública pela UCDB. Professora de Administração do Instituto Federal de MS (IFMS), Campo Grande, MS. Bolsista CAPES. E-mail: edilene.oliveira@ifms.edu.br, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7787-9012>.*

Érika Santos Silva: *Doutora e Mestre en Desarrollo Local en el Contexto de Territorialidades en la Universidad Católica Dom Bosco (UCDB). Grado en Artes Visuales por la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); y en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad Anhanguera-UNIDERP. E-mail: erikasantos.arqdeco@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3715-8015>.*

Flávio Junior Ferraz Cabral: *Graduação em medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista de extensão (PIBEX/UEMS).*

Grit Kirstin Koeltzsch: *Posdoctorado en Ciencias de la Actividad Física (Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO), Doctora en Ciencias Sociales, Magíster en Teoría y Metodología de las Ciencias Sociales (UNJu), Licenciada en Antropología (UNSa). UECISOR/CONICET-Universidad Nacional de Jujuy. Docente de la Facultad de Ingeniería. E-mail: gkoeltzsch@fhycs.unju.edu.ar. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9331-0611>*

Hanae Caroline Quintana Shiota: Estudante de Doctorado e Máster en el Programa de Posgrado en Desarrollo Local de la Universidad Católica Dom Bosco (UCDB). Posgrado en Derecho Procesal Civil por la Facultad de Derecho Prof. Damásio de Jesus. Grado en Derecho por la UCDB. E-mail: hanae_shiota@hotmail.com, Orcid <https://orcid.org/0000-0002-6841-7334>.

Hiago Anderson Menezes Veríssimo: Graduação em Medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do sul. Bolsista

João Pedro Arantes da Cunha: Graduated in Medical School at the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS).

Kamila Keiko Matida: Graduação em Medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do sul. Bolsista

Katia Juliane Lopes de Oliveira: Mestre em Letras pela UEMS. Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Católica Dom Bosco (1998), graduação em Letras pela Universidade Metropolitana de Santos (2020).

Leticia Lechner da Silva: Aluna - bolsista UEMS - de Iniciação Científica do Curso de Pedagogia da UU Campo Grande - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS

Luciano Arnaldo Mian Covolan: Graduação em medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista iniciação científica internacional (PIBICin/UEMS)

Luis Henrique Alves Gratão: Graduação em medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Extensão (PIBEX/UEMS). E-mail: luisgratao150399@gmail.com. Orcid: Orcid: <http://orcid.org/0009-0005-7487-9593>

Luíza de Carvalho Galvão: Graduação em medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista de extensão (PIBEX/UEMS).

Magali Luzio Ferreira: Doutora e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Licenciatura em História pela UCDB. E-mail: luzio.magali@gmail.com, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3420-7582>.

Marcela Fernández: Licenciada en Antropología, Universidad Nacional de Jujuy. Es diplomada universitaria en Ciudades Sostenibles, Resilientes e Inclusivas. UNTREF (Universidad Nacional Tres de Febrero) y Diplomada Universitaria en Filosofía de la Liberación: "Geopolítica y descolonización del saber", de la Universidad Nacional de Jujuy. Consultora en el Plan de Respuesta en Adaptación y Mitigación al Cambio Climático para Jujuy - Proyecto ARG 19007. Actualmente es Jefa de Trabajos Prácticos en la cátedra de Antropología y Turismo (Licenciatura en Turismo, FHyCS-UNJU) y se desempeña como técnica en la Dirección de Cambio Climático de la Provincia de Jujuy. E-mail: tataoguembae2012@gmail.com

Marcelo Loureiro Lau Filho: Graduação em medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista de iniciação científica (PIBIC/UEMS).

María Alejandra Nallim: Prof. en Letras (UNT), Lic. en Letras (UNJu), Dra. en Letras, orientación en Literatura (UNT) y tiene dos Posdoc del CEA-(UNC). Posee formación en Teatro (F.de Artes-UNT). Actualmente es Profesora Adjunta de Lit. Argentina I y II y de Lit. del NOA en el Profesorado y Licenciatura en Letras (FHyCS-UNJu). Se desempeña como coordinadora de la Unidad de investigación de Pensamiento Latinoamericano, relaciones interétnicas e interculturales y oficia como Directora y docente de la Maestría en Estudios Literarios de Frontera (FHyCS-UNJu). E-mail: anallim@fhyics.unju.edu.ar

Maria Augusta Castilho: Docente do Programa de Pós-Graduação - Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Local, e do Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: m.a.castilho@terra.com.br, Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5235-3164>.

María Beatriz Quintana: Profesora de Filosofía, Psicología y Pedagogía: Instituto Nacional de Enseñanza Superior “J.E. Tello”. Licenciada en Gestión de las Instituciones Educativas – UCSE. Especialización en Docencia Superior. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Jujuy. Postítulo en Investigación Educativa a Distancia. Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba y el Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Nación. Maestría En Filosofía Social y Política –UNQ: en curso. Prof. Adjunta, en Filosofía y su Problemática de la Carrera Lic. Comunicación Social y de la Cátedra Antropología Filosófica en la Carrera Educación para la Salud. Investigadora categoría 3. Directora y co-directora de Proyectos (SECTER).

Maria Gabriela Ortiz: Doutora en Historia (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina). Lic. en Antropología (UNJu, Argentina). Prof. Adjunta de la cátedra Arqueología Americana y Arqueología Argentina de la carrera Lic. en Antropología, FHyCS/UNJu. Docente Investigadora Categoría 2 del Ministerio de Educación, República Argentina. Investigadora Adjunta CONICET. Experticia profesional, análisis de las poblaciones prehispánicas en las tierras bajas de Jujuy.

Mariana de Barros Casagrande Akamine: Estudiante de Doctorado e Máster en Desarrollo Local en la Universidad Católica Dom Bosco (UCDB). Posgrado en Diseño de Interiores por la UCDB; y en Rehabilitación Ambiental Sostenible Arquitectónica y Urbana por la Universidad de Brasilia (UnB). Arquitecta y urbanista por la Universidad Anhanguera-UNIDERP. E-mail: mariana_casagrande@yahoo.com.br, Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9605-1061>.

Mérlin Costa Tenório: Aluna -bolsista UEMS- de Iniciação Científica do Curso de Pedagogia da UU Campo Grande - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS

Nataniel dos Santos Gomes: Graduado em Letras (Português / Literatura) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996), mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (2002) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), Pós-doutor em Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019). E-mail: nataniel@uems.br

Omar Jerez: *Doctor en Antropología (Universidad de Sevilla, España). Lic. en Antropología (UNJu, Argentina). Prof. Titular de la cátedra Antropología Social y Cultural de la carrera Lic. y Prof. en Ciencias de la Educación y Lic. en Educación para la Salud. FHyCS/UNJu. Docente Investigador Categoría 1 del Ministerio de Educación, República Argentina. UNJu.*

Ruberval Franco Maciel: *PhD in Urban Education at the City University of New York, United States. Doctorate in English Language and Literary Studies at the University of São Paulo (USP), with a doctoral internship at the Centre for Globalization and Cultural Studies of the University of Manitoba, Canada. Masters in Applied Linguistics at the University of Reading, England. Professor of the Languages department, both graduation and Post-Graduation programs, and of the Medical School of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS). Coordinator of the University Network of the Route of Latin American Integration (UniRila). E-mail: ruberval.maciel@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0373-1047>.*

Sandro Omar dos Santos: *Doutorando em Linguística pela UNEMAT. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Estácio de Sá, com conclusão do curso no ano de 2007. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. E-mail: omarsandro@uol.com.br*

Tays Oliveira Silva: *Graduação em medicina pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UEMS).*

Tânia Gisela Biberg-Salum: *Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1989), Mestrado em Ciências com enfoque em Oftalmologia [Rib.Preto] pela Universidade de São Paulo (2012) e Doutorado em Ciências com*

ênfoque em Oftalmologia [Rib.Preto] pela Universidade de São Paulo (2015). É especialista em Formação Docente para o Ensino Superior e possui MBA em Gestão de Cooperativas na área da saúde pela FGV. É docente do Curso de Medicina da UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e membro do corpo docente permanente do programa de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências e Matemática da UNIDERP. Tem experiência clínica na área de Medicina, com ênfase em Oftalmologia e atua como pesquisadora nos seguintes temas: educação médica, interação ensino-serviço-comunidade, saúde indígena, oftalmologia, letramento em saúde e Telemedicina, sendo Vice Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino e Saúde da UEMS.

Vilma Roxana Guzmán: *Doctora en Ciencias Sociales (UNJu, Argentina). Esp. en docencia Superior (UNJu, Argentina). Esp. en Docencia Superior en Ciencias de la Salud, con orientación en medicina-enfermería (UNT, Argentina). Esp. en Ciencias Sociales con mención en Currículum y prácticas escolares en contexto (FLACSO, Argentina). Lic. y Prof. en Educación para la Salud (UNJu, Argentina). Prof. en Ciencias de la Educación (UNJu, Argentina).*

Livro editado com as fontes Cambria e Arial.

Publicado on-line em: <https://>

<https://publicacoes.even3.com.br/book/unirila-salud-integracion-linguistica-educacional-cultural-4042395>



ISBN 978.6586376-60-9

Disponível: <https://publicacoes.even3.com.br/book/unirila-salud-integracion-linguistica-educacional-cultural-4042395>

